

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade De Ciências Econômicas**  
**Centro De Pesquisa E Pós-Graduação Em Administração**

**Andressa Carolina do Nascimento Nunes**

**MILITÂNCIA E ORGANIZAÇÃO: um estudo sobre o CELLOS-MG**

**Belo Horizonte**  
**2022**

Andressa Carolina do Nascimento Nunes

**MILITÂNCIA E ORGANIZAÇÃO: um estudo sobre o CELLOS-MG**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação do Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD) da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutorado em Administração.

Orientadora: Dra. Deise Luiza da Silva Ferraz

Coorientador: Dr. Rafael Diogo Pereira

Belo Horizonte  
2022

Ficha catalográfica

N972m Nunes, Andressa Carolina do Nascimento.

2022 Militância e organização: um estudo sobre o Cellos-MG  
[manuscrito]/ Andressa Carolina do Nascimento Nunes. – 2022.  
231 f.: il.

Orientadora: Deise Luiza da Silva Ferraz

Coorientador: Rafael Diogo Pereira

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de  
Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.

Inclui bibliografia (f. 212-222).

1. Pessoas LGBTQ+ - Teses. 2. Orientação sexual – Teses. 3. Foucault,  
Michel - 1926-1984. 4 Administração – Teses. I. Ferraz, Deise Luiza da  
Silva. II. Pereira, Rafael Diogo. III. Universidade Federal de Minas Gerais.  
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. VI. Título.

CDD: 303.484

Elaborado por Fabiana Santos CRB-6/2530

Biblioteca da FACE/UFMG. – FS/115/2022

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Dra. Deise Luiza da Silva Ferraz (CEPEAD-UFMG)**

---

**Dr. Rafael Diogo Pereira (CAD-UFMG)**

---

**Dr. Luiz Alex Silva Saraiva (CEPEAD-UFMG)**

---

**Dr. Alexandre de Pádua Carrieri (CEPEAD-UFMG)**

---

**Dra. Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães (CEFET-MG)**

---

**Dra. Ana Paula Rodrigues Diniz (INSPER)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

### ATA DE DEFESA DE TESE

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora **ANDRESSA CAROLINA DO NASCIMENTO NUNES**, REGISTRO Nº 299/2022. No dia 30 de agosto de 2022, às 14:00 horas, reuniu-se remotamente, por videoconferência, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 28 de julho de 2022, para julgar o trabalho final intitulado "**Militância e Organização: um estudo sobre o CELLOS-MG**", requisito para a obtenção do **Grau de Doutora em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade**. Abrindo a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Deise Luiza da Silva Ferraz, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO

REPROVAÇÃO

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Senhora Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 30 de agosto de 2022.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Deise Luiza da Silva Ferraz  
ORIENTADORA - CEPEAD/UFMG

Prof. Dr. Rafael Diogo Pereira  
Coorientador - CAD/UFMG

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri  
CEPEAD/UFMG

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva  
CEPEAD/UFMG

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Rodrigues Diniz  
Insper Instituto de Ensino e Pesquisa

Profª. Drª. Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães

DCSA/CEFET-MG



Documento assinado eletronicamente por **Deise Luiza da Silva Ferraz, Professora do Magistério Superior**, em 05/09/2022, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alex Silva Saraiva, Professor do Magistério Superior**, em 06/09/2022, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Rodrigues Diniz, Usuária Externa**, em 06/09/2022, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre de Padua Carrieri, Professor do Magistério Superior**, em 07/09/2022, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Diogo Pereira, Professor do Magistério Superior**, em 07/09/2022, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ludmila de Vasconcelos Machado Guimaraes, Usuário Externo**, em 14/09/2022, às 20:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1653714** e o código CRC **B6147C34**.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais e ao meu irmão pelo suporte e afeto incondicionais, que foram cruciais para o desenvolvimento desta pesquisa e para a conclusão desta etapa na minha formação. Meus mais sinceros agradecimentos por estarem sempre ao meu lado, por não me deixarem desistir dos meus sonhos.

Agradeço ao Prof. Rafael Diogo Pereira, pela orientação do trabalho e mentoria de vida nos momentos que mais precisei, por ter se encarregado de continuar a orientar este trabalho, apesar de tudo que aconteceu para que houvesse o seu desligamento do programa. Pela contínua parceria nesses anos desde a minha entrada no mestrado, meu sincero e afetuoso agradecimento.

Meus sinceros agradecimentos à Profa. Deise Luiza da Silva Ferraz, por ter se disponibilizado, gentilmente, a assinar a orientação deste trabalho junto ao CEPEAD em um momento delicado. Agradeço o acolhimento e a compreensão do arranjo de orientação combinado.

Agradeço imensamente ao presidente Cleiton, vice-presidente Azilton e corpo diretivo do CELLOS-MG por terem me recebido de portas abertas e pelo acolhimento da minha pesquisa, apesar de tão pouco tempo de convivência. Agradeço a boa vontade, disponibilidade, suporte inabalável e boa fé na produção de conhecimento a respeito da entidade que celebra seus 20 anos de atuação em Belo Horizonte e em Minas Gerais na luta por cidadania e políticas públicas para a comunidade LGBTQ+ e que, por isso, merece ser estudada.

Meus agradecimentos aos Profs. Leandro de Oliveira e Marco Aurélio Máximo Prado pelas contribuições dispensadas ao trabalho à ocasião da banca de qualificação, imprescindíveis para o bom andamento e conclusão da pesquisa. Igualmente, agradeço aos Profs. Luiz Alex Silva Saraiva e Alexandre de Pádua Carrieri, pelas contribuições dispensadas na ocasião da banca de qualificação, assim como o aceite para o retorno na banca de defesa. Às Profas. Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães e Ana Paula Rodriguez Diniz meus sinceros agradecimentos pela presença na banca de defesa e atenção dispensadas ao trabalho.

Por fim, meu respeito, admiração e agradecimento pelo trabalho da Profa. Raquel Brigatte de Melo na revisão e correção desta pesquisa. Pela parceria duradoura desde os tempos do mestrado e pelo carinho dispensado, meu muito obrigada.

*Mama said don't give up, it's a little complicated  
All tied up, no more love and I'd hate to see you waiting*

*Had to have high, high hopes for a living  
Shooting for the stars when I couldn't make a killing  
Didn't have a dime but I always had a vision  
Always had high, high hopes*

(Brandon Urie, "High Hopes"  
— "Pray for the Wicked", 2018)



## RESUMO

O CELLOS-MG (Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais) se apresenta como uma entidade que postula, entre seus objetivos principais, a “luta contra a LGBTfobia e quaisquer formas de preconceito por orientação sexual ou por gênero”, assim como a “conscientização da população LGBT sobre a defesa de seus direitos fundamentais, além da formação de novos militantes”. Localizada em Belo Horizonte, a entidade atua como movimento organizado da sociedade civil representante da comunidade LGBT+ em fóruns municipais, estaduais e nacionais. O foco desta pesquisa se voltou para o CELLOS-MG, enquanto um tipo de organização advinda dos ativismos relacionados ao campo da sexualidade, pois, por um lado, consideramos a produção de subjetividades — principalmente a vertente foucaultiana, que parte dos efeitos das relações de poder e dos discursos de verdade como produtores de sujeitos — como parcela da dimensão política de constituição das sexualidades individuais. Por outro, consideramos o histórico de desenvolvimento teórico a partir de vivências de ativistas e movimentos sociais. Logo, a ideia central desta tese é problematizar os modos de existência desses sujeitos, de forma a desvelar suas relações de poder, as práticas que constituem os espaços organizacionais e os elementos da matriz sexual hegemônica atual que constituem estes sujeitos e que estão imbricados nas dinâmicas de organização do espaço do movimento. Para tanto, utilizamo-nos dos métodos de pesquisa documental e entrevista qualitativa semiestruturada para a coleta de dados, ao passo que a análise enunciativa arqueogenealógica empreendida foi desenvolvida considerando os escritos e as teorizações de Michel Foucault sobre os próprios métodos utilizados para a condução de suas genealogias e arqueologias. Entre os achados da análise, procuramos destacar a organização enquanto sujeito coletivo de moral e política, ressaltando as regras e normas da organização, seu funcionamento interno e os seus posicionamentos estratégicos nas relações de poder-resistência em que se insere. Igualmente, abordamos a “Parada LGBT de Belo Horizonte” enquanto um evento que é alvo de interdições e disputas, ao mesmo tempo que representa um espaço para enunciações e visibilização dos corpos dos sujeitos marginalizados. Por fim, discutimos os processos de constituição dos membros militantes em suas três dimensões principais: enquanto sujeitos sexuais, políticos e da moral “cellista”.

**Palavras-chave:** Estudos Organizacionais; Estudos de Gêneros e Sexualidades; Michel Foucault; Análise do discurso; CELLOS-MG.

## ABSTRACT

CELLOS-MG (Centre for the Fight for Free Sexual Orientation of Minas Gerais) presents itself as an entity that postulates, among its main objectives, the “fight against LGBTphobia and any forms of prejudice due to sexual orientation or gender”, as well as the “awareness of the LGBT population about the defense of their fundamental rights, in addition to the formation of new militants”. Located in the city of Belo Horizonte, the entity acts as the organized movement of civil society representing LGBT+ in its local, state and national forums. The focus of this research turned to CELLOS-MG as a type of organization that emerged from the activisms related to the field of sexuality, because, on the one hand, we consider the production of subjectivities — mainly the Foucauldian strand, which states the effects of power relations and discourses as producers of subjectivities — as part of the political dimension of people's sexuality. On the other hand, we consider the history of theoretical development from the experiences of activists and social movements. Therefore, the central idea of this thesis is to problematize the modes of existence of these subjects, in order to reveal their power relations, the practices that constitute the organizational spaces and the elements of the current hegemonic sexual matrix that constitute these subjects and that are imbricated in the dynamics of space organization that informs the movement. For that, we used the methods of documental research and semi-structured qualitative interview for data collection, while the archeogenological enunciative analysis undertaken was developed considering Michel Foucault's writings and theories about the very methods used to conduct his genealogies and archeologies. Among the findings of the analysis, we sought to highlight the organization as a collective subject of morals and politics, highlighting the organization's rules and norms, its internal functioning and its strategic positions in the power-resistance relations in which it is inserted. Likewise, we approach the “Belo Horizonte LGBT Parade” as an event that is subject to interdictions and disputes, at the same time that it represents a space for enunciations and visibility of the bodies of marginalized subjects. Por fim, discutimos os processos de constituição dos membros militantes em suas três dimensões principais: enquanto sujeitos sexuais, políticos e da moral “cellista”.

**Keywords:** Organizational Studies; Gender and Sexualities Studies; Michel Foucault; Discourse Analysis; CELLOS-MG.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Banner de apresentação do encontro.....	106
Figura 2 – Local de armazenamento dos registros do CELLOS.....	112
Quadro – Resumo demográfico dos(as) entrevistados(as).....	117
Figura 3 – Vista da sacada da sede do CELLOS.....	136
Figura 4 – Praça Sete de Setembro durante a Parada do Orgulho LGBT de 2018.....	155
Figura 5 – Concentração da Parada do Orgulho LGBT de 2018.....	155
Figura 6 – <i>Drag Queens</i> no trio elétrico da Parada.....	159

## SUMÁRIO

<b>I</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>II</b>	<b>SEXUALIDADE E OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS.....</b>	<b>20</b>
2.1	Estudos Críticos à Literatura Existente.....	22
2.2	Assédio Sexual nas Organizações.....	31
2.3	Diversidade e Agenda LGBTQ+.....	38
2.4	Discriminação Sexual no Trabalho.....	45
2.5	Subjetividades nas Organizações.....	53
<b>III</b>	<b>GÊNERO, SEXUALIDADE E A MATRIZ HETEROSSEXUAL HEGEMÔNICA.....</b>	<b>63</b>
<b>IV</b>	<b>SUJEITOS E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO.....</b>	<b>79</b>
<b>V</b>	<b>CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA.....</b>	<b>96</b>
5.1	Por uma (não) ontologia de organizações e sujeitos.....	96
5.2	Objetivos da pesquisa.....	102
5.3	Idealização da pesquisa, inserção no campo e coleta de dados.....	103
5.4	A construção artesanal de uma analítica foucaultiana.....	119
<b>VI</b>	<b>ORGANIZAÇÃO E ÉTOS: CELLOS-MG.....</b>	<b>134</b>
<b>VII</b>	<b>A PARADA LGBTQ DE BELO HORIZONTE.....</b>	<b>149</b>
<b>VIII</b>	<b>A FORMAÇÃO DE UM MEMBRO CELLISTA.....</b>	<b>176</b>
<b>IX</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>204</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>213</b>
	<b>ANEXO A – Parecer de Aprovação do COEP.....</b>	<b>224</b>
	<b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevista elaborado para os estagiários.....</b>	<b>228</b>
	<b>APÊNDICE B – Roteiro de entrevista para os membros do corpo diretivo.....</b>	<b>229</b>
	<b>APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>230</b>

## I. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, os movimentos sociais de luta por direitos humanos e civis marcaram presença determinante no debate político e na efetivação de políticas públicas que contemplam alguns dos segmentos mais marginalizados da população, em particular, os que militam por pautas sexuais e de gênero. Nesse cenário, o CELLOS-MG (Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais) se apresenta como uma “entidade da sociedade civil que luta pelos direitos e promoção da cidadania da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT” (CELLOS-MG, 2021). Tal organização conta com a sua sede localizada na região central de Belo Horizonte e foi formada em março de 2002, segundo a breve biografia disponível no próprio *website*, a partir do movimento que reuniu um pequeno grupo de ativistas pelos direitos humanos da população LGBT+, tendo como seus objetivos principais a “luta contra a LGBTfobia e quaisquer formas de preconceito por orientação sexual ou por gênero”, assim como a “conscientização da população LGBT sobre a defesa de seus direitos fundamentais, além da formação de novos militantes” (CELLOS-MG, 2021). Atualmente, o grupo não somente cresceu em termos de estrutura — contando com o seu próprio conselho deliberativo e a figura do presidente —, mas também se expandiu em termos de atividades e capacidade de exercer pressão política nos poderes público municipal e estadual, sendo a organização principal por trás da “Parada do Orgulho LGBT+ de Belo Horizonte”, além da organização principal por trás de importantes projetos de saúde, lazer e bem-estar para a população LGBT+ da capital (CELLOS-MG, 2021; TAVARES; ISAYAMA, 2014).

De forma semelhante, a sexualidade, enquanto temática de pesquisa, vem ganhando espaço nas discussões acadêmicas, principalmente para os Estudos Organizacionais (EORs), enquanto área relacionada à Administração, à medida que este vem se consolidando como campo do saber. Prova disso está na contribuição seminal de Gibson Burrell para o periódico científico *Organization Studies*, intitulado “*Sex and Organizational Analysis*” (Sexo e a Análise Organizacional), indicando que a área vem discutindo esta temática em suas várias manifestações no cotidiano das organizações há quase quatro décadas. Sendo assim, a realização de levantamento do conhecimento produzido sobre este tópico trinta anos após a publicação de Burrell (1984) por parte de Brewis, Tyler e Mills (2014) se justifica. Os autores verificaram que, “embora a sexualidade permaneça um tópico relativamente marginal no *mainstream* dos estudos organizacionais, um corpo de ideias substancial tem emergido nos

círculos mais críticos, representando um florescente diálogo que [...] tem se expandido através das fronteiras disciplinares”, sofrendo grande impacto, particularmente, da Teoria Feminista e do pós-estruturalismo, assim como certa influência da Teoria *Queer* e do pós-colonialismo (BREWIS; TYLER; MILLS, 2014, p. 305, tradução própria).

Constatação semelhante foi realizada por autores brasileiros, na ocasião do artigo publicado no periódico “Organizações & Sociedade” (O&S), em 2018, intitulado “A produção científica sobre sexualidade nos Estudos Organizacionais: uma análise das publicações realizadas entre 2005 e 2014”. Neste trabalho, Pompeu e Souza (2018, p. 63) realizaram o levantamento bibliográfico em catorze (14) periódicos nacionais e internacionais no âmbito da gestão e dos estudos organizacionais e identificaram sete (7) eixos temáticos nos quais os estudos sobre sexualidade podem ser agrupados, sendo estes: “1) sexualidade, poder e resistência; 2) heteronormatividade nas organizações; 3) cultura organizacional e homofobia; 4) identidade sexual e homofobia; 5) propostas de não discriminação de LGBTs; 6) espaço e socialização sexual; e 7) crítica aos saberes produzidos na academia”. Para os autores, não se tratavam de categorias fechadas ou exclusivas, mas noções gerais de como o tópico da sexualidade vem sendo discutido ao longo dos anos, sendo possível, inclusive, que haja interlocuções ou intersecções entre as categorias formuladas.

Tornou-se evidente, ao mesmo tempo, que juntamente aos desenvolvimentos teóricos, as experiências vividas nas organizações têm mudado nesses anos, uma vez que “como consumidores e trabalhadores nossas vidas são formadas pela onipresença de organizações e pela centralidade da sexualidade” (BREWIS; TYLER; MILLS, 2014, p. 305, tradução própria). Em suma, nós vivemos em um mundo sexualizado. Diferentemente do que possa parecer, entretanto, “sexo” e “sexualidade” estão longe de formarem significados ou categorias estáveis, fixas, compartilhadas e não problemáticas, estando mais próximas de serem focos de tensionamentos múltiplos que são evidenciados nas interações dos atores em organização (BREWIS; TYLER; MILLS, 2014). Nesse sentido, Burrell (2014, p. 313, tradução própria) afirma que “a sexualidade está cada vez mais organizada e, portanto, cada vez mais é reflexo de poder, resistência e controle”, evidenciando, portanto, a dimensão política da temática.

Tal dimensão política apresenta ramificações na vida de sujeitos de pesquisa e, também, de pesquisadores. Tanto Burrell (2014) quanto Bell e Sinclair (2014) comentam a respeito da frequente necessidade de pesquisadores se justificarem frente à escolha deste tema de pesquisa. Bell e Sinclair (2014) foram ainda adiante, afirmando que acadêmicos, com algumas exceções, são reticentes em reconhecer e explorar questões sobre erotismo e sexualidade nos próprios domínios organizacionais, ou seja, dentro da própria academia. Tal reticência pode expressar o

que Brewis, Tyler e Mills (2014, p. 306, tradução própria) afirmam sobre a “coexistência de visões exploratórias e opressivas sobre o que é normal e natural em relação à sexualidade, e o impacto destas visões em como a sexualidade é organizada e vivida no contexto organizacional”, assim sugerindo “a persistência de medos e ansiedades sobre, assim como o ordenamento hierárquico das, expressões de desejo sexual”.

Ou seja, pesquisadores também se encontram inseridos em dinâmicas organizacionais que os constroem e os produzem enquanto sujeitos sexuais e pesquisadores, simultaneamente. Nesse sentido, Brewis, Tyler e Mills (2014) oferecem uma possível via de explicação para o que foi levantado por Bell e Sinclair (2014) e, ao mesmo tempo, sinalizam o atravessamento das sexualidades nas organizações por outras questões que estão imbricadas e fazem parte da esfera da dimensão política, e que se encontram ali emaranhadas e ainda por serem exploradas.

Para começar a desembaraçar estas questões, devemos nos lembrar que, conforme levantado por Hearn (2014), a influência de ativismos políticos contribuiu para a construção de desenvolvimentos teóricos sobre a sexualidade nas organizações. Nos anos 1970, por exemplo, “o assédio sexual foi nomeado e estudado, graças a ativistas feministas e jornalistas”, propiciando a alavancagem dos estudos feministas sobre as violências sofridas por mulheres no trabalho (HEARN, 2014, p. 401, tradução própria). Ainda nos anos 1970 e 1980, outra importante área de atuação do ativismo em torno das organizações foi a luta contra a discriminação de gays, lésbicas e bissexuais e a favor da diversidade sexual no ambiente laboral (HEARN, 2014). Estas afirmações, no entanto, somente levam em consideração o contexto político vivenciado, principalmente, nos Estados Unidos, e em segundo plano, na Europa. Segundo salientam Green, Quinalha, Caetano e Fernandes (2018), os anos de ditadura civil-militar vivenciados no Brasil impediram que, pela maior parte da década de 1970, os associativismos de qualquer natureza se desenvolvessem em plenitude, fazendo com que o “movimento homossexual brasileiro” (MHB) somente alcançasse alguma expressão por volta de 1978, marco na redemocratização do Brasil. Os autores reiteram que seria injusto e equivocado desconsiderar a já bem documentada história de iniciativas de associativismos LGBT+ (antes mesmo de a sigla existir) precedentes aos anos 1970–1980 no Brasil, uma vez que “a mera existência pública de corpos e de desejos contrários às normas-padrão de gênero e de sexualidade sempre foi um ato político da maior grandeza” (GREEN; QUINALHA; CAETANO; FERNANDES, 2018, p. 11). Por isso, faz-se fundamental contextualizar que os desenvolvimentos dos ativismos políticos referidos por Hearn (2014) se aplicam a um contexto

particular, mesmo que as suas ramificações tenham influenciado de alguma forma e alavancado os estudos sobre gêneros e sexualidades na academia brasileira.

Ainda assim, das intervenções ativistas nesse período derivaram-se dois tipos de construções teóricas em torno da sexualidade enquanto “comportamento inapropriado”: o caráter “inapropriado do assédio” e o caráter “inapropriado da discriminação” contra pessoas que são vistas como a incorporação das “sexualidades inapropriadas” ou “dissidentes” (HEARN, 2014). Vale lembrar que, entre os estudos seminais sobre as “sexualidades dissidentes”, encontra-se o trabalho de Gayle Rubin (1984), no qual a autora reflete sobre a possibilidade de uma teoria radical do sexo que contemple as recorrentes investidas políticas das quais a sexualidade é alvo, sobretudo durante períodos de intensa crise social. Neste trabalho, Rubin (1984) afirma que o sexo é sempre político e sempre sujeito a investidas normativas de controle e redefinições em sua manifestação, descrevendo situações históricas, particularmente na história política dos Estados Unidos, em que o sexo e a sexualidade foram contestados e histerias sexuais implantadas e utilizadas politicamente por diversos atores. Dessa forma, a autora aponta como as fronteiras que separam comportamentos sexuais legítimos dos ilegítimos se encontram em constante disputa e atualização, produzindo sujeitos e sexualidades que, por sua vez, são classificadas entre “normais” (heterossexuais, reprodutoras, monogâmicas, não pornográficas, etc.) e “dissidentes” (homossexuais, não reprodutoras, não monogâmicas, sadomasoquista, etc.).

Desse foco em particular, Hearn (2014, p. 401, tradução própria) afirma que os estudos sobre “sexualidades dissidentes” tomaram os anos 1980 como uma onda de pesquisadoras e pesquisadores preocupados em estudar todos os aspectos relacionados às sexualidades tomados por fixos e estáveis até então, incluindo o questionamento da própria “heterossexualidade”, suas “normas, ideologias, experiências e relacionamentos nas organizações”. Para o autor, “esse último enquadramento procurou estudar sexualidades nas organizações de uma forma mais empírica” e precisa, e também foi politicamente informado, no sentido de permitir uma abordagem melhor fundamentada das relações de poder e sexualidades nas organizações (HEARN, 2014, p. 401, tradução própria). Assim, um campo de estudos se formou em torno das experiências vividas desses indivíduos, abrindo portas não somente para que trabalhos sobre violências sofridas por estes sujeitos florescessem, mas que também outros tipos de trabalhos, estes focados nas dinâmicas mais sutis de produção de subjetividades, também ganhassem seu espaço.

Nesta última categoria de trabalhos se encaixa a proposta desta tese. Por um lado, consideramos a produção de subjetividades — principalmente a vertente foucaultiana, que parte



dos efeitos das relações de poder e dos discursos de verdade como produtores de sujeitos — como parte da dimensão política de constituição das sexualidades individuais. Por outro, consideramos o histórico de desenvolvimento teórico a partir de vivências de ativistas e movimentos sociais, resultando no foco desta pesquisa voltado para um tipo de organização particular, surgida dos ativismos relacionados ao campo da sexualidade. Conforme visto anteriormente, o CELLOS se caracteriza como uma entidade da organização civil, composta de militantes LGBTQ+ voluntários que são responsáveis por assegurar os recursos que tornam o movimento viável, ao mesmo tempo que o mantém ativo politicamente. Estes sujeitos transitam pela entidade e por outros espaços organizacionais, constituindo os lugares pelos quais transitam e sendo constituídos em retorno, enquanto sujeitos sexuais e de política, duas dimensões que se entrelaçam nessa trama de relações de poder.

Logo, a ideia central dessa tese é problematizar os modos de existência desses sujeitos, de forma a desvelar suas relações de poder, as práticas que constituem os espaços organizacionais e os elementos da matriz sexual hegemônica atual que constituem estes sujeitos e que estão imbricados nas dinâmicas de organização do espaço do movimento. Assim, a execução desta ideia requer, necessariamente, a sua formulação em um *objetivo geral* da pesquisa, uma vez que pretendemos: analisar os enunciados que constituem o *éthos* do CELLOS, evidenciando os processos de constituição dos militantes enquanto sujeitos sexuais atuantes politicamente e os elementos discursivos que perpassam a construção e afirmação da organização.

Por conseguinte, tal objetivo a ser alcançado desdobra-se em *objetivos específicos*, a serem explorados ao longo da tese:

- a) analisar os processos de constituição dos sujeitos e os seus modos de existência, evidenciando o imbricamento entre sexualidade e ação política;
- b) analisar os enunciados que são articulados na construção do grupo enquanto uma organização de luta e resistência;
- c) levantar e problematizar a rede de relacionamentos dos CELLOS com outras organizações e instituições, de modo a evidenciar as relações de poder travadas pela organização e os tensionamentos resultantes de seu espaço de atuação.

Tal proposta nasce, primeiramente, de uma lacuna teórica identificada no campo dos Estudos Organizacionais brasileiros sobre a temática da sexualidade, a ser explorada adiante em capítulo específico. Pompeu e Souza (2018) destacaram que muitos dos desenvolvimentos teóricos observados nas EORs em relação à temática de sexualidade se devem a contribuições de pesquisadores internacionais, que avançaram bastante a fronteira do campo de saber nestes

anos e cujos estudos integram exclusivamente duas (2) das sete (7) categorias apresentadas pelos autores. Por este motivo, os autores evidenciam lacunas a serem exploradas por pesquisadores brasileiros, “principalmente na análise das relações entre sexualidade, espaço e saberes produzidos pela academia” (POMPEU; SOUZA, 2018, p. 63). Desse modo, as possíveis contribuições de pesquisas que relacionem os espaços organizacionais e a constituição de sujeitos sexuais na sociedade brasileira contemporânea adquirem importância neste cenário.

Em segundo lugar, outra lacuna teórica no campo das EORs necessita ser endereçada, dessa vez sobre a tratativa dos feminismos e estudos de gênero, dado que as questões relativas ao tema da sexualidade se encontram muito mais próximas dos estudos de gênero do que restritos a uma área caracterizada à parte. Isso significa que é necessário situar as sexualidades, enquanto temática, dentro de um debate mais amplo, reconhecendo que, mesmo que não seja o foco principal, ainda é parte de um conjunto de categorias que se entrelaçam. Tal tratamento, no geral, não tem sido visto por parte dos estudos brasileiros sobre sexualidade nas EORs, que costumam separar suas discussões entre debates exclusivamente sobre gênero e debates exclusivamente sobre sexualidades, conforme será explorado em capítulo posterior. Dessa forma, a elaboração de amarrações que entrecruzem gênero e sexualidade, ou até mesmo outras categorias analíticas adicionais, amplia a discussão, enriquecendo-a, uma vez considerado que, para a perspectiva ontológica adotada nesta pesquisa, o sujeito é visto como discursivamente constituído e historicamente situado. Isso faz com que a análise das falas dos sujeitos deva considerar mais do que somente uma categoria analítica e seja capaz de fornecer um quadro mais amplo do contexto sócio-histórico no qual esses sujeitos estão situados.

Além do mais, a proposta surge da necessidade, nos tempos atuais, de se contemplar novas questões a respeito de como os sujeitos se constituem em torno da sua sexualidade nos contornos da matriz sexual hegemônica em vigência, assim como compreender o tensionamento que a ação política traz para esse processo. Afinal, estamos atravessando um período, que perdura há algum tempo, de grande ansiedade e crise social, ambiental, econômica, política e de saúde, no qual as histerias sexuais e pânico morais são insuflados e mobilizados por atores engajados, recuperando e revitalizando discursos proibitivos a respeito do sexo e da sexualidade, além de colocar o sexo no centro do debate político e moral. Somos testemunhas de um período de intensa disputa discursiva em torno dos comportamentos sexuais legítimos e ilegítimos e das configurações sociais atreladas a estas vivências. Portanto, compreender as vivências dos sujeitos engajados na linha de frente dessa disputa, as formas como estes sujeitos se constituem e são produzidos em suas sexualidades, suas relações e os diferentes espaços

organizacionais que estes atravessam, adquire vital importância na busca de entendimento acerca das sexualidades e modos de vida contemporâneos.

## II SEXUALIDADE E OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

O tema da sexualidade, embora se apresente como dimensão fundamental da formação subjetiva dos sujeitos e seja tópico frequente de conversas informais no cotidiano das organizações, ainda hoje se mantém firmemente nas margens das discussões em EORs, conforme adiantado no capítulo introdutório deste trabalho. Ao mesmo tempo, a produção de trabalhos que abordam ou pelo menos tangenciam o tema vem entrando em um processo de aceleração desde o início do século XX, em todas as áreas das ciências sociais, incluindo os Estudos Organizacionais, devido ao fato de que a vida real tem sido mais ágil e transformadora do que a capacidade dos acadêmicos de acompanhá-la (DANTAS, 2012) com suas análises e pesquisas. Por esse motivo, faz-se necessário lançar o olhar em direção a este processo que acomete os estudos sobre sexualidades nos EORs, de modo a destacar não a evolução, pois esta noção pressupõe um começo e um caráter teleológico desejável, mas o andamento recente das discussões sobre o tópico na área. É crucial realizar um esforço, enfim, mais próximo de um levantamento que não se proclama exaustivo sobre as pesquisas, mas que, ao mesmo tempo, busca compreender o estado da arte das discussões realizadas nesta última década, a fim de apresentar um quadro mais amplo de inserção desta pesquisa.

Este esforço teórico se inspira nos trabalhos de Burrell (2014), Hearn (2014) e Pompeu e Souza (2018), na medida em que estes autores buscaram refletir a respeito da produção científica acerca das Sexualidades nos Estudos Organizacionais, tanto no cenário internacional quanto no contexto brasileiro. Por meio de suas pesquisas, os autores se propuseram a eleger, cada qual a sua maneira, as categorias temáticas sob as quais os trabalhos analisados se subscrevem mais frequentemente. Por exemplo, para Hearn (2014), os estudos sobre sexualidades seguiram, ao longo dos anos, a lógica de agrupamento temático que os definiram conforme o ativismo feminista conquistou espaço e determinou pautas, quais sejam: (1) assédios, sexual e moral; (2) discriminação no trabalho por motivos de orientação sexual; (3) poder e sexualidades nas organizações; (4) organização sexual do trabalho; e (5) estudos sobre transexualidades. Por outro lado, Pompeu e Souza (2018) identificaram, após análise de catorze (14) periódicos nacionais e internacionais no período de dez (10) anos, sete (7) categorias temáticas, a saber: (1) sexualidade, poder e resistência; (2) heteronormatividade nas organizações; (4) cultura organizacional e homofobia; (4) identidade sexual e homofobia; (5) propostas de não discriminação de LGBTQ+; (6) espaço e socialização sexual; e (7) crítica aos saberes produzidos na academia. Seguindo os passos desses autores, realizamos uma busca

extensiva de trabalhos que abordam a temática das sexualidades e decidimos agrupar e discutir estes trabalhos encontrados em cinco (5) categorias temáticas dispostas a seguir.

Procuramos realizar este levantamento e focar a análise nas produções publicadas em periódicos nacionais e internacionais cujo escopo abrange a área de Estudos Organizacionais, buscando nas plataformas, principalmente, pelo termo “sexualidade” e suas variações (“sexo”, “sexualidades”) nos campos de título, resumo e palavras-chave. Tal sistema de busca, apesar de amplo por conter tão poucas palavras, retornou poucos resultados que, em sua maioria, foram compostos por ensaios teóricos, análises e críticas realizadas aos conhecimentos produzidos pela academia até então. A ampliação da pesquisa para a inclusão de termos como “diversidade”, “LGBT”, “discriminação”, e “assédio sexual” (o que direcionou e filtrou a pesquisa) veio inspirada por leituras já realizadas, além do contato com o livro organizado por Freitas e Dantas (2012), intitulado “Diversidade Sexual e Trabalho”, cuja coletânea de artigos assinados por vários autores despertou a percepção de outras temáticas tangenciais à discussão acerca das sexualidades, como “gênero”, “discriminação”, “assédio sexual”, e “diversidade”.

As pesquisas nestes termos renderam, afinal, sessenta e três (63) artigos catalogados e discutidos nesta seção, provenientes de periódicos de acesso aberto ou híbrido e renomados da área, tais como: *Organizations; Gender, Work and Organization; O&S (Organizações & Sociedade); Revista de Administração de Empresas (RAE); Cadernos EBAPE.BR; Revista Gestão.org; Revista de Administração Mackenzie; Psicologia & Sociedade; Research, Society and Development; Revista de Administração da USP (RAUSP); GV Executivo; Revista Eletrônica de Administração (REAd); Farol – Revista de Estudos Organizacionais; Revista de Administração Contemporânea (RAC); Gender in Management: an International Journal; e Revista Eletrônica Gestão e Sociedade*. Os trabalhos encontrados abrangem um período de aproximadamente vinte (20) anos de publicação, iniciado em 1996, com o artigo seminal de Maria Ester de Freitas sobre a temática do assédio sexual, chegando até os anos 2019 e 2020. Conforme dito anteriormente, a leitura dos resumos e a posterior leitura dos artigos me levaram a agrupá-los em cinco (5) categorias temáticas, tais quais: (1) Estudos críticos à literatura existente; (2) Assédio sexual nas organizações; (3) Diversidade e agenda LGBTQ+; (4) Discriminação sexual no trabalho; e (5) Subjetividades nas organizações.

No entanto, antes de prosseguirmos com as reflexões propostas, acreditamos ser necessário fazer algumas considerações a respeito das limitações apresentadas por esta exposição. A primeira se relaciona ao recorte dos trabalhos analisados, que desconsidera aqueles publicados em conferências neste período, mesmo que, notadamente, muito do movimento de discussões e debates sobre sexualidade tenha se desenvolvido nos principais

eventos da área (PANIZA, 2020). Isso se deve à concordância com a visão de Paniza (2020, p. 15), que indica que a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (Anpad) considera “trabalhos apresentados em eventos” como “*working papers*, ou seja, são trabalhos que ainda não se encontram em sua versão de publicação definitiva”. Por último, torna-se necessário reconhecer que este capítulo já nasce datado, uma vez considerado o tempo decorrente de sua escrita até a sua publicação enquanto tese de doutorado, o que faz dos esforços de atualização até a sua publicação somente uma tentativa de prorrogar, em um curto prazo, o seu fator de atualidade. Por isso, acreditamos que este levantamento, acompanhado por reflexão, seja capaz de corresponder até certo ponto à “atualidade” de publicações a respeito da temática de sexualidades nos EORs. Ainda assim, a sua existência se prova necessária, tanto para esta pesquisa, considerada a sua importância na fundamentação da justificativa, quanto para a área como um todo, que ganha em mais um empreendimento de revisão crítica e sistematização das publicações até o momento.

## **2.1 Estudos Críticos à Literatura Existente**

Superadas as considerações iniciais desta seção, retorno aos agrupamentos dos trabalhos encontrados, intencionando explorar a primeira categoria, referente aos “estudos críticos à literatura existente”, na qual se somam oito (8) artigos publicados em periódicos e um livro. Neste agrupamento em particular, parte dos trabalhos encontrados podem ser caracterizados como revisão de literatura existente, por vezes acompanhados de uma reflexão crítica a respeito dos avanços teóricos e das limitações enfrentadas pelos pesquisadores (PULLEN, THANEM, TYLER, WALLEMBERG, 2016; HEALY, TATLI, IPEK, ÖZTURK, SEIERSTAD, WRIGHT, 2018; HEARN, 2019). Outros trabalhos se concentram nas contribuições que outras áreas do conhecimento poderiam acrescentar para os estudos sobre sexualidades nas organizações (ROBICHAUD, DAVEL, 2002; PAULA, 2003; HELOANI, CAPITÃO, 2012; FLORES-PEREIRA, 2012; CHEN, 2017). Por fim, alguns casos particulares, como o capítulo introdutório do livro “Diversidade Sexual e Trabalho”, organizado por Freitas e Dantas (2012), e o artigo de Cullen e Gotell (2002), buscam, respectivamente, estabelecer uma introdução sobre o desenrolar dos estudos sobre sexualidades no contexto brasileiro e promover crítica contundente a uma das mais consolidadas teorias das organizações, a Pirâmide de Necessidades de Maslow.

Iniciando pelos casos particulares, chama a atenção o trabalho de Cullen e Gotell (2002) que se dedica a apresentar uma crítica feminista cabal à teorização de Maslow acerca da sua

“Hierarquia de necessidades”, amplamente aceita e difundida na grande área da Administração, segundo os autores, sem maiores questionamentos. O ponto que os autores levantam, no entanto, é que a origem para sua teoria se encontra nos poucos estudos empíricos conduzidos por Maslow na década de 1930, que buscou comprovar a relação entre “autoestima” e o “comportamento sexual” de jovens mulheres universitárias naquela época. Os autores demonstram como a pesquisa de Maslow se encontra inserida no contexto da sexologia desenvolvida no início do século XX, tendo como base as noções da união heterossexual como comportamento sexual natural e desejável, reforçando as normas heteropatriarcais, sendo qualquer outro comportamento sexual considerado não natural, patologizado enquanto doença mental e combatível, o que faria da mulher solteira “incompleta”, “inadequada” e da mulher lésbica uma “aberração”.

Conforme argumentado pelos autores, a generalização dos resultados dos estudos de Maslow e sua consequente publicação além da ampla aceitação acrítica no campo da Administração como um todo se revelam problemáticas por uma série de fatores, primeiramente, por atrelar papéis de gênero à sexualidade, ao apresentar como “lésbicas” as mulheres com alto índice de “dominância”, caracterizadas por Maslow como mais “masculinas, independentes, socialmente preparadas, extrovertidas, descontraídas” (CULLEN, GOTELL, 2002, p. 546). Ou seja, apresentam-se traços tidos como pertencentes ao gênero masculino. Ao mesmo tempo, silenciava, deslegitimava e tentava apagar as reais experiências homossexuais femininas, conforme discutido por Cullen e Gotell (2002). O apagamento de vivências homossexuais e o atrelamento expresso entre gênero e sexualidade nos estudos de Maslow somente reforçam o imperativo heterossexual e o caráter binário do gênero, ao definir mulheres lésbicas como “masculinas” e “dominantes”, em um esforço deliberado por parte do autor de isolar e construir tal categoria como inata (CULLEN, GOTELL, 2002).

Em segundo lugar, a pesquisa de Maslow se faz problemática por transpor a crença do autor na ligação inata entre “dominação” e “sexualidade” — proveniente dos estudos da Primatologia sobre controle de agressão por meio da hierarquia de dominação — para os estudos organizacionais, apresentando tais categorias como base constituinte da “autoestima” humana e generalizando resultados obtidos com um grupo homogêneo e pouco representativo. Tal visão não somente silencia as possibilidades de vivências não heterossexuais como também romantizam o comportamento agressivo e dominante masculino e a submissão e docilidade feminina, num imperativo binário e heteropatriarcal de gênero reforçado nas vivências organizacionais (CULLEN, GOTELL, 2002). Assim, o apelo que a hierarquia de Maslow ainda exerce sobre as organizações se deve mais à ligação de “autoatualização com o masculino”, já

que a “dominância e sexualidade reforçam a sexualidade das organizações, ao mesmo tempo que justificam a exclusão das mulheres das posições de poder” (CULLEN, GOTELL, 2002, p. 553). Isso acontece porque a teoria motivacional associa a posição de liderança nas organizações com comportamentos masculinos, passíveis de serem apresentados por mulheres, tão logo elas se submetam ao processo de transformação para se comportarem de forma mais “masculina” e “dominante” (CULLEN, GOTELL, 2002). Desse modo, mantêm-se as estruturas de poder heteronormativas que beneficiam a performance (em termos butlerianos) de um certo papel de gênero e de comportamento sexual, silenciando outras manifestações, tudo sob o julgo de uma teoria universal e amplamente aceita.

Ao caso do artigo de Cullen e Gotell (2002), segue-se o livro organizado por Freitas e Dantas (2012), “Diversidade Sexual no Trabalho” e lançado em 2012 pela editora *Cengage Learning*, em São Paulo. Para Bertero (2011, p. 512), o livro como um todo “não deixa de ter um caráter pioneiro na literatura sobre Administração, uma vez que a gestão da diversidade chegou a subsidiárias brasileiras a partir de decisões corporativas tomadas no exterior e às empresas brasileiras à conta de nosso tradicional mimetismo”. Isso não deixa de ser verdade, no entanto, seu capítulo introdutório, assinado por Dantas (2012), apresenta um panorama dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil e no mundo e a sua intrínseca ligação com os movimentos sociais e políticos atuantes pelos direitos à igualdade e proteção do Estado, além de apresentar, também, o movimento histórico da diversidade nacional. De acordo com Bertero (2011, p. 513), o texto introdutório de Dantas “contém mais do que habitualmente encontramos nas notas introdutórias a coletâneas”, pois “não resume nem descreve os diversos capítulos, mas se detém para contextualizar o sentido da diversidade sexual num país e numa cultura como a brasileira, plena de ambivalências ao tratar da sexualidade”. Tamanha diversidade se reflete na própria organização do livro, uma vez que Bertero (2011, p. 512) observa o grande número de trabalhos que se distinguem nas escolhas de temas, metodologias e gêneros literários, afirmando:

que os organizadores enfrentaram alguma dificuldade em agrupar os diversos capítulos, dada a sua própria diversidade, em termos de temas, metodologias e gênero literário. Temos trabalhos empíricos que utilizam metodologias tanto quantitativas como qualitativas. Tentarei efetuar um reagrupamento que não segue o do livro por questões de formatar esta resenha, sem pretender criticar ou corrigir a organização dos textos feita pelos organizadores. Primeiramente, temos os capítulos teóricos na forma de ensaio. Aqui agrupo a “Introdução” de Marcelo Dantas, e os capítulos sobre “Sexualidade e trabalho na visão da psicanálise” de José Roberto Heloani e Claudio Garcia Capitão; [...] “Corpo, pessoa e gênero” de Maria Tereza Flores-Pereira; e “Além dos estigmas profissionais” de Luiz Alex Silva Saraiva. Segundamente, colocaria os capítulos que se apoiaram em dados secundários. [...] Finalmente, teríamos um terceiro grupo, onde estão os trabalhos baseados em dados primários



gerados ou coligidos pelos próprios autores. Aqui se encontram o capítulo [...] “Travestis e transexuais no mundo do trabalho” de Hélio Arthur R. Irigaray [...].

Os trabalhos citados no trecho, além de representarem a grande diversidade de temas e abordagens tratadas no livro, destacam-se por se tratarem de ensaios teóricos e críticos à literatura existente, com exceção do trabalho de Irigaray (2012) sobre a inserção de travestis e transexuais no mundo do trabalho. Não somente, estes trabalhos, em particular, de certa forma, tangenciam as demais categorias que ainda serão endereçadas neste capítulo, pois são capazes de ir além das revisões de literatura, dos apontamentos de lacuna e das previsões de desenvolvimento do campo: vão buscar, no seio de outras áreas do conhecimento, o ferramental necessário para abordar aspectos do mundo laboral e da teoria organizacional que foram ignorados, pouco contemplados ou, quiçá, até bastante discutidos até aquele momento, mas que nova oportunidade se apresenta para encará-los de outra forma.

Este é o caso do primeiro capítulo do livro “Diversidade Sexual e Trabalho”, assinado por José Roberto Heloani e Cláudio Garcia Capitão (2012) e intitulado “Sexualidade e trabalho na visão da Psicanálise”. Os autores se debruçam, nesse caso, sobre as possíveis contribuições da abordagem psicanalítica para os estudos organizacionais, apontando os vários pontos de convergência na análise da subjetividade humana pelo prisma da sua constituição psíquica. Explorando diversos autores da psicanálise, Heloani e Capitão (2012) expandiram a capacidade de contribuição da psicanálise para além do adoecimento e do sofrimento organizacional, chegando mais próximo da sexualidade e subjetividade humanas. Para tanto, buscaram conceituar a sexualidade para a visão psicanalítica, afirmando se tratar não apenas da

atividade e o prazer que dependem do funcionamento do aparelho genital, mas toda uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância, que proporcionam um prazer irreduzível à satisfação de uma necessidade fisiológica fundamental (respiração, fome, função de excreção, etc.) [...] (HELOANI, CAPITÃO, 2012, p. 26).

Tal conceituação amplia a possibilidade de interpretações sobre a sexualidade humana e a dimensão em que ela opera indo além do espaço privado e dos atos e atividades sexuais que os indivíduos tomam parte, até chegar ao trabalho e à relação do indivíduo com o mundo material que o cerca. E é nesse aspecto que os autores querem tocar, uma vez que objetivam auxiliar o leitor a ir “progressivamente desvelando a maneira como a sociedade moderna” capitalista “e seu ideário açambarca a nossa psique desde o nascimento, espalhando-se pelo mundo do trabalho e chegando, pelos resultados atuais, quase à escravidão, ao enclausuramento em um universo de objetos-coisa” por meio da renúncia ou supressão do impulso libidinal, mais

conhecido por “desejo”, no indivíduo (HELOANI, CAPITÃO, 2012, p. 27). Logo, as teorias organizacionais que suportam e legitimam o ideário capitalista de trabalho e contribuem para a sua expansão estariam, nessa lógica, contribuindo para a formação não somente de indivíduos alienados do trabalho, mas também das demais relações sociais e, portanto, adoecidos psiquicamente (HELOANI, CAPITÃO, 2012).

Na esteira das possíveis contribuições proporcionadas pela abordagem psicanalítica, os textos de Ana Paula Paes de Paula (2003) e Robichaud e Davel (2002) trouxeram propostas para encarar tanto a questão da liderança organizacional quanto a análise dos laços sociais estabelecidos nas organizações, respectivamente, por esse prisma interdisciplinar. Paula (2002) associa a formação de personalidades narcisistas e a busca do prazer reprimido nas organizações às ocorrências de lideranças narcisistas e do assédio sexual e moral estabelecido nestas relações desajustadas. O argumento da autora perpassa a ideia de que todo o aparato cultural e econômico das sociedades modernas tem estimulado os indivíduos “a desviarem suas energias libidinais para a carreira, gerenciando o próprio prazer, mas isso não os liberta da ‘armadilha narcisista’, pois os mantêm ainda mais presos aos seus interesses individuais” (PAULA, 2002, p. 10). Logo, os indivíduos atuantes nas organizações são continuamente obrigados a renunciar e reprimir seus impulsos libidinais, associados à sexualidade e busca do prazer, o que faz com que esse prazer reprimido retorne e seja saciado na forma de fantasias narcisistas e na “busca de prazeres compensatórios que podem afetar as organizações e qualidade de vida no trabalho, na medida em que geram relações narcisistas desajustadas, tais como a liderança perversa e o assédio moral e sexual” (PAULA, 2002, p. 10).

Por outro lado, Robichaud e Davel (2003, p. 70) exploram os processos de influência como prática psicossocial nas organizações e concluem que as representações familiares e a sexualidade desempenham papel fundamental na estruturação dos laços sociais e no estabelecimento dos “parâmetros centrais do processo de influência” no ambiente de trabalho. Para tanto, os autores argumentam que as representações familiares nas empresas podem reproduzir a ambiguidade e ambivalência das relações familiares: ao mesmo tempo que se estruturam como locais de solidariedade, afetos e amadurecimento psicológico, também podem se transformar em locais de dominação, controle, abuso e de alterações mentais. Tudo isso está acompanhado e fundamentado nas relações de gênero e de sexualidade, que tensionam, reprimem e canalizam o impulso libidinal para a produtividade. Assim, o “exercício da influência nas organizações [...] abarca o universo das representações ligadas à psique familiar, à psique grupal e, por consequência, à sexualidade que daí decorre” ao balizar as dinâmicas de pertencimento organizacional (ROBICHAUD; DAVEL, 2003, p. 71).

Outros autores optaram por voltarem os olhares interdisciplinares para a Antropologia a fim de trazerem para os EORs contribuições enriquecedoras a respeito da sexualidade, como no caso do trabalho de Bo-Wei Chen (2017) e a sua pesquisa envolvendo profissionais da massagem erótica gay, em Taiwan, e no caso do capítulo assinado por Maria Tereza Flores-Pereira (2012) e intitulado “Corpo pessoa, sexo e gênero”.

Chen (2017) procurou examinar as dimensões corporais e afetivas no trabalho sexual masculino performado por massagistas gays em Taiwan, desvelando a dimensão moral nos processos de cuidado e de emulação de intimidade subjacentes aos serviços prestados por estes profissionais à clientela LGBTQ+ que, frequentemente, encontra-se fora dos padrões normativos de desejo gay. O autor não somente encara a massagem sexual gay como uma profissão legítima e busca questionar a binaridade que coloca sentimentos e racionalidade econômica em lados opostos numa prestação de serviços, como também explora analiticamente as interseções entre as relações corporais e afetivas no trabalho sexual masculino, em especial na massagem homoerótica. Entre os achados, Chen (2017) destaca a situação dos profissionais de massagem homoerótica taiwaneses, que são estigmatizados pela mídia e por seus companheiros, tidos como vetores de doenças venéreas, mesmo que a rotina de cuidados com o próprio corpo e os corpos dos clientes os proteja efetivamente das DSTs. Apesar da discriminação sofrida, os profissionais encontram no cuidado corporal dos clientes, também marginalizados, e no estabelecimento de afetos na prestação de serviços, sua redenção e razão de existência, amparados na lógica budista de acumulação de “karma bom” na caridade realizada em vida (CHEN, 2017). Dessa forma, Chen (2017) argumenta que as dimensões analíticas corporais e afetivas, e a sua relação moral com a profissão, são de suma importância na compreensão do contexto em que estes massagistas homoeróticos vivem.

Já Flores-Pereira (2012, p. 79) propõe em seu ensaio “discutir que uma análise integrada (não comparada) dos construtos de gênero e sexo é possível e necessária” partindo das concepções, ou formas de estudo do corpo humano: corpo biológico, corpo social e corpo pessoa (noção de *embodiment*). Assim, a autora apresenta estas concepções separadamente e depois realiza pequena discussão sobre a importância de uma análise integrada das mesmas, buscando destacar as noções de sexualidade, sexo e gênero e como a concepção de “corpo-pessoa”, traduzida do termo em inglês “*embodiment*”, pode ser uma viável alternativa para a saída da dicotomia sexo/gênero. Em conclusão, a autora ressalta a importância de se ter uma “compreensão diferente da maneira como sexo e gênero se relacionam na vida prática”. Ela argumenta que a teorização de corpo-pessoa busca o entendimento da relação entre pessoa e mundo de modo entrelaçado, integrado, de forma que “nessa teorização, não existe a ideia de

uma pessoa natural (um corpo, um sexo) a qual é posteriormente inserida no mundo (sócio-histórico-cultural)”, mas uma pessoa que está sempre no mundo e, assim, constitui-se como uma pessoa-corpo-sexuado (FLORES-PEREIRA, 2012, p. 95–96).

Por fim, o capítulo assinado por Luiz Alex Saraiva (2012) e intitulado “Além dos estigmas profissionais” traz a última reflexão interdisciplinar desta leva, incorporando, particularmente, as contribuições de Goffman, renomado autor da Sociologia, campo-mãe dos Estudos Organizacionais, com o propósito de discutir a questão dos estigmatizados profissionalmente em decorrência de gênero ou orientação sexual. Saraiva (2012, p. 149) parte da noção de estigma de Goffman para “problematizar inicialmente o que se identifica em boa parte do mercado de trabalho: profissões estigmatizadas por relações de gênero” e de orientação sexual, nos quais determinadas carreiras são consideradas mais “propícias” para determinados grupos de indivíduos em função de seu gênero ou orientação sexual, como ocorrem com as mulheres “enfermeiras”, “professoras”, e com os homossexuais masculinos no caso de “estilistas”, “cabelereiros”, “maquiadores”. O autor, então, realiza extensa reflexão sobre os profissionais estigmatizados, partindo de Goffman até chegar à literatura de EORs existente no momento sobre estas profissões e indivíduos, notando um considerável número de estudos que se debruçaram sobre o tema ao redor do globo, mas que majoritariamente focam nos profissionais do sexo e suas relações gênero/orientação sexual. Saraiva (2012, p. 162) conclui a sua reflexão lançando um questionamento — “mas o que, a quem e por que interessa restringir os gays a determinados grupos de trabalho?” — que ele logo se põe a destrinchar, incluindo apontamentos em relação aos estigmas de gênero e de saúde (como o estigma que os portadores de “HIV” enfrentam, por exemplo) e de como o mercado de trabalho e as organizações se estruturam e se utilizam o discurso da “diversidade”, mesmo sendo locais em que as práticas de discriminação se tornam tão evidentes em virtude do estigma social.

Os estudos interdisciplinares abordados e as reflexões que trouxeram representam uma parte fundamental desta revisão de literatura no que se refere às distintas temáticas que abordam e como as discussões tangenciam os demais agrupamentos que serão apresentados neste capítulo. Não somente, podemos observar outra tendência de discussões que se tangenciam, desta vez num sentido mais amplo tanto para as Ciências Sociais, quanto para os Estudos Organizacionais: a tendência de entrelaçamento das temáticas de sexualidade e gênero. Saraiva (2012, p. 155–156), em seu ensaio, já notava como a temática de “gênero encerra muitas possibilidades de leitura e de abordagem em termos de pesquisa”, que vão além das discussões tradicionais que polarizam masculino e feminino, abrindo “frentes promissoras, que colocam o gênero em contato com outras temáticas, permitindo que se visualizem discussões e

possibilidades pouco presentes na agenda atual”. Esta observação vai ao encontro daquela realizada por Bertero (2011), em sua resenha sobre o livro “Diversidade Sexual e Trabalho”, quando o autor nota que os textos inclusos como capítulos consideram a questão de gênero como parte integrante das discussões sobre diversidade. Assim, o constante entrelaçar das discussões sobre sexualidade e gênero nestes trabalhos perpassa a maioria (senão todos) dos agrupamentos aqui abordados e se tornam parte dos estudos sobre sexualidade como um todo, colocando a questão de gênero como aquela que mais prolificamente tangencia a temática de sexualidade, ou vice-versa, conforme observado nos ensaios.

Nesse sentido, observamos que as revisões de literatura também seguem esta tendência, em especial a revisão empreendida por Jeff Hearn (2019) na ocasião da celebração de vinte e cinco (25) anos de publicação da revista “*Gender, Work and Organization*” (GWO). No artigo, Hearn (2019) — um dos precursores do movimento acadêmico que levaria à fundação da revista — reflete questões a respeito da formação e consolidação deste renomado periódico britânico na área dos Estudos Organizacionais, em especial sobre os temas pilares da revista: “gênero”, “trabalho” e “organizações”. O autor afirma que, ao longo do tempo de operação da revista, os campos de estudos de gênero e estudos organizacionais foram, gradualmente, sobrepondo-se e se legitimando, ao mesmo tempo que o conceito de “gênero” se tornou cada vez mais complexo, contestado e instável. Por isso, Hearn (2019) inclui as questões sobre sexo e sexualidade nas suas reflexões a respeito de gênero, concluindo que tais questões são também questões de gênero, e como tal tem se tornado cada vez mais complexas, principalmente devido à abertura de novas frentes de contato e discussão tanto com as temáticas de “raça” e “classe” quanto com os demais pilares teóricos da revista, “trabalho” e “organizações”.

Dando prosseguimento à discussão sobre “interseccionalidade”, temos a revisão empreendida por Healy, Tatli, Ipek, Öztürk, Seierstad e Wright (2018), na qual os autores refletem sobre o trabalho desenvolvido pela socióloga Joan Acker articulando “gênero”, “raça”, “classe” e “organizações”, e as contribuições decorrentes dos trabalhos empíricos que se utilizaram do corpo teórico desenvolvido pela autora. Desse modo, os autores consideram Acker como pioneira nas articulações entre “gênero”, “raça” e “classe” nos estudos sobre organizações, sendo uma das primeiras autoras a construir uma estrutura analítica que levasse em consideração tal interseccionalidade. Logo, Healy *et al.* (2018) embarcam em uma revisão dos principais trabalhos empíricos inspirados pelas discussões de Acker, argumentando que estes trabalhos, por sua vez, avançaram as discussões a respeito dos eixos de análise que se interseccionam para além da obra de Acker, preenchendo lacunas e abrindo novas frentes teóricas. Entre os novos eixos analíticos explorados se destaca aquele pertencente à

“sexualidade”, uma vez que os autores apontam o silenciamento de Acker sobre a sua importância nos processos organizacionais, dado que a autora considerava a sexualidade como dimensão subordinada ao gênero nos regimes de desigualdade estabelecidos. Healy *et al.* (2018) apresentam os trabalhos que argumentam, de forma contundente, a importância da análise desta dimensão, afirmando sua posição central nos processos organizacionais e o seu entrelaçamento com gênero e classe. Assim, os autores concluem que a “sexualidade emerge como um foco particularmente silencioso do controle e um elemento da conformidade em relação a ambas as mulheres heterossexuais e lésbicas”, sendo a sua visibilidade enquanto dimensão de análise determinante para que esses regimes de desigualdade possam ser endereçados (HEALY *et al.*, 2018, p. 8).

Para encerrar este primeiro agrupamento, tanto o editorial do volume vinte e três (23) do periódico “*Gender, Work and Organization*”, assinado por Pullen, Thanem, Tyler e Wallenberg (2016), quanto o ensaio assinado por Souza (2017) para a revista RAC, trazem breves reflexões sobre as contribuições da teoria *queer* para os Estudos Organizacionais, contextualizando o surgimento do movimento teórico, identificando as principais características do mesmo, citando autores cânones, lacunas e possibilidades para o avanço nos EORs identificadas até então, apesar do engajamento tardio da área com a teoria. De acordo com Pullen *et al.* (2016), primeiramente, apesar do engajamento (até aquele ponto) relativamente genérico com a teoria, suas contribuições tanto na área acadêmica quanto em práticas cotidianas nas organizações são inegáveis, principalmente quando consideramos que “por volta de 25 anos atrás, no início do engajamento com a teoria, havia pouca discussão sobre identidade sexual nos estudos organizacionais” além de “ser incomum que lésbicas, gays, transgêneros ou bissexuais se assumissem no ambiente de trabalho”, e alguns poucos estudantes de EORs se assumiam abertamente LGBTQ+ (PULLEN *et al.*, 2016, p. 2, tradução nossa). Ainda assim, os autores clamam por uma adesão maior com a teoria, uma vez que consideram que as expressões e vivências *queer*, se comparadas com os papéis heteronormativos, ainda permanecem muito pouco exploradas pela área. Por isso, Pullen *et al.* (2016, p. 4, tradução nossa) organizaram a edição especial da revista com o propósito de “engajar criticamente com a teoria e política *queer* de modo a interrogar as formas como políticas sexual e de gênero são desempenhadas nas práticas organizacionais”, além de “criar um espaço politicamente transgressivo, desafiando modos de pensamento, trabalho e organização heteronormativos no nosso campo acadêmico e nas práticas cotidianas das organizações”. Desse modo, Pullen *et al.* (2016) concluem o editorial reconhecendo que os desenvolvimentos com a Teoria *queer*, tanto

no nível de prática institucional, ou organizacional, quanto no nível de conhecimento teórico, têm muito a evoluir, mas que algum progresso já foi feito.

Similarmente, Souza (2017, p. 320) acredita nas vastas possibilidades de contribuição da teoria *queer* para os Estudos Organizacionais, dado o seu potencial disruptivo e questionador da ordem hegemônica, mesmo que a previsibilidade da forma que estas contribuições irão tomar seja baixa, devido “à historicidade, fluidez e à dinâmica dos conceitos apresentados”. Isso significa dizer que o autor acredita no potencial de contribuição da teoria para o campo dos EORs indo além dos estudos a respeito das minorias identitárias mais comumente abordadas, como gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e *drags*, numa tentativa de desvincular a teoria *queer* de abordagens que somente consideram os temas de gênero e sexualidade, expandindo para o questionamento e problematização de outras identidades hegemônicas, como as pertencentes à esfera do trabalho (SOUZA, 2017). Por isso, Souza (2017) se propõe a fazer o exercício de reflexão sobre o que seria a teoria *queer* e como ela vem sendo adotada e modificada desde o início do seu movimento teórico, de modo a esclarecer que se trata não de uma identidade relacionada ao movimento LGBTQ+ ou de gênero, mas um arcabouço teórico construído e voltado para a problematização da produção de identidades consideradas naturais, normais e hegemônicas.

## **2.2 Assédio Sexual nas Organizações**

Temas delicados dentro e fora do ambiente acadêmico, tanto o “assédio sexual” quanto o “assédio moral” nas organizações se configuram, ao contrário do que afirmam os autores Olete, Palhares, Paiva e Guimarães (2018) e Teixeira e Rampazo (2017), como temáticas relacionadas e que vêm atraindo a atenção dos pesquisadores em Organizações, principalmente na área temática de Gestão de Pessoas, resultando em um número considerável de estudos publicados a respeito. Como exemplo, os dezoito (18) trabalhos selecionados para avaliação nesta seção podem ser citados, sendo o maior volume de trabalhos pertencentes a um agrupamento desta reflexão, mesmo considerando a nossa intenção de não esgotamento da discussão, que pretende somente trazer os principais delineamentos teóricos de cada categoria aqui analisada. Dessa forma, o critério adotado para inclusão de estudos neste agrupamento, tratado sob o título de “assédio sexual nas organizações”, conta com a inclusão de discussões voltadas a respeito dos assédios de tipo sexual vivenciados por indivíduos em seus ambientes de trabalho, mas que, por vezes, também exibem elementos de assédio moral. Os artigos

abrangem o período de publicação, nacional e internacional, de duas décadas, contemplando os anos entre 1996 e 2019.

Outros aspectos de destaque envolvem o reconhecimento de que, em sua maioria, os estudos aqui analisados se configuram como pesquisas empíricas de viés qualitativo, somando doze (12) trabalhos, enquanto os demais (6) se dedicam a discussões teóricas em torno do tema. Além do mais, foi possível perceber que as pesquisas em assédios no âmbito das organizações se concentram de forma massiva nas discussões sobre gênero, tendo como foco os assédios sofridos por mulheres trabalhadoras cisgênero<sup>1</sup> e heterossexuais, em que somente três (3) trabalhos mencionam assédios sofridos por indivíduos LGBTQ+ que, mesmo assim, recebem tão pouca atenção a ponto de serem consideradas quase que como “notas de rodapé” nestes estudos (WILLIAMS, 2003; WILSON; THOMPSON, 2001; FREITAS, 2001). Não obstante, temos que as discussões acerca do assédio sexual, que mais nos interessam aqui, têm girado em torno de casos, reportados ou não, que envolvem uma vítima do gênero feminino e um assediador do gênero masculino, não importando o nível hierárquico em que se encontrem na empresa ou organização, uma vez que a dinâmica de assédio, de acordo com Teixeira e Rampazo (2017), seria mais o resultado da desigualdade de poder entre os gêneros numa sociedade patriarcal, do que fruto de relações de poder específicas e localizadas.

No entanto, nem todos os autores aqui abordados se utilizam desta visão mais abrangente de assédio, resultando em diferentes conceituações utilizadas que são, em parte, fruto das diversas epistemologias as quais estes autores se subscrevem. Como exemplo, os autores brasileiros frequentemente se subscrevem a uma abordagem da Psicologia Social, advinda dos campos da Psicologia do Trabalho e da Psicanálise, que separa e distingue o “assédio moral” do “assédio sexual”, inspirados nas obras de 1996 e 1998, respectivamente, do psicólogo do trabalho sueco Heyns Leymann e da psicanalista francesa Marie-France Hirigoyen, que tratam o assédio moral como um “psicoterror”, ou um “sofrimento invisível” (HELOANI, 2004; FREITAS, 2001). Segundo esta vertente de pensamento, o assédio moral

caracteriza-se pela intencionalidade; consiste na constante e deliberada desqualificação da vítima, seguida de sua conseqüente fragilização, com o intuito de neutralizá-la em termos de poder. Esse enfraquecimento psíquico pode levar o indivíduo vitimizado a uma paulatina despersonalização. Sem dúvida, trata-se de um processo disciplinador em que se procura anular a vontade daquele que, para o agressor, se apresenta como ameaça (HELOANI, 2004, p. 5).

---

<sup>1</sup> Cisgênero: termo indicado para aqueles indivíduos que se identificam com o sexo biológico atribuído ao nascimento.



Ou seja, está muito mais ligada à ideia de uma perversidade moral do assediador, que demonstra traços de frieza emocional, calculismo e inteligência no seu agir, de modo a aterrorizar sua vítima (HELOANI, 2004). Os agressores, assim, “possuem traços narcisistas e destrutivos, estão frequentemente inseguros quanto à sua competência profissional e podem exibir, às vezes, fortes características de personalidade paranoica, pela qual projetam em seus semelhantes” tudo aquilo que não conseguem aceitar e trabalhar em si mesmos (HELOANI, 2004, p. 5). Dessa maneira, as disposições internas do agressor encontram as condições externas propícias nos ambientes organizacionais (marcados por diferenças hierárquicas e desigualdades sociais) para se manifestarem, o que caracteriza a dimensão social e histórica deste fenômeno psíquico que vitimiza, em sua maior parte, as mulheres no ambiente de trabalho (HELOANI, 2004; FREITAS, 2001; 1996).

Freitas (2001; 1996) e Heloani (2004) asseveram, em seguida, que o assédio moral pode tomar contornos sexuais e, assim, evoluir para um quadro de violência e coerção sexual da vítima. Ao afirmar que o assédio sexual não é uma “cantada”, mas uma “chantagem”, Freitas (2001; 1996) assinala que a relação não se dá entre iguais e iguala o assédio sexual a uma relação de coerção e violência, em que a vítima é obrigada a pagar com o sexo o agressor, para que este não a prejudique profissionalmente. Justamente porque uma das partes tem o poder de penalizar o outro, caso não receba a gratificação sexual, é que essa relação se caracteriza como assédio sexual, de acordo com a autora. Por isso, Freitas (2001, p. 16) se empenha em um esforço teórico e argumentativo para diferenciar o “assédio” da “cantada”, de modo a tipificar os comportamentos perversos e os traços psíquicos narcisistas dos agressores sexuais e distingui-los da sexualidade naturalmente manifesta nas organizações, propondo, assim, “que uma cantada é algo pessoal, uma tentativa sedutora de conseguir um envolvimento amoroso e sexual, e o assédio, uma questão eminentemente organizacional, já que necessita da estrutura de poder para sustentar-se e ameaçar o outro”.

Por outro lado, autores como Wilson e Thompson (2001) trabalham com a noção de que o assédio sexual se caracteriza como um fenômeno de manifestação de um poder socialmente estruturado e ideologicamente guiado, cuja estrutura influencia e é influenciada pelas práticas dos atores envolvidos nas dinâmicas sociais. Tal perspectiva epistemológica advém da Sociologia Organizacional, na qual se subscreve a obra do sociólogo Steven Lukes (1986), que versa sobre as três (3) dimensões/níveis de poder na estrutura social, propiciando um arcabouço teórico que Wilson e Thompson (2001) se apropriam para analisar o assédio sexual enquanto um exercício de poder em diferentes níveis, sendo, assim, um fenômeno social, primeiramente, e organizacional, em segundo plano. Para os autores, o assédio sexual pode ser analisado

enquanto uma primeira dimensão do exercício de poder, segundo formulação de Lukes (1986), pois se trata de uma interação entre dois atores, inseridos em determinada estrutura institucional (organizações), no qual a vontade de um deles prevalece sobre a outra, contrária à do primeiro ator social.

No caso, o exercício de poder dar-se-ia na forma de coerção sexual, partindo de um agressor do gênero masculino, que possivelmente se apoia na sua posição hierárquica, muitas vezes superior ao da vítima (WILSON; THOMPSON, 2001). Já a segunda dimensão do poder versa sobre o “poder invisível” que paira no ar e que previne a tomada de decisão a respeito de conflitos que partem de interesses subjetivos, porém observáveis (WILSON; THOMPSON, 2001). Em outras palavras, os autores fazem menção ao clima e à cultura institucionais que, por escolha dos detentores de poder, permitem que o assédio sexual seja não somente uma discussão invisibilizada nas organizações, mas, também, uma agressão altamente recorrente nesses ambientes. Por fim, a terceira dimensão do poder, segundo Wilson e Thompson (2001, p. 70), incorpora as duas anteriores e adiciona um elemento que permite que o poder opere de modo a “configurar e modificar desejos e crenças de uma maneira contrária aos interesses das pessoas”, por meio do que os autores reconhecem como as “ideologias” que permeiam a consciência social. Nesse caso, o assédio sexual seria resultado de uma ideologia atuante em uma “estrutura profunda”, primeiramente, capitalista, de exploração dos trabalhadores, e, em segundo lugar, machista, de dominação das mulheres por parte dos homens (WILSON; THOMPSON, 2001).

Assim, “em outras palavras, as próprias regras usadas para determinar se um comportamento está sendo visto como assédio são ideologicamente produzidas e são, em si mesmas, um exercício de poder” (WILSON; THOMPSON, 2001, p. 71). Nesse sentido, as formulações dos autores estão em consonância com a perspectiva mais abrangente sobre o assédio sexual, empregada por Teixeira e Rampazo (2017), especialmente por concordarem que o assédio é um fenômeno desproporcionalmente instigado por agressores do gênero masculino, e que vitimiza, em sua grande maioria, as mulheres, dada a estrutura de poder patriarcal que atua na sociedade e que permite que estas práticas sejam reproduzidas sem esforço de contenção.

Ainda nessa perspectiva epistemológica, temos os trabalhos publicados em periódicos internacionais que se dedicaram aos esforços não somente de conceitualizar o “assédio sexual” e caracterizar seus indícios, para além das definições gerais que, por exemplo, a Comissão Europeia<sup>2</sup> se utiliza (WILSON; THOMPSON, 2001), como também identificar os agressores,

---

<sup>2</sup> Braço executivo da União Europeia, responsável por propor e implementar legislações, além de gerir negócios e organismos da União Europeia. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/info/index\\_en](https://ec.europa.eu/info/index_en)>.

as vítimas e as situações recorrentes de assédio. Exemplo de um esforço para entender a manifestação do assédio nas organizações contemporâneas se encontra no trabalho de Brunner e Dever (2014), no qual as autoras refletem sobre a natureza do trabalho, as definições de “trabalho” e “ambiente de trabalho”, na era da tão chamada “nova economia”. De acordo com as autoras, a “nova economia”, cujas características marcantes são os serviços que demandam dos profissionais uma postura de “autogestão”, diluem e flexibilizam as fronteiras e horários de trabalho, e requerem cada vez mais a realização de “trabalho corporal” por parte dos profissionais, “tem produzido dificuldades particulares para aqueles que procuram identificar e endereçar as instâncias de assédio sexual” nesse contexto (BRUNNER; DEVER, 2014, p. 459). Por isso, as autoras destacaram, por meio de uma breve pesquisa empírica com grupos focais, como, discursivamente, estes trabalhadores tem tido cada vez mais dificuldade em identificar atitudes típicas relacionadas ao assédio sexual, como, por exemplo, os avanços sexuais vindos de clientes e superiores, em formas de cantadas, olhares, etc.; e a exigência de maior sexualização do corpo feminino, no vestuário e na aparência física das trabalhadoras contratadas.

Wilson e Thompson (2001) — entre outros autores — utilizam-se da conceituação denominada “*sex-role spillover*”, ou, na tradução própria, “transborde do papel-sexual”. Partindo de tal conceito, diversos trabalhos se empenharam em destrinchar e descrever as relações de assédio mais comuns nas diferentes indústrias (e nacionalidades) analisadas, com o foco nas relações desiguais de gênero. Para Wilson e Thompson (2001), o “transborde do papel-sexual” ocorre quando há uma expectativa posta sobre trabalhadoras mulheres para serem mais carinhosas, compreensivas e leais do que os homens ocupando a mesma posição. Logo, vários autores se debruçaram sobre as relações entre profissionais e clientes, buscando entender de que forma os assédios vindos de clientes impactavam a vida desses trabalhadores, sejam eles vendedores e vendedoras de seguro de vida em Taiwan (LU-MING, 2013), atendentes de lojas de departamento e da rede hoteleira na Austrália (GOOD; COOPER, 2016), camareiras de hotéis cinco (5) estrelas na Costa Dourada de Queensland, Austrália (KENSBOCK; BAILEY; JENNINGS; PATIAR, 2015), comissários de bordo atuantes em companhias áreas australianas (WILLIAMS, 2003), ou trabalhadoras de três (3) organizações diferentes em uma pequena cidade na Nova Zelândia (HANDY, 2006). Em comum, estes estudos tem a pretensão de explorar as vivências dessas trabalhadoras, em sua maioria mulheres, que sofreram alguma situação de importunação sexual advindas de clientes e descobrir as maneiras com que elas lidaram com essas situações, as estratégias que utilizaram e se elas reportaram tais ocorridos para a direção da organização. As conclusões variam entre a adoção de estratégias informais

para lidar e combater esse tipo de abuso advindo de clientes, muito pela natureza do trabalho na área de serviços (GOOD; COOPER, 2016), e a disposição para reportar estas ocorrências para a organização, caso esta demonstre estar aberta para receber a denúncia e apoiar a profissional denunciante (LU-MING, 2013).

Outro grupo de trabalhos consiste naqueles autores que se debruçaram sobre outra vertente comum de ocorrências de assédio sexual no trabalho: a de superiores que se utilizam de sua posição hierárquica para assediar trabalhadoras, em sua maioria mulheres, subordinadas. Esse é o caso dos estudos, por exemplo, que trataram dos processos de seleção para vagas na indústria criativa holandesa (HANNEKAM; BENNET, 2017), a percepção de tutores de jovens aprendizes sobre as experiências profissionais dos mesmos e a sua relação com os casos de assédio (OLETO; PALHARES; PAIVA; GUIMARÃES, 2018), a trajetória de mulheres gerentes que sofreram assédios morais e sexuais em suas vivências profissionais (CORRÊA; CARRIERI, 2007) e os estudos quantitativos/qualitativos, que buscaram entender a tendência do número de casos de assédio sexual reportados nas Forças Armadas estadunidenses e em outras organizações, entre os períodos de 1988–1995 (FIRESTONE; HARRIS, 2003) e 1997–2016 (CASSINO; BESEN-CASSINO, 2019). As diferenças entre esses estudos podem ser observadas no tratamento dado aos sujeitos envolvidos, remetendo àquela discussão a respeito dos arcabouços epistemológicos utilizados. Enquanto estudos como os de Cassino e Besen-Cassino (2019) e Firestone e Harris (2003) procuram abordar o assédio sexual enquanto um fenômeno social de exercício de poder, outros autores como Córrea e Carrieri (2007) e Oletto, Palhares, Paiva e Guimarães (2018) o tratam a partir de uma perspectiva do sofrimento patologizante, diferenciando assédio moral de sexual e buscando destacar os efeitos psicológicos que estas ocorrências deixam nas vítimas. No entanto, em comum, estes estudos conseguem abordar as variadas faces do assédio sexual advindos de superiores e como esta prática se encontra tão entranhada nas vivências profissionais dessas trabalhadoras, a ponto de elas racionalizarem e acreditarem ser parte do cotidiano profissional na indústria em que atuam, o que as leva a desenvolverem estratégias informais para lidar com este tipo de agressão (HANNEKAM; BENNET, 2017).

Outras duas pesquisas abordaram a questão do assédio sexual por outros ângulos além dos explorados até então: o trabalho de Teixeira e Rampazo (2017) que versa sobre a ocorrência de assédio sexual na academia, em particular, no campo da Administração; e o estudo de Nogueira, Neto e Nunes (2018) no qual os autores se debruçaram sobre os acordos e as decisões coletivas de trabalho tomadas nos sindicatos a respeito do assédio sexual, visando entender como a questão vem sendo tratada. No primeiro caso, as autoras partiram de experiências

próprias de assédio no qual foram vítimas de outros pares (homens) na academia, a fim de denunciar e refletir sobre a frequência dessas agressões e os motivos que levam a serem tão pouco discutidos nos ambientes acadêmicos. Já no segundo caso, Nogueira, Neto e Nunes (2018, p. 33) procuraram analisar cerca de “5.503 cláusulas de acordos e convenções coletivas entre 209 categorias de trabalhadores e respectivos empregadores” durante o período de 2011 a 2016. Apesar de notarem um considerável aumento no número de cláusulas a respeito do assédio sexual, os autores ainda assim reconheceram a falta de especificidade das mesmas, além da falta de estabelecimento de qualquer “tipo de ação concreta para prevenir ou coibir esse tipo de violência” (NOGUEIRA; NETO; NUNES, 2018, p. 40). Em comum, estas pesquisas constataram que nenhuma ação concreta tem sido tomada para coibir a frequente prática desse tipo de violência nas organizações, como um todo, constituindo peça de denúncia, indo além de uma reflexão teórica sobre o tema.

Por último, Brewis (2001) se encarrega de analisar toda a literatura existente sobre o assédio sexual até a publicação do seu trabalho, no intuito de realizar uma reflexão crítica de viés foucaultiano sobre o corpo teórico existente. A autora se utiliza das concepções foucaultianas a respeito de poder, discurso e produção de verdade como um efeito das relações de poder/saber, o que significa considerar toda a produção teórica a respeito do assédio sexual, enquanto temática, também como uma produção de verdade, como produção de discurso sobre o assédio sexual, que se incorpora nas relações de saber/poder dos sujeitos, constituindo-os enquanto sujeitos. Por isso Brewis (2001) se dedica a problematizar as concepções de sexo “bom” e “mal”, como o assédio é tomado como uma manifestação “má” da sexualidade e como os estudos que tratam dos casos de assédio e violência o fazem de forma a constituir os papéis de agressores e vítimas enquanto papéis masculinos e femininos, respectivamente, assim instituindo as posições de sujeito (heterossexistas) que estão inseridos nessas relações. Para a autora, isso acaba por gerar efeitos de poder que estão na contramão do que os trabalhos sobre assédio, em geral, propõem-se a fazer: uma vez que a produção de verdade sobre o assédio caracteriza e estabelece as posições de sujeitos nessa relação de saber/poder, elas estão cada vez mais perpetuando e constituindo essas relações, ao invés de contribuírem para a sua extinção, como de fato essas pesquisas sugerem. Assim, Brewis (2001) aponta que a reflexão foucaultiana a respeito do conhecimento acumulado sobre assédio sexual a qual ela se propôs teve por objetivo demonstrar “as várias formas pelas quais os efeitos de poder desse saber podem contribuir para as condições de (re)produção do assédio no ambiente de trabalho” (BREWIS, 2001, p. 53, tradução própria). Logo, ficam as recomendações da autora, que acredita ser crucial reconhecer que (a) os comportamentos identificados como de assediadores

são produtos históricos bem específicos, (b) a problematização da conceituação de poder é necessária, (c) as experiências femininas não deveriam ser acriticamente aceitas como prevalentes sobre as masculinas, e (d) é necessário problematizar o viés heterossexista/heteronormativo da produção intelectual sobre o assédio sexual (BREWIS, 2001).

### **2.3 Diversidade e Agenda LGBTQ+**

Neste agrupamento, referente ao tema “Diversidade e Agenda LGBTQ+”, encontram-se aquelas pesquisas que versam sobre os discursos e as práticas organizacionais direcionadas à contratação e ao respeito às diferenças, considerando como critérios de “diversidade”, principalmente, os marcadores sociais de gênero e de sexualidade das trabalhadoras e dos trabalhadores. Os critérios seguidos para a seleção dos trabalhos aqui abordados consideraram as pesquisas que, no geral, tomam por objeto de análise não somente o mercado de trabalho, como também as organizações e suas práticas referentes à contratação e ao respeito à diversidade sexual e de gênero, de modo a abordar as tensões e conflitos que estes trabalhadores possam enfrentar quando inseridos na organização. No total, foram analisados nove (9) trabalhos que contemplam esses critérios, sendo três (3) trabalhos classificados como “ensaio teórico” (assim tangenciando, de certa forma, o agrupamento de estudos críticos), pois o foco recai na crítica àqueles estudos sobre diversidade sexual produzidos pelo campo da Administração nacional.

Souza e Carrieri (2010) são os autores do primeiro trabalho, que versa sobre as contribuições da analítica *queer* para os estudos de diversidade. Diferentemente dos trabalhos sobre a Teoria *Queer* analisados na primeira seção, Souza e Carrieri (2010) argumentam a favor da utilização da analítica *queer* nas pesquisas em Estudos Organizacionais de modo a romper com as concepções binárias de gênero e, conseqüentemente, de sexualidade, direcionando o argumento para uma lacuna específica dos estudos sobre diversidade nas organizações. Para tanto, os autores se propõem a realizar reflexão acerca da utilização dos construtos de gênero “masculino” e “feminino” como pares reificados no discurso, entendidos como categorias naturais e existentes *a priori*, ao passo que a analítica *queer* permite abordá-los como relações de poder historicamente fundamentadas. Tal reflexão desencadeia o argumento principal, quando os autores tratam da “Santíssima Trindade” nos estudos de gênero, representada pelos construtos de “sexo, gênero e sexualidade”. Desse modo, “sexo”, “gênero” e “sexualidade” se encontram diretamente ligados na medida em que “sexo” define “gênero” e “gênero” define “sexualidade”, sendo tratados como construtos cristalizados, essenciais e imutáveis em sua

natureza, o que faz com que a reificação do binarismo “masculino” e “feminino” somente reforce o padrão de heterossexualidade hegemônica exigido dos sujeitos em sociedade (SOUZA; CARRIERI, 2010). O que os autores propõem, com a adoção da analítica *queer* — inspirada na analítica de poder foucaultiana —, é encarar estes construtos de forma histórica, relacional e socialmente construída, resultante das relações de poder-saber, e que podem ser resumidos no conceito de “relações sociais de sexo”, fundamentado não no marxismo de Devreux (2005), em que se originou, mas no pós-estruturalismo de Foucault.

Tal questionamento de classificações identitárias para os estudos sobre diversidade também é compartilhado por Paniza (2020, p. 14), que se propõe a problematizar o acrônimo “LGBT” (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) como categoria de pesquisa em Administração, ao buscar “compreender quais são as implicações da adoção da categoria [...] nas pesquisas publicadas nos periódicos brasileiros”. Paniza (2020) questiona a possibilidade de tratar, sob o mesmo prisma, categorias identitárias tão distintas quanto as que se encontram sob o acrônimo citado, utilizando-se de contribuições da teoria *queer* a fim de analisar os trabalhos publicados em periódicos da área, cujos sujeitos de pesquisa sejam “LGBTs”, de modo a desnaturalizar e desconstruir a imagem estável e homogênea que se faz destes sujeitos pertencentes à sigla.

Para tanto, o autor incorreu em reflexão teórica sobre o histórico dos movimentos sociais “LGBT” no país, sublinhando seu surgimento como movimento homossexual de contracultura ainda no período da ditadura militar, passando pela década de 1980 e o enfrentamento da pandemia de HIV (AIDS) até o período de redemocratização, as alianças com os partidos políticos, a institucionalização dos movimentos sociais (“empresarialização”), a despatologização da homossexualidade pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e a entrada dos sujeitos e identidades pertencentes à sigla nas pautas de políticas públicas a serem desenvolvidas junto ao Estado brasileiro. Ao longo desta reflexão, Paniza (2020, p. 18) demonstrou que o alinhamento dos grupos identitários “ao Estado no sentido de obterem dele direitos tidos como necessários a determinados grupos LGBT” possibilitou “a criação e manutenção de uma relação pacificada com o Estado, subvertendo a proposta inicial de transformação da ordem social, contida nos embriões do movimento homossexual em meados da década de 1980” e permitindo a criação de “uma espécie de ‘LGBT pacificado’, circunscrito a uma margem de tolerância da cultura heteronormativa que permanece no centro”. Logo, a criação de “uma identidade comum representativa de gays e lésbicas para implementação de políticas públicas, cria, na perspectiva dos autores, o gay e a lésbica ‘normais’” e joga para as

margens outros grupos identitários e suas tensões, como os bissexuais, as travestis e as transexuais (PANIZA, 2020, p. 19).

Assim como Souza e Carrieri (2010), Paniza (2020) também dedica uma parte do trabalho à reflexão acerca da normalização, cristalização e naturalização de identidades, em particular as identidades “gay” e “lésbica”, mais visibilizadas, apontando as relações de poder-saber no cerne de suas constituições e argumentando a impossibilidade de se utilizar o termo “LGBT” como referente a uma categoria identitária homogênea e estável, dada a multiplicidade de sujeitos e corpos que encontram representatividade nela. Dessa forma, o autor discute e discorre a respeito de como a investigação em diversidade sexual em Administração tem priorizado, ao longo dos anos, as pesquisas envolvendo sujeitos homossexuais masculinos, em detrimento dos demais grupos identitários, além de abordarem temas centrados na discriminação enfrentada no ambiente de trabalho, no potencial de consumo deste público e focarem em *loci* de pesquisa mais restritos ao contexto das empresas. Logo, o autor conclui que o debate ainda se encontra centrado no amadurecimento da ideia de um sujeito político da diversidade para a Administração no geral e os Estudos Organizacionais, em particular, pois “ainda não foi possível contemplar o amplo espectro das identidades LGBT+, mesmo quando elas são tomadas por uma categoria coletiva de sujeitos” (PANIZA, 2020, p. 24).

O debate acerca da ampliação do espectro de sujeitos de pesquisa abordados na Administração e nos Estudos Organizacionais, como demonstra Rumens (2016), passa, necessariamente, pela diversidade dos sujeitos pesquisadores atuantes na academia. Em seu ensaio, o autor descreve as dificuldades de estudantes, pesquisadores e professores se assumirem LGBT+ na academia, argumenta que esta dificuldade se encontra intimamente ligada ao viés heteronormativo das práticas e discursos das instituições de ensino e da literatura em Administração e advoga por uma prática política que permita tornar estes ambientes mais “*queer*”, inclusivos e menos heteronormativos, para o benefício de todos, inclusive dos sujeitos declarados heterossexuais. Nesse ponto, entendemos a heteronormatividade como a institucionalização da heterossexualidade enquanto norma social, política, jurídica e econômica, seja de forma implícita ou explícita, de modo a controlar e normalizar todas as sexualidades, sejam heterossexuais ou homossexuais (SOUZA; CARRIERI, 2010; POMPEU; SOUZA, 2018). Igualmente, Rumens (2016) argumenta a favor de vozes LGBT+ serem ouvidas na academia de modo a ampliar e enriquecer a literatura vigente, com a inclusão de perspectivas antes relegadas às margens do sistema. Para tanto, o autor realiza uma reflexão a respeito das dificuldades enfrentadas por sujeitos dissidentes em ambientes de trabalho heteronormativos, que favorecem os arranjos familiares heterossexuais em relação a benefícios concedidos aos



trabalhadores, políticas de inclusão da empresa, salários pagos, normas culturais e interações pessoais que discriminam e estigmatizam as sexualidades LGBTQ+, e que não são diferentes nas instituições de ensino em Administração. Logo, o autor propõe uma agenda de pesquisa e ação política dentro da academia que permita não somente entender as atuais vivências dos acadêmicos LGBTQ+, como também tornar mais inclusivos, ou “*queering*” (tornar mais “*queer*”, menos heteronormativo) os ambientes institucionais de ensino das escolas de Administração, de modo a questionar e desestabilizar práticas e valores heteronormativos e excludentes.

Enquanto acadêmicos e temas “*queer*” — em seu entendimento mais amplo de temas que envolvam gêneros e sexualidades — encontram-se relegados às margens da Administração como um todo (sendo mais destacados na subárea de Estudos Organizacionais), a agenda de pesquisas desses sujeitos, ainda que escassa, proporciona-nos valiosas contribuições para a compreensão de realidades das mais distintas, como no caso da pesquisa de Christina Rousseau (2015), que abordou o movimento social organizado por ativistas feministas e lésbicas no Canadá, na década de 1970, em defesa das mães lésbicas trabalhadoras.

Entre todos os trabalhos analisados até então, o de Rousseau ganha relevo pela adoção do materialismo histórico dialético de Marx enquanto perspectiva teórica norteadora da pesquisa. A autora (2015) buscou realizar um estudo de caso histórico no qual analisou a formação do “*Wages Due Lesbians*” (“Lésbicas por Salários Justos”, tradução própria), movimento originado e organizado por trabalhadoras lésbicas que defendiam o acesso a benefícios sociais e advogavam a favor da reforma no aparato jurídico canadense que permitisse às mães lésbicas recém-divorciadas a custódia dos filhos, entre outras pautas. Além disso, a autora procurou destacar o papel do recebimento de uma renda estável como fator fundamental para a repressão ou a expressão da sexualidade dessas trabalhadoras.

A importância do trabalho de Rousseau (2015) para os estudos sobre diversidade reside na forma como a autora aborda os sistemas de opressão nos quais os trabalhadores LGBTQ+ encontram-se inseridos, seja em 1970 ou atualmente, que determina as condições concretas de existência destes sujeitos em razão das relações econômicas das quais fazem parte. Ou seja, para que sejam aceitos enquanto “LGBTs respeitáveis”, é necessário que estes indivíduos se enquadrem num critério heteronormativo de cidadania, ou “homonormativo”, determinado pela sua capacidade de consumir certos estilos de vida (ROUSSEAU, 2015). “A habilidade individual de ganhar dinheiro, portanto, limita sua habilidade de existência como sujeito” (ROUSSEAU, 2015, p. 365, tradução própria). Isso significa que, de acordo com Rousseau (2015), a existência de sujeitos LGBTQ+ se encontra delimitada pelas fronteiras de tolerância impostas pelas relações sociais e econômicas travadas pelos indivíduos que, aptos a

consumirem determinado estilo de vida, são aceitos em sociedade. Logo, a situação de mulheres lésbicas, no caso estudado, encontrava-se altamente precarizada, uma vez que estas trabalhadoras se viam sujeitas a dois sistemas de opressão simultâneos: do machismo e da homofobia.

A ligação entre gênero, trabalho e sexualidade é explorada pela autora no seu relato sobre a formação e organização do movimento social, uma vez que as mulheres na época encontravam grandes dificuldades para se sustentarem e se estabelecerem sozinhas, o que as obrigava a permanecer casadas com homens (heterossexualidade compulsória), mesmo que se identificassem como lésbicas. Conforme Rousseau (2015), as mulheres trabalhadoras já enfrentavam alto grau de dificuldade para encontrar empregos bem remunerados, logo, o fato de se assumirem como lésbicas restringia muito mais as opções dessas mulheres. Nesse ponto, a luta do movimento direcionou seus esforços para alvos distintos, como o sistema legal que as impedia de manter a custódia dos filhos após a separação, as políticas públicas do governo que impediam o acesso a benefícios sociais de complementação de renda e a sociedade como um todo, perpetuando um tipo de violência que faz com que suas vivências sejam consideradas invisíveis, logo, ignorando as suas demandas e dificuldades (ROUSSEAU, 2015). Desse modo, o trabalho de Rousseau (2015) nos revela a complexa trama na qual estas trabalhadoras lésbicas se encontram inseridas, ao conectar gênero, sexualidade e renda à questão da visibilidade e possibilidade de vivência livre da própria sexualidade, demonstrando as dificuldades inerentes ao ato de “se assumir” para a sociedade.

De forma semelhante, os estudos de Colgan, Wright, Creegan e McKearney (2009), Colgan e Wright (2011), Irigaray (2012), Sharp, Franzway, Mills e Gill (2011) e Souza, Leite da Silva e Carrieri (2012) versam sobre discriminação, inclusão e respeito à diversidade tanto no mercado de trabalho como nos ambientes organizacionais. No caso de Colgan *et al.* (2009) e Colgan e Wright (2011), temos que as autoras se debruçaram sobre dados coletados entre 1997 e 2010 a respeito das experiências de lésbicas, gays e bissexuais no setor público da Inglaterra, buscando compreender as experiências de inclusão e discriminação dos trabalhadores LGBTQ+ assumidos neste ambiente de trabalho e comparando com os relatos de trabalhadores LGBTQ+ atuantes na iniciativa privada. Como resultado, dois trabalhos foram publicados, sendo o foco do primeiro as autarquias públicas, os sindicatos dos trabalhadores e as reformas legislativas que tornaram possível criminalizar a discriminação sexual no trabalho e introduzir legislação a favor da promoção de inclusão e igualdade desses trabalhadores (COLGAN; WRIGHT; CREEGAN; MCKEARNEY, 2009). Já o segundo trabalho foca nas reformas implementadas no setor público inglês durante o governo do partido Trabalhista

(“*Labour Party*”) de modo a modernizar o setor e torná-lo competitivo com a iniciativa privada, e como tal modernização impactou as medidas de inclusão, proteção e promoção da diversidade sexual dos trabalhadores atuantes no serviço público inglês (COLGAN; WRIGHT, 2011).

Como ambos os trabalhos compartilham os mesmos dados e sujeitos de pesquisa, as conclusões também apresentam grande semelhança. Conforme Colgan *et al* (2009), o processo lento, porém efetivo, de regulamentação e implementação de políticas de diversidade foi visto com bons olhos para os trabalhadores LGBs (lésbicas, gays e bissexuais) entrevistados, que garantiram algumas proteções antes concedidas somente aos trabalhadores heterossexuais. No entanto, mesmo que estas mudanças se mostrassem positivas e alavancadoras de uma agenda de diversidade, entraves e resistências foram identificados, em alguns casos penalizando os trabalhadores LGB, que relataram maior dificuldade em reportar casos de discriminação, entre outros ocorridos (COLGAN *et al*, 2009). Desse modo, Colgan e Wright (2011) descrevem como a agenda de modernização das estruturas e processos do setor público, empreendidos também pelo governo do Partido dos Trabalhadores, ao mesmo tempo avançaram e dificultaram o avanço das políticas de diversidade para os trabalhadores LGB, em algumas instâncias garantindo direitos e benefícios, mas em outras permanecendo uma promessa que não saiu do papel.

Irigaray (2012), por outro lado, debruça-se sobre as experiências no mercado de trabalho de outro grupo minoritário sob a égide do acrônimo “LGBT”: as travestis e transexuais, representadas pela letra “T”. Influenciado por sua experiência pessoal ao tentar encontrar uma colocação no mercado de trabalho para uma jovem travesti que almejava estagiar na área financeira, porém, sem sucesso, apesar de todas as qualificações da candidata, Irigaray (2012) procurou ouvir outras travestis e mulheres trans a respeito de suas vivências profissionais. Utilizando-se da teoria *queer* e da análise de discurso como ferramentas analíticas, o autor realizou pesquisa de campo entrevistando dez (10) travestis e quatro (4) mulheres trans, constatando e ressaltando, ao final, que estes “indivíduos não constituem uma categoria identitária homogênea; pois, dentro desta, há subdivisões em função de etnia, classe social e faixa etária” (IRIGARAY, 2012, p. 142). Em razão deste fato, sua pesquisa expõe não somente as dificuldades de inserção no mercado de trabalho encontradas por elas — cujas opções são, geralmente, restritas a cargos operacionais de salários muito baixos, ou a prostituição —, mas também toda uma dimensão de violência física, econômica, simbólica e psicológica que caracteriza suas vivências enquanto grupo marginalizado e silenciado. Por este motivo, Irigaray (2012, p. 142–143) defende que “as travestis e transexuais devem ser incorporadas na agenda de discussão sobre diversidade nas organizações, assim como foram os homossexuais, negros,

mulheres, bem como os deficientes físicos e mentais”, de modo a estabelecer “uma agenda política, a qual traga para as arenas das organizações o compromisso de tornar as travestis e transexuais — assim como toda e qualquer minoria — qualificadas como seres humanos, cidadãos” e merecedoras do respeito e suporte, no espaço de trabalho ou na arena pública.

Tal conclusão somente pode ser alcançada uma vez que tanto Irigaray (2012, p. 122) quanto outros autores (SHARP; FRANZWAY; MILLS; GILL, 2011; SOUZA; LEITE DA SILVA; CARRIERI, 2012) constataram que as organizações continuam sendo estudadas e administradas como “entidades assépticas e hegemônicas, nas quais os indivíduos convivem de forma funcional e neutra em prol de objetivos comuns” e, por isso, continuam sendo espaços de discriminação mesmo que tenham implantado políticas de diversidade, respeito e inclusão. Exemplos desses casos são relatados nas pesquisas conduzidas por Sharp, Franzway, Mills e Gill (2011) e Souza, Leite da Silva e Carrieri (2012), que trazem histórias de indivíduos inseridos nos espaços de trabalho de grandes empresas de engenharia e bancos, respectivamente.

No caso de Sharp *et al.* (2011), as autoras focaram a pesquisa em três (3) grandes empresas de engenharia atuantes na Austrália, com capital global e operação internacional, entrevistando um total de setenta e sete (77) trabalhadores, entre homens (52) e mulheres (25), com alguns grupos focais sendo conduzidos em cada empresa, totalizando dezenove (19) mulheres. As pesquisadoras constataram que, mesmo as grandes empresas que se empenham bastante em traduzir seus esforços e políticas de diversidade em um maior número de contratações e permanência de mulheres no quadro de funcionários, não conseguem atingir seus objetivos dada a vigência de uma cultura machista que permeia o mercado de trabalho para engenheiros e engenheiras. Sharp *et al.* (2011), assim, denunciam o que chamam de “políticas sexuais de relações de gênero” nessas organizações, atribuindo a elas o grau de resistência, hostilidade ou indiferença que as políticas de diversidade encontram para serem efetivamente implantadas.

De modo semelhante, a pesquisa conduzida por Souza, Leite da Silva e Carrieri (2012) com três (3) grandes bancos brasileiros, sendo dois (2) bancos públicos federais e um (1) banco privado, sugere que as constatações do estudo de Sharp *et al.* (2011) estão corretas ao argumentarem que os estudos atuais a respeito da implantação e efetividade de políticas de diversidade nas organizações deveriam, também, considerar as relações simbólicas, não se restringindo à lógica puramente econômica, na avaliação dos efeitos dessas políticas no ambiente organizacional e para os sujeitos LGBT+. Isso se deve ao fato de que, ao entrevistarem dez (10) sujeitos homossexuais masculinos e trabalhadores dos bancos selecionados, Souza,

Leite da Silva e Carrieri (2011) concluíram que somente dois (2) bancos (os públicos federais), de fato, conseguiram implementar as políticas de diversidade desenhadas, ainda assim de forma pouco efetiva, uma vez que os relatos de discriminação vindos dos entrevistados foram numerosos e constantes.

Ainda assim, os autores reforçam as manifestações de resistência nesses ambientes, representadas nas próprias figuras dos entrevistados e a sua colaboração com a pesquisa, os pequenos enfrentamentos diários que fazem com que estes sujeitos tentem fazer valer seus direitos estipulados nas políticas internas dos bancos e até os sindicatos que demonstraram abertura para a discussão a respeito do espaço dos homossexuais nos bancos. Além do mais, argumentam que a própria construção e classificação dos homossexuais — tanto nas políticas de diversidade quanto na literatura acadêmica — enquanto “identidade” pertencente a uma “minorias” não garantem a igualdade, mas somente reforçam o que é considerado hegemônico (a heterossexualidade) em detrimento, ou desvalorização, do que é considerado diferente e marginal (a homossexualidade), assim reforçando um dispositivo de controle e hierarquização social que fomenta a discriminação (SOUZA; LEITE DA SILVA; CARRIERI, 2012).

Amparados nas formulações teórico-epistemológicas da teoria *queer*, os autores chegam a esta conclusão que, extrapolada para outros espaços organizacionais, poderia ser utilizada para compreender os casos de discriminação e violência com os sujeitos LGBTQ+ mesmo naquelas organizações que chegaram a desenvolver e implementar políticas de diversidade e ações afirmativas, conforme visto em outros estudos nesta seção.

## **2.4 Discriminação Sexual no Trabalho**

Intimamente ligado à seção anterior e tangenciando parte dos estudos críticos, o agrupamento relativo à categoria temática “Discriminação sexual no trabalho” contempla os estudos que abordam as questões diretamente ligadas às experiências individuais de discriminação dos sujeitos LGBTQ+ tanto nas organizações quanto no mercado de trabalho, ao contrário do agrupamento relativo à “Diversidade”, cuja abordagem mais ampla permitia contemplar as organizações enquanto objetos de análise. Nesta seção, foram analisados catorze (14) trabalhos considerados os mais relevantes para esta categoria, publicados em periódicos nacionais e internacionais no período entre 2001–2020. Foram considerados relevantes aqueles trabalhos que abordaram diretamente sujeitos cuja discriminação sofrida se encontra ligada à sua orientação sexual (majoritariamente *gays* e *lésbicas*) ou à convergência entre orientação sexual e gênero (travestis e transexuais, que se enquadram na categoria “transgênero”). Destes

trabalhos, pelo menos oito (8) foram publicados em periódicos internacionais de língua inglesa, sendo a maioria ambientada no Reino Unido, o que prova a força que esta temática adquiriu no contexto britânico. Os demais trabalhos foram publicados em periódicos nacionais, porém apresentam maior diversidade dos sujeitos contemplados nos estudos do que as pesquisas internacionais se propuseram a fazer.

Entre os trabalhos publicados internacionalmente, Bruni (2006) se destaca por ser o único que pode ser considerado um ensaio teórico de cunho crítico, uma vez que o autor se propõe a questionar o papel do desejo de viés heterossexual tanto na literatura quanto na prática da pesquisa em organizações, utilizando-se do conceito de “*cathexis*”. Definido como o “discurso baseado no modelo dominante de práticas sexuais e de desejo”, *cathexis* é utilizado pelo autor para argumentar que “um modelo heterossexual de desejo é acionado em ambas as atividades organizacionais e de pesquisa” e que o foco nessa dimensão pode ser a ocasião perfeita para “se questionar não somente os vieses (heterossexuais) de gênero nas práticas organizacionais como também a forma como gênero e sexualidade são mobilizados no fazer da pesquisa” (BRUNI, 2006, p. 302–303, tradução própria). Utilizando-se de exemplos ocorridos durante o seu próprio período de pesquisa etnográfica sobre discriminação e diversidade nas organizações, Bruni (2006, p. 304, tradução própria) procura chamar atenção para o fato de que “a não-visibilidade de um modelo hegemônico de *cathexis* tende a suscitar o típico viés de pesquisa que questiona aquilo que é ‘diferente’ sem que haja reflexão crítica sobre o que é ‘normal’”, como se somente os sujeitos homossexuais tivessem uma “orientação sexual”, ao contrário das pessoas heterossexuais, que não são nem questionadas a respeito. Assim, Bruni (2006) argumenta que a *cathexis* seria, aparentemente, uma estratégia habilidosa para que o ordenamento de processos sociais incluindo corpos, sexualidades, desejos, símbolos e discursos encontre um arranjo coeso, resultando em uma “subjetividade heterossexual”. Logo, a heterossexualidade seria uma prática social situada, aprendida e colocada em prática tanto nas organizações quanto no ato da pesquisa, recaindo sobre pesquisadores a responsabilidade de questionar suas assunções intelectuais a fim de não serem levados a uma “cegueira heterossexual”, ou seja, o estado de não questionamento de aspectos organizacionais que são hegemônicos e, portanto, familiares aos pesquisadores (BRUNI, 2006).

Tal problematização levantada pelo autor ganha eco e relevância ao nos depararmos com o mesmo questionamento sendo realizado, mesmo que de passagem, em outros trabalhos, como no caso de Wright (2016, p. 349, tradução própria), que contesta o “gênero não ser algo suficientemente desentrelaçado da heterossexualidade, que é normalizada dentro do conceito de gênero”. Embora o foco da pesquisa de Wright (2016) não tenha sido o questionamento do

tratamento de “gênero” na literatura de organizações, seu estudo ainda assim representou avanços importantes na literatura sobre discriminação sexual e de gênero no ambiente de trabalho, sendo publicado no formato de livro posteriormente e resenhado em periódico de destaque. De acordo com Giazitzoglu (2018, p. 739, tradução própria), o livro assinado por Wright é único, entre outros fatores, “devido ao foco nas interações ‘vivenciadas’ de nível micro das mulheres em ocupações majoritariamente masculinas” e a “sua abordagem interseccional em termos do tratamento e compreensão de identidades”.

Não obstante, Wright (2016) procurou entender as experiências de trabalho das mulheres heterossexuais e lésbicas trabalhadoras das indústrias de transporte e de construção no Reino Unido, historicamente dominadas por homens, utilizando-se de uma abordagem interseccional que considerou sexualidade e classe, entrevistando mulheres trabalhadoras de posições profissionais (administrativas), operacionais e manuais nessas indústrias. As conclusões advindas do estudo da autora revelam um cenário diferente das assunções “essencializantes” comumente formuladas sobre as interações entre mulheres heterossexuais e homens heterossexuais, entre mulheres heterossexuais e lésbicas e entre mulheres lésbicas e homens heterossexuais. Wright (2016) constatou que, embora a ocorrência de interações entre mulheres trabalhadoras nessas indústrias seja menor, devido ao fato de serem tão poucas atuantes, há registros de interações positivas entre mulheres heterossexuais e lésbicas, entre mulheres e homens heterossexuais, assim como interações negativas e discriminação entre lésbicas e homens heterossexuais. Logo, Wright (2016) afirma que, no geral, os homens atuam para incitar desconfiança e rivalidade entre mulheres, com o intuito de que não consigam formar redes de solidariedade e suporte robustas. No entanto, interações positivas ainda assim foram registradas, demonstrando a heterogeneidade das relações informais entre colegas nos espaços de trabalho.

Nessa mesma linha, o trabalho de Rumens (2008) sobre intimidade e laços de amizade entre homens *gays* no espaço de trabalho se destaca. Realizando pesquisa também no Reino Unido, o autor procurou desafiar os estereótipos de que as relações de amizade formadas nos espaços de trabalho são carentes de afeto e intimidade, de que homens *gays* usualmente formam laços de amizade mais estreitos com mulheres heterossexuais e que os homens, no geral, seriam frios e pouco dados a formar laços afetivos com outros colegas de trabalho. Para tanto, Rumens (2008) entrevistou dez (10) homens homossexuais empregados em agências do Serviço Nacional de Saúde do Reino Unido (NHS), constatando diversas relações de amizade e expressões de intimidade afetiva mantidas entre homens *gays*, assim como entre homens *gays* e heterossexuais no ambiente de trabalho, que podem assumir várias formas. Assim, Rumens

(2008, p. 25, tradução própria) procurou demonstrar não somente a ligação entre estudos de emoções, gênero e sexualidade nas organizações, mas também o fato de que “organizações são arenas importantes para homens gays iniciarem e desenvolverem intimidade e amizade com colegas de trabalho”, com todo o potencial de diversidade e toda gama de complicações que surgem quando estes laços se manifestam.

Ainda sobre as pesquisas realizadas no Reino Unido, mencionamos os estudos de Busby e Middlemiss (2001) e Monro (2007) sobre as mudanças ocorridas na legislação trabalhista referentes às proteções contra discriminação oferecidas às minorias sexuais no ambiente de trabalho. Publicados com seis (6) anos de diferença, estes estudos procuraram avaliar as condições sob as quais a legislação trabalhista existente no Reino Unido, em diferentes épocas, estaria sendo aplicada aos casos de discriminação no trabalho sofridos por minorias sexuais e de gênero, a saber, *gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneros. No caso do trabalho assinado por Busby e Middlemiss (2001), os autores avaliaram as deficiências encontradas na legislação trabalhista vigente na época para tratar os casos de discriminação no trabalho sofrido por *gays* e lésbicas, assim como buscaram oferecer alternativas possíveis para que as mudanças realizadas na legislação trabalhista contemplassem os direitos desses sujeitos à não discriminação, a longo prazo, além de analisarem alternativas a curto prazo que possibilitassem o ganho dos processos movidos contra as organizações que os discriminaram, por parte desses indivíduos. Isso se deve ao fato de que, até o ano de 2003, o Reino Unido ainda não havia reformulado sua legislação trabalhista a fim de incluir proteções antidiscriminatórias no trabalho em relação à orientação sexual, ao contrário das medidas antidiscriminatórias por gênero contidas no “*Sex Discrimination Act*” (Lei sobre Discriminação Sexual) de 1975, cuja interpretação judicial pôde beneficiar alguns casos movidos por sujeitos trans que sofreram discriminação no trabalho (BUSBY; MIDDLEMISS, 2001).

Dessa forma, a pesquisa de Monro (2007) se propôs a analisar o campo de atuação das instituições locais do governo britânico após a promulgação da “*Employment Equalities (Sexual Orientation) Regulations*” [Regulamentação para Equidade Empregatícia (Orientação Sexual)] e a “*Gender Recognition Bill*” (Projeto de lei para Reconhecimento de Gênero) ambos de 2003, que visavam orientar as decisões judiciais especificamente em casos de discriminação no trabalho sofridos por sujeitos LGBT+, incluindo as pessoas trans. A modernização das estruturas das agências governamentais, aliada ao novo plano de promoção da inclusão e equidade no trabalho para os sujeitos LGBT+, levou Monro (2007) a concluir que as parcerias firmadas entre as instituições as levaram a uma espécie de hibridismo no que tange à cultura



organizacional adotada, a favor da equidade sexual, em consonância com a teoria neoinstitucionalista utilizada pela autora.

Ainda sobre o aspecto da cultura organizacional de agências governamentais britânicas, temos o trabalho de Ward e Winstanley (2006) que se dispuseram a explorar as experiências de trabalhadores LGBT+ no corpo de bombeiros do Reino Unido (*UK Fire Service*), especialmente nos alojamentos de brigadistas de turno (*watches/shifts*) cuja interação entre eles se dá de forma mais intensa, dado que são requisitados a trabalhar, dormir e conviver no quartel entre os colegas em turnos de dois (2) dias e duas (2) noites, usualmente. Tal rotina faz com que as interações de trabalho e relações pessoais entre os colegas brigadistas se tornem ainda mais próximas e se misturem, uma vez que estes indivíduos compartilham os mesmos espaços de convivência não somente para realizar o seu trabalho, mas para comer, dormir e se entreterem durante os momentos de folga, o que é representado, por exemplo, pelo fato de os brigadistas veteranos terem o poder de escolha de quem pode permanecer na corporação após o treinamento inicial (WARD; WINSTANLEY, 2006). Ainda, conforme os autores expuseram, a corporação de bombeiros se apresenta como um espaço institucional cuja cultura é majoritariamente masculina e heterossexual, representado nas normas formais e informais, discursos, símbolos e signos disponíveis nos alojamentos. Logo, Ward e Winstanley (2006) buscaram entrevistar e ouvir as narrativas tanto dos brigadistas LGBT+ quanto daqueles que se apresentam como heterossexuais, a fim de explorar os conflitos e as tensões latentes às interações desses sujeitos, além de pintar um quadro mais completo dos discursos, símbolos, signos e normas vigentes nesses espaços, que por vezes facilitam ou dificultam o ato de “se assumir” dos brigadistas LGBT+ e a convivência no ambiente de trabalho.

Em consonância com o trabalho de Ward e Winstanley (2006), e finalizando os estudos britânicos, temos a pesquisa empreendida por Fielden e Jepson (2016) a respeito das experiências de trabalho vividas por mulheres lésbicas no Reino Unido. Objetivando identificar e especificar os tipos de problemas enfrentados pelas trabalhadoras lésbicas para avançarem em suas carreiras no mercado de trabalho britânico, as autoras entrevistaram quinze (15) trabalhadoras que já haviam se assumido como lésbicas em suas organizações, ocupando posições administrativas em diferentes níveis. A análise dos dados demonstrou que as entrevistadas consideraram como pontos determinantes alguns aspectos relacionados ao trabalho, por exemplo, a legislação trabalhista vigente, que permite que estas trabalhadoras se sintam seguras no fato de que encontrarão respaldo jurídico caso sofram algum tipo de discriminação no trabalho por motivo de orientação sexual (FIELDEN; JEPSON, 2016). Outros pontos incluem o clima organizacional, por exemplo, fundamental para que elas se sintam

confortáveis em exercer sua função, a localização geográfica da empresa onde trabalham, pois acreditam que organizações situadas mais próximas de metrópoles podem ser lugares de uma cultura organizacional mais progressista, entre outras categorias levantadas (FIELDEN; JEPSON, 2016). As autoras terminam o estudo concluindo que alguns aspectos citados pelas entrevistadas podem influenciar a progressão da carreira das trabalhadoras lésbicas, enquanto a progressão da carreira influencia outros aspectos que foram citados por elas.

Já entre estudos publicados em periódicos nacionais, temos alguns autores conhecidos da área, justamente por se debruçarem sobre a temática da sexualidade, em especial sobre os tópicos de diversidade e discriminação no trabalho. Irigaray (2011) assina dois (2) textos de grande importância para esta categoria: um curto ensaio publicado na GV Executivo, a respeito da importância da diversidade nas organizações e dos mecanismos sob os quais a discriminação contra minorias sexuais podem ocorrer mesmo em ambientes organizacionais que empreguem políticas de diversidade; e uma pesquisa empírica publicada em conjunto com Freitas, no qual objetivam averiguar como as trabalhadoras lésbicas se percebem no mundo corporativo, entrevistando um total de dezoito (18) candidatas (IRIGARAY; FREITAS, 2011). Ambos os textos são marcados por um reconhecimento dos aspectos de interseccionalidade envolvidos nos casos de discriminação sofridos por sujeitos LGBT+, sendo que etnia, classe e gênero são as dimensões mais citadas.

No seu ensaio, Irigaray (2011) ainda destaca a impossibilidade de travestis e transexuais ocultarem sua orientação sexual, uma vez que a marcação de gênero nos seus corpos faz com que estes sujeitos se tornem alvo fácil de violências discriminatórias, e por isso mais vulneráveis socialmente. Por outro lado, no estudo empírico conduzido por Irigaray e Freitas (2011), tornam-se ainda mais nítidas as diferentes dimensões envolvidas nos processos discriminatórios de trabalhadoras lésbicas (cuja orientação sexual pode ser ocultada em algumas situações objetivando a preservação da segurança e do bem-estar pessoal), interligadas de maneira interseccional. As entrevistadas narraram fatos dos mais distintos ocorridos no ambiente organizacional que poderiam, ou não, levar a situações de discriminação, em que aspectos como etnia, gênero, classe e conformidade com os padrões estéticos brasileiros desempenharam papel decisivo no desenrolar dos fatos (IRIGARAY; FREITAS, 2011). Por fim, os autores concluíram que as trabalhadoras lésbicas entrevistadas se sentem mais confortáveis quando a empresa implementa políticas de respeito à diversidade, quando os colegas de trabalho se mostram abertos às diferenças e, principalmente, quando podem trabalhar com outros sujeitos, em especial os chefes, que também compartilham da mesma orientação sexual.

Seguindo o exemplo de Irigaray e Freitas (2011), Carrieri, Souza e Aguiar (2014, p. 80) também se debruçaram sobre o contexto social e de trabalho das lésbicas, travestis e transexuais a fim de “analisar as violências simbólicas e interpessoais vivenciadas” por estes sujeitos, para além do ambiente organizacional. Os autores entrevistaram, ao todo, sessenta e cinco (65) sujeitos que se identificavam como lésbicas, travestis e transexuais, trabalhadoras formais e informais das quatro (4) capitais do Sudeste, de modo a “apreender as duas categorias de violências expressas nas categorias analíticas descritas no referencial teórico: interpessoal e simbólica”, em suas formas macro (sociedade) e micro (interpessoal) de expressão (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014, p. 84). As análises revelaram uma gama de violências simbólicas e materiais aos quais estes sujeitos estão vulneráveis ao longo da vida, partindo das mais invisíveis, ou “suaves”, até chegar aos tipos de violência material que se manifestam física e financeiramente, impedindo que estes sujeitos sejam capazes de levar uma vida com dignidade (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014). Não obstante, as travestis e transexuais padecem mais das últimas formas de violência citadas, apesar de encararem a questão do gênero de formas distintas, uma vez que os autores concluíram que as travestis se encontram mais propensas a problematizar o gênero em sua binariedade, enquanto as transexuais aderem mais facilmente ao entendimento do gênero enquanto aspecto biológico. Tal posicionamento não impede que os marcadores de gênero presentes em seus corpos exponham-nas como corpos abjetos em sociedade, não conformados com a ordem corporal estabelecida e, portanto, sujeitos às violências descritas (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014). Ainda assim, Carrieri, Souza e Aguiar (2014) ressaltam que as violências simbólicas e interpessoais não atuam da mesma forma entre os LGBT+, o que faz com que as violências direcionadas para lésbicas, travestis e transexuais sejam específicas de cada grupo.

Voltando os olhares para as dinâmicas de inclusão e discriminação que ocorrem nos espaços organizacionais, temos os estudos empíricos empreendidos por Ribeiro, Zanin, Silva e Dias (2020), Souza e Pereira (2013) e, por fim, Souza, Bianco e Silva (2016), majoritariamente conduzidos com homossexuais masculinos (SOUZA; PEREIRA, 2013; SOUZA; BIANCO; SILVA, 2016). No caso do trabalho de Ribeiro *et al.* (2020), único destoante no quesito grupo de sujeitos pesquisados, a pesquisa foi classificada como quali-quantitativa descritiva, cujo objetivo era identificar, num primeiro momento e na literatura existente, propostas de políticas organizacionais inclusivas e, num segundo momento, identificar a percepção dos sujeitos LGBT+, por meio de questionário, sobre essas mesmas políticas organizacionais de inclusão voltadas para eles. No total, cento e noventa e quatro (194) respostas foram analisadas, revelando que, em sua maioria, sujeitos LGBT+ desconhecem organizações brasileiras que

desenvolvam e implementem, satisfatoriamente, políticas de inclusão de minorias sexuais e de gênero em seus ambientes de trabalho (RIBEIRO; ZANIN; SILVA; DIAS, 2020). Em sua maioria, os respondentes alegaram não ter conhecimento de nenhuma organização que desenvolva tais políticas de inclusão, o que os autores consideraram um ponto de preocupação, já que esses mesmos respondentes foram capazes de elencar uma série de ações e atitudes simples para promoção e inclusão de diversidade nas empresas, como, por exemplo, a promoção da igualdade de direitos e do respeito em um ambiente sem discriminação, através de palestras, *workshops* e afins; maior contratação de profissionais LGBTQ+; e a inclusão de políticas para punição de comportamentos discriminatórios. Assim, Ribeiro *et al.* (2020) concluem que o mercado de trabalho brasileiro, ainda hoje, não se encontra preparado para lidar e fomentar a diversidade no ambiente de trabalho, em considerável posição de atraso em relação a outros países citados, como França, Suíça, Canadá e Bélgica, que demonstram um amadurecimento muito maior em relação ao tema.

Tal afirmação pode ser atestada tanto pelo trabalho de Souza e Pereira (2013) quanto pelo trabalho de Souza, Bianco e Silva (2016), ambos tratando o tema da discriminação no ambiente de trabalho sob a perspectiva do homossexual masculino. No caso de Souza e Pereira (2013, p. 78), os autores buscaram “estudar uma possível discriminação exercida pelos homossexuais contra homossexuais nas relações de trabalho”, enquanto Souza, Bianco e Silva (2016, p. 15) procuraram analisar “as possíveis estratégias adotadas pelos homossexuais masculinos no ambiente de trabalho bancário no intuito de se defenderem de possíveis preconceitos, discriminações ou estigmatizações sofridas”. Ambos os trabalhos destacaram, de alguma forma, as estratégias utilizadas por esses trabalhadores para evitarem situações de constrangimento e violência simbólica no ambiente de trabalho, seja discriminando outros colegas pertencentes a minorias sexuais por se comportarem de forma “afeminada”, seja utilizando-se de outros recursos para encobrir e invisibilizar sua própria condição homossexual, como: “(a) manter um discurso contraditório sobre quem realmente é; (b) trocar pronomes masculinos por femininos; (c) tentar ser o mais masculino possível, e; (d) evitar criar relações de amizade mais profunda, mantendo a separação entre a vida pública e privada” (SOUZA; BIANCO; SILVA, 2016, p. 36). Assim, as conclusões tiradas de ambos os estudos são semelhantes e se complementam, de uma certa forma, uma vez que os motivos que levam os entrevistados a agirem da forma como agem em seu cotidiano organizacional, seja discriminando outros colegas LGBTQ+, seja utilizando estratégias para evitar serem discriminados, encontra-se evidentes: são sujeitos que almejam maior aceitação em grupo a fim

de minimizar o sofrimento acarretado pelos atos de discriminação dos quais são alvo diariamente.

## **2.5 Subjetividades nas Organizações**

Por fim, a última categoria temática abordada neste empreendimento de revisão e sintetização do conhecimento produzido a respeito de “sexualidade” e “organizações” se encontra reunida neste subtópico dedicado aos trabalhos que abordam as questões de “Subjetividades nas organizações”. Ao todo, foram selecionados onze (11) trabalhos que, de certa forma, tangenciavam as subcategorias anteriores, além de apresentar discussões cujo fio condutor se estabelece em torno da articulação das dimensões de “sexualidade” e “gênero” na construção de “subjetividades” nas organizações. Utilizando-se de distintas perspectivas epistemológicas, os trabalhos aqui abordados trazem em comum o questionamento e a problematização da produção de sujeitos organizacionais, na constituição de suas subjetividades. Dessa forma, os trabalhos abordados neste subtópico trazem debates acerca de que formas as experiências vividas pelos sujeitos estudados entrelaçam tão fortemente as dimensões supracitadas, de modo a realçar as tensões e conflitos resultantes desses processos.

Assim, iniciamos pelas discussões propostas por Eveline e Booth (2012), Cottingham, Johnson e Taylor (2016), Fischer (2014) e Prokos e Padavic (2012), que abordaram as dimensões de gênero e de sexualidade, visando identificar e explorar instâncias em que estas dimensões organizam os espaços de trabalho a favor de uma lógica heteronormativa, ressaltando ocorrências de discriminação e assédio. No trabalho de Eveline e Booth (2012), por exemplo, as autoras buscaram ressaltar como gênero e sexualidade se conformam enquanto fatores para organização do trabalho e controle da produtividade em uma planta de mineração de uma grande empresa no interior da Austrália. O objetivo das autoras foi exatamente refletir sobre as várias formas de sexismo velado que as trabalhadoras mulheres tiveram que lidar no cotidiano do trabalho e como aspectos de gênero e sexualidade são os responsáveis por criar e organizar este ambiente no qual há a prevalência da construção de uma identidade masculina a ser questionada. Não somente, esta supremacia masculina em números e em posições hierárquicas de trabalhadores é mantida devido à presença das poucas mulheres trabalhadoras na planta: suficientes para servirem de população “controle” para o “ímpeto” masculino de rivalidade, agressão entre os pares, desleixo e desatenção a procedimentos de segurança, mas não o suficiente para ameaçar os homens que se encontram em posições hierárquicas superiores a elas (EVELINE; BOOTH, 2012).

Ainda nesta seara, o trabalho de Prokos e Padavic (2002) sobre o currículo “oculto” lecionado nas academias de formação de policiais estadunidenses vem acrescentar mais uma forma pela qual gênero ou, no caso, as masculinidades são articuladas no ambiente de trabalho de ocupações majoritariamente masculinas. As autoras investiram em uma pesquisa de observação participante ao se inscreverem em um treinamento de formação policial de duração de cinco (5) meses, a fim de tomar notas não somente sobre o currículo explícito repassado aos futuros agentes policiais ali inscritos, mas também sobre como os alunos interagem entre si e como os instrutores lidavam com todos. Baseadas na premissa de que para a construção de identidades coletivas é necessário que haja um processo de diferenciação entre opostos, Prokos e Padavic (2002) procuraram observar a construção da noção de masculinidade (através de práticas culturais) no treinamento oferecido pela academia de polícia e como essa construção está diretamente ligada ao baixo grau de representatividade feminina nas forças policiais dos EUA. As autoras investigaram a forma como este currículo “oculto” e informal foi repassado aos estudantes através de práticas sociais bem definidas, cujo objetivo seria delimitar as fronteiras do masculino na cultura policial e na sociedade, associando a expressão de uma masculinidade agressiva e dominante com a própria construção da imagem da corporação policial. Assim, Prokos e Padavic (2002) concluíram que a presença de alunas mulheres durante o treinamento tinha por objetivo, principalmente, destacar as diferenças entre o feminino e o masculino de forma a elevar o *status* do gênero masculino na corporação e delinear sua esfera de ação da masculinidade, através de práticas informais no tratamento das mulheres como “intrusas”, no exagero das diferenciações entre os gêneros, na objetificação e desqualificação de mulheres enquanto sujeitos e na exibição de resistência a figuras de autoridade femininas. Desse modo, os alunos homens foram instruídos em técnicas e estratégias para antagonizar, objetificar e excluir as colegas mulheres, como parte da construção de um tipo de masculinidade agressiva e tóxica, cuja atitude hostil ultrapassa os limites da academia, acompanhando-os na carreira dentro da corporação e na vida em sociedade (PROKOS; PDAVIC, 2002).

Por outro lado, o trabalho de Cottingham, Johnson e Taylor (2016) explora as dimensões de gênero e sexualidade na construção da masculinidade heteronormativa em ocupações majoritariamente femininas, como a enfermagem. A pesquisa realizada com um grupo de enfermeiros estadunidenses demonstrou como estes sujeitos são levados a performar estratégias discursivas, emocionais e cognitivas — referidas pelos autores como a realização de um “trabalho heteronormativo” —, com o propósito de desempenhar suas funções de cuidado com pacientes de modo a se enquadrarem na lógica heteronormativa vigente (COTTINGHAM; JOHNSON; TAYLOR, 2016). Para os autores, as tensões entre gênero e sexualidade explícitas

na organização heteronormativa do ambiente de trabalho destes sujeitos emergem independentemente de suas sexualidades declaradas, especialmente quando o aspecto do “toque” não sexualizado no cuidado aos pacientes é colocado em questão. Ou seja, mesmo que os enfermeiros se autodeclarem heterossexuais, as tensões evidentes no aspecto do toque no cuidado aos pacientes (especialmente do gênero masculino) são ainda mais enfatizadas, levando-os a adotarem estratégias que deixem clara a dessexualização do contato. Por isso, os autores sugerem a realização de

[...] três (3) estratégias-chave, ou mecanismos, através dos quais o trabalho heteronormativo é desempenhado, os quais incluem: (1) estratégias discursivas que distanciam os homens da homossexualidade; (2) estratégias cognitivas que conciliam a função de cuidado com a masculinidade heteronormativa; e (3) as estratégias emocionais que os levam a gerenciar suas próprias emoções e as emoções dos demais em relação ao uso do toque físico na tarefa de cuidado ao paciente (COTTINGHAM; JOHNSON; TAYLOR, 2016, p. 545, tradução própria).

Dessa forma, os autores argumentam que as práticas laborais de enfermeiros podem, ao mesmo tempo, desafiar concepções tradicionais de masculinidade, ao introduzir as dimensões da atenção e do cuidado, e, ainda assim, manter a hierarquia sexual que privilegia uma concepção heterossexual de masculinidade no processo.

Voltando a atenção para as mulheres trabalhadoras, a pesquisa realizada por Fischer (2014) com dez (10) responsáveis pela contratação de profissionais para empresas privadas e dois (2) líderes de sindicatos regionais atuantes na Tanzânia teve por objetivo explorar os critérios de contratação da força de trabalho feminina neste país, cujo percentual vem crescendo ano a ano, principalmente no setor de serviços, apesar da predominância da força de trabalho masculina no mercado de trabalho. A autora constatou que, entre os critérios de contratação de mulheres trabalhadoras, aqueles que dizem respeito à “deferência”, “sexualidade”, “respeitabilidade” e “domesticidade” foram mais citados. Tais critérios, quando analisados, fazem referência às várias formas de controle impostas sobre as mulheres, de modo a controlar seu tempo, seu trabalho e sua sexualidade, a fim de garantir que a mulher não somente continue submissa ao companheiro na vida privada, como não possa questionar as arbitrariedades e o baixo salário impostos no ambiente de trabalho (FISCHER, 2014). Por isso, os recrutadores apresentam preferência às mulheres que se demonstram tímidas e servis, e que são de meia idade e casadas, uma vez que uma mulher jovem e confiante, além de solteira, prova-se difícil de controlar no ambiente de trabalho, numa clara associação entre os critérios de “deferência” e “respeitabilidade”, incluindo “sexualidade” e “domesticidade”, uma vez que se encontram todos interligados e se reforçando mutuamente (FISCHER, 2014). Portanto, a articulação das

dimensões de gênero e sexualidade na organização do trabalho ocorre de forma a beneficiar a hegemonia masculina tanto na organização quanto na sociedade em geral, na medida em que os critérios de contratação são cristalizados com o intuito de impedir que a hierarquia masculina seja questionada e que as mulheres possam alcançar independência financeira por meio do trabalho (FISCHER, 2014).

Além das fronteiras das organizações tradicionais, a pesquisa de Drenten, Gurrieri e Tyler (2020) apresenta discussão acerca das várias formas do exercício do que as autoras chamaram de “trabalho sexualizado” na *Web 2.0*, em particular, nas redes sociais das quais o aplicativo “Instagram” faz parte, interrogando os limites teóricos em torno desta conceitualização. Com o avanço cada vez mais acelerado das tecnologias digitais, uma nova economia se formou em torno da criação de conteúdo nessas redes, denominada “economia da atenção”, movimentada pela atenção do usuário, que se torna não somente consumidor deste conteúdo, mas produtor também, no chamado processo de “*prosumption*”<sup>3</sup> (DRENTEN; GURRIERI; TYLER, 2020). De acordo com as pesquisas que abordam este tema, o “*prosumer*”<sup>4</sup> seria o novo tipo de usuário das redes, que agora interliga as funções de consumidor e produtor de conteúdo, dadas as facilidades em termos de ferramentas de postagem disponíveis para serem utilizadas nos mais diversos aplicativos (DRENTEN; GURRIERI; TYLER, 2020). Logo, qualquer usuário também pode produzir seu próprio conteúdo, monetizando-o em um esquema de divisão de receitas com o próprio aplicativo no qual o seu conteúdo se encontra armazenado e publicado para os demais usuários, numa transação que pode envolver dinheiro diretamente vindo de outros usuários, ou ser “pago” em forma de engajamento gerado para a plataforma, registrado em números de “curtidas” ou “visualizações”.

Para Drenten, Gurrieri e Tyler (2020), tal explosão de conteúdo gerado nesse processo de produção por usuários on-line é cooptado pelo seu valor econômico, social e cultural gerado, numa relação de perpetuação da lógica de exploração capitalista, que se aproveita, em grande parte, de um trabalho não pago realizado pelo usuário. Por isso, as autoras se debruçaram sobre o tema do “trabalho sexualizado” performado na era digital por um mercado ativo e aquecido de “*influencers*” (influenciadores), ou perfis públicos de alto engajamento, nesse caso, mulheres com alto número de “seguidores”, cuja estética do conteúdo gerado se aproxima do “pornô

---

<sup>3</sup> Do inglês “*production*”, que significa “produção”, e “*consumption*”, que significa “consumo”. A junção das duas palavras resulta em “*prosumption*”, ou seja, o processo de produção e consumo simultâneos.

<sup>4</sup> Do inglês “*producer*”, que significa “produtor”, e “*consumer*”, que significa “consumidor”. A junção das duas palavras resulta em “*prosumer*”, ou seja, o indivíduo envolvido no processo de “*prosumption*”, pois este se torna o “produtor” e o “consumidor” de conteúdo das plataformas.



chique”. Definido como “um estilo que reflete o que [se considera] convencional na pornografia de estética comercial nas sociedades ocidentais”, o “pornô chique” vem se manifestando cada vez mais na cultura popular, em especial, na estética sensual/sexualizada dos vários conteúdos direcionados para um público (geralmente assumido) masculino (DRENTEN; GURRIERI; TYLER, 2020, p. 42, tradução própria). Baseadas nessa premissa, as pesquisadoras coletaram dados e analisaram por volta de 172 perfis públicos de influenciadoras mulheres, de modo a observar as formas como se organizam esse tipo de trabalho e analisar o contexto de organização e performance de sexualidade e de gênero exibidas por essas mulheres influenciadoras, no contexto de trabalho digital.

Desse modo, as autoras se dispuseram a analisar a relação entre a cultura da pornografização no cenário digital, na qual as mulheres são levadas a se apresentarem cada vez mais em performances altamente sexualizadas/pornografizadas, e o trabalho sexual e emocional, que até então era mais comumente explorado enquanto parte do contexto de certa categoria de profissões mais tradicionais (ex. atendentes de lojas, de restaurantes, comissárias de bordo, etc.). Tal relação entre a cultura da pornografização e o trabalho sexual expõe os meios pelos quais as performances sexuais e de gênero são articuladas numa lógica heteronormativa, mesmo em contextos de trabalho digital (DRENTEN; GURRIERI; TYLER, 2020).

Em contrapartida, os estudos de Marconi (2018) e Medeiros, Prestes e Fraga (2018) optaram por sair completamente da esfera da atuação das organizações contemporâneas e mergulhar no imaginário acerca do trabalho e do trabalhador braçal, intencionando abordar as representações de gênero e sexualidade e suas ligações com o trabalho na narrativa de “Boi Neon”, uma obra original do audiovisual brasileiro dirigida por Gabriel Mascaro e lançada mundialmente em 2015. Para os autores citados, o longa-metragem em questão faz parte de todo um aparato discursivo que possibilita a constituição de subjetividades de sujeitos históricos, “no que tange, especificamente, aos arquétipos do sertão nordestino e do sertanejo, por exemplo, Boi Neon traz aspectos *outros* para a constituição e fragmentação de uma identidade que já pareceu homogeneizada” (MARCONI, 2018, p. 1317, realce do autor). Isso aconteceu, pois “Boi Neon” se propôs a “explorar um horizonte agreste e seco de potencialidades de trabalho e de vida que produz, ao contrário do que se espera, profusões de fazeres criativos e de estilísticas do viver que não seguem os moldes do regime de verdade do nosso tempo” (MEDEIROS; PRESTES; FRAGA, 2018, p. 991). Ou seja, ao representar os diversos modos de vida dos personagens Iremar/Yremar, Geise, Galega, Cacá, Zé, Júnior e Mário, a narrativa cinematográfica de “Boi Neon” preconiza a subversão de construções de

gênero e de sexualidade que o discurso hegemônico postula como estável e linear para os sujeitos espectadores.

Desse modo, temos entre os personagens principais, Iremar, “de vaidade simples e virilidade doce”, como “um vaqueiro apaixonado por moda e costura”, que a noite leva o nome artístico de Yremar para representar suas costuras (MEDEIROS; PRESTES; FRAGA, 2018, p. 1012). Temos, também, Galega como a “motorista de caminhão e dançarina”, Júnior, que “trata dos longos cabelos com o cuidado inesperado para alguém que lida com a aspereza do trabalho no campo”, e, “para desconcertar um pouco mais o espectador, surge em cena Geise, que está grávida e trabalha como segurança” de um galpão durante a noite (MEDEIROS; PRESTES; FRAGA, 2018, p. 1012). Todos estes personagens conservam sua heterossexualidade e cisgeneridade intactas, porém, carregam em si atributos de gênero e sexualidade destoantes da lógica binária dos dispositivos de poder que organizam a vida social e o trabalho e que produzem identidades laborais e sexuais estáveis (MARCONI, 2018; MEDEIROS; PRESTES; FRAGA, 2018).

Por isso, tanto Marconi (2018) quanto Medeiros, Prestes e Fraga (2018) sublinham várias instâncias ao longo da narrativa dos personagens em que os autores identificaram signos que subvertem as expectativas culturais hegemônicas de gênero e de sexualidade. Seja na sensibilidade de Iremar ao lidar com a máquina de costura, seja na sua submissão erótica aos desejos de Geise, seja a pouca vaidade de Galega, mulher caminhoneira e mãe solteira, os signos de masculino e feminino e suas confluências eróticas e laborais na formação da subjetividade dos personagens, que inicialmente podem parecer incoerentes, não são tratados como tal (MARCONI, 2018). Assim, “Boi Neon” se apresenta como uma valiosa fonte de reflexão para “se pensar como performances de gênero se engendram a partir de dispositivos de subjetivação marcantes em nossa contemporaneidade como trabalho e sexualidade” e como é possível não somente subverter esta forma de organização das identidades sexuais e laborais, como, também, questionar as normas e práticas hegemônicas que atuam sobre os sujeitos na contemporaneidade (MEDEIROS; PRESTES; FRAGA, 2018, p. 1029).

Voltando o foco para as organizações, o trabalho conduzido por Thanem (2010) se propôs a investigar as várias formas pelas quais os espaços sexuais dos corpos masculino e feminino são produzidos e organizados nas iniciativas de educação sexual, de acordo com os livretos, folhetos produzidos e distribuídos pela RFSU (Associação Sueca para Educação Sexual), uma organização de movimento social sueco. De acordo com o autor, o material educativo oriundo da RFSU

[...] discursivamente reúne, produz e organiza os espaços sexuais de corporificação [*“embodiment”*] feminina e masculina por meio da promoção da junção de várias técnicas, ferramentas, corpos e órgãos corporais, zonas, passagens, superfícies, interiores, extensões, orifícios e cavidades. Ele [o material] ainda estima a extensão na qual esses ajuntamentos [*“assemblages”*] podem promover a diversidade sexual, a liberdade e o prazer, e romper com os estereótipos dicotômicos e as fronteiras da sexualidade feminina e masculina, os papéis sexuais e de gênero (THANEM, 2018, p. 93, tradução própria).

Assim, ao considerar as noções de assujeitamento de Deleuze e Guattari que incluem a ideia de *“assemblage”*, ou “ajuntamento”, Thanem (2010) introduz a ideia do corpo como um “espaço sexual” que pode ser discursivamente organizado e procura avaliar em que proporção o material de educação sexual disponibilizado pela RFSU contribui para o rompimento das dicotomias e estereótipos de papéis sexuais e de gênero. Ao analisar as descrições e recomendações propostas nos livretos produzidos pela organização, Thanem (2010) conclui que, apesar dos esforços por parte da RFSU na quebra da hegemonia da cultura heteronormativa e falocêntrica no organizar da sexualidade e do gênero, ainda assim, os ajuntamentos sexuais não estão livres das relações de poder que estes saberes estabelecem. Isso significa que o material examinado ainda tende a privilegiar certos espaços sexuais e certos ajuntamentos carregados de traços falocêntricos e heteronormativos, além de causar certa pressão ou estresse performativo naqueles que se dispuserem a aderir as ideias de diversidade sexual, liberdade e prazer promovidos pela organização (THANEM, 2010).

Similarmente, o trabalho de Fontainhas (2019) acompanhando e entrevistando dez (10) casais heterossexuais em Portugal, vivendo em situação de coabitação estável por, pelo menos, dois anos, demonstrou que, embora os papéis sexuais e de gênero conjugais tenham se modificado ao longo dos anos em favor de uma perspectiva mais igualitária e diversa, comportamentos e atitudes filtrados por valores morais e religiosos, respaldados na cultura hegemônica heteronormativa, permanecem enraizados na sociedade portuguesa, gerando efeitos na rotina profissional desses casais. A autora procurou refletir e demonstrar a ligação entre os relacionamentos conjugais dos casais heterossexuais portugueses e a forma como tais relações transcendem a esfera privada, reproduzindo-se na sociedade contemporânea e operando na gestão das organizações, que refletem as desigualdades de gênero em detrimento da figura feminina. Para tanto, Fontainhas (2019, p. 2812) procurou investigar as práticas sexuais desses casais e os papéis de gênero desempenhados por ambos, descobrindo, por um lado, “visões mais institucionalistas e tradicionais, com acentuação das diferenças de gênero, traduzindo-se num repertório sexual mais restrito” e, por outro, “uma visão mais hedonista e erótica da sexualidade, repercutindo-se na adoção de um repertório sexual mais alargado”.

Desse modo, a autora conclui que, apesar do alargamento do repertório sexual dos casais, muito da intimidade ainda se encontra informada por discursos e representações sexuais e de gênero tradicionais e hegemônicas, sendo possível, assim, refletir nos papéis assumidos por ambos em contextos organizacionais.

Adentrando a intersecção entre sexualidade e organizações formalmente estruturadas para fins capitalistas, temos os trabalhos de Matheus e Bresler (2002) e Alcantara, Ituassu e Moura (2019) abordando tanto o desejo quanto a beleza e o erótico nas organizações, por meio de perspectivas distintas. No caso da pesquisa de Matheus e Bresler (2002, p. 164, marcação dos autores), trata-se de uma abordagem psicanalítica sobre o papel do desejo na subjetivação dos indivíduos envolvidos na relação “trabalhador x Organização”, com “O” maiúsculo, a fim de “colaborar com a reflexão sobre caminhos da sexualidade experimentado nas organizações e o lugar ocupado pela Organização no imaginário da cultura atual — urbana, capitalista, ocidental, pautada já desde o século passado pelo fenômeno da chamada *globalização*”. Os autores se baseiam na premissa teórica de mobilização da sexualidade e do desejo dos indivíduos por parte das organizações, que se impõem através do controle triplo sobre o corpo, o pensar e a *psique* de cada sujeito. Para tanto, as organizações passam a ser idealizadas como objeto de desejo desses sujeitos, tornando-se uma fantasia na sua *psique* e se configurando como uma entidade que age sobre os sujeitos trabalhadores, portanto, uma “Organização”, que mobiliza uma espécie de servidão voluntária baseada na crença de que esta poderá suprir as necessidades libidinais de plenitude e de prazer do indivíduo — expressas na forma de remuneração, propósito, pertencimento, etc. (MATHEUS; BRESLER, 2002). Assim, os autores argumentam que a Organização exerce um papel de sedução sobre os sujeitos,

[...] via erotização da organização como um todo, permitindo a construção do *mito da Organização*. Num arranjo entre neurose e perversão, a Organização se constitui como fim último para os indivíduos que nela depositam seus investimentos; permite uma satisfação efêmera que dá sustentação ao submetimento neurótico exigido. Sendo assim, a Organização se apresenta sobretudo como um objeto idealizado, alvo dos anseios imediatistas, não se configurando como um objeto de desejo propriamente dito (MATHEUS; BRESLER, 2002, p. 172, marcação dos autores).

Por outro lado, o estudo de Alcantara, Ituassu e Moura (2019) aborda a questão da beleza, assim como um conjunto de fatores e características pessoais que levam uma pessoa a ser considerada atraente em sociedade, e como essas características podem ser convertidas em vantagens para essas pessoas no contexto organizacional. Utilizando-se da perspectiva teórica de Bourdieu a respeito dos capitais simbólicos, acrescentando um novo tipo de capital representativo das características que tornam alguém atraente, o “capital erótico”, os autores se

dedicaram a “identificar quais os aspectos do capital erótico são mais relevantes para o executivo brasileiro, conforme apresentado pelas revistas *Você S. A.* e *EXAME*, no período de setembro de 2010 a setembro de 2015” (ALCANTARA; ITUASSU; MOURA, 2019, p. 222). Para tanto, os autores analisaram os conteúdos dos textos dessas publicações durante o período mencionado, de modo a identificar as categorias/características desse capital erótico mais valorizado pelas revistas, dividindo-as em oito (8) categorias no total, a saber: 1) Beleza física; 2) Charme/Carisma; 3) Vestimenta; 4) *Sex Appeal*/Sexualidade; 5) Bom humor/Energia; 6) Idade; 7) Peso; e 8) Imagem. Entre estas características, a “beleza física” se apresentou como uma das mais citadas pelas revistas, portanto, de maior relevância para o executivo brasileiro, comprovando a premissa teórica de que a beleza física seria algo facilmente convertido em “capital erótico”, altamente valorizado nas organizações contemporâneas, resultando em uma série de vantagens para seus portadores (ALCANTARA; ITUASSU; MOURA, 2019). Não somente, a beleza física deve ser acompanhada de outras características reveladas pela pesquisa, como boas “vestimentas”, “charme” ou “carisma” notáveis, “bom humor/energia” nas interações e, sobretudo, a manutenção de um “peso” corporal que seja adequado ao padrão de beleza hegemônica exigido (ALCANTARA; ITUASSU; MOURA, 2019). Assim, os autores buscaram comprovar empiricamente que, de fato, “a beleza física e os outros elementos do CE [capital erótico] povoam o imaginário e o real dos sujeitos sociais como moeda valiosa”, sendo “a posse ou a ausência desse capital” uma ocorrência “essencialmente política, conferindo ao indivíduo melhores (ou piores, no segundo caso) condições de lutar pelo exercício do poder” (ALCANTARA; ITUASSU; MOURA, 2019, p. 243).

\*\*\*

Nesse ponto, o empreendimento iniciado não somente neste subtópico, mas também no início deste capítulo chega ao fim, quando nos propusemos a realizar uma tarefa de levantamento, leitura e sintetização do conhecimento recente produzido a respeito da temática de “sexualidades” nos Estudos Organizacionais. Conforme dito na introdução deste capítulo, tal esforço é necessário, uma vez que, de forma recorrente, deparamo-nos com afirmações acerca da marginalidade desta temática em trabalhos publicados na área de EOR, mesmo que tenha havido uma multiplicação e aceleração das publicações de pesquisas voltadas para as sexualidades nos últimos vinte (20) anos. Longe de desmistificar tais afirmações, esperamos ter conseguido contribuir para a visualização de um quadro mais completo de publicações que possa levar outros pesquisadores a pensarem que, na verdade, não se encontram sozinhos ou

isolados em suas investigações nesse campo, porém cercados de um grupo, mesmo que seletivo, de outros autores que também se debruçaram sobre os mesmos tópicos. Assim, o levantamento e categorização dos trabalhos encontrados serviram ao propósito de mapear as pesquisas publicadas sob o guarda-chuva da temática mais ampla, em que são publicadas, onde são pesquisadas, quais perspectivas epistêmico-teóricas são mais utilizadas e quais aspectos da temática são mais abordados. Espero que, após este esforço, mesmo que datado, seja possível pintar um quadro mais claro dos assuntos tratados e abordagens utilizadas nesses trabalhos até o momento de sua escrita, assim como das lacunas com potencial de serem preenchidas.

### III. GÊNERO, SEXUALIDADE E A MATRIZ HETEROSSEXUAL HEGEMÔNICA

De acordo com Hearn (2014), os principais desenvolvimentos teóricos contemporâneos a respeito dos estudos sobre sexualidades foram alcançados, também, com o auxílio dos ativismos, principalmente por parte de movimentos feministas. Por isso, a proposta é revisitarmos o berço deste debate na Antropologia: os estudos sobre gênero. Antes de serem introduzidos no campo dos Estudos Organizacionais, através de amarrações interdisciplinares, foram as formulações acerca de gênero que trouxeram o tópico das sexualidades para fazer parte do debate científico, como mais uma categoria analítica que, embora tenha tomado forma e força únicas, encontra-se ainda atrelado a um debate mais amplo.

Segundo Donna Haraway (2004, p. 209), o “gênero é central para as construções e classificações de sistemas de diferença. A diferenciação complexa e a mistura de termos para ‘sexo’ e ‘gênero’ são parte da história política das palavras”. Para a autora, cujo trabalho citado conta a sua trajetória de elaboração do verbete sobre “gênero” para um dicionário marxista alemão, esta palavra vem carregada de uma enorme gama de associações que variam conforme a linguagem utilizada em seu emprego, remetendo, diretamente, para o alemão, por exemplo, a conceitos de sexo, sexualidade e diferenças sexuais; em contrapartida, para outras línguas, tal associação não se estabelece de forma tão clara. Tais construções são evidentemente históricas, políticas e linguísticas, melhor evidenciadas quando a autora cita o exemplo da língua inglesa, dado que, a partir do século XX, os significados médicos que fazem parte do termo “sexo” se somaram gradativamente ao termo “gênero”.

Exatamente por ser considerado um termo central para a composição de sistemas de diferença que o debate sobre as categorias “sexo/gênero” se faz relevante, uma vez que é capaz de apontar como o gênero foi “um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta” (HARAWAY, 2004, p. 211). Não somente, segue Haraway (2004, p. 211), “a teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais ‘homens’ e ‘mulheres’ são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo”. Isso significa dizer que o desenvolvimento do conceito de “gênero” se deu para que o debate sobre as opressões e desigualdades fosse movido de uma visão essencialista para uma visão histórica (HARAWAY, 2004). Afinal, era preciso historicizar o sexo.

Henrietta Moore (1997) destaca como a utilização do termo “natural” nos debates sobre sexo e gênero na vida social humana pode ser especialmente problemática. Para a autora:

Nos debates públicos a respeito das origens das chamadas diferenças sexuais e da natureza das relações entre mulheres e homens - debates esses conduzidos na mídia, nas interações cotidianas e nos discursos acadêmicos - são feitas uma série de afirmativas que empregam a palavra “natural” de maneiras fundamentalmente enganadoras. Essas afirmativas são de vários tipos, mas um traço comum de muitas delas é descreverem as diferenças estabelecidas entre mulheres e homens na vida social como se fossem originárias da biologia. Essa proposição tão simples na aparência tem sido vigorosamente contestada pelo trabalho das ciências sociais ao longo das duas últimas décadas (MOORE, 1997, p. 1).

Não somente essas proposições têm sido contestadas por trabalhos nas ciências sociais, como, também, a autora sublinha esforços advindos do campo da própria biologia para se distanciarem de afirmações sobre a suposta determinação do comportamento social humano por pressupostos biofisiológicos, numa simples relação de causa-efeito compreendida erroneamente. Moore (1997, p. 1) afirma que “a pesquisa contemporânea em biologia rejeita explicitamente esse ponto de vista, argumentando, ao contrário, que a biologia é um componente dinâmico de nossa existência e não um determinante de mão única”. Ou seja, para esses pesquisadores, componentes biológicos interagem com fatores do ambiente social de forma dinâmica, cujo resultado é uma teia de interações que condicionam de diversas formas o comportamento humano (MOORE, 1997).

Ao se afastarem da visão essencializante e determinista do debate “sexo/gênero”, tanto Haraway (2004) quanto Moore (1997, p. 2) passam a tratar a vertente culturalista dos estudos antropológicos sobre gênero, que sustenta a “ideia de que os termos ‘mulher’ e ‘homem’ denotam construções culturais em vez de tipos naturais”, mais especificamente, que a diversidade de sentidos assumidos pelos termos provém de contextos culturais diferentes ao invés de uma base biológica universal. Ainda assim, Haraway (2004, p. 218) chama a atenção para a maneira como o processo de argumentação a favor de um “construcionismo social” tornou as feministas “menos capazes de desconstruir como os corpos, incluindo corpos sexuados e racializados, aparecem como objetos de conhecimento e lugares de intervenção na biologia”. Isso significa dizer que, mesmo que se argumente que as diferenças de gênero e as relações de gênero são culturalmente e historicamente variáveis, e mesmo que às construções sociais seja dada a predominância sobre os fatores biológicos, ainda assim “existe uma suposição implícita de que as diferenças sexuais biológicas binárias são subjacentes às categorias de gênero e às relações de gênero, mesmo que não as determinem” (MOORE, 1997, p. 2).

Tal debate culminou na formulação de concepções como “sexo” enquanto aparelho biofisiológico; “Sexo” enquanto discursos que incidem sobre os corpos; e “gênero” enquanto



construções sociais das diferenças e desigualdades entre os sexos, resumidos aqui de uma forma simplista, uma vez que as discussões se estenderam e se tornaram mais complexas conforme o avanço dos desenvolvimentos teóricos (MOORE, 1997). Durante certo ponto nessas discussões antropológicas sobre a dicotomia sexo/gênero, a sexualidade adquiriu destaque nas análises dos sistemas de dominação e opressão, apontando a heterossexualidade compulsória como um elemento central na estrutura de opressão das mulheres (HARAWAY, 2004). Desde então, as formulações sobre gênero vieram acompanhadas, mesmo que marginalmente, por análises acerca da sexualidade e a sua relação com o conjunto de normas sociais vigentes em sociedade e os sistemas de opressão em voga.

O percurso de revisão empreendido até então tem por objetivo evidenciar os entrelaçamentos e as intersecções entre os conceitos de sexo e gênero e como os debates foram se desenrolando até a perspectiva pós-estruturalista ser incorporada como grande influenciadora nos estudos sobre gêneros e sexualidades. Amparando-se, principalmente, nas obras de Michel Foucault (1979 [2011]<sup>5</sup>), outros teóricos mencionados tanto por Haraway (2004) quanto por Moore (1997) focaram suas análises na noção dos corpos como sistema de signos, atravessados por discursos constituintes. Assim como Foucault (1979 [2011]) argumenta em sua obra que o “sexo” está mais para um efeito de práticas discursivas e regimes de verdade do que para uma origem, ou uma unidade dada e essencial, autores citados se inspiraram no filósofo, conseqüentemente seguindo a mesma linha também. Yanagisako e Collier (1987), a exemplo, argumentam que a natureza mutuamente constitutiva dos conceitos de sexo, gênero e parentesco na antropologia se assemelha ao argumento foucaultiano sobre a natureza de mútua constituição dos discursos ocidentais da sexualidade e da Biologia. Assim, o sexo, enquanto categoria unitária, seria algo constituído nas e através das práticas discursivas ocidentais, tendo como efeito principal a constituição dos corpos (MOORE, 1997).

Judith Butler (2003), principal expoente dos estudos de gênero e sexualidade ancorados na perspectiva pós-estruturalista e no campo da filosofia da diferença, por sua vez, argumenta que o discurso de identidade de gênero se encontra incrustado à ficção “fundacionista” de coerência heterossexual. Ou seja, o ordenamento discursivo que impõe a heterossexualidade como norma identitária também ordena as relações assimétricas e diferenças entre os sexos, assim como as opressões de raça e classe, sendo necessário atacar a aparente unidade dessa identidade centrada de forma a chegar às ficções que as constituem.

---

<sup>5</sup> Utilizamos o ano original de publicação da obra, incluindo o ano de publicação da edição mais atualizada em seguida, de modo a facilitar o acompanhamento da cronologia do pensamento do autor.

Explicar as categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo como efeitos de uma formação específica de poder supõe uma forma de investigação crítica, a qual Foucault, reformulando Nietzsche, chamou de “genealogia”. A crítica genealógica recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, ela investiga as apostas políticas, designando como origem e causa categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. A tarefa dessa investigação é centrar-se — e descentrar-se — nessas instituições definidoras: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003, p. 9).

É por isso que, para chegarmos à categoria de sexualidade, que se encontra atrelada a um debate mais amplo, precisamos tratar das “ficções fundantes” referidas pela autora, ou os regimes discursivos que sustentam a ordem normativa de gênero e sexualidade, nomeadamente: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória. No intuito de alcançar tal objetivo, debruçamo-nos no pensamento de Butler (2003), que se utiliza não somente de elementos do pensamento foucaultiano, mas também de contribuições advindas de teorias da psicanálise a fim de entender a construção e manutenção da ordem sexo/gênero/sexualidade vigente.

Para Butler (2003, p. 24), seguindo os autores já citados anteriormente, a distinção entre “sexo” e “gênero”, comumente utilizada por adeptos da abordagem culturalista, não faz sentido quando pensada no seu limite lógico, uma vez que, se o gênero “são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado [...] a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos”. Tal interpretação tornaria possível pensar, supondo a estabilidade do sexo binário, que a construção de “homem” nem sempre se aplicaria a corpos masculinos, ou que a interpretação de corpos femininos seria dada pelo termo “mulher”. Além disso, mesmo que os sexos não pareçam problemáticos em sua morfologia e constituição binária, o que Butler (2003, p. 24) argumenta ser passível de questionamentos, tal interpretação radical abre brechas para questionarmos a concepção do gênero em pares de dois, pois “a hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito”. Dessa forma, a teorização radical da construção do gênero como independente do sexo faz com que o gênero se torne um artifício flutuante capaz de indicar que tanto os termos “homem”, “mulher” quanto “masculino” e “feminino” signifiquem corpos masculinos e femininos com igual facilidade (BUTLER, 2003).

A cisão radical do sujeito em relação ao seu gênero abre, então, para Butler (2003), um conjunto de problemas, uma vez que nos tornamos incapazes de referirmos a um dado “gênero” ou um dado “sexo” sem antes investigar como esse “gênero” e este “sexo” são produzidos. Se de forma orgânica, natural, cromossômica, hormonal? Ou talvez histórica? A autora por fim se

questiona “o que seria o ‘sexo’”? Assim, ao contrário de outros autores que buscam na distinção entre “sexo” como aparelho biofisiológico e “Sexo” enquanto práticas discursivas para lidarem com estes questionamentos, Butler (2003) segue outro caminho e passa a questionar o próprio caráter imutável do “sexo”, levantando a hipótese de que talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de forma tal que a distinção entre um e outro seja absolutamente nenhuma.

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. [...] Na conjuntura atual, já está claro que colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas. Essa produção do sexo *como* pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural que designamos por *gênero* (BUTLER, 2003, p. 25–26).

Dessa forma, a autora argumenta que devemos compreender a maneira como a noção de gênero é formulada discursivamente de modo a ocultar as relações de poder que produzem o efeito de um sexo pré-discursivo, ou seja, da existência de um sexo que seja anterior ao próprio discurso e, dessa forma, tomado como “natural” e “essencial” por outras abordagens teóricas.

Para tanto, Butler (2003) realiza crítica ao modelo falocentrista das teorizações feministas que se apoiam numa concepção de sujeito *uno* humanista, centrada na metafísica da substância. A autora inicia sua crítica ao questionar a noção de “construção” do “gênero” nos corpos, uma vez que esta noção sugere um “construtor” por trás e anterior aos corpos “construídos” e “generificados”. Não somente, Butler (2003, p. 26) argumenta que algumas teorizações dão a entender um certo determinismo na inscrição do gênero em corpos anatomicamente diferenciados, “sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável”, tão fixa e determinista quanto a visão essencialista do gênero biologicamente determinado.

Nos limites desses termos, “o corpo” aparece como um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais, ou então como o instrumento pelo qual uma vontade de apropriação ou interpretação determina o significado cultural por si mesma. Em ambos os casos, o corpo é representado como um mero instrumento ou meio com o qual um conjunto de significados culturais é apenas externamente relacionado. Mas o “corpo” é em si mesmo uma construção, assim como o é a miríade de “corpos” que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero (BUTLER, 2003, p. 27).

Logo, se estes corpos são tão constituídos quanto os gêneros que os marcam, Butler (2003) argumenta, então não é possível dizer que estes corpos tenham alguma existência significativa anterior ao momento de sua marcação. Tal compreensão sugere que a questão principal deixa de ser sobre a fixidez ou não do “sexo” ou do “gênero” nos corpos para as teorizações feministas e passa a abarcar os limites da análise discursiva do gênero, que “definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura” (BUTLER, 2003, p. 28). Para a autora, as análises de gênero, vistas desta forma, esbarram nas fronteiras de uma experiência discursivamente condicionada, estabelecida dentro dos limites de um discurso cultural hegemônico e baseado em estruturas binárias que apresentam o domínio imaginário do gênero.

Assim, Butler (2003) se dedica a revisar as noções de sujeito adotadas por distintas posições feministas, de Simone de Beauvoir e Luce Irigaray, respectivamente. A autora relembra que, para os cientistas sociais, o gênero pode ser referido tanto como um “fator”, ou uma “dimensão” da análise, quanto uma “marca” de diferença, seja esta biológica, linguística ou cultural. Tal marca de diferenciação, tanto para Beauvoir quanto para Irigaray, embora apresente abordagens distintas, dá-se em termos relacionais, ou seja, entre corpos diferenciados sexualmente, mas cujos significados de gênero somente podem ser compreendidos em relação a um significado oposto (BUTLER, 2003). No caso, ambas as autoras trabalham com a ideia de que o gênero feminino se constitui em oposição a um masculino que seria o sujeito universal, para Beauvoir, ou um sujeito único, para Irigaray, fazendo do gênero feminino, respectivamente, o Outro e o “múltiplo” ou “não contemplado” desta relação (BUTLER, 2003).

Outras, na senda de Beauvoir, argumentam que somente o gênero feminino é marcado, que a pessoa universal e o gênero masculino se fundem em um só gênero, definindo com isso, as mulheres nos termos do sexo deles e enaltecendo os homens como portadores de uma personalidade universal que transcende o corpo. Num movimento que complica ainda mais a discussão, Luce Irigaray argumenta que as mulheres constituem um paradoxo, se não uma contradição, no seio do próprio discurso da identidade. As mulheres são o “sexo” que não é “uno”. Numa linguagem difusamente masculinista, uma linguagem falocêntrica, as mulheres constituem o irrepresentável. Em outras palavras, as mulheres representam o sexo que não pode ser pensado, uma ausência e opacidade linguísticas (BUTLER, 2003, p. 28).

A crítica, portanto, é voltada duplamente tanto para o falocentrismo quanto para a metafísica da substância. Ambos os aspectos são pressupostos nessas concepções de sujeito, primeiramente, ao falocentrismo da suposição de que o gênero feminino seja sempre constituído em relação a um masculino universal ou representável; em segundo lugar, a crítica voltada à metafísica da substância presente nos posicionamentos feministas que compreendem a pessoa

como portadora de atributos essenciais e não essenciais, como o gênero, presente como substância num “núcleo” de gênero pré-estabelecido e que denota “uma capacidade universal de razão, moral, deliberação moral ou linguagem” (BUTLER, 2003, p. 29).

Mesmo que o ponto de partida dessas abordagens seja o deslocamento do sujeito universal para posições históricas e antropológicas, colocando o gênero como uma relação entre sujeitos socialmente constituídos, ainda assim, o gênero define o que a pessoa “é”, ou seja, denota relações construídas nas quais o gênero já é determinado (BUTLER, 2003). Sobretudo, tais concepções feministas, em particular as que se alinham a Beauvoir, tratam o gênero como insígnia que caracteriza o corpo sexuado, pressupõem estes corpos passivos de uma marcação incisiva, advinda de relações sociais, reflexo da distinção ontológica cartesiana entre corpo e mente, que serve de inspiração para esta abordagem (BUTLER, 2003).

A preservação dessa distinção pode ser lida como sintomática do próprio falocentrismo que Beauvoir subestima. Na tradição filosófica que se inicia em Platão e continua em Descartes, Husserl e Sartre, a distinção ontológica entre corpo e alma (consciência, mente) sustenta, invariavelmente, relações de subordinação e hierarquia políticas e psíquicas. A mente não só subjuga o corpo, mas nutre ocasionalmente a fantasia de fugir completamente à corporificação. As associações culturais entre mente e masculinidade, por um lado, e corpo e feminilidade, por outro, são bem documentadas nos campos da filosofia e do feminismo. Resulta que qualquer reprodução acrítica da distinção corpo/mente deve ser repensada em termos da hierarquia de gênero que essa distinção tem convencionalmente produzido, mantido e racionalizado (BUTLER, 2003, p. 32).

Dessa forma, podemos perceber que a distinção corpo/mente que marca o debate sobre a construção do gênero apresenta contornos de uma perspectiva falocêntrica, na qual o masculino toma a forma ou do ser universal ou unicamente representável, e em que a opressão feminina é demonstrada pela reprodução assimétrica das significações de masculino e feminino. Tal perspectiva totalizante das opressões coloca duas categorias supostamente coerentes em oposição: “homens” e “mulheres”. Supõe, também, um inimigo singular na figura dos “homens”, além de um compartilhamento de características e experiências de opressão universais para a sua categoria única de “mulheres” (BUTLER, 2003). Butler (2003, p. 34) afirma que tais alegações universalistas “são baseadas em um ponto de vista epistemológico comum ou compartilhado, compreendido como consciência articulada, ou como estruturas compartilhadas de opressão, ou como estruturas ostensivamente transculturais da feminilidade, maternidade, sexualidade”. Ou seja, “a insistência sobre a coerência e unidade da categoria das mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das ‘mulheres’” (BUTLER, 2003, p. 34–35).

Mesmo que o feminismo abra a categoria de “mulheres” para que todas as diferentes possibilidades de vivências femininas dialoguem e articulem identidades separadas num espectro de representação que mantenha a coalizão identitária na luta política, ainda assim Butler (2003) questiona a necessidade da “unidade” desta categoria essencialista. Isso acontece, pois “seria errado supor de antemão a existência de uma categoria de “mulheres” que apenas necessitasse ser preenchida com os vários componentes de raça, classe, idade, etnia e sexualidade para tornar-se completa” (BUTLER, 2003, p. 36). Por isso, a autora, na referida obra, advoga a contestação das categorias unitárias de “mulheres” e de “homens” em favor de uma abordagem antifundacionista que visa, como um dos seus objetivos, romper as fronteiras do conceito de identidade. Para a autora, esta proposta se justifica uma vez considerado o gênero como

[...] uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-ia de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor (BUTLER, 2003, p. 37).

A crítica da concepção de “identidade”, ou da noção de pessoa, à qual Butler (2003) adere, ajuda-nos a compreender como a sexualidade faz parte de um debate mais ampliado envolvendo gênero, raça e classe, visto que Butler (2003, p. 38) explica “em que medida as práticas reguladoras de formação e divisão do gênero constituem a identidade”, formam a matriz heterossexual hegemônica e perpetuam as ficções fundantes de coerência interna dos sujeitos.

De acordo com a autora,

[...] a “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (BUTLER, 2003, p. 38).

Em outras palavras, Butler (2003) atenta para as práticas reguladoras de gênero que, através de conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, atribuem marcadores culturalmente inteligíveis para os sujeitos aptos a serem considerados “pessoas”, enquanto os

seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, diferindo do par binário, não são inteligíveis dentro dessa matriz. A autora ainda continua:

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (BUTLER, 2003, p. 38).

Isso significa que as possibilidades de expressões de gênero e as práticas sexuais se encontram firmemente atreladas nesta matriz normativa que produz e regula os seres inteligíveis, ou aqueles facilmente “identificáveis”, e seres “não inteligíveis” ou “incoerentes”. Neste ponto, Butler (2003) recorre a (em claro alinhamento de perspectivas com) Foucault (1979 [2011]) e a sua noção de uma “verdade” sobre sexo, fruto dos discursos dominantes sobre sexo e sexualidade em um determinado contexto histórico, cujos efeitos de poder podem ser percebidos na produção de sujeitos sexuais e seus comportamentos. Tal “verdade” sobre o sexo seria produzida exatamente pelas “práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes”, na visão de Butler (2003, p. 38). Ou seja, as práticas reguladoras a que a autora se refere são responsáveis pela formação e manutenção da matriz normativa de gênero, discursivamente hegemônica, e responsável pela produção de gêneros coerentes e seres “inteligíveis”. Não obstante, a autora continua:

A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”. A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” — isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. Nesse contexto, “decorrer” seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. Ora, do ponto de vista desse campo, certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformam às normas da inteligibilidade cultural (BUTLER, 2003, p. 38–39).

Dessa forma, Butler (2003) deixa claro como tais práticas reguladoras atrelam o gênero a uma prática sexual específica: o sexo heterossexual, conduzido entre gêneros “opostos”. Qualquer desvio da norma sexual é, conseqüentemente, interpretado como um desvio da matriz cultural hegemônica de gênero e se torna, portanto, “ilegível” do ponto de vista da matriz, transformando-se em um ponto de tensão, ou de subversão da mesma. No entanto, como

compreender a formação desta “matriz de inteligibilidade” que a autora faz referência? Ou ainda, “se a ‘identidade’ é um efeito de práticas discursivas, em que medida a identidade de gênero — entendida como uma relação entre sexo, gênero, prática sexual e desejo — seria o efeito de uma prática reguladora que se pode identificar como heterossexualidade compulsória”? (BUTLER, 2003, p. 39). Entre estas e outras questões, Butler (2003) retoma a crítica à metafísica da substância nas abordagens feministas para entendermos como a matriz é constituída discursivamente e como a noção de “identidade de gênero” se dá como um dos efeitos de poder deste discurso.

Butler (2003, p. 40) afirma que “a noção de que o sexo aparece na linguagem hegemônica como substância, ou, falando metafisicamente, como ser idêntico a si mesmo” se encontra incrustada nessas abordagens. Isso significa que a aparência de identidade se realiza “mediante um truque performativo da linguagem e/ou do discurso, que oculta o fato de que ‘ser’ um sexo ou um gênero é fundamentalmente impossível” (BUTLER, 2003, p. 40). Dessa forma, a autora destrincha o mecanismo de atribuição de coerência aos termos que formam o par binário, mecanismo este artificial que cria a aparência de que os sujeitos são capazes não somente de se enquadrar perfeitamente na matriz de inteligibilidade dos gêneros, ignorando, ou deliberadamente excluindo, as múltiplas possibilidades do ser, mas, também, como os próprios termos do par binário espelham o “ser” sexo em sua essência. Trata-se de uma impossibilidade.

Em consonância com o pensamento foucaultiano, a autora argumenta o que se segue:

Para Foucault, a gramática substantiva do sexo impõe uma relação binária artificial entre os sexos, bem como uma coerência interna artificial em cada termo desse sistema binário. A regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica (BUTLER, 2003, p. 41).

Logo, não somente a regulação binária da matriz heterossexual hegemônica suprime as possibilidades de gênero do ser, como também suprime a multiplicidade das sexualidades em suas práticas, uma vez que já vimos que esta matriz de inteligibilidade necessariamente atrela gênero, sexo, prática sexual e desejos como atributos essenciais dos sujeitos.

Assim, somente uma crítica ao tratamento ontológico aplicado às categorias filosóficas que governam o pensamento teórico (e popular) dado à identidade de gênero é capaz, segundo Butler (2003), de demonstrar a artificialidade dos construtos. Para tanto, a autora recorre ao pensamento de Nietzsche e a sua “metafísica da substância”, a fim de argumentar que “diversas ontologias filosóficas caíram na armadilha das ilusões do ‘Ser’ e da ‘Substância’ que são promovidas pela crença em que a formulação gramatical de sujeito e predicado reflete uma



realidade ontológica anterior, de substância e atributo” (BUTLER, 2003, p. 42). Estes construtos fazem parte da noção filosófica pelas quais a simplicidade, a ordem e a identidade são instituídas no pensamento, porém, em nenhum sentido, eles representam a ordem verdadeira das coisas, sendo constituídos discursivamente (BUTLER, 2003). Tal constituição se dá através da linguagem, uma vez que a estrutura gramatical (sujeito e predicado) que inspirou Descartes foi aquela que postula que o “eu” é o sujeito que “pensa”, mesmo considerando que o que ocorre, de fato, são os pensamentos vindos a “mim”, ao sujeito (BUTLER, 2003). Portanto, a autora observa que o “sujeito”, o “eu”, o “indivíduo” são, afinal, conceitos falsos que transformam em substância fictícia aquelas unidades que detém, inicialmente, somente a realidade linguística.

A crítica à metafísica da substância deixa claro como se torna impossível significar as pessoas na linguagem sem a marca do gênero, uma vez que, tanto para o pensamento comum quanto para as elaborações filosóficas, o gênero faz parte de um grupo de conceitos necessários para desenvolver um raciocínio, pois se encontram na “natureza” e existem antes de toda ordem social (BUTLER, 2003). Nesse caso, a identidade de gênero faz parte de um discurso em que o gênero é empregado acriticamente através da atribuição do “ser” para gêneros e sexualidades, e em que o “ser” mulher e ser “heterossexual” são atrelados e fazem parte da metafísica da substância do gênero (BUTLER, 2003). Assim, para Butler (2003, p. 44), tanto para “homens” quanto para “mulheres”, esta afirmação do “ser” tende “a subordinar a noção de gênero àquela de identidade, e a levar à conclusão de que uma pessoa é um gênero e o é em virtude do seu sexo, de seu sentimento psíquico do eu, e das diferentes expressões desse eu psíquico, a mais notável delas sendo a do desejo sexual”. Desse modo, a autora nota como a confusão ingênua (ao contrário de crítica) do gênero com o sexo serve de princípio unificador do eu corporificado e mantém a sua unidade contra e sobre um “sexo oposto”, que se encontra estruturado e demonstra uma coerência interna, paralela, mas oposta, entre o sexo, gênero e desejo.

O gênero só pode denotar uma unidade de experiência, de sexo, gênero e desejo, quando se entende que o sexo, em algum sentido, exige um gênero — sendo o gênero uma designação psíquica e/ou cultural do eu — e um desejo — sendo o desejo heterossexual e, portanto, diferenciando-se mediante uma relação de oposição ao outro gênero que ele deseja. A coerência ou a unidade internas de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exigem assim uma heterossexualidade estável e oposicional. Essa heterossexualidade institucional exige e produz, a um só tempo, a univocidade de cada um dos termos marcados pelo gênero que constituem o limite das possibilidades de gênero no interior do sistema de gênero binário oposicional. Essa concepção do gênero não só pressupõe uma relação causal entre sexo, gênero e desejo, mas sugere igualmente que o desejo reflete ou exprime o gênero, e que o gênero reflete ou exprime o desejo. Supõe-se que a unidade metafísica dos três seja verdadeiramente conhecida e expressa num desejo diferenciador pelo gênero oposto — isto é, numa forma de heterossexualidade oposicional (BUTLER, 2003, p. 45).

Aqui temos como se dá a formação da matriz heterossexual hegemônica nos termos dos gêneros inteligíveis que ela supõe. A simetria da oposição e a continuidade causal estabelecida entre sexo, gênero e desejo são pressupostas, reificadas e racionalizadas, pois “a instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino se diferencia do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual” (BUTLER, 2003, p. 45). Logo, Butler (2003) explicita o modo como a diferenciação binária estabelece e consolida os termos, produzindo as categorias “homem” e “mulher” dentro da estrutura e, assim, organizando, de forma fictícia, a coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo. São as ficções reguladoras em operação.

Tal pensamento, segundo Butler (2003, p. 46), encontra-se alinhado à perspectiva de Foucault, que considera “a categoria de sexo, anterior a qualquer caracterização da diferença sexual, é ela própria construída por via de um modo de sexualidade historicamente específico”. Isso significa dizer que, na visão da autora, Foucault entende que a afirmação do “sexo” como “causa” do comportamento, da experiência sexual e do desejo dos seres na categorização binária e descontínua do sexo, de fato, oculta os objetivos estratégicos do próprio aparato de produção desses seres. Desse modo, Foucault expõe, na sua pesquisa genealógica “essa ‘causa’ ostensiva como um ‘efeito’, como a produção de um dado regime de sexualidade que busca regular a experiência sexual instituindo as categorias distintas do sexo como funções fundacionais e causais, em todo e qualquer tratamento discursivo da sexualidade” (BUTLER, 2003, p. 46).

Uma vez estabelecido o caráter artificial de produção dos gêneros, Butler (2003, p. 47) reflete como a heterogeneidade sexual, ou seja, a multiplicidade de vivências dos seres não inteligíveis para a matriz heterossexual demonstra a crítica à metafísica da substância, uma vez que estes seres representam possibilidades de experiências de gênero que não podem ser apreendidas “pela gramática substancializante e hierarquizante dos substantivos (*res extensa*) e adjetivos (atributos, essenciais e acidentais)”. Sendo assim,

Se a noção de uma substância permanente é uma construção fictícia, produzida pela ordenação compulsória de atributos em sequências de gênero coerentes, então o gênero como substância, a viabilidade de homem e mulher como substantivos, se vê questionado pelo jogo dissonante de atributos que não se conformam aos modelos sequenciais ou causais de inteligibilidade (BUTLER, 2003, p. 47).

Desse modo, a autora chega à afirmação teórica pela qual é mais conhecida: a possibilidade de que o gênero seja algo “performativo” (do inglês, “*performance*”) ao invés de

“essencializado”. Na impossibilidade de declarar que o gênero seria um substantivo e o reconhecimento de que é, tampouco, um conjunto de atributos flutuantes, resta considerar “que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero” (BUTLER, 2003, p. 48). Acerca dessa questão, a autora vem afirmar o seguinte:

[...] o gênero mostra ser performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância — isto é, constituinte da identidade que supostamente é. Nesse sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra. No desafio de repensar as categorias do gênero fora da metafísica da substância, é mister considerar a relevância da afirmação de Nietzsche, em *A genealogia da moral*, de que “não há ‘ser’ por trás do fazer, do realizar e do tomar-se; o ‘fazedor’ é uma mera ficção acrescentada à obra — a obra é tudo”. Numa aplicação que o próprio Nietzsche não teria antecipado ou aprovado, nós afirmaríamos como corolário: não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados (BUTLER, 2003, p. 48).

Logo, dizer que o gênero seria “performativo” ao invés de “substantivo” ou “essencial” implica atestar que, ainda inseridos e delimitados pela matriz cultural de inteligibilidade de gênero, os sujeitos estão fadados a uma eterna reprodução performática dos atributos que fazem parte desta matriz, sendo estes atributos inteligíveis ou não. Ou seja, a performance do gênero é vista como um trabalho interno realizado pelos próprios sujeitos com base nos discursos dominantes de sexo e gênero, a fim de se adequarem ou não à matriz cultural de inteligibilidade. A todo e a cada momento, os atributos de sexo, gênero e desejo são performados de modo a serem lidos socialmente, seja para demarcar sujeitos “homens”, “mulheres”, “trans”, “homossexuais”, “heterossexuais”, entre outras possibilidades de vivências, somente citando alguns exemplos. Butler (2003) cita seu próprio exemplo para a capacidade de performatividade de gênero, ao argumentar que as “*drag queens*”, em períodos distintos, performam atributos que ora demarcam-nas como “mulheres”, ora como “homens”.

A partir da consideração a respeito da performatividade do gênero, enquanto parte oculta do processo de produção de gêneros inteligíveis, Butler (2003) passa a focar no sexo e na sexualidade enquanto ficções reguladoras de gênero, procurando explicar a sua formação discursiva. Para tanto, a autora recorre a formulações de expoentes da psicanálise, principalmente de Jacques Lacan, a fim de argumentar que a instituição da interdição (Lei) do incesto, no simbólico e no discursivo, durante o desenvolvimento psíquico do Ser aparece como marco da formação da heterossexualidade compulsória. Isso significa dizer o que se segue:

A posição linguística masculina passa pela individuação e heterossexualização exigidas pelas proibições fundadoras da lei Simbólica, a lei do Pai. O incesto, que separa o filho da mãe e, portanto, instala a relação de parentesco entre eles, é uma lei decretada “em nome do Pai”. Semelhantemente, a lei que proíbe o desejo da menina tanto por sua mãe como por seu pai exige que ela assuma o emblema da maternidade e perpetue as regras de parentesco. Ambas as posições, masculina e feminina, são assim instituídas por meio de leis proibitivas que produzem gêneros culturalmente inteligíveis, mas somente mediante a produção de uma sexualidade inconsciente, que ressurge no domínio do imaginário (BUTLER, 2003, p. 52).

Nestes termos, a autora argumenta como a interdição da lei do incesto, em termos simbólicos, inaugura as posições masculina e feminina no imaginário discursivo, além de decretar a heterossexualidade compulsória que faz com que a menina assuma a maternidade e o parentesco, e com que o menino seja separado da mãe, tanto em termos de desejo quanto em termos de emulação do comportamento feminino. No entanto, ainda há espaço para o subversivo, para as possibilidades de vivências práticas de sexualidade que rompam com a heterossexualidade compulsória, conforme argumentado pela autora, em consonância com a perspectiva foucaultiana:

Para Foucault, essas proibições são invariável e inopinadamente produtivas, no sentido de que “o sujeito” que supostamente é fundado e produzido nelas e por meio delas não tem acesso a uma sexualidade que esteja, em algum sentido, “fora”, “antes” ou “depois” do próprio poder. O poder, ao invés da lei, abrange tanto as funções ou relações diferenciais jurídicas (proibitivas e reguladoras) como as produtivas (inintencionalmente generativas). Consequentemente, a sexualidade que emerge na matriz das relações de poder não é uma simples duplicação ou cópia da lei ela mesma, uma repetição uniforme de uma economia masculinista da identidade. As produções se desviam de seus propósitos originais e mobilizam inadvertidamente possibilidades de “sujeitos” que não apenas ultrapassam os limites da inteligibilidade cultural como efetivamente expandem as fronteiras do que é de fato culturalmente inteligível (BUTLER, 2003, p. 54).

Nesse sentido, a autora apresenta que, mesmo que os sujeitos se encontrem inseridos numa matriz de relações de poder nas quais a produção de sujeitos binários seja o efeito de verdade almejado, ainda assim há possibilidade de subversão e de resistência dentro de tal matriz hegemônica (mesmo que a autora não utilize o termo “resistência”, tão caro a Foucault). Desse modo, para Butler (2003, p. 55), “se a sexualidade é construída culturalmente no interior das relações de poder existentes, então a postulação de uma sexualidade normativa que esteja ‘antes’, ‘fora’ ou ‘além’ do poder constitui uma impossibilidade cultural e um sonho politicamente impraticável”, uma vez que “adia a tarefa concreta e contemporânea de repensar as possibilidades subversivas da sexualidade e da identidade nos próprios termos do poder”. Logo, Butler (2003, p. 55) continua, devemos supor que operar no interior da matriz de poder

“não é o mesmo que reproduzir acriticamente as relações de dominação”, o que significa a existência de um espaço para subversão.

Em outras palavras, a “unidade” do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória. A força dessa prática é, mediante um aparelho de produção excludente, restringir os significados relativos de “heterossexualidade”, “homossexualidade” e “bissexualidade”, bem como os lugares subversivos de sua convergência e ressignificação. O fato de os regimes de poder do heterossexismo e do falocentrismo buscarem incrementar-se pela repetição constante de sua lógica, sua metafísica e suas ontologias naturalizadas não implica que a própria repetição deva ser interrompida — como se isso fosse possível. E se a repetição está fadada a persistir como mecanismo da reprodução cultural das identidades, daí emerge a questão crucial: que tipo de repetição subversiva poderia questionar a própria prática reguladora da identidade? (BUTLER, 2003, p. 57).

Mesmo que a autora reconheça que o regime de poder em vigência busque sempre os efeitos de poder na produção excludente de gêneros e sexualidade através da repetição constante de sua lógica, ainda assim há espaço para a subversão e a multiplicação das vivências, principalmente quando consideramos as práticas reguladoras da identidade, aquelas ficções reguladoras do sexo e do gênero, que são elas próprias lugares de significado multiplamente contestado, oferecendo na multiplicidade da sua construção a possibilidade de ruptura almejada (BUTLER, 2003). Isso significa dizer que o “ser” um gênero é um efeito, segundo as palavras de Butler (2003, p. 58), um “objeto de uma investigação genealógica que mapeia os parâmetros políticos de sua construção no modo da ontologia”. Por conseguinte,

Como genealogia da ontologia do gênero, a presente investigação busca compreender a produção discursiva da plausibilidade dessa relação binária, e sugerir que certas configurações culturais do gênero assumem o lugar do “real” e consolidam e incrementam sua hegemonia por meio de uma auto-naturalização apta e bem-sucedida (BUTLER, 2003, p. 58).

Em termos foucaultianos e, por consequência, butlerianos, tanto a matriz cultural heterossexual e hegemônica quanto a ficção reguladora de “gênero” que dela faz parte, são práticas discursivas contínuas, parte de um regime de verdade sobre o sexo que consolidou enquanto saber científico, portanto, passível de intervenções e ressignificações sempre.

Isso acontece principalmente quando recordamos que o gênero é corporificado, segundo Butler (2003, p. 59), sendo “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”. Assim, nas palavras da autora, “a univocidade do sexo, a coerência interna do gênero e a estrutura binária para o sexo e o gênero

são sempre consideradas como ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina e heterossexista” (BUTLER, 2003, p. 59).

É neste ponto que Butler (2004) também aborda os processos de exclusão na formação das identidades que compõem a matriz cultural hegemônica. Por pautar a sua teorização não somente no debate acadêmico, mas também político da ação feminista, Butler (2004) avança nas suas considerações a respeito da formação discursiva do gênero em direção a uma teoria que também abarque os processos de exclusão daquelas vivências que não são lidas socialmente. Não somente a autora considera as categorias fictícias de gênero, sexo e desejo, mas também as interseções de raça e classe para designar não aqueles que são designados como o “Outro” no processo excludente de formação do par binário, mas aqueles que são tidos como “não humanos” ou “abjetos” por isso.

Dessa forma, Butler (2004) se envereda numa discussão a respeito do que caracteriza o “ser” como “humano” ou “abjeto” a fim de levantar questões a respeito do que faz um “ser” ser tido como “humano”, o que caracteriza uma “vida” que “conta”, “importa”, ou quais os termos para a definição de uma “vida que vale a pena ser vivida”. Todo este debate é pautado, consequentemente, nos termos da matriz de inteligibilidade e leitura social dos marcadores de gênero, sexo e desejo já previamente mencionados. Para a autora, “se há normas de reconhecimento pelas quais o ‘humano’ é constituído, e essas normas codificam as operações de poder, então segue que a disputa sobre o futuro do ser ‘humano’ será uma disputa envolvendo o poder que opera nas normas e através das mesmas” (BUTLER, 2004, p. 13). Logo, a determinação do status de “ser humano” logicamente perpassa as normas de inteligibilidade estabelecidas pela matriz, relegando todas as demais possibilidades de vivência do gênero, do sexo e das práticas sexuais para o campo não somente do “Outro” na relação binária, mas também do campo político do “não humano” ou do “abjeto”, resultando em consequências reais de opressão e desqualificação da vida humana. Neste momento, atenta-se para a importância de situar o debate acerca da sexualidade em um campo mais amplo, a fim de evitar reducionismos e promover uma visão mais abrangente tanto teórica quanto politicamente.

#### IV. SUJEITOS E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO

A fim de compreender o modo de subjetivação dos sujeitos nos termos da dimensão da sexualidade e como traços do que compõem as moralidades vigentes no discurso hegemônico são parte deste processo, precisamos entender os fundamentos do pensamento foucaultiano, que baliza esta pesquisa. Para tanto, primeiramente devemos explorar o que é a concepção de “poder” para Foucault, o que são as “relações de poder”, em que medida as relações de poder se encontram ligadas ao “discurso”, o que é “discurso”, o que são as “relações de poder/saber”, o que são “regimes de verdade” e, por fim, como estas práticas discursivas interpelam os sujeitos em sua constituição enquanto seres sexuais.

Foucault (1977 [2006a]) estabelece uma certeza logo de início: que ele não trabalha e não procura formular uma concepção geral e global do poder. Ao contrário, inspirado por heranças históricas do século XX — o fascismo e o estalinismo —, que na época em que foram alvo de pesquisa do referido autor, ainda não haviam sido assimiladas ou sequer existiam instrumentos de análise para abordá-las satisfatoriamente, Foucault (1977 [2006a]) buscou compreender o “problema do poder”, assim como outros o fizeram. Porém, mais do que lidar com o “problema do poder”, Foucault (1977 [2006a]) concentrou seus esforços para desvendar o “problema do excesso de poder”.

Ora, nada nos instrumentos conceituais, teóricos que tínhamos em mente nos permitia captar bem o problema do poder, já que o século XIX, que nos legara esses instrumentos, só percebeu esse problema através dos esquemas econômicos. O século XIX nos prometera que no dia que os problemas econômicos se resolvessem todos os efeitos de poder suplementar excessivo estariam resolvidos. O século XX descobriu o contrário: podem-se resolver todos os problemas econômicos que se quiser, os excessos do poder permanecem (FOUCAULT, 1977 [2006a], p. 225).

Assim, partindo da necessidade de se pensar o problema do poder sem contar ainda com os instrumentos conceituais para pensá-lo que Foucault (1977 [2006a]) julgou adequado entender o tempo presente que vivia e apreender o fenômeno do poder através dos seus mecanismos de funcionamento, sobretudo em seus efeitos sobre os sujeitos. Por isso, fica evidente que, assim como Butler (2003), que se inspirou nas formulações do autor para as suas próprias ideias, Foucault (1982 [1995]) adere a uma perspectiva ontológica discursiva, não substantiva, a respeito do poder, assim como os demais elementos da sua teorização: das relações de poder, dos mecanismos de poder e dos efeitos produzidos por este poder não somente no nível do Estado, mas também, e principalmente, a nível das microrrelações de poder

entre indivíduos. Tal perspectiva ontológica pode ser melhor compreendida na relação que o autor estabelece com o objeto de sua pesquisa, interpelando o “poder” nas suas manifestações.

Para certas pessoas, interrogar-se sobre o “como” do poder seria limitar-se a descrever seus efeitos, sem nunca os relacionar nem a causas nem a uma natureza. Seria fazer deste poder uma substância misteriosa que, sem dúvida, se evita interrogar em si mesma, por preferir não “colocá-la em questão”. Neste mecanismo, que não se explicita racionalmente, suspeita-se de um fatalismo. Mas sua desconfiança não nos mostra que elas supõem que o poder é algo que existe com sua origem, sua natureza e suas manifestações? Se provisoriamente atribuo um certo privilégio à questão do “como”, não é que eu deseje eliminar a questão do porquê. É para colocá-las de outro modo; ou melhor: para saber se é legítimo imaginar um “poder” que reúne um quê, um porquê e um como. Grosso modo, eu diria que começar a análise pelo “como” é introduzir a suspeita de que o “poder” não existe; é perguntar-se, em todo caso, a que conteúdos significativos podemos visar quando usamos este termo majestoso, globalizante e substantificador; é desconfiar que deixamos escapar um conjunto de realidades bastante complexo, quando engatinhamos indefinidamente diante da dupla interrogação: “O que é o poder? De onde vem o poder?” A pequena questão, direta e empírica: “Como isso acontece?”, não tem por função denunciar como fraude uma “metafísica” ou uma “ontologia” do poder, mas tentar uma investigação crítica sobre a temática do poder (FOUCAULT, 1982 [1995], p. 239–240).

Logo, o “poder” não é tratado como substância ou como unidade que pertence a alguém ou a alguma instituição, ou que certo ator individual ou coletivo detém em função de sua posição ou hierarquia. Para o autor, “o poder não deve ser entendido como um sistema opressivo que recaia sobre os indivíduos de cima, golpeando os indivíduos com proibições disto ou daquilo. O poder é um conjunto de relações” (FOUCAULT, 1988 [2019], p. 2). Mais do que implicar as interdições da lei ou das instituições, ou até a presença do Estado, das forças armadas, de uma situação de violência, Foucault (1988 [2019]) trata o poder enquanto relações — assimétricas e estratégicas — entre sujeitos nas quais o poder seria exercido uns sobre os outros, a fim de conduzir ou influenciar condutas.

O que significa “exercer poder”? Exercer poder não significa pegar este gravador e jogá-lo no chão. Eu tenho a capacidade de fazê-lo: materialmente, fisicamente, esportivamente. Mas eu não estaria exercendo poder algum, se fizesse isso. No entanto, se eu pegar este gravador e jogá-lo no chão, com a finalidade de deixar você louco de raiva, ou para que você não possa repetir o que eu disse, ou para te pressionar pra que você se comporte de tal e qual maneira, ou para intimidar você - bem, o que eu estaria fazendo neste caso, moldando seu comportamento através de certos meios, isso é poder. Isto significa dizer que o poder é uma relação entre duas pessoas, uma relação que não é da ordem da comunicação (mesmo que você seja forçado a servir como meu instrumento de comunicação). Não é o mesmo que te falar "o tempo hoje está bom", ou "nasci em tal ou qual data" (FOUCAULT, 1988 [2019], p. 2).

Em termos simples, Foucault (1988 [2019]) procurou explicar o que ele entende por “exercício de poder” de um sujeito por outro. Podemos observar que, nesta explanação, o autor procura enfatizar a questão da influência sobre a ação do outro, sem que haja uma ação violenta



sendo exercida sobre o outro sujeito. Dessa forma, fica evidente que o exercício do poder não se encontra ligado a ações violentas, tampouco se trata de coagir ou ameaçar o sujeito no qual o poder está sendo exercido a se comportar de uma ou outra maneira. Foucault (1988 [2019]) continua sua argumentação apresentando que a tentativa de guiar, ou conduzir o comportamento de outrem não pode passar por sua forma de obrigação — forçar o sujeito a fazer isto ou aquilo —, pois este seria o marco zero do poder, ou seja, quando cessa o campo de possibilidades de ação dos sujeitos nos quais o poder está sendo exercido e se torna uma relação de dominação de um sujeito sobre outro.

Exerço poder sobre você: influencio teu comportamento, ou tento fazê-lo. E tento guiar teu comportamento, conduzir teu comportamento. A maneira mais simples de fazer isto, obviamente, é pegar você pela mão e forçá-lo a ir aqui ou acolá. Este é o caso limite, o grau zero do poder. Na verdade, esse é o momento que o poder deixa de ser poder, e se torna mera força física. Por outro lado, se eu recorrer a minha idade, a minha posição social, ao conhecimento que possa ter sobre isto ou aquilo, para fazer com que você se comporte de alguma maneira particular (ou seja, eu não estou forçando você maneira alguma, e estou te deixando completamente livre), é aí que eu começo a exercer poder. É evidente que o poder não deve ser definido como um ato constrangedor de violência que reprime os indivíduos, forçando-os a fazer algo, ou impedindo-os de fazer outra coisa qualquer. O poder ocorre quando existe uma relação entre dois sujeitos livres, e essa relação é desequilibrada, de modo que um pode atuar sobre o outro, e o outro é por ele influenciado, ou se deixa influenciar. Portanto, o poder nem sempre é repressivo. Ele pode assumir certo número de formas (FOUCAULT, 1988 [2019], p. 2).

Portanto, podemos perceber, a partir deste trecho, duas questões sobre o exercício de poder para Foucault. Em primeiro lugar, o fato de que o poder não é tratado pelo autor como algo que existe globalmente seja em estado maciço ou difuso, mas que somente existe em atos e situações, dado que só há poder quando é exercido por “uns” sobre os “outros”, mesmo que este se inscreva num campo esparso de possibilidades (FOUCAULT, 1982 [1995]). Em seguida, é possível sublinhar que as relações de poder somente se dão entre sujeitos “livres” na medida em que os mesmos tenham possibilidade de escolha ou de reação diante da situação (assimétrica) apresentada (FOUCAULT, 1988 [2019]). Desse modo, observamos que Foucault (1982 [1995]) tende a se referir ao exercício do poder como “relações de poder” ou “relações de força”, uma vez que as partes se encontram em situações de tensionamentos, ao contrário de situações de dominação, nas quais um dos lados não teria possibilidade alguma de resistir ao comando da primeira.

De fato, aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes. Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela

destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro polo senão aquele da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que o “outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito da ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (FOUCAULT, 1982 [1995], p. 243).

Dessa forma, Foucault (1982 [1995]) apresenta os dois elementos que julga indispensáveis para que uma relação de força seja considerada uma relação de poder: que os sujeitos (individuais ou coletivos) sejam reconhecidos como “livres” ou gozem de certo grau de “liberdade” na ação, sendo reconhecidos como sujeitos da ação até o fim; e que a relação de forças abra todo um campo de possibilidades para resposta, reação e, sobretudo, resistência ao poder exercido. Assim, Foucault (1982 [1995]) afirma que não há confronto entre “poder” e “liberdade” da ação, uma vez que não são condições excludentes. O que há, para o autor, é o estabelecimento de

[...] um jogo muito mais complexo: neste jogo, a liberdade aparecerá como condição de existência do poder (ao mesmo tempo sua precondição, uma vez que é necessário que haja liberdade para que o poder se exerça, e também seu suporte permanente, uma vez que se ela se abstraísse inteiramente do poder que sobre ela se exerce, por isso mesmo desapareceria, e deveria buscar um substituto na coerção pura e simples da violência); porém, ela aparece também como aquilo que só poderá se opor a um exercício de poder que tende, enfim, a determiná-la inteiramente. A relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem, então, ser separadas (FOUCAULT, 1982 [1995], p. 244).

Por isso, o autor complementa que não devemos tomar o problema central da relação de poder como uma relação de “antagonismo” na qual o encontro entre a “intransigência da liberdade” e a “recalcitrância do querer” resulta na “servidão voluntária”. Ao contrário, “seria melhor falar de um ‘agonismo’ — de uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente” (FOUCAULT, 1982 [1995], p. 245). Nesse sentido, Foucault (1977 [2006a], p. 232) vem reforçar que “as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis”, pois, para ele, “não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável”. Assim, Foucault (1977 [2006a]) passa a falar não somente de relações de poder, mas, necessariamente, da existência de “relações de poder/resistência”, uma vez que o exercício do poder no tecido social demanda a abertura de um campo de possibilidades de resistência para os sujeitos, num jogo complexo e dinâmico.

Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante. Em toda parte se está em luta – há, a cada instante, a revolta da criança que põe seu dedo no nariz à mesa, para aborrecer seus pais, o que é uma rebelião, se quiserem –, e a cada instante se vai da rebelião à dominação; da dominação à rebelião; e é toda esta agitação perpétua que gostaria de tentar fazer aparecer (FOUCAULT, 1977 [2006a], p. 232).

Desta maneira, Foucault (1977 [2006a]) deixa claro não somente que sua concepção de poder é extensiva a todo o corpo social, abarcando desde as relações entre pais e filhos, entre esposos, entre estudantes e professores, etc., mas que, também, toda relação de poder pressupõe um espaço de liberdade tal que possibilite a resistência ao poder sendo exercido. Isso significa dizer que o poder não se encontra concentrado em uma estrutura ou ator social, mas espalhado na malha social de tal forma que múltiplos nódulos de poder sejam exercidos entre sujeitos numa rede complexa de jogos em que os sujeitos se encontram posicionados estrategicamente (FOUCAULT, 1977 [2006a]). Desse modo, tem-se, por resumo, que 1) o poder se estende a todo corpo social, no qual há a possibilidade de resistência; 2) tal possibilidade de resistência não provém de uma fonte externa, mas se encontra circunscrita à mesma relação de poder que a origina, ou seja, não há espaços de liberdade fora do poder; 3) o poder não obedece a uma forma única de interdição, assumindo múltiplas formas, inclusive produtivas de subjetividade; e que 4) “as relações de poder são intrincadas em outros tipos de relação (de produção, de aliança, de família, de sexualidade) em que desempenham um papel ao mesmo tempo condicionante e condicionado” (FOUCAULT, 1977 [2006a], p. 248).

Este último ponto nos leva a abordar as formas como o poder é exercido no tecido social. A concepção de poder para Foucault (1977 [2006a]), como podemos perceber, encontra-se intimamente atrelada à sua concepção de discurso, uma vez que o autor trabalha com uma ideia de um poder não substantivo, ou unitário, e sim disperso, multifacetado e capilar, cujos vestígios podem ser encontrados tanto em nível das instituições (macro) quanto das relações cotidianas (micro) entre indivíduos. Conforme a asserção de Foucault (1977 [2006a], p. 231), “na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de força de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo”. Portanto, a análise das relações de poder na perspectiva foucaultiana necessariamente pressupõe a análise de discurso, sendo a relação entre poder e discurso melhor apresentada conforme as palavras do autor:

Não procuro encontrar, por trás do discurso, alguma coisa que seria o poder e sua fonte, tal como em uma descrição do tipo fenomenológico, ou como em qualquer

outro método interpretativo. Eu parto do discurso tal qual ele é! Em uma descrição fenomenológica, se busca deduzir do discurso alguma coisa que concerne ao sujeito falante; tenta-se encontrar, a partir do discurso, quais são as intencionalidades do sujeito falante – um pensamento em via de se fazer. O tipo de análise que pratico não trata do problema do sujeito falante, mas examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona. Portanto, o poder não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder (FOUCAULT, 1978 [2006a], p. 253).

Foucault (1978 [2006a], p. 254), assim, considera o discurso enquanto “uma série de elementos que operam no interior do mecanismo geral do poder”. Isso se dá devido ao fato de que há uma série de elementos que compõem o discurso e o caracterizam enquanto categoria de análise, mas cuja função no interior do mecanismo geral do poder está muito mais atrelada a uma série de acontecimentos políticos através dos quais o poder é vinculado e orientado, e, portanto, através dos quais o poder adquire sua materialidade, na forma à qual o autor refere como efeitos de poder (FOUCAULT, 1978 [2006a]).

A fim de elaborar sobre os efeitos de poder, precisamos revisitar a que o autor se refere quando menciona relações de poder/saber, uma vez que a ligação entre poder e discurso pode ser melhor compreendida a partir da constatação de que Foucault (1977 [2006a]) procurou entender o poder e seus efeitos a partir do estudo de discursos científicos em relação à loucura, ao sistema prisional, à sexualidade e aos seus efeitos na produção de sujeitos e realidades. O autor se dedicou a responder, a partir de uma análise também histórica, questões relacionadas às regras que regem os discursos dominantes sobre a vida, a loucura, o criminoso, a sexualidade, etc., aos quais a sociedade ocidental se encontra submetida durante determinado contexto histórico, e como se dá essa ligação entre os saberes produzidos, e reproduzidos, e o poder; como se dá essa história dos mecanismos de poder e da forma como eles se engrenam. Sobretudo, para Foucault (1978 [2006a], p. 254), “todos esses elementos pertencem a um sistema de poder, no qual o discurso não é senão um componente religado a outros componentes. Elementos de um conjunto. A análise consiste”, portanto, “em descrever as ligações e relações recíprocas entre todos esses elementos”. Tais ligações produzem “efeitos de verdade”, tal qual explicitado:

Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdade, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. São essas relações verdade/poder, saber/poder que me preocupam (FOUCAULT, 1977 [2006a], p. 229).

Assim, salientamos que Foucault (1977 [2006a]) se debruçou sobre as questões relacionadas à produção de verdades e como estas verdades produzidas, por sua vez, atuariam através dos mecanismos de poder existentes sobre os sujeitos em sociedade em determinado contexto histórico.

Antes, precisamos destacar o que Foucault (1977 [2006a], p. 232–233) entende por “verdade”, uma vez que: a verdade não seria “uma espécie de norma geral, uma série de proposições”, porém algo mais próximo de “um conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros”. Nesse sentido, Foucault (1977 [2006a]) entende por “verdade” não uma concepção unitária, mas um procedimento, uma função que permite aos sujeitos (individuais ou coletivos) pronunciarem enunciados que serão considerados verdadeiros. Necessário, também, reiterar que somente é permitido aos sujeitos que ocupam certas posições estratégicas na ordem do discurso o pronunciamento de “enunciados” — tidos pelo autor como um dos elementos mais básicos de construção do discurso — considerados verdadeiros (FOUCAULT, 1970 [1999]). Portanto, a formação de “regimes de verdade” obedece, necessariamente, às condições de posicionamento estratégico de sujeitos nas relações de poder/saber aos quais, ao ocuparem estas posições, é permitido o pronunciamento de enunciados com teor de verdade, em especial aqueles que já se encontram codificados e cujas condições de produção são reguladas e conhecidas. No caso, os domínios científico, espiritual e de comunicação, entre outros, preenchem o requisito.

Desde Platão, sabe-se que o saber não pode existir totalmente independente do poder. Isso não significa que o saber está submetido ao poder, pois um saber de qualidade não pode nascer em tais condições. O desenvolvimento de um saber científico é impossível de se compreender sem considerar as mudanças nos mecanismos de poder. O caso típico seria aquele da ciência econômica. Mas também uma ciência como a biologia evoluiu segundo elementos complexos, tais como os desenvolvimentos na agricultura, as relações com o estrangeiro, ou então a dominação das colônias. Não se pode pensar o progresso do saber científico sem pensar nos mecanismos de poder (FOUCAULT, 1978 [2006a], p. 269).

Atentar para as condições do surgimento de enunciados de “verdade” e o desenvolvimento dos saberes, em particular o científico, significa compreender que estes surgiram em contextos sócio-históricos específicos e com mudanças ocorridas nos mecanismos de poder em operação. Por isso, quando Foucault (1978 [2006b]) discorre a respeito da “sexualidade” e do surgimento do “dispositivo de sexualidade” nas sociedades ocidentais modernas, que produziu e produz discursos e sujeitos, devemos nos concentrar nas condições

históricas que permitiram o desenvolvimento do discurso em torno da sexualidade moderna acompanhado de mecanismos de poder próprios.

Conforme Foucault (1976 [2011]), diferentes acontecimentos históricos contribuíram para as mudanças nos mecanismos de poder em operação na sociedade ocidental entre os séculos XVII e XIX, em particular, a Revolução Industrial, que culminou na ascensão social e econômica da classe burguesa em consonância com a mudança do regime de produção. No entanto, foram os desenvolvimentos científicos que inspiraram Foucault (1978 [2006b]) a voltar sua atenção para o tema do sexo/sexualidade, cuja análise genealógica renderia os volumes lançados (e pretendidos) de sua “História da Sexualidade”. Em entrevista, Foucault (1978 [2006b]) afirma o seu ponto de partida da investigação no tratamento dado pela psicanálise e pela psiquiatria da época ao amplamente investigado fenômeno da “histeria”, de grande importância para a sociedade e cultura ocidentais. De acordo com o autor, este fenômeno singular fascinou médicos e pesquisadores por sua pressuposta “natureza” fundamentada no desejo sexual: de um fenômeno de esquecimento, ou desconhecimento do sujeito sobre si mesmo, que podia levá-lo a negligenciar fragmentos do seu passado ou partes do seu corpo. Logo, a questão que levou outros pesquisadores a se debruçarem sobre o tema teria sido “o que é o desconhecimento dos seus próprios desejos?”, ao que Foucault (1978 [2006b], p. 58) rebate:

Ora, seja qual for a fecundidade desse problema e a riqueza dos resultados a que se chegou, creio que existe apesar de tudo um outro fenômeno, que é quase o oposto desse, fenômeno que me surpreendeu, e que se poderia chamar [...] de um fenômeno de supersaber, isto é, um saber de qualquer forma excessivo, um saber ampliado, um saber ao mesmo tempo intenso e extenso da sexualidade, não no plano individual, mas no plano cultural, no plano social, em formas teóricas ou simplificadas. Creio que a cultura ocidental foi surpreendida por uma espécie de desenvolvimento, de hiperdesenvolvimento do discurso da sexualidade, da teoria da sexualidade, da ciência sobre a sexualidade, do saber sobre a sexualidade.

Desse modo, Foucault (1978 [2006b]) assevera que, ao final do século XIX, um duplo fenômeno se desenrola: por um lado, ao nível individual, um fenômeno geral de desconhecimento pelo sujeito do seu próprio desejo se manifesta especialmente na forma da “histeria”, enquanto que, ao mesmo tempo e na contramão do primeiro, um fenômeno de supersaber cultural, social, científico, teórico da sexualidade se desenvolve. Essa aparente contradição não se sustenta, uma vez que o autor afirma que ambos os fenômenos não são contraditórios no Ocidente, podendo coexistir efetivamente.

Ainda assim, Foucault (1976 [2011]) se encarrega de refutar a “hipótese repressiva” do sexo, ou seja, a hipótese amplamente difundida que toma a era vitoriana como um período de interdições e silêncios acerca do sexo, enquanto a produção cultural e científica sobre o assunto

se acelerava. Isto se explica porque Foucault (1976 [2011]) reconhece as interdições no sexo, porém vai além, ao propor que a *scientia sexualis*, ou toda a produção exacerbada de discurso científico acerca do sexo/sexualidade, não somente desempenha um papel de interdição nos sujeitos, como também atua de maneira positiva, produtiva, em toda a sua capilaridade enquanto mecanismo de poder/saber.

Na preocupação com o sexo, que aumenta ao longo de todo o século XIX, quatro figuras se esboçam como objetos privilegiados de saber, alvos e pontos de fixação dos empreendimentos do saber: a mulher histórica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso, cada uma correlativa de uma dessas estratégias que, de formas diversas, percorreram e utilizaram o sexo das crianças, das mulheres e dos homens. Nessas estratégias, de que se trata? De uma luta contra a sexualidade? De um esforço para assumir o seu controle? De uma tentativa de melhor regê-la e ocultar o que ela comporta de indiscreto, gritante, indócil? De uma maneira de formular, a seu respeito, essa parte de saber que poderia ser aceitável ou útil, sem mais? De fato, trata-se, antes, da própria produção de sexualidade (FOUCAULT, 1976 [2011], p. 116).

Nesse sentido, Foucault (1976 [2011]) argumenta que não se deve conceber a sexualidade nem como dado natural a ser posto em xeque pelo poder, nem como um domínio obscuro a ser desvelado pelo saber. Para o autor, sobretudo, a

[...] sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1976 [2011], p. 116–117).

Dessa forma, torna-se evidente que as relações de sexo são, historicamente, objeto e alvo de grande investimento de poder, fazendo parte de mecanismos de poder/saber que ordenam o tecido social e produzem sujeitos. Assim, Foucault (1976 [2011], p. 117) passa a descrever como, a partir do século XVIII, devido às mudanças nos processos econômicos e estruturas políticas, um novo dispositivo de poder se superpõe ao que ele havia descrito como “dispositivo de aliança”, ou seja, um “sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens”. O dispositivo de alianças se articula e rege os parceiros sexuais, que somente se tornam legítimos após o ato do matrimônio e cujas relações sexuais devem visar somente à reprodução da espécie e transmissão de nomes e bens (FOUCAULT, 1976 [2011]). Por outro lado, o dispositivo da sexualidade, que passa a se instalar e se sobrepor ao antigo dispositivo, ainda assim não o substituindo por completo, tem como objeto e alvo principal o corpo, tanto social quanto individual, com a incitação incessante ao sexo e a sua consequente organização e controle (FOUCAULT, 1976 [2011]).

Poder-se-ia opô-los termo a termo. O dispositivo de aliança se estrutura em torno de um sistema de regras que define permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito; o dispositivo de sexualidade funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos, e conjunturais de poder. O dispositivo de aliança conta, entre seus objetivos principais, o de reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege; o dispositivo de sexualidade engendra, em troca, uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle. Para o primeiro, o que é pertinente é o vínculo entre parceiros com *status* definido; para o segundo, são as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por tênues ou imperceptíveis que sejam. Enfim, se o dispositivo de aliança se articula fortemente com a economia devido ao papel que pode desempenhar na transmissão ou na circulação de riquezas, o dispositivo de sexualidade se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal – corpo que produz e consome. [...] O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global (FOUCAULT, 1976 [2011], p. 117–118).

Portanto, podemos perceber como o dispositivo de sexualidade tem por objetivo, através da proliferação dos discursos biomédicos sobre o sexo, penetrar nos corpos e regular, ordenar o corpo social, ao mesmo tempo que produz, que categoriza e regula os corpos individuais de forma cada vez mais capilar e difusa. Conseqüentemente, a produção de sujeitos sob o dispositivo de sexualidade se dá por meio dos discursos biomédicos atrelados a este mecanismo de poder, da mesma forma que as resistências possíveis a tal mecanismo de sujeição se articulam, produzindo efeitos de poder nos corpos dos sujeitos.

Conforme citado anteriormente, Foucault (1982 [1995]) argumenta que o tecido social se encontra permeado de relações de poder/resistência que, somente são possíveis, uma vez que os sujeitos nelas estrategicamente envolvidos e posicionados gozam de certo grau de liberdade para resistir ao poder atuante. De igual forma, vimos que Foucault (1976 [2011]) considera o desenvolvimento do dispositivo de sexualidade a partir do século XVIII, este mesmo que passa a atuar nos corpos dos sujeitos, incitando, inovando, organizando e controlando os prazeres e os corpos sexuais. É por isso que, quando Foucault (1984 [2006b]) fala de “jogos de verdade” e como os sujeitos se encontram situados nesses jogos complexos de poder e saber, podemos perceber que o autor se refere, também, às possibilidades de autoconstituição dos sujeitos sexuais, aos espaços de liberdade e resistência que os mesmos encontram no regime de verdade acerca do sexo.

Justamente por considerar tais espaços de liberdade que Foucault (1984 [2006b]) discute o que ele chamou de “cuidado de si”, “práticas de si” ou “técnicas do eu”, retomando um conjunto de práticas sociais presente nas sociedades desde a era greco-romana, mas que perdeu importância após as investidas, até certo ponto, de instituições religiosas, pedagógicas, do tipo médico e psiquiátrico. Foucault (1984 [2006b], p. 265) descreve a prática de si como mais



próxima de uma prática ascética, “dando ao ascetismo um sentido muito geral, ou seja, não o sentido de uma moral da renúncia, mas o de um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser”. Portanto, para que os sujeitos possam se elaborar e exercer sobre si esta transformação, Foucault (1984 [2006b]) enfatiza o aspecto de “prática de liberdade” que este exercício toma, no que tange à possibilidade de os sujeitos definirem para si formas aceitáveis e satisfatórias de existência.

O cuidado de si constituiu, no mundo greco-romano, o modo pelo qual a liberdade individual – ou a liberdade cívica, até certo ponto – foi pensada como ética. [...] acredito que, nos gregos e romanos – sobretudo nos gregos –, para se conduzir bem, para praticar adequadamente a liberdade, era necessário ocupar de si mesmo, cuidar de si, ao mesmo tempo para se conhecer [...] e para se formar, superar-se a si mesmo, para dominar em si os apetites que poderiam arrebatá-lo (FOUCAULT, 1984 [2006b], p. 267–268).

Nesse ponto, Foucault (1984 [2006b]) relembra que os gregos problematizavam a própria liberdade e a liberdade dos outros como problemas éticos e, por conseguinte, como problemas políticos. A questão da “liberdade” dos homens — e é importante ressaltar que somente homens gregos eram considerados como “livres” — era tida para eles como significado de “não escravidão”, seja em relação a si mesmo, seja em relação a outros indivíduos, equalizando a condição de escravidão à impossibilidade de se conduzir com “*êthos*” em suas vivências (FOUCAULT, 1984 [2006b]). Desse modo, o “*êthos*” seria a maneira de ser e de se conduzir expressa pelo indivíduo de tal forma em que “ser livre significa não ser escravo de si mesmo nem dos seus apetites, o que implica estabelecer consigo mesmo uma certa relação de domínio, de controle, chamada de *archê* – poder, comando” (FOUCAULT, 1984 [2006b], p. 270).

Praticar a liberdade e o cuidado de si eticamente não somente envolvia um intenso e deliberado trabalho sobre si empreendido pelo indivíduo, mas, também, implicava estar inserido em relações complexas com os outros (FOUCAULT, 1984 [2006b]). Segundo Foucault (1984 [2006b], p. 270) “esse *êthos* da liberdade é também uma maneira de cuidar dos outros”, pois, para que os homens gregos e livres pudessem demonstrar uma conduta adequada, estes deveriam saber conduzir os outros, também, suas mulheres, seus filhos, suas casas. Nesse sentido é que reside a “arte de governar”, pois se pressupõe que todo “aquele que cuidasse adequadamente de si mesmo era, por isso mesmo, capaz de se conduzir adequadamente em relação aos outros e para os outros”, o que permite a esses indivíduos ocuparem posições em suas comunidades que os coloquem em contato constante com os outros, em relações de cuidado com outros, de governo dos outros (FOUCAULT, 1984 [2006b], p. 271). Desse modo,

o empreendimento no exercício do cuidado de si implica duplo movimento, primeiro, de domínio, de controle e de conhecimento sobre si, ao mesmo tempo que pressupõe as relações com outros, seja na escuta de lições vinda de um mestre, um guia ou um amigo, seja na posição de exercer sobre outros o cuidado, a atenção e a prestação de conselhos, de transmissão de verdades. Sendo assim, para que um indivíduo expresse um belo *êthos*, que seja honroso, respeitável, que possa ser admirado e tido como exemplo, é necessário que este sujeito tome parte em jogos de verdade específicos, em todo um trabalho de si sobre si mesmo, contínuo e deliberado, como prática de liberdade (FOUCAULT, 1984 [2006b]).

Por conseguinte, Foucault (1984 [2006b]) liga a ética do cuidado de si, das práticas de si, com os meios de subjetivação através dos quais os sujeitos se veem inseridos em jogos de verdade, em relações de poder-saber. Isso acontece porque o autor (1984 [2006b], p. 269) estabelece que o cuidado de si envolve um exercício deliberado de conhecimento de si próprio, ao mesmo tempo que requer “o conhecimento de um certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições”, pois “cuidar de si é se munir dessas verdades”. Mas não se trata de um conjunto inventado de regras pelo próprio indivíduo. Mais do que isso, “são esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social” (FOUCAULT, 1984 [2006b], p. 276). Ou seja, as possibilidades disponíveis para a subjetivação dos indivíduos se encontram, necessariamente, ordenadas por um quadro valorativo que conhecemos por “moral”.

Foucault (1984 [2012], p. 33), em o “Uso dos Prazeres”, conceitua a moral de três formas distintas: primeiramente, como um “conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas etc.”; em segundo lugar, como “código moral”, ou como tais regras podem ser postuladas em uma doutrina coerente, com ensinamentos explícitos, ou transmitidas de maneira difusa, formando um jogo complexo de elementos que se compensam, por vezes se corrigem, ou se anulam, e permitem escapatórias ou compromissos por parte dos indivíduos sob seu efeito. Por fim, Foucault (1984 [2012], p. 33) afirma que, por “moral”, também pode ser entendido o “comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhe são propostos”, ou seja, a maneira pela qual os mesmos obedecem ou se submetem mais ou menos a um princípio de conduta, prescrição ou interdição, designando tal aspecto da moral como “moralidade dos comportamentos”.

Para o autor, mais do que o necessário estudo das margens de variação ou transgressão a que indivíduos ou grupos se dispõem agindo em referência a um conjunto explícito ou não de normas, é preciso questionar um outro aspecto da relação entre a moral e os sujeitos:

[...] a maneira pela qual é necessário “conduzir-se” – isto é, a maneira pela qual se deve constituir a si mesmo como sujeito moral, agindo em referência aos elementos prescritivos que constituem o código. Dado um código de ação, e para determinado tipo de ações (que se pode definir por seu grau de conformidade ou de divergência em relação a esse código), existem diferentes maneiras de “se conduzir” moralmente, diferentes maneiras, para o indivíduo que age, de operar não simplesmente como agente, mas sim como sujeito moral dessa ação (FOUCAULT, 1984 [2012], p. 34).

Neste sentido, Foucault (1984 [2012], p. 34) diz ser proveitoso o estudo das maneiras pelas quais os indivíduos se relacionam com o conteúdo das regras, ou da “maneira pela qual o indivíduo deve constituir tal parte dele mesmo como matéria principal de sua conduta moral”. Isso significa reconhecer o modo de sujeição deste indivíduo à regra moral, ou seja, a maneira pela qual ele “estabelece sua relação com essa regra e se reconhece como ligado à obrigação de pô-la em prática” (FOUCAULT, 1984 [2012], p. 35). Em outros termos, Foucault (1984 [2012]) está se referindo à forma como os sujeitos fazem o trabalho interno de identificação desta regra moral e a acomodação da sua conduta de forma a segui-la. Neste espaço se encontram as possibilidades de constituição de sujeitos morais da ação e suas relações com as regras morais em vigência. Ou seja, para Foucault (1984 [2006b]), a atualização da noção clássica do cuidado de si, das práticas de si, passa pelo reconhecimento de que o quadro valorativo de moral postulado por cada cultura é contingencial e historicamente situado, logo, as formas pelas quais os sujeitos efetuarão o trabalho sobre si variam de acordo com o quadro normativo a ser seguido.

Nesse ponto, a produção de sujeitos sexuais é abordada por Foucault (1984 [2012]) e Carrara (2015) de maneira complementar. Carrara (2015) se inspira nos escritos foucaultianos em seu estudo, de modo a propor a atualização do dispositivo da sexualidade, que passaria de um dispositivo ancorado sobre uma *scientia sexualis*, e no discurso biomédico, para um dispositivo, na atualidade, principalmente ancorado sob os preceitos jurídicos dos direitos humanos e da cidadania.

[...] parto da hipótese de que a emergência da noção de direitos sexuais e a crescente utilização da linguagem dos direitos humanos para consolidar uma ampla agenda de reivindicações e intervenções no plano dos prazeres, dos corpos e das práticas sexuais significam mais que o mero reconhecimento de que essa dimensão da experiência humana foi alvo da ingerência autoritária do Estado no passado e de que precisa agora de proteção especial. Do ponto de vista aqui desenvolvido, a emergência da noção de direitos sexuais deve ser considerada aspecto central de um processo mais amplo de

transformação que acontece no nível das políticas sexuais e incide sobre o próprio dispositivo da sexualidade (CARRARA, 2015, p. 326).

Isso significa dizer que, para o autor, a emergência da noção de direitos sexuais impulsionada pelas movimentações dos ativismos (em particular os ativismos LGBTQ+) em prol dos direitos civis e de proteções sociais para grupos minoritários, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, pode ser vista como “símbolo da emergência histórica de um ‘novo’ regime secular da sexualidade, acompanhado por um estilo de regulação moral que lhe é próprio” (CARRARA, 2015, p. 326).

A fim de desenvolver seu argumento, Carrara (2015) parte da noção de políticas sexuais, cunhada por Jeffrey Weeks (1989), que auxilia a compreensão do processo muito mais amplo de transformação por que o dispositivo de sexualidade passa no Ocidente. Tal conceito permite a abordagem, em primeiro lugar, “de diferentes tipos de ação social dirigidos ao Estado ou promovidos em seu âmbito ou sob sua chancela: legislações, campanhas sanitárias, programas educativos, normativas ministeriais, decisões judiciais, diferentes ativismos ou movimentos sociais etc.” (CARRARA, 2015, p. 324). Em segundo lugar, permite compreender como as políticas sexuais, vinculadas historicamente aos ideários de construção de nações, têm sido forjadas cada vez mais intensamente no plano internacional, sendo implementadas através de compromissos assumidos pelos Estados e mediados pelas organizações que fazem parte do sistema das Nações Unidas (CARRARA, 2015). Por último, a utilização do termo “torna possível discutir a natureza complexa e heterogênea dos modos de regulação das práticas erótico-sexuais e das expressões de gênero”, que são resultado do enfrentamento de coalizões de ideias de atores e forças sociais que refletem representações sociais de natureza distintas, como: “ideias científicas, crenças religiosas, valores morais, princípios jurídicos, posições políticas etc.” (CARRARA, 2015, p. 324–325).

Tal conceito é recuperado pelo autor, de modo a auxiliar a compreensão dos acontecimentos históricos e dos discursos emergentes em relação à sexualidade que fazem parte do “novo” regime que, “em finais do século XX, começa a se organizar em torno da noção de direitos sexuais, compreendidos como parte dos direitos humanos” (CARRARA, 2015, p. 329). Segundo o autor, a ação de diferentes processos sociais impulsionou o questionamento da racionalidade, a moralidade e as concepções políticas sobre a sexualidade que sustentavam o regime anterior, identificado por Foucault. Primeiramente no plano das moralidades, Carrara (2015) argumenta que a articulação de noções dos “direitos humanos das mulheres”, “direitos reprodutivos” e o direito à saúde “reprodutiva”, como parte dos “direitos sexuais”, fez com que a sexualidade passasse a ser vista no plano da possibilidade de que indivíduos possam desfrutar

de uma vida sexual satisfatória e sem riscos. Desse modo, a trajetória percorrida dos movimentos que pressionaram pelo reconhecimento da necessidade de proteção das mulheres e meninas contra a violência sexual, ao mesmo tempo que afirmaram a autonomia das mulheres em relação às decisões reprodutivas, culminou, também, na afirmação da dignidade de vivência da sexualidade para além dos aspectos reprodutivos (CARRARA, 2015).

Pressionada pela resposta política e cultural dos “outros” criados pela moral sexual anterior — articulada, sobretudo, a partir dos movimentos feministas e LGBT em luta pelo reconhecimento dos direitos sexuais — e também pela ação de desenvolvimentos paralelos, como a valorização do prazer sexual independente da reprodução (e até mesmo de laços afetivos) pelos saberes psi e sexológicos no pós-Segunda Guerra, a crescente preocupação com a explosão demográfica, a consolidação de um mercado erótico diversificado etc., o critério fundamental que separava o bom e o mau sexo se desloca progressivamente da reprodução biológica e da produção eugênica de uma população ou raça sadia para a promoção do bem-estar individual e coletivo através do bom uso dos prazeres. [...] O critério de avaliação moral das práticas sexuais passa a se basear, de um lado, na sua congruência com uma suposta verdade interior dos sujeitos expressa em seus desejos e, de outro, no pleno consentimento em participar das relações sexuais. (CARRARA, 2015, p. 329–330).

Assim, a articulação de processos sociais múltiplos resulta na transformação da moralidade em torno do sexo, que se desloca de um imperativo reprodutivo para uma perspectiva focada na saúde e no bem-estar do indivíduo. Isso significa que “o sexo vai progressivamente deixando de ser visto como uma força fisiológica incoercível — o instinto (heterossexual) reprodutivo — para se tornar uma tecnologia de si, uma técnica que os indivíduos podem e devem saber manejar para serem mais felizes e realizados”, imputando nos indivíduos, assim, a autonomia necessária para a realização de escolhas em relação ao próprio sexo (CARRARA, 2015, p. 330).

Concomitantemente a essa mudança no plano da moralidade, Carrara (2015) destaca uma transformação paralela ocorrida no plano da racionalidade, que desloca a primazia da linguagem biomédica em direção a outras abordagens sobre a sexualidade. Se antes as concepções em torno da sexualidade se apoiavam em um determinismo generalizado e na “crença” do essencialismo sexual, agora este discurso cede lugar a outro, articulado em torno da noção de que a sexualidade é matéria muito mais plástica do que se supunha anteriormente (CARRARA, 2015). Desse modo, a exemplo do que ocorreu com os temas da “raça” e do “gênero”, a sexualidade passa a ser tratada segundo diferentes abordagens críticas, como “socialmente moldada, condicionada ou construída até mesmo em seus aspectos ou efeitos mais ‘materiais’” (CARRARA, 2015, p. 330).

Em terceiro lugar, e por fim, a mudança no plano da política da sexualidade traz uma nova forma de se lidar com o Estado, pois, se o “antigo” regime, discutido por Foucault, postulava uma relação de intensa subordinação dos prazeres individuais aos interesses do Estado, o “novo” regime que se apresenta enfrenta dificuldades em justificar as interdições e a regulação sexual em nome da preservação seja de um ideário de “nação”, seja de “raça” (CARRARA, 2015). Segundo o autor, “as estratégias de intervenção alteram-se e qualquer regulação só pode agora ser plenamente justificada em nome da preservação ou da promoção da cidadania ou da saúde (física ou mental) dos próprios indivíduos envolvidos ou implicados”, pois fatores sociais como os movimentos de reivindicação dos direitos sexuais e reprodutivos, juntamente a processos históricos como a epidemia da AIDS/HIV deflagrada na década de 1980, tornaram “a sexualidade ‘irresponsável’” alvo de “ser coibida ou combatida” (CARRARA, 2015, p. 331).

Mesmo que a afirmação do critério moral da liberdade/consentimento, a crítica à teoria do instinto e a preeminência dos interesses individuais possam ser abordadas como desenvolvimentos paralelos, com suas dinâmicas e ritmos particulares, elas se entrelaçam e se apoiam mutuamente. Sua articulação faz com que seja possível conceber a passagem de um regime secular da sexualidade, cuja linguagem era predominantemente biomédica, para um regime que se formula cada vez mais completamente em uma linguagem sociojurídica [...] (CARRARA, 2015, p. 331).

Neste contexto, o autor sublinha como a linguagem sociojurídica passa a organizar o próprio discurso biomédico em torno da sexualidade, pois, se antes o critério de definição das parafilias era medido pela distância que mantinham em relação ao coito reprodutivo/heterossexual, no “novo” regime que se desenha, os critérios de consensualidade e responsabilidade passam a figurar como determinantes. Isso significa dizer que as definições das parafilias, como publicadas em diferentes edições do Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM) da Associação Psiquiátrica Americana, por exemplo, passam a cobrir mais fortemente desejos e práticas sexuais não consentidas e condutas passíveis de criminalização (CARRARA, 2015). Sendo assim, a moral sexual se atualiza, de acordo com Carrara (2015), passando de um quadro valorativo que define sujeitos tidos como “anormais”, “dissidentes”, ou “desviantes” não mais como aqueles que se distanciam da conduta heterossexual/reprodutiva no discurso biomédico, mas sim como aqueles que, no geral, apresentam conduta criminoso tipificada no aparato jurídico-legislativo ou aqueles cuja conduta sexual envolva riscos à integridade física/mental própria ou de outros. Tal enquadramento da nova geografia do sexo traz, por conseguinte, maior atenção para fenômenos sociais como a pedofilia, o abuso sexual, o assédio sexual, o turismo sexual, a compulsão sexual, etc.

Ainda assim, incitações a movimentos em prol da “cidadania sexual” ou “democracia sexual” se utilizam dessa mesma linguagem sociojurídica a fim de argumentar a favor do reconhecimento da dignidade da existência humana que não fere os princípios de consensualidade e de responsabilidade no uso dos prazeres, sendo considerados, por muitos ativistas e intelectuais, como um “avanço” em relação ao regime “anterior” (CARRARA, 2015). Embora tais “progressos” pareçam inegáveis, vê-se desenhando uma nova configuração em torno do “bem e do mal” em relação ao sexo, produzindo novas exclusões. No entanto, de modo geral, pode-se dizer que, nesse “novo” regime que se apresenta, “desde que sejam consentidas e que não coloquem a si próprio ou a terceiros em risco, quaisquer manifestações da sexualidade (e também das expressões de gênero) podem idealmente pleitear o direito de cidadania, articulando suas demandas na linguagem dos direitos humanos (CARRARA, 2015, p. 332).

## V. CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

Nesta seção, será explorada a construção metodológica da pesquisa no seu desenho (não) onto-epistemológico pretendido, nas suas condições de realização, nos detalhes da entrada em campo, das ferramentas utilizadas para a coleta de dados, bem como no desenho analítico que proporcionou a sua execução.

Iniciando por um dos tópicos mais caros aos Estudos Organizacionais, procuramos estabelecer aqui, brevemente, como a vertente epistemológica na qual esta pesquisa se subscreve trabalha com a definição de “organização” que a compete. Trata-se de uma tarefa longe de ser simples, uma vez que os EORs compreendem “organizações” de diversas maneiras, não estabelecendo um único conceito definido, porém múltiplos conceitos que fazem referência a diferentes vertentes epistemológicas. Exatamente por isso que, para chegar na ideia de “organizações”, ou seja, para falar de uma “(não) ontologia das organizações”, precisamos, primeiramente, recorrer ao que se entende por “sujeito”, em particular o entendimento correspondente à vertente epistemológica com a qual estamos trabalhando.

### 5.1 Por uma (não) ontologia de organizações e sujeitos

Veldman (2010) introduz, no seu capítulo, uma crítica ao modelo de natureza humana utilizada pelos autores que se baseiam nos preceitos teóricos da teoria da agência sobre o comportamento dos atores para construir teorias organizacionais, como a “Teoria da Firma”, muito utilizada entre os acadêmicos das subáreas de Finanças e Governança Corporativa. Nesse caso, o autor vai questionar as premissas comportamentais assumidas pelos indivíduos no sistema teórico e que, de forma tautológica, justificam o surgimento de organizações nesse mesmo sistema, sendo meramente resultados das ações desses indivíduos e suas características. O importante, na crítica de Veldman (2010), é reconhecer o modelo de sujeito que se encontra no centro do debate do surgimento das organizações para este sistema teórico em questão: o sujeito positivista, unitário e racional-utilitário.

A crítica pós-estruturalista a esse mesmo tipo de sujeito foi incorporada às abordagens dialógicas da organização, segundo Hardy e Clegg (1997), que nada mais são do que abordagens teóricas inspiradas nos desenvolvimentos da “virada linguística”, ou “virada pós-moderna”, e que colocam em foco os conflitos subjacentes às teorias modernistas, porém suprimidos pelas mesmas. A meta é desafiar e desconstruir tudo aquilo que for essencial nas



grandes teorias/meta-teorias, incorporando a crítica ao próprio sujeito essencialista, agora tido como um sujeito descentrado, relativo, histórico, discursivamente constituído, socialmente construído e socialmente reconhecido como categoria de análise (HARDY; CLEGG, 1997). Por serem socialmente e discursivamente constituídos, tais sujeitos analíticos não se encontram restritos somente aos espaços das corporações capitalistas, podendo ir além, ao transitar por outros espaços na sociedade, como movimentos sociais, cooperativas de trabalho, movimentos de economia solidária e comunidades BDSM, para citar alguns. Logo, estes espaços também passam a ser tratados como “organizações”, ao comportarem sujeitos similarmente constituídos ou mobilizados.

A possibilidade de os sujeitos transitarem por espaços organizacionais que vão além das estruturas econômicas capitalistas — abarcando organizações diversas, desde sociais, até o próprio espaço urbano — permite que tópicos antes relegados às margens dos estudos organizacionais voltem para o centro de sua atenção, como exemplo: política, sexualidade, gênero, diversidade e raça. Nesse sentido, a formulação de Butler (2018, p. 4) sobre política chama a atenção, ao afirmar que “a política não está definida como algo que ocorre exclusivamente na esfera pública (enquanto algo distinto da esfera privada); ao contrário, a política cruza estas linhas divisórias por sucessivas vezes, chamando atenção para o modo como a política já existe” seja dentro de casa, nas ruas, ou na vizinhança, ou até “naqueles espaços virtuais que não estão limitados pelas arquiteturas da casa ou da rua”. Ou seja, por não se encontrar restrita a um só lugar ou organização, a política cruza as fronteiras espaciais e se instala onde os sujeitos e seus corpos estão envolvidos em ação conjunta, mesmo que não orquestrada.

Mesmo que a formulação de Butler (2018), nesse caso, verse a respeito do espaço público como objeto de disputa dos atores politicamente mobilizados, chama a atenção o tratamento dispensado aos corpos e à materialidade espacial por parte da autora. Pois, para Butler (2018), os corpos, em sua pluralidade, reivindicam os espaços públicos a fim de mobilização, reconfigurando, produzindo e confiscando a materialidade dos ambientes, do mesmo modo que estes ambientes também atuam nas mobilizações quando são utilizados para suporte da ação. Dessa forma, a ação política se dá a partir da mobilização dos corpos e da materialidade em que estão situados e que, por sua vez, também é um local de disputa pelo direito de aparecimento, ou seja, pelo direito de ali estar reivindicando algo (BUTLER, 2018).

Neste sentido, vale argumentar a visão de sujeito para a autora, que se encontra em alinhamento com a perspectiva de sujeito não ontológica trabalhada nesta pesquisa. De acordo com Oliveira (2021, p. 7), analiticamente, Butler

[...] se aproximou da “genealogia do poder” praticada por Foucault (1999a; 1999b)<sup>6</sup> para “explicar as categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo como efeitos de uma formação específica de poder” (BUTLER, 2003, p. 9)<sup>7</sup>. Isso demandou direcionar o olhar para a função dual do poder: jurídica e produtiva. Pois, segundo a abordagem foucaultiana, os sistemas jurídicos geram os sujeitos que subsequentemente passam a representar, ou seja, sujeitos formatados de acordo com as exigências dessas estruturas. Ademais, a legitimação e exclusão são operações políticas que já estão ocultas e naturalizadas na própria análise política que as toma como fundamento. Em outras palavras, Butler se interessa pelas operações de poder-saber e as exclusões que a busca de uma identidade comum no feminismo estaria impondo às existências que não correspondessem ao esperado.

Assim, percebemos que a autora não somente partilha das mesmas bases foucaultianas, como também toma as formulações de Foucault como parte de seu desenvolvimento teórico, tornando suas conceituações uma influência notável no seu trabalho. Não obstante, a autora comenta, a respeito da sua visão de sujeito, em “*Undoing Gender*” (“Desfazendo o Gênero” numa tradução não oficial):

Isso nos faz retornar à questão de, não somente, como pode ser dito que o discurso produz um sujeito (algo assumido em toda a área dos estudos culturais, mas raramente investigado propriamente), mas, mais precisamente, o quê no discurso que afeta essa produção. Quando Foucault argumenta que a disciplina ‘produz’ indivíduos, ele não quer dizer somente que o discurso disciplinar *os gerencia e faz uso deles*, mas também que o discurso *ativamente os constitui* (BUTLER, 2004, p. 50, grifos da autora, tradução própria).

Adicionalmente, tem-se:

De acordo com a noção de normas elaborada acima, podemos dizer que o campo da realidade produzida por normas de gênero constitui o pano de fundo para a superfície da aparência do gênero nas suas dimensões idealizadas. Mas como poderíamos entender a formação histórica de tais ideais, sua persistência através do tempo, e o seu lugar como uma complexa convergência de significados sociais que não imediatamente aparentam ser sobre gênero? Na medida que as normas de gênero são reproduzidas, elas são invocadas e citadas por práticas corporais que também têm a capacidade de alterar normas no curso de sua citação (BUTLER, 2004, p. 52, tradução própria).

Nesses dois trechos citados, Butler (2004) não somente se propõe a dar sustentação para a sua argumentação a respeito de gênero (que ela aborda mais adiante no livro), como também estabelece fundações sobre “sujeito” e “realidade” que são importantes para a sua teorização.

<sup>6</sup> FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999a. E FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.

<sup>7</sup> BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Ao realizar sua leitura de Foucault, enfatizando a questão do discurso e das normas na constituição dos sujeitos, ao abordar a forma como discursos os produzem, Butler (2004) apresenta as ferramentas com as quais ela irá construir sua argumentação adiante a respeito das normas de gênero, sua historicidade e suas práticas discursivas que se manifestam em práticas corporificadas. Desse modo, a autora ancora suas posições no movimento intelectual pós-estruturalista, ao qual, discutivelmente, parte da produção intelectual de Foucault (sua fase “ética”, de acordo com alguns comentadores) tem sido atribuída.

Devemos salientar que esta corrente de pensamento, nas palavras de Peters (2000, p. 10, grifos do autor), apresenta-se como uma “resposta especificamente *filosófica* ao *status* pretensamente científico do estruturalismo e à sua pretensão a se transformar em uma espécie de megaparadigma para as ciências sociais”, porém, “preservando, ao mesmo tempo, os elementos centrais da crítica que o estruturalismo faz ao sujeito humanista”. Isso significa que, para os representantes dessa escola de pensamento, mantém-se o foco em alguns elementos, em consonância com a teoria estruturalista, porém adicionando outros elementos à crítica. Logo, o foco no discurso e na linguagem, assim como a crítica ao “sujeito” epistêmico da análise humanista, se mantém, porém são acrescentadas as considerações sobre o sujeito em toda a sua complexidade histórica e cultural — o sujeito, antes transcendental e fonte do pensamento e da ação, agora é visto como descentrado e discursivamente constituído (PETERS, 2000), conforme introduzido acima ao falarmos sobre as organizações.

Nesse sentido, muito da teoria foucaultiana contribuiu para o movimento pós-estruturalista (PETERS, 2000) e, justamente por isso, entender suas visões (não) ontológicas e epistemológicas se torna importante. Para Foucault (1982 [1995]), debruçar-se sobre a temática do poder se tornou primordial para que o autor pudesse entender a subjetivação do sujeito, a sua produção e o lugar que ocupa numa rede complexa de relações de poder, conforme dito pelo mesmo:

Finalmente, tentei estudar – meu trabalho atual – o modo pelo qual um ser humano torna-se sujeito. Por exemplo, eu escolhi o domínio da sexualidade – como os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos de “sexualidade”. Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa. É verdade que me envolvi bastante com a questão do poder. Pareceu-me que, enquanto o sujeito humano é colocado em relações de produção e de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas. Ora, pareceu-me que a história e a teoria econômica forneciam um bom instrumento para as relações de produção e que a linguística e a semiótica ofereciam instrumentos para estudar as relações de significação; porém, para as relações de poder, não temos instrumentos de trabalho. [...] Era, portanto, necessário estender as dimensões de uma definição de poder se quiséssemos usá-la ao estudar a objetivação do sujeito (FOUCAULT, 1982 [1995], p. 232).

Com este trecho, podemos notar que o entendimento sobre as noções de “poder” e “relações de poder” para Foucault (1982 [1995]) se torna primordial para desvendar as concepções de “sujeito” e de “realidade” do autor, uma vez que este considera o envolvimento dos sujeitos na rede de relações de poder-saber-verdade como requisito para a sua produção enquanto sujeitos “de algo” (nos seus estudos, o foco se voltou para os sujeitos enquanto objetos de intervenção ao abordar temas como a loucura, as prisões, a sexualidade, etc.), enquanto nódulos na teia de relações de poder vigente. Portanto, podemos compreender como as suas formulações teóricas são, necessariamente, não ontológicas, dado que a sua concepção de “sujeito” não se encontra no centro, ou como pilar, de seu desenvolvimento teórico, mas se enquadra como produto, ou até mesmo efeito, de sua temática central de estudo (o poder).

Faz-se, igualmente, importante entender a questão de “historicidade” para Foucault e como o mesmo descreve a natureza de seu trabalho filosófico, ao fim da vida, como uma “ontologia do presente” (ADVERSE, 2010). Adverse (2010, p. 131–132), enquanto comentador da obra de Foucault, nota que:

Foucault jamais afirmou que as rupturas, as passagens de uma configuração histórica do conhecimento à outra, são incompatíveis com a permanência de alguns elementos que são, sem dúvida, profundamente remanejados, mas cuja presença tênue é imprescindível para o projeto arqueológico. A título de exemplo, vale lembrar que *As palavras e as coisas* tomam como seu problema próprio investigar o modo pelo qual a vida, o trabalho e a linguagem foram pensados em diversas *epistémiai*. [...] Certamente a “empresa” foucaultiana tem objetivos muito diferentes da de Husserl (e mesmo suas visões acerca da filosofia e da ciência modernas são discrepantes), mas o que eu gostaria de destacar é que ambas são animadas por esse mesmo espírito de “atualidade”, ambas são marcadas pelo mesmo desejo de lançar luz sobre nossa situação filosófica presente tomando como expediente as análises históricas.

Ao se deparar com uma pequena publicação de Kant, ao final do século XVIII, para um jornal berlinense, intitulada “*Was ist Aufklärung?*” (“Resposta à Pergunta: O Que é Esclarecimento?”), Foucault (1982 [1995], p. 238) se viu interpelado por um texto “interessante e perturbador”, no qual o filósofo alemão propunha um tipo de investigação filosófica “não apenas do sistema metafísico ou dos fundamentos do conhecimento científico, mas um acontecimento histórico – um acontecimento recente e até mesmo contemporâneo”. De acordo com Foucault (1982 [1995], p. 239), Kant propunha, em seu texto, uma “análise de quem somos nós e do nosso presente”, levantando questões como: “O que está acontecendo neste momento? O que está acontecendo conosco? O que é este mundo, esta época, este momento preciso em que vivemos?”. Desses questionamentos, deriva um dos mais importantes: “O que somos nós? Num momento muito preciso da história”. Desse modo, influenciado tanto por Kant quanto pela

genealogia nietzscheana, Foucault abandona a “perspectiva totalizadora”, ou pretensão filosófica universalista, e passa a adotar um tipo de atitude filosófica de “diagnóstico do presente”, no qual a “atualidade como questão” é colocada na sua agenda de pesquisa e passa a figurar no conteúdo e na forma de seus trabalhos (ADVERSE, 2010, p. 133).

Isso significa que, para além do tratamento dado ao seu sujeito analítico/epistêmico, Foucault passa a orientar seus trabalhos em direção a uma crítica do tempo presente, de modo a invocar uma atitude filosófica que “simultaneamente estrutura o pensamento filosófico e é por ele acionado”, ou seja, que ao mesmo tempo que busca compreender o momento histórico em sua complexidade também se torna ocasião “privilegiada em que a filosofia pode compreender a si mesma como um *éthos*” (ADVERSE, 2010, p. 134). Tal *éthos* filosófico engloba, para o autor, a adoção de uma atitude-limite, na qual se faz necessário escapar à dicotomia do “fora” e do “dentro”, devendo situar-nos nas fronteiras, pois “a crítica é exatamente a análise dos limites e a reflexão sobre eles” (ADVERSE, 2010, p. 144). Sobretudo, “a questão crítica, hoje, deve se tornar uma questão positiva: naquilo que nos é dado como universal, necessário, obrigatório”, e devemos nos perguntar “qual é a parte daquilo que é singular, contingente e devido às coerções arbitrárias?” (ADVERSE, 2010, p. 144). Por isso, para Foucault, não interessa a analítica da verdade, voltada para a descoberta de estruturas formais de valor universal, mas sim uma “ontologia do presente”, ou seja, uma investigação histórica através dos eventos que nos levaram a nos constituir a nós mesmos, que nos fazem reconhecermos enquanto sujeitos das nossas ações, pensamentos e palavras (ADVERSE, 2010, p. 145). Logo, segundo Adverse (2010) esta operação seria, para Foucault, um duplo empreendimento, arqueológico em seu método, pois busca destacar os discursos que articulam as nossas ações, pensamentos e palavras enquanto eventos históricos, e genealógicos em sua finalidade, na medida em que visa alcançar na contingência histórica estes discursos que nos constituem, num amplo exercício de liberdade.

Este exercício de liberdade, de uma atitude “histórico-crítica”, somente foi possível para Foucault formular a partir da influência do poeta e ensaísta francês, Charles Pierre Baudelaire (1821–1867), abrindo a possibilidade de colocar o problema da crítica na modernidade em termos de uma “estética da existência”, ou um trabalho consciente do sujeito sobre si mesmo de modo a tomar a si mesmo como objeto de elaboração contínua, em vistas a uma constituição de si como sujeito moral (ADVERSE, 2010). Para tanto, Foucault (1984 [2006b]) dedicou parte de sua obra a elaborar o que ele chama de “cuidados de si” ou “técnicas de si”, como um trabalho ético do sujeito sobre si mesmo dentro de um espaço de liberdade, enquanto prática contínua de constituição. Logo, entender as formulações de Foucault (1984 [2006b]);

ADVERSE, 2010), primeiramente como parte de sua não ontologia do sujeito, em segundo lugar, como uma perspectiva epistêmica; e, finalmente, como uma atitude filosófica em relação à própria pesquisa, auxilia a colocação em prática do *éthos* filosófico ao qual o autor se referia, considerando esta pesquisa, também, como um exercício de reflexão sobre o tempo presente a partir da investigação arqueogenealógica da trajetória de sujeitos envolvidos no movimento ativista LGBT+ e, também, da organização estruturada em torno desta luta.

## 5.2 Objetivos da pesquisa

Neste ponto, convém retomarmos os objetivos que servem para nortear a realização da pesquisa, tendo como objetivo geral:

- Analisar os enunciados que constituem o *éthos* do CELLOS-MG, evidenciando os processos de constituição dos militantes enquanto sujeitos sexuais atuantes politicamente e os elementos discursivos que perpassam a construção e afirmação da organização.

Este objetivo, conseqüentemente, desdobra-se em pontos específicos, como:

- a) analisar os processos de constituição dos sujeitos e os seus modos de existência, evidenciando o imbricamento entre sexualidade e ação política;
- b) analisar os enunciados que são articulados na construção do grupo enquanto uma organização de luta e resistência;
- c) levantar e problematizar a rede de relacionamentos dos CELLOS com outras organizações e instituições, de modo a evidenciar as relações de poder travadas pela organização e os tensionamentos resultantes de seu espaço de atuação.

Conforme demonstrado nas considerações iniciais, a própria organização social/movimento político e os potenciais participantes da pesquisa já foram identificados nos objetivos, o que garantiu uma breve introdução sobre o CELLOS-MG ainda nas primeiras páginas. Desse modo, prosseguimos para o detalhamento de como surgiu a ideia de abordar a organização, assim como foi realizado o primeiro contato com representantes da mesma, dando origem a alguns encontros que serviram para o estabelecimento inicial de laços entre pesquisadora e participantes/organização.

### 5.3 Idealização da pesquisa, inserção no campo e coleta de dados

O caminho percorrido até o CELLOS foi constantemente atravessado por atores e influenciado por circunstâncias que ajudaram a formatar a pesquisa da forma como ela se apresenta aqui. De início, dediquei quase toda a segunda metade do ano de 2019 para encontrar um campo a ser estudado, uma possibilidade de sujeitos a serem pesquisados ou um problema de pesquisa à altura de uma elaboração de tese doutoral. Até que, envolta nos muitos encontros e trocas realizadas, por volta de outubro de 2019, surgiram a ideia e a possibilidade de buscar mais informações a respeito do CELLOS-MG, por meio de uma sugestão de uma colega de disciplina, que estava cogitando se envolver no ativismo LGBTQ+ face às turbulências políticas no âmbito nacional dos últimos anos. Nessa conversa, foram partilhados ideias e conhecimento sobre um pouco das ações de educação e conscientização promovidas pela entidade, para além da organização da Parada Gay de Belo Horizonte (que, até então, era a única informação que possuía sobre eles) e cujas reuniões abertas eram divulgadas amplamente na página da organização. De forma a tentar facilitar o meu contato, a colega compartilhou um *e-mail* que o coordenador das reuniões havia enviado para os interessados em comparecer nessas reuniões, com todo um material introdutório a respeito da reunião e da organização anexado. Entre os anexos, constavam quatro (4) arquivos de texto com resumos sobre a organização (intitulado “Sobre o Cellos”) e sobre as reuniões (“Reunião 1”, “Reunião 2”, “Reunião Formação Cellos”); além de um arquivo em *powerpoint* com uma das apresentações a serem realizadas (“Apresentação reunião 2”); uma cópia em documento digital com a “Declaração universal dos direitos humanos” da ONU; e um curto vídeo a respeito da “História dos direitos LGBTQ na ONU”. Assim, o foco dessas reuniões abertas se encontrava voltado para a apresentação do movimento/entidade e formação de novos militantes, ocorrendo quinzenalmente na sede da própria organização.

Apesar de enfatizarem o caráter apartidário do movimento, o CELLOS surgiu de um grupo de jovens homossexuais masculinos “provindos do movimento estudantil, que militavam em partidos políticos da esquerda brasileira como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)”, além dos movimentos estudantis, movimentos ecológicos e outros, e que, ao unirem-se com dissidentes de outros grupos de militância homossexual da capital, formaram a entidade (TAVARES; ISAYAMA, 2014, p. 582; PRADO; MACHADO, 2014). Não somente, o CELLOS foi apoiado desde seu início pela ALEM (Associação Lésbica de Minas) e pelo

SINDESSE (Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos de Serviços de Saúde) — à época que uma das militantes da ALEM se encontrava na direção — chegando a utilizar-se das sedes das organizações nos primeiros meses de existência do grupo para a realização de reuniões (TAVARES; ISAYAMA, 2014; PRADO; MACHADO, 2014). Tal fato reforça as suas raízes partidárias nos movimentos de partidos da esquerda operária, mesmo que a sua desvinculação tenha ocorrido pouco depois, em 2004, com a legalização do movimento como uma organização da sociedade civil e a consequente profissionalização de seus processos de atuação e a otimização dos seus processos organizativos, na forma de divisão e especialização de funções, hierarquização, etc. (TAVARES; ISAYAMA, 2014; PRADO; MACHADO, 2014). A partir desse momento, de acordo com Prado e Machado (2014), o CELLOS passa a desenvolver a sua rede de aliados políticos externos ao movimento LGBTQ+, na forma de alianças com políticos da cidade e outras figuras importantes (vereadores, deputados, secretários municipais, entre outros), possibilitando ao grupo maior acesso aos espaços institucionais.

Ainda assim, de acordo com Tavares e Isayama (2014), o CELLOS publica uma carta aberta da organização em 2004, na qual as suas diretrizes são anunciadas, reiterando os objetivos do grupo de inaugurar um espaço de discussão que seja capaz de abarcar as questões sociais que afetam a população LGBTQ+ como um todo, não as reduzindo apenas à sexualidade. Nesse sentido, “o CELLOS nasce como um núcleo revolucionário de homossexuais que buscavam ‘conciliar’ a luta geral com as demandas específicas de um público submetido à marginalização social devido às relações afetivo-sexuais”, o que significa ir além das ações de prevenção e saúde, nas quais o movimento LGBTQ+ se encontrava fortemente ancorado até o momento (TAVARES, ISAYAMA, 2014, p. 582). A opção pela institucionalização das ações do grupo, ainda de acordo com Tavares e Isayama (2014, p. 582), advém da insatisfação com o teor dessas discussões dentro dos partidos de esquerda à época, uma vez que os militantes avaliavam “que, nos partidos da esquerda brasileira, a discussão sobre os temas como sexualidade, homofobia, AIDS, respectivos aos homossexuais, não era priorizada”. Por outro lado, os dissidentes dos demais grupos e associações LGBTQ da época acreditavam que estas entidades “se limitavam à execução de projetos e ações assistenciais, e não buscavam questionar e transformar o sistema capitalista no qual estamos imersos” (TAVARES; ISAYAMA, 2014, p. 582). Por isso, o grupo é formado, a princípio, com o propósito de apresentar outras perspectivas de luta que celebrem a questão da sexualidade “como parte da trama que envolve outros elementos identitários, como raça, classe social, sexo e gênero, ocupação, faixa etária”, o que faz com que muitos dos militantes também estejam envolvidos em outros movimentos sociais atuantes em outras causas (TAVARES; ISAYAMA, 2014, p. 582).



Os planos para entrar em contato presencial com a organização foram adiados com a deflagração da pandemia mundial do coronavírus (COVID-19), entre dezembro de 2019 e março de 2020. A chegada do vírus ao Brasil e a sua circulação, desde então, suscitaram uma série de medidas de isolamento social que alteraram drasticamente o ritmo de vida de todos e todas e o contexto de produção da pesquisa para os estudantes, em especial aqueles pesquisadores cujo método de pesquisa se encontra ancorado na imersão presencial do pesquisador e interação com os sujeitos da pesquisa. Nesse meio termo, a população foi obrigada a se adaptar às novas circunstâncias de restrita circulação. Igualmente, pesquisadores se viram forçados a buscar por alternativas de modos de pesquisa que fossem simultaneamente viáveis e seguras para todos os envolvidos.

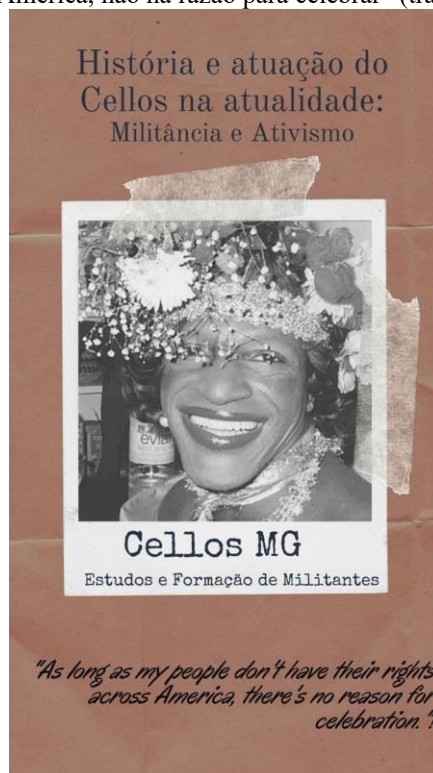
Um ano e meio após o início da pandemia (meados de 2021), ainda nos encontrávamos inseridos num cenário de incerteza quanto ao pleno reestabelecimento das atividades presenciais, apesar do demonstrado avanço da vacinação no país. Desse modo, o andamento da pesquisa exigiu que os contatos introdutórios ao campo fossem feitos remotamente e os primeiros laços estabelecidos fossem mediados por tecnologias virtuais de comunicação.

Por isso, a realização do primeiro contato com o CELLOS-MG se deu, primeiramente, através da troca de *e-mails*, avançando para a troca de mensagens em aplicativos de comunicação instantânea (*Whatsapp*®), e culminando na minha participação em alguns encontros abertos que a organização promoveu por meio de videoconferência, em comemoração ao mês do Orgulho LGBTQ+. Seguindo as instruções daquela colega que, em 2019, apresentou-me o CELLOS-MG, enviei um *e-mail* para o canal de contato disponível no *website* da entidade, no dia 28 de maio de 2021, apresentando-me como doutoranda e pesquisadora e indagando a respeito da realização de encontros abertos à comunidade para a discussão de pautas importantes ao movimento. Meu *e-mail* foi respondido no dia 31 de maio de 2021, por um dos secretários do CELLOS-MG (que também atua na coordenação dos encontros virtuais), agradecendo o meu contato e informando que os atendimentos na sede e a Parada do Orgulho LGBTQ+ de BH estavam suspensas devido à pandemia. Ele reiterou a necessidade de realização de encontros virtuais devido às circunstâncias e me convidou para o ciclo de encontros abertos de estudos e formação de novos militantes do CELLOS-MG, a serem realizados ao longo do mês de junho. Para efetivar a participação, foi-me requerido realizar um cadastro com eles, enviar meu contato de celular e aguardar mais informações a serem passadas. Logo, outros *e-mails* foram trocados quando demonstrei interesse na participação da reunião, que prontamente passaram a ser mensagens em um aplicativo de comunicação instantânea, pois,

na ocasião, tive que pedir o *link* para a participação na videoconferência diretamente para os responsáveis, pois não havia recebido o *e-mail* anterior ao dia do evento.

A reunião, realizada no sábado do dia 5 de junho de 2021, teve como tema “A história do Cellos na atualidade: ativismo e militância” (Figura 1) e contou com um mediador (o secretário com o qual mantive contato), alguns convidados e dois palestrantes: a presidente do CELLOS-Contagem — cidade da região metropolitana de Belo Horizonte — que se identificou como uma mulher trans e compartilhou a história e as atividades realizadas pela organização na cidade; e um dos membros diretores do CELLOS-BH, que se identificou como um homem gay, cisgênero e evangélico, que compartilhou a sua experiência de inserção no CELLOS-MG e a história da organização. Em torno de onze (11) a doze (12) pessoas participaram, no total, nas quase duas horas de reunião realizadas.

**Figura 1:** Banner de apresentação do encontro – “A história e atuação do Cellos na atualidade: Militância e ativismo”, acompanhado de uma foto da *drag queen* e ativista Marsha P. Johnson, uma das figuras centrais na revolta de *Stonewall*, nos EUA, em 1969. Quote atribuído à ativista: “Enquanto meu povo não tiver seus direitos reconhecidos em toda América, não há razão para celebrar” (tradução própria).



**Fonte:** CELLOS-MG, 2021.

Além da primeira reunião, fui novamente convidada a comparecer ao segundo encontro, realizado no sábado do dia 12 de junho de 2021, novamente às 16 horas. Com o tema “Direitos humanos, gênero, raça e sexualidade”, contamos com a presença dos diretores do CELLOS (um deles fazendo o papel de mediação), o doutorando em Direito na UFMG e autor da dissertação-

livro “O espetáculo do Gênero”, Igor Campos, e um dos diretores do CELLOS-MG, que lá estava para debater a sua experiência enquanto acadêmico e ativista do movimento. Mais uma vez, havia aproximadamente onze (11) participantes na videoconferência, sendo compostos, em sua maioria, por homens cisgênero e gays. Após este evento, uma pausa entre os encontros foi realizada, de uma semana, com a próxima data marcada para o dia 26 de junho de 2021. No entanto, problemas técnicos impediram a realização da videoconferência, e o encontro foi remarcado para o dia 3 de julho de 2021, dando prosseguimento à minha inserção no grupo.

No entanto, a partir deste momento, o grupo passou a optar pela realização de “lives” com convidados especiais no perfil oficial da organização no *Instagram*© (@paradabh). As “lives” são uma das ferramentas possíveis de utilização na rede social do *Instagram*©, entre uma série de outras possibilidades de interação instantânea no ambiente digital proporcionado pela plataforma. Estas seções restritas à rede social citada funcionam como um tipo de palestra transmitida ao vivo, em que os convidados podem se conectar à mesma “sala” por meio dos seus dispositivos móveis (*smartphones*), devidamente equipados com o aplicativo da rede social conectados a um perfil próprio. A partir do momento em que o perfil anfitrião cria a “sala” virtual e convida os participantes para aquela transmissão, um ambiente digital instantaneamente se forma, e outras pessoas podem acessar o espaço desta “sala”, permitindo que elas assistam ao conteúdo discutido entre os perfis participantes e que interajam com este conteúdo por meio de mensagens enviadas na caixa de conversa da “sala”, que também é visível para todos os presentes no ambiente virtual no momento da transmissão. Apesar de ser possível enviar mensagens para esta caixa digital, os perfis convidados para falar tem a opção de ignorar o que está sendo escrito ali, pois o próprio mecanismo de funcionamento destas salas virtuais acaba “apagando”, ou “sumindo” com as mensagens já enviadas à medida que mais pessoas enviam outras mensagens instantaneamente, num processo que funciona de forma a divulgar o conteúdo desta caixa de mensagens brevemente para todos, empilhando-as umas sobre as outras em um pequeno espaçamento que ocupa a parte inferior e à esquerda da tela. Uma vez terminada a conversa/palestra, o perfil anfitrião tem a opção de armazenar aquela transmissão em um lugar específico no próprio perfil, disponibilizado na plataforma, permitindo que a sua exibição seja pública e possa ser acessada por qualquer outro perfil ativo naquela rede social a partir daquele momento em diante.

Uma vez explicitado o mecanismo de funcionamento das *lives* no *Instagram*©, voltamos ao fato de que o CELLOS optou por esta forma de interação pública, em detrimento das reuniões agendadas em plataformas de videoconferência digital, cujo funcionamento permite que todos os presentes naquela transmissão possam se conhecer. Esta mudança promovida pelo grupo

impactou negativamente o pretendido processo de inserção etnográfica em campo de duas formas: 1) tornou todo o tipo de interação que eu pudesse ter com os outros membros da organização mais distante, ao relegar a audiência das *lives* ao mero posto de ouvintes, anônimos ou não, que não participam ativamente da conversa; e 2) permitiu maior flexibilidade na realização destes encontros por parte da organização que, conseqüentemente, desobrigou-a do compromisso de realizá-las, uma vez que o número de pessoas necessárias para que estes encontros ocorressem se reduziu somente ao número de convidados para falar nas *lives*. Com a possibilidade de se manter o registro daquela conversa para que possa ser assistido posteriormente por outras pessoas, o número de ouvintes presentes simultaneamente naquele ambiente virtual passa a importar menos, segundo autores que vem problematizando o modo de produção e consumo de conteúdo nesta plataforma digital (GRIMALDI; ROSA; LOUREIRO; OLIVEIRA, 2019; DRENTEN; GURRIERI; TYLER, 2020). Dessa forma, a flexibilização do modo de consumo do conteúdo produzido permite que quem o produz possa ditar não somente a frequência, mas a regularidade das publicações, além de colocar certa distância entre produtor e consumidor de conteúdo.

Tais mudanças promovidas na forma de realização dos encontros se seguiram de um período de total silêncio por parte da entidade nas suas redes sociais, refletindo as dificuldades que a organização encontrou para reestabelecer suas atividades presenciais nos meses seguintes. Apesar dos esforços de vacinação da população da cidade, as atividades presenciais do grupo não foram reestabelecidas prontamente, restando poucas alternativas para assegurar o estabelecimento de laços necessários à viabilização da pesquisa. Logo, a falta de movimentação por parte da entidade nos meses seguintes nos levou a repensar a estratégia de pesquisa e os instrumentos de coleta de dados necessários para o alcance dos objetivos estabelecidos. Por isso, optamos por alternativas à incursão etnográfica em campo que permitissem a constituição de uma base de enunciados suficiente para análise dos objetivos propostos, privilegiando, assim, uma estratégia de pesquisa documental, em conjunto com a realização de entrevistas qualitativas semiestruturadas.

Tal movimento de redesenho e readequação dos instrumentos metodológicos operados para a execução da pesquisa se encontra alinhado ao pensamento foucaultiano, uma vez que, segundo comentadores, o filósofo considera que

[...] o método deve ser escolhido caso a caso, a partir da construção do problema ou objeto da pesquisa. Este deve conduzir o pesquisador na escolha das estratégias, instrumentos e arranjos. Em decorrência disso, o método entendido como caminho para se chegar a um resultado, não é um *a priori* da pesquisa. Pelo contrário é algo

que pode ser revisto, retificado ou alterado durante o processo da pesquisa (NETO, 2015, p. 413).

Sua atitude perante o empreendimento investigativo preconiza um modelo artesanal de ciência, focado na operacionalização dos instrumentos analíticos que possam melhor contribuir para a construção do problema ou do objeto da investigação (NETO, 2015). Nesse sentido, o modelo de pesquisa documental, aliado à realização de entrevistas qualitativas semiestruturadas, foi pensado ao longo do primeiro trimestre de 2022, período em que a entidade passou a retomar as suas atividades presenciais de forma gradual, com a reabertura da sede e o início da execução de um extenso projeto que havia sido paralisado com a pandemia, permitindo que o contato mais próximo com a organização fosse retomado e a pesquisa, viabilizada.

Durante este período, as conversas foram diretamente travadas com o presidente e o vice-presidente do CELLOS, que acolheram a proposta da pesquisa e a submeteram para a ciência e aprovação do conselho diretivo da entidade, permitindo, assim, a inserção oficial como pesquisadora na organização. Foi acordado entre os membros o meu acesso à sede, a concessão de entrevistas com os membros do corpo diretivo e o acesso ao acervo de documentos e ofícios da entidade, resultando nas assinaturas dos termos de Autorização de Pesquisa e de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD) de forma responsável, conforme preconizado pela Resolução n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde para Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. À assinatura dos termos se somaram os documentos necessários ao início do processo de submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP-UFMG), CAAE<sup>8</sup> n.º 56875522.0.0000.5149, aprovado conforme o parecer de n.º 5.464.149 (ANEXO A).

Caracterizada por um “intenso e amplo exame de diversos materiais que não foram utilizados para nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados de documentos”, a pesquisa documental tem sido amplamente utilizada pelas Ciências Sociais, Humanas e Aplicadas como instrumento valioso para a pesquisa qualitativa (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 58). Não somente, as autoras reiteram que a técnica documental se utiliza de documentos originais, ou que não receberam tratamento analítico prévio por parte de nenhum pesquisador, compondo material “em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno”

---

<sup>8</sup> Certificado de Apresentação de Apreciação Ética.

(KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 58). Isso significa que o elemento-chave para a definição do que se caracteriza como “documento” se encontra na sua concepção enquanto “fonte primária” de acesso às informações ali contidas, sendo, assim, constituída por “dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados”, cujo tratamento analítico estará a cargo da pesquisadora (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 6).

Além disso, podem ser considerados “documento” para a pesquisa documental

[...] quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação: leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 59).

Embora essa visão privilegie os materiais escritos que sejam prova de vestígios do passado, o movimento dos historiadores da Escola de Annales impulsionou a modificação do conceito de “documento” ao argumentar que o acontecer histórico se dá a partir dos sujeitos, portanto, tudo o que for proveniente dos sujeitos e servir de testemunho de suas existências deve ser considerado como objeto de valor analítico para historiadores (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Dito isso, a definição de “documento” se amplia, passando a considerar não somente textos escritos, mas qualquer outro material de natureza iconográfica e cinematográfica, qualquer testemunho registrado, objetos do cotidiano, como diários pessoais, filmes, gravações, fotografias, etc. (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009; KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015).

O valor da pesquisa documental se traduz na riqueza de informações passíveis de serem extraídas e que possibilitam “ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural”, tornando a utilização de documentos uma alternativa atraente para investigações cuja dimensão historicamente situada de determinado problema de pesquisa seja parte determinante da análise, a exemplo das pesquisas de cunho foucaultiano (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 2). Não à toa, Foucault trabalhou majoritariamente com o método de pesquisa documental em suas obras, obedecendo a critérios do trabalho historiográfico ao mesmo tempo em que pendia as suas problematizações para o campo da filosofia (NETO, 2015), porque “para Foucault, tratava-se de pesquisar a partir de um campo empírico localizado e nesse nível colocar as questões cruciais, para num segundo momento elaborar generalizações e conceitos mais amplos”, às quais se referia como “problematização” (NETO, 2015, p. 413). Logo, suas articulações teóricas, por mais gerais ou

filosóficas, ancoravam-se em um campo empírico bem definido pelo autor, em um conjunto de problemas localizados e historicamente específicos, como a loucura, a prisão, a sexualidade e o sujeito moderno (NETO, 2015).

Dessa forma, as possibilidades proporcionadas pela pesquisa documental acima descritas e a procura por elementos discursivos que auxiliem na compreensão dos jogos de poder e de verdade nos quais a entidade e seus sujeitos atuantes estão inseridos nortearam a procura pelo acesso ao acervo da instituição. Para tanto, foi acordado com a diretoria do CELLOS o acesso ao acervo de documentos, fisicamente localizado na sede do CELLOS, próximo à Praça Sete de Setembro, na região central de Belo Horizonte. Ao longo de duas semanas, os responsáveis pelo atendimento à comunidade e, também, estagiários trabalhadores do projeto em execução pelo CELLOS me receberam com cordialidade na sede da instituição, apresentando toda a estrutura do lugar e se disponibilizando para qualquer outra demanda que surgisse. Assim, dediquei o primeiro dia de acesso na sede para mapear os documentos ali disponíveis e traçar uma estratégia que me permitisse localizar e registrar os documentos do meu interesse, dadas as restrições quanto à retirada de qualquer documento da sede, pois muitos dos registros são sigilosos.

**Figura 2:** Local de armazenamento dos registros oficiais do CELLOS-MG



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Conforme demonstrado pela Figura 2 apresentada, a maior parte dos documentos do CELLOS aos quais obtive acesso se encontram armazenados na primeira gaveta de um dos armários de escritório localizados na sede da instituição. Algumas outras pastas de ofício estão guardadas na gaveta abaixo desta mostrada na figura, contendo documentos mais recentes, principalmente aqueles relacionados ao projeto em execução pelo CELLOS atualmente. Estas observações iniciais informaram as decisões tomadas a respeito do registro fotográfico dos documentos para uso nesta pesquisa, juntamente à informação de que os documentos contábeis da instituição seriam os únicos não disponíveis para acesso na sede da entidade, pois se encontram de posse do tesoureiro em exercício na gestão da organização. Sendo assim, a decisão sobre os critérios seguidos para o registro fotográfico se baseou nas intenções de 1) preservar a anonimidade dos membros da instituição que não sejam citados diretamente na análise; e 2) preservar os eventuais dados financeiros ou contábeis da instituição, que não serão abordados pela pesquisa.

Seguindo estes princípios norteadores, as demais visitas foram dedicadas ao registro fotográfico de cada documento encontrado, de modo a proporcionar um registro abrangente das



atividades exercidas pela instituição desde a sua criação, em 2002, até o momento atual. No entanto, logo percebemos que os esforços de registro e memória empreendidos pelo CELLOS somente abarcaram, com mais rigor, os anos 2018 e 2019, deixando poucos documentos remanescentes dos anos anteriores ou subsequentes, o que determinou uma base documental de 368 registros fotográficos de ofícios, atas, registros de conselhos, *flyers*, material de divulgação, *e-mails*, listas de participação, entre outros documentos relacionados às atividades mantidas pela entidade. A esse montante somam-se outros 14 registros fotográficos do espaço da sede, tomados nos dias que frequentei o local.

Outras fontes de dados foram, então, consideradas a partir da incursão no acervo da instituição. No caso, optamos, também, por um diário de campo mantido durante as visitas à sede, por entrevistas realizadas com os estagiários do projeto, que são responsáveis pelo atendimento na sede, entrevistas com os membros do conselho diretivo da organização e *lives* disponibilizadas pela instituição nos canais do *Instagram*© e do *Youtube*©.

Em primeiro lugar, optamos pela manutenção de um diário de campo durante as visitas à sede a fim de registrar todos os acontecimentos notáveis e as impressões do lugar enquanto pesquisadora. De acordo com Lopes, Lima, Costa e Ribeiro (2002, p. 132), o diário de campo é um recurso muito valioso para registrar o cotidiano da pesquisa, sendo utilizado “predominantemente para o registro de dados coletados no trabalho de campo do próprio pesquisador”. Como exercício de reflexão e método para garantir que nenhum detalhe escape a pesquisa de campo, o diário de campo se revela como recurso indispensável para que o pesquisador tome notas do seu próprio trabalho livremente, de modo a capturar algo que mais adiante na pesquisa seja utilizado nas análises (LOPES; LIMA; COSTA; RIBEIRO, 2002). Por isso, procurei utilizar o diário de campo durante as visitas à sede de modo a manter um registro dos fatos, as minhas impressões sobre o lugar e as pessoas, além de me auxiliar na organização dos pensamentos e questões que surgiram durante o processo de pré-leitura e registro dos documentos disponibilizados no acervo.

Decorrente das visitas à sede, surgiu, também, a necessidade de realização de entrevistas com os membros atuantes do CELLOS. Assim, a opção pelo modelo de entrevista qualitativa como estratégia complementar de pesquisa nesta trama artesanal veio para suprir uma lacuna de dados referentes tanto às vivências dos militantes quanto às relações nas quais os militantes e a organização se encontram inseridas. De acordo com Edwards e Holland (2020), a entrevista é provavelmente uma das ferramentas metodológicas mais amplamente utilizadas nas ciências sociais, sendo um dos marcos da pesquisa qualitativa. Não somente, a entrevista qualitativa é uma ferramenta diversificada, apresentando-se de muitas formas a depender das necessidades

metodológicas e epistemológicas da pesquisa, variando em estilo e tradição, incluindo as entrevistas semiestruturadas, narrativas, reflexivas, episódicas e especializadas (“*expert*”) (EDWARDS; HOLLAND, 2020). Caracteriza-se, também, por ser uma ferramenta metodológica que pressupõe a interação entre dois ou mais participantes, em contexto presencial ou remoto, seguindo uma abordagem temática, de tópicos, biográfica ou narrativa, com perguntas bem definidas ou apenas iniciais que permitam uma discussão fluida para que outros temas surjam espontaneamente (EDWARDS; HOLLAND, 2020).

No caso desta pesquisa, foi adotado o modelo de entrevista semiestruturada, cujas perguntas norteadoras a respeito das temáticas a serem abordadas ao longo da entrevista foram organizadas a partir da pré-leitura dos documentos encontrados na sede do CELLOS, além do conhecimento prévio da autora sobre a organização. O critério para a escolha dessa ferramenta de coleta de dados se deu justamente pelo caráter exploratório dos objetivos estipulados para esta pesquisa, que buscam a emergência e a análise dos elementos discursivos presentes nas falas dos sujeitos. Desse modo, as questões propostas para estagiários e membros da diretoria buscavam explorar temas específicos para cada grupo e, de certa forma, distintos entre si, como pode ser observado nos APÊNDICES A e B ao final deste trabalho.

Seguindo à formulação das questões, foram iniciadas as tratativas para que as entrevistas fossem realizadas. Foi necessário obter uma autorização especial com o presidente para que pudesse realizar as entrevistas com os três estagiários presentes da sede da organização, pois os mesmos não se encontram filiados como membros do CELLOS. Dada a autorização, as entrevistas foram realizadas de modo presencial, durante uma tarde, na sede da entidade, após a leitura e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) submetido ao COEP (APÊNDICE C). Seguindo os protocolos de prevenção contra a COVID-19, as entrevistas foram realizadas, registradas em um *app* de gravação de voz instalado no dispositivo móvel da pesquisadora e armazenadas juntamente a outras entrevistas em um dispositivo móvel USB para posterior transcrição.

Igualmente, foram acordadas as entrevistas com cinco (5) dos membros ativos no conselho diretor do CELLOS responsável pela gestão da instituição. No entanto, dada as circunstâncias de realização da pesquisa que, naquele momento, ainda enfrentava algumas restrições sanitárias decorrentes das medidas de prevenção da propagação da COVID-19, juntamente à disponibilidade dos entrevistados, o modo de condução não presencial da entrevista foi o escolhido. Isso significa que todos os encontros agendados com os cinco (5) membros do CELLOS foram conduzidos em um ambiente virtual de interação por videochamada.

Sobre este ponto, Thunberg e Arnell (2021) argumentam que, mesmo antes da situação de pandemia de COVID-19, a utilização de métodos digitais para a realização de entrevistas qualitativas nas ciências sociais tem sido avaliada e discutida amplamente, com o número de pesquisas que delas se utilizam aumentando consideravelmente desde os anos 2000. Ainda assim, vimos que a pandemia trouxe mudanças radicais para as formas como as pessoas vivem e trabalham, incluindo as formas como pesquisadores conduzem pesquisas, resultando na adoção massiva de métodos digitais de realização de entrevistas, anteriormente julgados como inferiores aos tradicionais métodos presenciais, e inaugurando o que Thunberg e Arnell (2021) chamaram de uma “nova revolução digital”. Logo, as autoras definem “métodos digitais” como “um conceito amplo que, desconsiderando a netnografia, inclui, por exemplo, questionários *online*, entrevistas por telefone, entrevista por *chat*/mensagens instantâneas, entrevistas por *e-mail*, e entrevistas por videoconferência” (THUNBERG; ARNELL, 2021, p. 1). Ou seja, é citada qualquer opção por realização de entrevista qualitativa que se dê em um “ambiente virtual”, ou não presencial.

No geral, estas entrevistas requerem dos participantes somente o acesso a uma linha telefônica habilitada (no caso de uma entrevista por telefone), ou o acesso a um dispositivo (móvel ou um computador pessoal) ligado à internet, tornando-as uma alternativa viável para cobrir grandes distâncias geográficas. Ainda assim, questionamentos a respeito das vantagens da adoção e da qualidade da realização da entrevista qualitativa por meio de ambiente virtual seguem sendo levantados, alimentando intensa discussão a respeito (THUNBERG; ARNELL, 2021). Thunberg e Arnell (2021, p. 8) observaram que, no geral, há um certo consenso acerca das vantagens, na qual os pesquisadores reconhecem “ser uma boa estratégia para a coleta de dados quando os participantes vivem à longa distância do pesquisador e quando a pesquisa aborda tópicos sensíveis, ou ao pesquisar minorias ou grupos vulneráveis, assumindo que os aspectos éticos sejam pensados e endereçados”. Os dois últimos pontos se devem ao fato de que, supostamente, os participantes tenham mais controle sobre a sua participação e permanência na entrevista quando eles se encontram protegidos ou pela anonimidade da câmera desligada, ou pela possibilidade de desligar a chamada a qualquer momento (THUNBERG; ARNELL, 2021). Nesses casos, segundo as autoras, seria eliminada a distorção de poder entre pesquisador e participante, concedendo ao participante maior controle e liberdade sobre a permanência na pesquisa, facilitando, assim, a abordagem de assuntos sensíveis que, pessoalmente, talvez não poderiam ser abordados.

Por outro lado, questionamentos sobre a qualidade dos dados obtidos nas entrevistas por métodos digitais, ou ambiente virtual, são frequentemente levantados e endereçados por

pesquisadores, uma vez que a principal questão levantada diz respeito à possibilidade de o pesquisador interpretar corretamente a linguagem corporal dos participantes (THUNBERG; ARNELL, 2021). Para tanto, Thunberg e Arnell (2021) notaram que os estudos mostram diferentes conclusões, sendo que uma parte concorda que a qualidade dos dados obtidos pode sofrer com esta limitação e outra parte discorda, citando, principalmente, o avanço tecnológico proporcionado pelos *softwares* de videochamada. No entanto, uma das preocupações centrais dos pesquisadores ainda se encontra centrada nos recursos materiais necessários para a realização da entrevista de forma não presencial, sendo que inúmeros problemas podem emergir decorrentes dos recursos disponíveis para a realização da entrevista, na forma da qualidade e adequação dos dispositivos de posse do participante ou da qualidade e disponibilidade da conexão de internet (THUNBERG; ARNELL, 2021). Por isso, nesta pesquisa, esforços foram empreendidos para minimizar ao máximo possível a perda da qualidade dos dados, ao mesmo tempo que medidas foram tomadas para assegurar o consentimento e a integridade dos participantes, não somente na explicação e assinatura do TCLE como também no diálogo aberto estabelecido entre pesquisadora e participante para sanar quaisquer dúvidas a respeito do processo da pesquisa.

Desse modo, a pesquisa se delimitou a entrevistar os sujeitos que se caracterizam como militantes ou integrantes ativos do CELLOS-MG e se encontram, no momento da entrevista, em posição de membro ativo do conselho gestor/diretor da entidade. Além disso, foram entrevistados os estagiários selecionados para participar da execução do projeto “Conexão das Cores”, cuja experiência ativa de atendimento na sede foi abordada. Para tanto, foi requisitada a autorização do presidente da organização para a realização das entrevistas com os estagiários e os militantes selecionados, sendo apresentado, para leitura e assinatura por parte dos sujeitos escolhidos, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), devidamente aprovado pelo COEP-UFMG (Conselho de Ética em Pesquisa). No referido termo se encontraram esclarecidos os objetivos da pesquisa, as garantias de segurança dos dados e o anonimato do sujeito, além dos potenciais riscos da participação voluntária. Apresentados à opção de selecionar a forma como serão identificados na análise, os sujeitos escolheram seus respectivos nomes e posições. A gravação da entrevista não presencial, em ambiente virtual, foi realizada por meio de *software* de videochamada. O material foi armazenado em dispositivo móvel USB próprio, ao qual somente a pesquisadora possui acesso, e transcrito pela própria pesquisadora, gerando um total de 72 páginas. Por fim, foi esclarecido aos participantes que as suas imagens não serão utilizadas na pesquisa e, por isso, serão armazenadas em segurança. Os mesmos procedimentos foram observados para as gravações de entrevistas presenciais.

**Quadro 1** – Resumo demográfico dos(as) entrevistados(as)

Identificação	Posição no CELLOS-MG	Gênero	Sexualidade
<b>Sann</b>	Estagiário bolsista	Homem cisgênero	Homossexual
<b>Derly</b>	Estagiário bolsista	Homem cisgênero	Homossexual
<b>Polly</b>	Estagiário bolsista	Não binário	Pansexual
<b>Cleiton</b>	Presidente	Homem cisgênero	Homossexual
<b>Azilton</b>	Vice-presidente	Homem cisgênero	Homossexual
<b>Munish</b>	Conselho de Ética	Homem cisgênero	Homossexual
<b>Álvaro</b>	Tesoureiro	Homem cisgênero	Homossexual
<b>Thiago</b>	Comunicação	Homem cisgênero	Homossexual

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Logo, temos no quadro acima um sumário dos dados demográficos dos(as) entrevistados(as), incluindo os dados sobre gênero e sexualidade, que constam como uma das perguntas no questionário. Os nomes que identificam os participantes foram acordados com cada um no momento da entrevista e devidamente registrados, assim como o gênero com o qual se identificam e as posições que ocupam na gestão da entidade, salvo os estagiários bolsistas do projeto “Conexão das Cores”.

Por se tratar de elementos discursivos de identificação dos sujeitos que serão parte da análise, as categorias gênero e sexualidade foram devidamente registradas no ato da entrevista, sendo parte de uma das perguntas elaboradas no questionário. Sendo assim, em se tratando de “sexualidade”, a “pansexualidade” é definida pelo Manual de Comunicação LGBTI+, elaborado em parceria com a UNAIDS Brasil, como uma orientação sexual da mesma forma que a heterossexualidade e a homossexualidade, dado que o prefixo “pan”, do grego “tudo”, serve como indicador dos sujeitos desejados por quem se identifica com essa nomenclatura (REIS, 2018). De acordo com o Manual, “as pessoas pansexuais podem desenvolver atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou sexo biológico”, o que faz da pansexualidade uma orientação que supostamente rejeita as normas binárias de gênero e de sexualidade (REIS, 2018, p. 23).

Por sua vez, o termo “cisgênero” é considerado “um termo utilizado por alguns para descrever pessoas que não são transgênero (mulheres trans, travestis e homens trans)” e para se referir “ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer” (REIS, 2018, p. 27). Dado que “cis” é um prefixo em latim que significa “no mesmo lado que”, tornando-se, portanto, oposto de “trans”, que significa “em lado oposto a que”, temos a composição do termo “cisgênero” para definir indivíduos que se identificam em todos os aspectos com as características hegemônicas de gênero atribuídas ao seu nascimento (REIS, 2018). Da mesma forma, indivíduos que se identificam como “não-binários” ou “agêneros” são entendidos como pessoas que não se identificam com as características atribuídas, ou se sentem pertencentes a nenhum dos dois gêneros hegemônicos (REIS, 2018). Por esse motivo, muito tem se falado sobre a criação e utilização de uma linguagem “neutra” que respeite a existência desses indivíduos, uma vez reconhecido que a norma culta da Língua Portuguesa, assim como em outras árvores de linguagem, utiliza-se do gênero masculino como um gênero “neutro” e universal, ao mesmo tempo que deliberadamente marca gênero em sujeitos e objetos a que faz referência (COVAS; BERGAMINI, 2021).

“Linguagem neutra”, por sua vez, cuida-se de um termo designado para promover uma linguagem que não marca gênero algum; também conhecido por “linguagem não-binária”, o termo designa uma linguagem que abarca pessoas cujas identidades de gênero não são designadas pelos compostos binários homem ou mulher, partindo-se do pressuposto que a diversidade de identidade compõe múltiplas performatividades de gênero (COVAS; BERGAMINI, 2021, p. 54900).

Embora não se tenha um consenso sobre os desenhos dessa nova “linguagem neutra” a ser adotada, muitas são as sugestões circulantes no cotidiano desses indivíduos, incluindo as alternativas aos pronomes binários “ele”/“ela” que envolvem a utilização do “x” (xis) em “elxs”, a utilização da letra “o” (elo/elos), da letra “u” (elu/elus) e do caractere @ (el@/el@s), além da utilização da letra “e” como sufixo para demarcações de gênero em adjetivos e substantivos como, por exemplo, a palavra “estagiário” que se torna “estagiárie” nessa nova grafia (COVAS; BERGAMINI, 2021). Mais do que uma opção gramatical, a adoção de uma linguagem neutra e não impositora de gênero é uma ação política de visibilização e afirmação de existência de indivíduos que não se encaixam nas normas vigentes de gênero/sexualidade. Portanto, adotaremos como escolha metodológica e ética a utilização de uma linguagem neutra baseada nos pronomes “elu”/“elus” e na adoção do sufixo “e” em palavras demarcadas por gênero, sempre que possível, ao mencionar a entrevista de “Polly” durante as análises.

Por fim, optamos pela utilização de um conjunto de *lives* produzidas e transmitidas nos canais oficiais da instituição como mais uma fonte de dados, sendo disponibilizadas para apreciação pública no perfil do *Instagram*® (@paradabh) e no canal do *YouTube*® (“CELLOS\_MG”) gerenciados pela entidade. Tal conjunto de *lives* abrange um período de publicação que se inicia em 17 de julho de 2021 e vai até o dia 24 de março de 2022, totalizando 10 vídeos de transmissões com duração entre uma e duas horas, que foram devidamente “baixados” dos perfis da organização e armazenados em um dispositivo USB para análise. Em seguida, foi feito o fichamento dos principais acontecimentos em cada transmissão, destacando o conteúdo abordado em cada intervalo de minutos durante as *lives*, de forma a facilitar a transcrição dos trechos mais importantes que serão utilizados na análise. Dessa forma, o intuito é realizar uma triangulação dos dados coletados, que possibilite a análise da organização e de seus sujeitos de maneira mais completa.

#### 5.4 A construção artesanal de uma analítica foucaultiana

Pretendemos adotar, neste trabalho, uma arquitetura analítica semelhante àquela desenvolvida na ocasião da escrita da dissertação de mestrado (NUNES, 2018), na qual procuramos realizar “um esboço de uma análise de discurso baseada e inspirada no que Foucault (1979 [1998], 1969 [2008])<sup>9</sup> deixou registrado acerca das suas ferramentas metodológicas, as táticas e estratégias usadas pelo autor para realizar suas genealogias” de modo a

[...] viabilizar uma arquitetura analítica voltada para a análise dos dispositivos de poder observados, dos enunciados e das posições de enunciação que os sujeitos [...] ocupam no momento de externalização dos mesmos. A escolha pelo jogo misto entre as duas abordagens – arqueologista e genealogista – se deve, principalmente, por acreditar que ambas as tendências metodológicas de Foucault (1998, 2008) se interpõem e conversam entre si, uma vez que vários elementos genealógicos podem ser percebidos em sua Arqueologia, em particular, a questão dos discursos como veículos que carregam e distribuem o poder. Tais observações tornam possível a articulação dos elementos dos dois modelos de análise em uma única analítica que contemple o sujeito e os discursos que o perpassam e constitui (NUNES, 2018, p. 122–123).

Tal pretensão se justifica no fato de que, justamente, os elementos a serem analisados se encontram relacionados aos dispositivos de poder atuantes sobre os indivíduos ativistas na organização e as formas com que estes indivíduos se encontram emaranhados, posicionados

---

<sup>9</sup> FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008.  
FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

como efeito e nódulos nas redes de poder-saber-verdade e são constituídos e se constituem por meio dos discursos que os perpassam (FOUCAULT, 1979 [1998]). Dessa forma, a elaboração de uma analítica arqueogenealógica que considere alguns dos elementos propostos e utilizados por Foucault (1979 [1998], p. 7) tem por objetivo chegar a um tipo de análise que não somente dê conta da “constituição do sujeito na trama histórica”, mas que também possa desvelar os mecanismos pelos quais os discursos se encontram articulados nessa dinâmica de poder-saber, de modo a possibilitar a compreensão dos tensionamentos e das regras de constituição de sujeitos e organização inseridos no contexto histórico presente.

Trata-se da adoção de uma analítica que permite “descobrir as regras que governam e produzem as práticas discursivas, identificando o que Foucault denomina formações discursivas”, os enunciados que as compõem, as posições de sujeito que são utilizadas como função nestes discursos, ou seja, os elementos arqueológicos, em consonância com a sua relação com os dispositivos de poder que organizam os regimes de verdade, ou seja, os elementos genealógicos, que são mobilizados para a constituição destes sujeitos (FISCHER, 1997, p. 16). Trata-se, assim, da adoção de uma análise enunciativa “arqueogenealógica”, pois esta, de acordo com Fischer (1997, p. 16, destaque da autora), “vai além do descentramento do sujeito para preocupar-se com as *condições de possibilidade* de determinadas práticas”, evidenciando os efeitos de verdade na constituição dos sujeitos, assim como os tensionamentos com outros sujeitos envolvidos na teia de relações de poder. Para Foucault (1979 [1998]), trata-se de tomar como referência para a análise não o grande modelo da língua e dos signos, mas sim o modelo da guerra e da batalha, nos termos de uma “genealogia das relações de forças”.

A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem “sentido”, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas. Nem a dialética (como lógica de contradição), nem a semiótica (como estrutura de comunicação) poderiam dar conta do que é a inteligibilidade intrínseca dos confrontos. A “dialética” é uma maneira de evitar a realidade aleatória e aberta desta inteligibilidade reduzindo-a ao esqueleto hegeliano; e a “semiologia” é uma maneira de evitar seu caráter violento, sangrento e mortal, reduzindo-a à forma apaziguada e platônica da linguagem e do diálogo (FOUCAULT, 1979 [1998], p. 5).

Dito isso, Foucault apresenta e discute ao longo de suas obras, em particular n’*A Arqueologia do Saber* (1969 [2008]), os elementos analíticos que conduziram suas análises, apresentando suas principais características e funções distintas. Longe de promover uma sistematização metodológica, Foucault (1969 [2008]) propôs a utilização destes elementos como numa caixa de ferramentas da qual é possível recorrer conforme as necessidades



particulares de cada investigação. Desse modo, as linhas adiantes serão designadas para a discussão de três dos principais elementos analíticos que permeiam o pensamento foucaultiano e que serão resgatados ao longo da análise, a saber: o “dispositivo”, o “discurso”, o “enunciado”, entre outros elementos como “campo discursivo” ou “formação discursiva” que permitem o entendimento da analítica proposta.

Segundo Raffnsøe, Gudmand-Høyer e Thaning (2016), muito se tem utilizado o pensamento foucaultiano nos estudos organizacionais como forma de analisar as dinâmicas organizacionais mais complexas. No entanto, os autores observam que grande número de trabalhos tende a priorizar a referência a alguns aspectos da obra foucaultiana em detrimento de outros, cristalizando o filósofo em um discurso próprio, recorrente nas análises organizacionais. Neste processo, outras possibilidades de abordagens e perspectivas das dinâmicas organizacionais se perdem em consequência da exploração de um mesmo conjunto de conceitos e uma mesma perspectiva analítica, que empobrece a discussão e não faz jus à capacidade de inovação e profundidade foucaultianas. Por isso, Raffnsøe, Gudmand-Høyer e Thaning (2016) argumentam a favor de uma abordagem alternativa, de modo a explorar uma das noções cruciais do pensamento foucaultiano e desenvolver uma estrutura analítica abrangente baseada no “*le dispositif*”, em francês, “dispositivo”, ou “dispositivo de poder”, conforme trabalhada por Foucault (1979 [1998]). Para o autor,

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. [...] Em suma, entre esses elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (FOUCAULT, 1979 [1998], p. 244).

Nesse sentido, Foucault (1979 [1998]) considera o dispositivo como uma trama que articula tanto elementos discursivos como não discursivos e, portanto, portadores de certa materialidade, o dito e o não dito, colocando-os em rede e ressaltando as suas relações. Para o autor, é importante observar a predominância de um objetivo estratégico na concepção do dispositivo, uma vez que “o dispositivo se constitui como tal e continua sendo dispositivo na medida em que engloba um duplo processo”: por um lado, o “processo de sobredeterminação funcional”, que demarca a forma como cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não,

articula-se e estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os demais, exigindo um reajustamento dos elementos heterogêneos que podem surgir dispersamente; por outro, o “processo de perpétuo preenchimento estratégico”, cuja característica principal se dá na reversão dos efeitos negativos em positivos, ocupando os espaços vazios de preenchimento no novo rearranjo dos elementos que o compõem (FOUCAULT, 1979 [1998], p. 245).

A fim de ilustrar este último ponto, Foucault (1979 [1998]) cita o tratamento dado aos efeitos negativos surgidos com o dispositivo do aprisionamento utilizado como um dos instrumentos mais eficazes e racionais a serem aplicados ao fenômeno da criminalidade. Com a detenção das massas que habitavam esse espaço da ilegalidade, criou-se um efeito que não estava de modo algum previsto de antemão pelo dispositivo aplicado, na forma do surgimento de um meio delinquente profissionalizado, uma vez que “a prisão funcionou como filtro, concentração, profissionalização, isolamento” dos sujeitos “criminosos” (FOUCAULT, 1979 [1998], p. 245). Por meio do processo de “preenchimento estratégico”, os efeitos negativos deste dispositivo são transformados em positivos ao serem rearticulados em uma nova estratégia, ilustrada na reutilização do meio delinquente para fins políticos e econômicos diversos, como a organização da prostituição, por exemplo (FOUCAULT, 1979 [1998]). Assim, o dispositivo se caracteriza, principalmente, pelos arranjos vários de seus componentes heterogêneos de forma relacional, inclusiva, modificável e não determinística (RAFFNSØE; GUDMAND-HØYER; THANING, 2016).

Raffnsøe, Gudmand-Høyer e Thaning (2016), logo, elencaram pontos de discussão que visam apontar as enriquecedoras possibilidades que uma analítica foucaultiana baseada na noção de dispositivo pode oferecer para os estudos sobre organizações, entre eles, em particular, a possibilidade de voltar a análise para o nível de existência contemporânea baseado em ambientes virtuais. Cada vez mais objeto de análise nos estudos organizacionais, o nível virtual de interações há muito vem adquirindo importância e ganhando a atenção no cotidiano organizacional (RAFFNSØE; GUDMAND-HØYER; THANING, 2016), reflexo de um estilo de vida social cada vez mais conectado. Tal movimento vem se acentuando vertiginosamente ao longo dos últimos anos, decorrente das interações sociais ocorrendo em nível virtual impulsionadas pela necessidade de adesão ao isolamento social por motivos de segurança sanitária devido à pandemia de COVID-19, uma vez que a mudança na ordem das coisas obrigou as pessoas a adotarem novos estilos de vida e adaptarem as formas de trabalho para um ambiente virtual (THUNBERG; ARNELL, 2021). Por isso, ambientes virtuais se tornaram, do dia para a noite, não somente os espaços de convivência que todos foram obrigados a frequentar, mas também um valioso campo de investigação que não pode ser ignorado. E é nesse sentido

que uma analítica baseada no “dispositivo” permite que este nível de existência virtual seja contemplado nas análises, ao superar distinções entre elementos discursivos e não discursivos, entre “realidades” materiais e não materiais, conforme articulado por Foucault (1979 [1998]).

Desse modo, fica evidente que a operação dos dispositivos é dinâmica, encontrando-se em constante movimento de atualização. Seus elementos diversos se encontram organizados, como no caso do dispositivo da sexualidade, de forma a manter em operação, no seio da sociedade ocidental, todo um aparato dominante que se traduz em mecanismos de poder próprios a incidir sobre os sujeitos na forma de efeitos de verdades (NUNES, 2018). Por isso, no caso deste trabalho, volta-se o foco tanto para os mecanismos de poder-saber que incidem sobre os sujeitos militantes do CELLOS neste contexto sócio-histórico quanto para as relações de poder travadas dentro e fora da organização, para os enunciados que são parte do regime de verdade vigente que os constituem e que informam seus posicionamentos na extensa rede de relações de poder na qual se encontram inseridos, em um movimento pendular entre dispositivos e enunciados. Nesse sentido, este trabalho se propõe a realizar um duplo movimento: de dispositivos para enunciados e de enunciados para os dispositivos, à procura dos elementos que fazem parte da rede de mecanismos dos dispositivos de poder e que os tornam operantes, dado que os dispositivos somente ganham relevo, somente ganham importância a partir dos discursos que os compõem e dos enunciados que os perpassam (NUNES, 2018). Logo, podemos perceber que os dispositivos são ativados pelos enunciados que os atravessam, não havendo divisão entre estes elementos, uma vez que os enunciados são tradutores dos dispositivos de poder em ação.

Por isso, faz-se necessário entender o que Foucault (1969 [2008], p. 132–133) define como “discurso”, uma vez que o considera como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”, não sendo parte de “uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história”, mas sim constituído de “um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”. O discurso é, assim, entendido não como uma forma ideal ou atemporal, mas sim como elemento historicamente situado, assinalado em sua descontinuidade, em seus cortes e transformações, como parte de um conjunto de enunciados historicamente materializados (FOUCAULT, 1969 [2008]). Ademais,

[...] o discurso é constituído por um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência. E se conseguir demonstrar – como tentarei em seguida – que a lei de tal

série é precisamente o que chamei, até aqui, formação discursiva, se conseguir demonstrar que esta é o princípio de dispersão e de repartição, não das formulações, das frases, ou das proposições, mas dos enunciados (no sentido que dei à palavra), o termo discurso poderá ser fixado: conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 122).

Isso significa dizer que, para o autor, o discurso é uma construção não somente social, como também histórica, envolto em diversas relações de poder, no sentido de se apoiar em um conjunto delimitado de enunciados inseridos em determinada formação discursiva, cujo princípio de dispersão delimita o seu surgimento e sua atuação. Desse modo, Foucault (1969 [2008]) se refere ao discurso clínico, ao discurso econômico e ao discurso psiquiátrico de forma a exemplificar as suas características históricas de surgimento e ação, ao mesmo tempo que destaca a sua condição de constituição mútua entre enunciados e discursos, não sendo um preexistente ao outro.

A definição de discurso abre caminho, então, para a conceitualização dos demais elementos fundamentais para a construção desta analítica de base foucaultiana: os “enunciados”, os seus respectivos “campos de coexistência” e a “análise enunciativa” que a deriva, acompanhada das suas relações com os elementos que os margeiam e conferem regularidade, como a “formação discursiva” e as “práticas discursivas”. Por ser um autor conhecido por não definir seus conceitos e suas noções de forma substancial, ou essencializada, devemos lembrar que Foucault (1969 [2008]) opta pela conceitualização de seus termos de forma relacional e situada, descrevendo as suas funções em justaposição ao seu campo de atuação na analítica. Por isso, para descrever e conceitualizar o “enunciado”, Foucault (1969 [2008]) argumenta que este não se encontra no mesmo nível seja da lógica, da gramática ou dos atos de linguagem, apesar de cruzar esses planos eventualmente. Para o autor,

Nos três casos, percebe-se que os critérios propostos são demasiado numerosos e pesados, que não deixam ao enunciado toda a sua extensão, e que se, às vezes, o enunciado assume as formas descritas e a elas se ajusta exatamente, acontece também que não lhes obedece: encontramos enunciados sem estrutura proposicional legítima; encontramos enunciados onde não se pode reconhecer nenhuma frase; encontramos mais enunciados do que os *speech acts* que podemos isolar, como se o enunciado fosse mais tênue, menos carregado de determinações, menos fortemente estruturado, mais onipresente, também, que todas essas figuras; como se seus caracteres fossem em número menor e menos difíceis de serem reunidos; mas como se, por isso mesmo, ele recusasse toda possibilidade de descrição (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 95).

Percebemos, portanto, que os enunciados não são facilmente descritos, justamente por não ser possível tomá-los e isolá-los em uma unidade própria e não relacional com outras. Tal

característica evidencia o seu papel na análise, em especial em relação aos “discursos” e às “formações discursivas”, uma vez que

Um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo. Mas enquanto a regularidade de uma frase é definida pelas leis de uma língua, e a de uma proposição pelas leis de uma lógica, a regularidade dos enunciados é definida pela própria formação discursiva. A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma única e mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 132).

Sendo assim, podemos perceber que o que Foucault (1969 [2008]) toma por “formação discursiva” nada mais é do que o conjunto de regras, de regularidades, de relações estabelecidas entre os enunciados, que definem as suas próprias condições de emergência e de operação. A título de exemplo, o autor recorre ao discurso psiquiátrico do século XIX, explicando como os enunciados ali em operação somente conseguiram exercer efeitos de poder e de verdade levando em conta a sua emergência, o seu aparecimento em relação a um fundo de saber que, ao mesmo tempo, constitui e é constituído pelo enunciado. Ou seja, somente é possível falar do sujeito “louco” ao se contrapor ao campo de coexistência deste enunciado que estabelece os critérios da “loucura”, somente podemos falar do sujeito “criminoso” ao se estabelecer o “crime” e a sua “punição”, assim por diante. Portanto, a “formação discursiva” marca o enunciado em sua temporalidade e sua possibilidade de operação nos discursos, caracterizando sua lei de coexistência, de acontecimento e dispersão.

Dito isso, voltamos à definição de “enunciado” para Foucault (1969 [2008]), uma vez que, na condição de elemento do discurso, sua conceitualização se faz muito ampla quando argumentado que “um gráfico, uma curva de crescimento, uma pirâmide de idades, um esboço de repartição, formam enunciados; quanto às frases de que podem estar acompanhados, elas são sua interpretação ou comentário; não são o equivalente deles” (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 93). Para o autor, torna-se necessário admitir que “qualquer série de signos, de figuras, de grafismos ou de traços - não importa qual seja sua organização ou probabilidade - é suficiente para constituir um enunciado”, mesmo que o enunciado se encontre em um plano distinto dos elementos citados, pois “o limiar do enunciado seria o limiar da existência dos signos” (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 95). Ainda assim, não se trata de uma redução aos signos pertencentes a uma língua, pois Foucault (1969 [2008]) enfatiza que língua e enunciado não se

encontram no mesmo nível de existência. Portanto, devemos apreender o enunciado, primariamente, como um “nó em uma rede”, pois, tal como ele argumenta:

Mais que um elemento entre outros, mais que um recorte demarcável em um certo nível de análise, trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão aí presentes ou não. O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 98).

Ou seja, para o autor, trabalhar com o enunciado significa reconhecer a sua função enunciativa, permitindo a análise de signos variados, ao mesmo tempo que se busca evidenciar as regras segundo as quais se sucedem ou justapõem, a fim de dizer se o que formam, ao final, possui valor de enunciado. Para Foucault (1969 [2008]), um enunciado precisa preencher uma série de requisitos para ser considerado um enunciado válido, sendo o primeiro deles a necessidade de determinar um “referencial” ou um “campo de emergência”. Para o autor, o enunciado estaria “antes ligado a um ‘referencial’ que não é constituído de ‘coisas’, de ‘fatos’, de ‘realidades’, ou de ‘seres’, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados”, sejam eles designados ou descritos, para as relações que ali se fazem afirmadas ou negadas (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 103). Isso faz com que Foucault (1969 [2008], p. 103) considere a impossibilidade de que a descrição do nível enunciativo seja feita por uma análise formal, ou por uma investigação semântica, mas “pela análise das relações entre o enunciado e os espaços de diferenciação, em que ele mesmo faz aparecer as diferenças”.

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível enunciativo da formulação, por oposição a seu nível gramatical e a seu nível lógico: através da relação com esses diversos domínios de possibilidade, o enunciado faz de um sintagma, ou de uma série de símbolos, uma frase a que se pode, ou não, atribuir um sentido, uma proposição que pode receber ou não um valor de verdade (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 103).

Exatamente por isso que Foucault (1969 [2008]) enfatiza que o enunciado, na sua condição de função enunciativa, não pode ser investigado sem considerarmos a existência de um campo adjacente que ocupa e no qual se encontra relacionado. Isso significa considerar, durante a análise, a questão das margens dos enunciados, uma vez que todo enunciado é composto e delineado por elas que, por sua vez, encontram-se ligadas às margens de outros enunciados. Por serem o “nó em uma rede”, os enunciados exercem sua função enunciativa ao se colocarem em relação a todo um campo de objetos, ao invés de possuírem um “sentido” próprio que se destaca entre esse conjunto de signos. Isso significa que a determinação de sentido, a busca de um contexto próprio ou conteúdo representativo para uma frase ou um conjunto de signos em questão se dá de forma relacional, entre as margens dos enunciados, posicionados em uma trama complexa, o que os permite alcançarem o seu valor de verdade (FOUCAULT, 1969 [2008]).

Não basta dizer uma frase, nem mesmo basta dizê-la em uma relação determinada com um campo de objetos ou em uma relação determinada com um sujeito, para que haja enunciado -, para que se trate de um enunciado é preciso relacioná-la com todo um campo adjacente. Ou antes, visto que não se trata de uma relação suplementar que vem se imprimir sobre as outras, não se pode dizer uma frase, não se pode fazer com que ela chegue a uma existência de enunciado sem que seja utilizado um espaço colateral; um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 110).

Por isso que Foucault (1969 [2008]) afirma que os enunciados se encontram posicionados em rede, num conjunto de relações que os permitem se encontrar nas margens, não existindo enunciados livres, soltos ou independentes pelo campo que fazem referência, em uma constante relação de suporte e distinção entre os mesmos, num constante “jogo enunciativo”. Tal relação de dependência entre os enunciados e a trama de enunciados que os cercam estabelece certas condições de existência dos mesmos, como uma espécie de “lugar e data”, delimitando seus domínios e autorizando sua apropriação ou utilização de forma específica (FOUCAULT, 1969 [2008]). A essa mesma condição de existência que Foucault (1969 [2008], p. 112) refere-se como “cenário da coexistência enunciativa” ou simplesmente “campo enunciativo”, isto é, o espaço onde as unidades significativas dos enunciados se sucedem, ordenam-se, multiplicam-se e se acumulam, ou seja, o domínio da coexistência entre os enunciados “em que se exerce a função enunciativa”.

Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis. Se se pode falar de um enunciado, é na medida em que uma frase

(uma proposição) figura em um ponto definido, com uma posição determinada, em um jogo enunciativo que a extrapola (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 112).

Ademais, Foucault (1969 [2008]) determina que, para que uma determinada sequência de elementos linguísticos possa ser considerada e analisada como enunciado, esta deve preencher uma condição específica: possuir existência material. Isso acontece pois “o enunciado é sempre apresentado através de uma espessura material, mesmo dissimulada, mesmo se, apenas surgida, estiver condenada a se desvanecer” (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 113). Para o autor, “o enunciado tem necessidade dessa materialidade”, mesmo que essa presença, condição, *status* material não seja dado ao enunciado como suplemento, sendo que, em parte, ela o constitui, juntamente às coordenadas temporais que demarcam a sua existência, uma vez que “o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data” (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 114).

Em resumo, a identidade do enunciado se encontra submetida à sua condição de existência temporal e material, que versa a respeito dos limites impostos “pelo conjunto dos outros enunciados no meio dos quais figura; pelo domínio no qual podemos utilizá-lo ou aplicá-lo; pelo papel ou função que deve desempenhar” (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 116). Em outras palavras, a identidade dos enunciados seria determinada pelas relações que estabelece em momentos específicos com os demais enunciados à sua volta no campo de coexistência. A fim de ilustrar esta questão, Foucault (1969 [2008]) utiliza os exemplos de enunciados científicos, nos quais afirmações como “a terra é redonda” ou “o ser humano evoluiu dos primatas” adquirem significados diferentes conforme sejam enunciadas antes ou depois de Copérnico e Darwin. Isso confere aos enunciados uma posição e presença histórica muito específicas, caracterizando-o em sua “materialidade” que, afinal, trata-se do indicativo de sua “historicidade” e que faz parte do “regime de materialidade repetível” do enunciado (FOUCAULT, 1969 [2008]). Logo, para o autor, este regime de materialidade a que os enunciados necessariamente devem obedecer “é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal; define antes possibilidades de reinscrição e de transcrição (mas também limiares e limites) do que individualidades limitadas e percíveis (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 116).

Isso expressa que um dos aspectos de constituição do enunciado seria a sua repetição demasiada no tempo e no espaço, apresentando um peso relativo ao campo em que está inserido, possuindo uma constância, um tipo de permanência temporal que permite suas utilizações diversas, imbuindo-o, assim, de uma característica claramente histórica (FOUCAULT, 1969 [2008]). Foucault (1969 [2008], p. 118) atribui, assim, a constância do enunciado, “a



manutenção de sua identidade através dos acontecimentos singulares das enunciações, seus desdobramentos através da identidade das formas”, como função do campo de utilização no qual determinado enunciado se encontra inserido. Portanto, uma enunciação, por não ser repetível, por ser um evento único, pode ser recomeçada, reevocada ou reatualizada; enquanto um enunciado pode ser repetido, mas sempre em condições restritas (FOUCAULT, 1969 [2008]).

Essa materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa faz aparecer o enunciado como um objeto específico e paradoxal, mas também como um objeto entre os quais os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem. Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva - e perdida no passado, como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei -, o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 118).

Neste sentido, podemos dizer que os enunciados apresentam um certo grau próprio de “remanência”, pois, “embora o enunciado não deva ser confundido com um fragmento de matéria, sua identidade se modifica a partir de um complexo regime de instituições materiais” (PEREIRA, 2014, p. 85). Isso significa dizer que o que caracteriza essa remanência própria ao enunciado não é o retorno possível ao acontecimento passado da formulação, ou a permanência no campo da memória que pode ser resgatada a qualquer momento, conforme Foucault (1969 [2008], p. 140) observa. Em vez disso, vale dizer que os enunciados se conservam “graças a um certo número de suportes e de técnicas materiais” (o livro, o documento, os registros, etc.), “segundo certos tipos de instituições (entre muitas outras, a biblioteca) e com certas modalidades estatutárias (que não são as mesmas quando se trata de um texto religioso, de um regulamento de direito ou de uma verdade científica)”; ou seja, segundo regras próprias de instituições materiais, investidos que estão “em técnicas que os põem em aplicação em práticas que daí derivam em relações sociais que se constituíram ou se modificaram através deles” (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 140). Desse modo, a compreensão de tal característica dos enunciados passa pela aceitação que as coisas podem ser ditas novamente, mas que elas não serão imbuídas dos mesmos modos de existência, não serão cercadas pelas mesmas relações, não estarão implicadas nos mesmos esquemas de uso ou nas mesmas possibilidades de transformação depois de terem sido ditas (FOUCAULT, 1969 [2008]).

Sendo assim, podemos resumir as principais características do enunciado exploradas até então: a sua materialidade, sua historicidade/remanência e a sua “raridade”, definido por Foucault (1969 [2008]) como o princípio (lei da raridade) pelo qual foi possível emergir, em

dado período, determinado enunciado, e não outro. Nesse sentido, os enunciados representam recursos raros nas dinâmicas de poder-saber, especificamente por apresentarem caráter histórico e contingencial no seu campo de existência, ocupando um lugar próprio no domínio enunciativo, que faz com que o enunciado surja como bem finito, como “coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, e das quais procuramos nos apropriar; que repetimos, reproduzimos e transformamos”, ou seja, cuja capacidade de circulação e troca é muito distinta (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 136).

Isso faz com que o acesso ao enunciado, na condição de bem raro, seja mediado por “regimes de apropriação” próprios, que nada mais são do que as condições que os indivíduos devem satisfazer para que possam se utilizar dos enunciados legitimamente (FOUCAULT, 1969 [2008]). Tal condição é enfatizada por Foucault (1969 [2008]) na sua descrição acerca das condições de existência do enunciado, apontando o espaço ocupado pelo sujeito no enunciado como uma função vazia, que pode ser exercida, até certo ponto, por indivíduos diferentes, enquanto um mesmo indivíduo pode ocupar e assumir, de forma alternada, posições e papéis diferentes de sujeito em uma série de enunciados. Ou seja, Foucault (1969 [2008]) estabelece, assim, o sujeito do enunciado não como o autor próprio da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente, mas como uma função vazia que pode ser ocupada por indivíduos distintos. Logo, o entrelaçamento das noções de enunciado e relações de poder-saber, para o autor, é evidenciado, uma vez que a condição de “nó na rede” dos enunciados advém da função enunciativa como um posicionamento possível de sujeitos na trama de poder. O poder somente pode ser exercido por meio dos indivíduos que ocupam esta função vazia, que preenchem os requisitos para a posição de sujeito desse nó na rede e, por isso, são capazes de enunciar enunciados legítimos.

Por conseguinte, podemos perceber que, para a perspectiva foucaultiana, a análise dos enunciados vai muito além dos aspectos gramaticais, pois não se trata de descobrir o enunciado em sua unidade atômica, com os seus efeitos de sentido, suas origens, seus limites ou sua individualidade, mas sim de analisar todo o “campo de exercício da função enunciativa e as condições segundo as quais ela faz aparecerem unidades diversas (que podem ser, mas não necessariamente, de ordem gramatical ou lógica)” (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 120–121). Ou seja, a análise enunciativa enfoca o exame das relações entre enunciados nos seus espaços de diferenciação, situados num domínio de coordenação e coexistência, e abertos a um conjunto de posições subjetivas possíveis (FOUCAULT, 1969 [2008]).

Descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal, mas definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma existência específica. Esta a faz aparecer não como um simples traço, mas como relação com um domínio de objetos; não como resultado de uma ação ou de uma operação individual, mas como um jogo de posições possíveis para um sujeito; não como uma totalidade orgânica, autônoma, fechada em si e suscetível de -sozinha - formar sentido, mas como um elemento em um campo de coexistência; não como um acontecimento passageiro ou um objeto inerte, mas como uma materialidade repetível (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 123).

Isso significa que a análise dos enunciados demanda um exercício de “desnaturalização do olhar” que é menos sobre o alcance de uma suposta neutralidade ou imparcialidade investigativa, e mais sobre a capacidade de capturar o nível dos enunciados para além da linguagem e para além das relações estabelecidas com os sujeitos da pesquisa. Isto se deve a uma última característica exclusiva ao enunciado que, de acordo com Foucault (1969 [2008], p. 124), “não é imediatamente visível; não se apresenta de forma tão manifesta quanto uma estrutura gramatical ou lógica (mesmo se esta não estiver inteiramente clara, mesmo se for muito difícil de elucidar)”. O enunciado é, para o autor, ao mesmo tempo não visível e não oculto.

Não visível ou facilmente detectável é o enunciado, por meio da manifestação dos seus limites ou caracteres, pois “é necessária uma certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-lo e considerá-lo em si mesmo”, considerando suas características próprias, o que o torna, segundo Foucault (1969 [2008], p. 126), mais próximo às transparências familiares que, mesmo que não escondam as coisas em sua espessura, também não as deixa perceber tão claramente. Outrossim, o enunciado é não oculto, pois, a análise enunciativa somente pode se referir a coisas que já foram ditas, “a frases que foram realmente pronunciadas ou escritas, a elementos significantes que foram traçados ou articulados”, destacando “essa singularidade que as faz existirem, as oferece à observação, à leitura, a uma reativação eventual, a mil usos ou transformações possíveis” (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 124). Desse modo, não faz sentido ir buscar suas interpretações no nível do “não dito”, já que Foucault (1969 [2008]) afirma que a análise enunciativa se refere às coisas que foram ditas, precisamente porque foram ditas, logo, ocupando-se do nível da existência destes enunciados. Para o autor, a análise do enunciado se preocupa mais em tornar evidente a singularidade histórica que permitiu a existência dos mesmos, do que tentar alcançar um nível discursivo oculto ou mais profundo. Logo, a análise enunciativa é, pois, uma análise histórica dos enunciados.

A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas

estava dito e o não-dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido - e nenhuma outra em seu lugar (FOUCAULT, 1969 [2008], p. 124).

Dessa forma, analisar os enunciados significa descrevê-los em toda a sua complexidade de relações e existência na trama histórica. Significa, também, entender o princípio de surgimento, o regime geral de distribuição e agrupamento dos enunciados sobre determinado assunto, entendê-los em sua “formação discursiva” e o modo como são operacionalizados por meio dos dispositivos de poder em vigência (FOUCAULT, 1969 [2008]; 1979 [1998]). Significa, por fim, entender as “práticas discursivas”, segundo Foucault (1969 [2008], p. 133), como o “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”, ou seja, que permitem a condição de existência, por conseguinte, dos enunciados. Por conseguinte, a análise enunciativa proposta na analítica arqueogenealógica deste trabalho busca interrogar o já dito no nível de sua existência, no nível da função enunciativa que desempenha (FOUCAULT, 1969 [2008]).

Dito isso, cabe demonstrar o modo de operacionalização da analítica desenhada nesta seção, de forma a explicar melhor como serão articuladas, durante a análise, as noções aqui desenvolvidas. Para tanto, recuperamos, por uma última vez, os objetivos específicos desta pesquisa, a fim de apontar, em cada um, como será conduzida a análise que pretende respondê-los.

a) analisar os processos de constituição dos sujeitos e os seus modos de existência, evidenciando o imbricamento entre sexualidade e ação política, *a partir da identificação e descrição dos enunciados presentes nas falas dos sujeitos para recontar a própria trajetória na organização;*

b) analisar os enunciados que são articulados na construção do grupo enquanto uma organização de luta e resistência, *por meio da identificação e descrição dos mesmos, encontrados nas falas dos sujeitos e nos documentos do acervo da organização;*

c) levantar e problematizar a rede de relacionamentos dos CELLOS com outras organizações e instituições, de modo a evidenciar as relações de poder travadas pela organização e os tensionamentos resultantes de seu espaço de atuação, *por meio de identificação e descrição dos enunciados encontrados nas falas dos sujeitos, nos documentos*

*pertencentes ao acervo da organização e nas lives postadas pelo grupo na rede social do Instagram©.*

Neste sentido, a analítica arqueogenealógica aqui proposta será conduzida de modo a identificar os enunciados com base no conjunto de elementos que os definem e diferenciam, conforme explicitados no decorrer desta seção. Ou seja, partindo dos relatos orais levantados, dos documentos disponibilizados, das observações registradas no diário de campo e das *lives* coletadas na rede social da organização, as proposições que assumirão valor de enunciado serão aquelas em que for possível distinguir as posições dos sujeitos e o campo de coexistência dos enunciados, que engloba as características aqui discutidas.

Logo temos, primeiramente, a análise de posições de enunciação que busca evidenciar as instâncias de diferenciação dos indivíduos, os lugares de onde falam, os regimes de apropriação de verdade e os requisitos que devem ser cumpridos para que ocupem determinadas posições enunciativas. E em segundo lugar, a análise do campo da coexistência tem por objetivo considerar as margens dos enunciados, apreendê-los em sua materialidade e remanência e compreender como são investidos em seu campo de utilização. Isso significa destacar e analisar o jogo enunciativo que situa a existência dos enunciados em relação ao campo específico de objetos dos quais fazem parte, de modo a apreender os regimes de verdade veiculados pelos mesmos através da sua articulação com outros enunciados, com suas condições de existência e seus espaços de diferenciação. Significa, enfim, apreendê-los em seu campo de utilização, de forma a evidenciar, através do evento singular da enunciação, a reutilização, em condições diferentes de existência, de enunciados já existentes. Por fim, estes dois movimentos buscam ativar um terceiro, dedicado ao movimento pendular da analítica entre enunciado e dispositivo, revelando as formas como os enunciados, em sua enunciação, ativam elementos do dispositivo de sexualidade nos seus efeitos de verdade e por ele são ativados em contrapartida.

## VI. ORGANIZAÇÃO E ÉTOS: CELLOS-MG

*“E o CELLOS agora tem 20 anos, né?”*

*Mas ainda está amadurecendo... está na adolescência ainda.”*

O CELLOS-MG se apresenta como a principal organização da sociedade civil em torno das pautas do movimento homossexual situado na cidade de Belo Horizonte e no estado de Minas Gerais. Ao longo dos 20 anos de existência da organização, inúmeros foram os embates políticos travados com a mais diversa gama de atores sociais, resultando nos contínuos e constantes tensionamentos de poder responsáveis pela constituição da organização enquanto sujeito coletivo, dos seus objetivos, das suas estratégias de luta e posicionamentos de sujeito. Por isso, esta seção sobre “Organização e éthos: CELLOS-MG” figura como um dos três principais eixos de análise nesta pesquisa, seguido da “Parada do Orgulho LGBT” e do eixo referente aos “militantes cellistas”. Seguindo a analítica de base foucaultiana aqui desenvolvida, cada eixo será analisado em uma seção própria, descrevendo e abordando os enunciados identificados e situando-os no contexto maior do dispositivo de sexualidade em vigência. Conforme dito anteriormente, os enunciados se encontram numa rede de nós estratégicos de relações de poder-saber e são definidos, principalmente, por suas margens que tocam outros enunciados, o que torna a análise enunciativa um empreendimento que vai e volta, constantemente, na análise dos enunciados em seu campo de existência (FOUCAULT, 1969 [2008]). Dessa forma, o fio condutor da análise tende a ser dado pela lógica subjetiva à pesquisadora, que tenta colocar no papel, em duas dimensões, o que se encontra “tudo junto” em um emaranhado rizomático, em três dimensões, que são as formações discursivas e os discursos.

Dito isso, iniciamos com o relato registrado no diário de campo da pesquisadora, sobre a primeira visita à sede do CELLOS-MG para a coleta de dados documentais para a presente pesquisa:

Localizada no coração de BH, na Av. Afonso Pena, próxima à Praça Sete, a sede do CELLOS-MG é composta de uma sala de escritório guardada no 22º andar do edifício Acaiaca, sala 2207. O prédio, em si, faz parte da arquitetura histórica da cidade, cuja estrutura, apesar de desconhecer a idade, se apresenta como muito antiga e preservada no tempo. Tão incorporado à vista do centro da cidade, que foi difícil encontrá-lo pela primeira vez, apesar de sua entrada ser composta por uma larga entrada de portões duplos de ferro. Seu interior é espaçoso e conta com 6 elevadores que percorrem os mais de 20 andares com velocidade, apesar de serem antigos e apresentarem problemas de funcionamento ocasionalmente. [...] O desenho arquitetônico dos

andares é curioso, uma vez que os elevadores se encontram na coluna central do prédio e abrem num hall central de cada andar, que são circundados pelas salas comerciais ali disponíveis. A numeração é ainda mais confusa, uma vez que parte do maior número para o menor em ambas as direções, esquerda e direita, a partir do vão central no qual os elevadores desembocam, ao invés de seguir qualquer lógica linear. Esse fato curioso contribuiu para a minha chegada tardia, uma vez que fiquei procurando qual a tendência de numeração das salas, indo na direção errada pela primeira vez e somente recalculando rota quando percebi estar no caminho errado. Este é um problema recorrente para os visitantes do prédio, logo percebi. Mas encontrar a sala do CELLOS-MG não foi um problema maior, para além da numeração confusa, uma vez que se trata de uma das poucas salas abertas no andar em questão. Guardada à direita do hall dos elevadores, sua presença não é marcada por glamour ou fanfarra, sendo identificada somente por uma placa fixada na porta com os dizeres "CELLOS-BH" acompanhados de dois arco-íris concêntricos num fundo em um triângulo rosa, além de um bilhete fixado logo embaixo com o número de contato por Whatsapp para atendimento. Porta adentro se encontra uma sala de escritório comum decorada de modo funcional e acolhedor ao mesmo tempo, com sua mesa retangular rodeada por 6 cadeiras situadas ao centro e a vista espetacular da sacada do 22º andar diretamente voltada para a avenida e para o monumento histórico que fazem parte do próprio coração da cidade, e tem sido palco de ativismos e transformações por muitos anos. Detalhe: se trata de uma sacada meia altura que não conta com nenhuma proteção de tela, o que me fez questionar um pouco a segurança dos frequentadores dessa sacada. Por ter muito medo de altura, não me aventurei por muito tempo lá. No canto direito da sala se encontram, ainda, enfileirados, computadores *desktop* em uma longa mesa estilo estação de trabalho, com as suas respectivas cadeiras de escritório, que são utilizadas pelos estagiários para realizarem suas tarefas e responsabilidades. Já no canto esquerdo da sala, do outro lado da mesa central, se encontram os armários designados para utensílios de escritório, de limpeza, o armário para os arquivos e documentos da organização, a geladeira e a mesa de café. No topo de um dos armários onde se encontram os materiais elaborados pelo CELLOS-BH, os prêmios e honrarias concedidos à organização estão dispostos. Por fim, na parede que faz parte da porta, se encontra fixado um quadro branco com uma grande bandeira LGBT escrita "CELLOS-BH" cobrindo-o, além das cestas básicas postas no canto, prontas para serem coletadas (Diário de campo da pesquisa, 1º dia de visita à sede do CELLOS).

O trecho acima, registrado no diário de campo da pesquisa, evidencia a localização, a arquitetura e os detalhes de decoração da sala designada para hospedar a sede do CELLOS. Para todos os fins, devemos esclarecer que o endereço do local se encontra disponibilizado para o acesso do público geral no próprio site oficial da organização ([cellosmg.org.br](http://cellosmg.org.br)); por isso, quando falamos da sede do CELLOS, estamos falando de um local físico onde tanto voluntários, membros e pessoas da comunidade LGBT+ quanto a sociedade em geral podem visitar e/ou procurar para receber algum atendimento mais específico. Dessa forma, é possível perceber, primeiramente, que a sua localização se encontra em um ponto distintamente central, próximo ao cruzamento de duas grandes avenidas que cortam a cidade (Avenidas Amazonas e Afonso Pena) e, também, próximo ao monumento do obelisco da Praça Sete de Setembro, que sinaliza esse famoso cruzamento, cuja história o coloca como local de grandes manifestações sociais por reivindicação das mais diversas pautas.

**Figura 3:** Vista da sacada da sede do CELLOS-MG



**Fonte:** arquivo pessoal da pesquisadora.

Na Figura 3 apresentada, temos a vista da sacada da organização em direção ao cruzamento das avenidas e do monumento histórico, que não se encontra visível na foto devido à interferência da construção do prédio logo à frente. Ainda assim, notamos como a mera escolha da localização atual da sede do CELLOS-MG constitui um enunciado importante, uma vez que, para Foucault (1969 [2008]), um enunciado pode ser uma letra, um gráfico, um desenho arquitetônico e até mesmo a geografia espacial e política em que se localiza a sede da organização que busca representar o movimento LGBTQ+ da cidade e do estado.

Este enunciado está relacionado ao ponto estratégico da localização da sede. De acordo com Nascimento (2017), o local hoje conhecido como “Praça Sete” não foi originalmente concebido como uma “praça” na acepção tradicional do termo, dado que se trata do cruzamento das avenidas Amazonas e Afonso Pena e das ruas Rio de Janeiro e dos Carijós. Seus espaços de convivência estão situados nas margens do cruzamento, resultado do posterior fechamento



dos quarteirões entre as ruas que as conformam, liberando o trânsito de veículos somente para as avenidas (NASCIMENTO, 2017). Assim, no ponto central da Praça, “localiza-se um importante marco histórico e simbólico da cidade” na forma do obelisco popularmente conhecido como “Pirulito”, que se trata de um “monumento histórico comemorativo do Primeiro Centenário da Independência do Brasil” cuja pedra fundamental foi “lançada no dia sete de setembro de 1922 no centro da”, então, “Praça 14 de Outubro, data da criação da Comissão de Estudos das Localidades Indicadas para a Nova Capital, que, em função da efeméride, teve seu nome alterado, passando a se chamar Praça Sete de Setembro” (NASCIMENTO, 2017, p. 1). Desde então, segundo a autora, o “Pirulito” da Praça Sete se tornou um marco arquitetônico para a cidade, funcionando como uma referência importante para os belo-horizontinos, demarcando o hipercentro e sendo palco de acontecimentos e manifestações sociais históricas. Por isso, a escolha da localização da sede do CELLOS, próximo a esse importante marco geográfico, político e social, pode ser considerada um enunciado histórico-geográfico que remete tanto às disputas políticas historicamente travadas no local (que é, também, um dos pontos que a Parada LGBT percorre) quanto à facilidade do acesso de um local fixado no hipercentro da cidade.

Não é todo mundo que mora perto, não é todo mundo que mora no centro de BH. A sede é no centro de BH de forma estratégica, porque facilita o encontro de todo mundo, tanto voluntário- quando a gente faz as formações, geralmente a gente inicia as formações na nossa sede. Depois, de acordo com as demandas, a gente vai tentando espaços públicos para poder realizar as formações. Alguns prédios, mesmo o CRJ, para poder fazer alguns encontros. Porque, às vezes, a demanda é muito grande. Já teve situação da gente conseguir reunir em torno de 80 voluntários para a Parada, para a preparação da Parada. É um número expressivo e é muito complicado- a nossa sede, como você pode conhecer, é um espaço pequeno, é uma sala. Então, a gente conseguiria reunir ali em torno de 20-25 pessoas, desconfortável, mas conseguiríamos reunir. Mas, com o espaço maior, a gente consegue fazer uma amplitude maior com roda de conversa e facilita- grupos de trabalho e tal (Cleiton, atual presidente da gestão do CELLOS-MG).

Conforme a fala do presidente, a escolha do local da sede segue um critério de acessibilidade na localização, uma vez considerada a importância colocada na facilidade de acesso da entidade a todos os interessados em procurá-la, em particular os voluntários que recebem o treinamento para atuar na Parada LGBT. Adicionalmente, o presidente reconhece a limitação do espaço para acomodar os voluntários em treinamento, sublinhando o fato de que a escolha da sede parece ter sido movida, principalmente, pelo critério mencionado. Por isso, a escolha pela sede próxima ao ponto histórico e geopolítico pode ser considerada um enunciado em si.

Em segundo lugar, é viável considerar como um dos elementos que compõem esse enunciado histórico, também, a distância mantida entre o andar onde a sede se localiza (22º andar) e o nível do térreo, onde se encontra o acesso à portaria do prédio, à avenida e às pessoas.

[...] por exemplo, nós tivemos uma invasão da sede no ano passado. Arrombaram a porta da sede e simplesmente arrombaram, quebraram a porta, não mexeram em mais nada, e nós não conseguimos identificar quem era, porque o sistema do circuito de câmeras do prédio só funciona no hall principal e não pega os corredores- então, aí nós ficamos com o prejuízo de quase mil reais para consertar, porque a porta tinha que ser uma porta idêntica à que já estava lá. Então, nós tivemos que fazer a reconstrução da porta, porque, como é um prédio tombado, não se pode mudar nada. A fechadura... nós tivemos que implantar uma fechadura tetra-chave, que era mais segura, porque a outra fechadura já não tem como mais utilizar. Repaginação e pintura da porta... enfim, isso ficou caro, porque tivemos que arrumar uma pessoa- tipo aleatória- porque nem deu tempo de fazer pesquisa de preço, para a execução do serviço, porque a sede não podia ficar lá aberta. Então os meninos ficaram lá a noite inteira de vigília. O [membro] e o [membro]... e, assim, isso deu um pouco de medo, também, na gente, sabe? Um alerta, assim (Cleiton, presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

Neste relato, faz-se evidente como o CELLOS, enquanto sujeito coletivo, vê-se, a todo momento, obrigado a negociar as demandas de exposição da organização, com os riscos que esta exposição acarreta. Ao relatar um episódio de vandalismo na porta da sede, o presidente chama a atenção para os valores envolvidos no conserto da porta que foi vandalizada, ao mesmo tempo que relata a sensação de medo que esse episódio incutiu em toda a diretoria da entidade, principalmente pelo fato de que não foi possível identificar o(a) responsável por isso. Nesse caso, podemos observar como o fato da sede se localizar no 22º andar, tão distante do andar térreo e do fluxo de pedestres, considerando que o acesso ao prédio é público, ainda assim não impede que a organização seja vítima de ações que possam trazer riscos à integridade do local e aos membros que ali frequentam. Por isso, tanto a proximidade do marco arquitetônico e do hipercentro da cidade quanto a distância relativa ao nível térreo, ao nível “da rua”, demonstram o delicado posicionamento estratégico no qual o sujeito coletivo CELLOS se equilibra a todo instante.

Além da sua localização, temos que a sede do CELLOS comporta a presença tanto de membros associados, na eventual realização de reuniões, quanto de voluntários para o atendimento às demandas da comunidade:

A gente está na sede de uma instituição que tem 20 anos. As pessoas vêm aqui, né? Sentam aqui para conversar, e isso é muito rico para a gente. Eu acho que isso tanto ajuda a gente também na nossa parte do projeto, né? Porque a nossa vivência, nossa sabedoria também... são trocas de vivência. Se eu estou trocando com alguém, eu estou ficando mais, vamos dizer assim... não vou dizer a palavra “sábio” né? Mas vamos dizer assim, eu estou adquirindo mais experiência também para ajudar na execução do projeto. Então é muito bom estar aqui por causa disso. Estar com a porta

da sede aberta, estar com a porta do CELLOS aberta para quem quiser chegar mesmo, isso é muito importante, isso vai além do projeto, né? (Sann, estagiário do projeto “Conexão das Cores”).

É muito legal quando a gente pensa na sede enquanto espaço aberto e as pessoas que vem aqui e as pessoas que a gente consegue conhecer, as pessoas que a gente consegue dialogar e isso vem acrescentar muito, porque a gente aprende para a gente desaprender. Acho que na academia a gente aprende alguns formatos, algumas coisas enrijecidas, e aí a prática nos possibilita desaprender e reaprender e construir muito dos conhecimentos, sabe? Então, eu acho que esse diálogo- e, assim, o CELLOS enquanto essa instituição que é aberta e que procura ter esse diálogo constante com a comunidade, vem muito a agregar (Polly, estagiária do projeto “Conexão das Cores”).

No caso, as pessoas atualmente presentes para o atendimento na sede são, também, contratadas por edital para a execução do projeto “Conexão das Cores”, que está sendo desenvolvido pelo CELLOS-MG por meio da captação de verba parlamentar destinada para execução de projetos sociais junto ao gabinete do deputado federal Patrus Ananias (PT). Isso significa que, atualmente, durante os períodos que os estagiários passam na sede na execução de suas tarefas relacionadas ao projeto, eles também realizam o atendimento das demandas eventuais das pessoas que visitam o local.

Já havia sido dito antes, por parte tanto do presidente, quanto do vice presidente, que a sede do CELLOS se encontraria aberta para realizar atendimentos a comunidade durante algumas horas do dia. Não chegou a me ocorrer que esses atendimentos fossem realizados pela mesma equipe de estagiários contratada para participar do único projeto em andamento, chamado "Conexão das Cores". No entanto, foram os estagiários presentes os responsáveis pelo acolhimento da visitante naquele dia, que chegou à procura da cesta básica que vem sendo oferecida pela organização para os membros da comunidade que se encontram em situação de vulnerabilidade social decorrente dos efeitos da pandemia (Diário de campo da pesquisa, 2º dia de visita à sede do CELLOS-MG).

Conforme o relato reproduzido do diário de campo da pesquisa, a presença dos estagiários na sede possibilitou o atendimento das demandas presenciais que eventualmente chegam à entidade, assim como a distribuição de cestas básicas para indivíduos cadastrados, fruto de uma ação realizada pelo CELLOS-MG que visou à expansão dos serviços oferecidos à comunidade face a dificuldades enfrentadas durante a pandemia. Neste trecho, o presidente elabora um pouco mais a respeito desta ação:

o CELLOS não tem o perfil social, no campo assistencialista, né? O CELLOS tem o perfil social político. O compromisso e o comprometimento com a comunidade de forma política, que é a busca por direitos, a luta pelas causas através de ações de *advocacy in loco* e, também, de um modo geral, as participações sociais efetivas nas ruas em busca de direitos e de oportunidades. Só que entendendo- nessa pandemia, entendendo a necessidade e a dificuldade da nossa comunidade acerca dos enfrentamentos pela pandemia nós conseguimos uma parceria- utilizamos o nome do CELLOS, que hoje tem um peso muito grande e fizemos a inscrição num edital

público-privado com a Anglo(Gold), para realizar a- na verdade, eles estavam fazendo (o edital) para fazer a distribuição de cestas básicas e nós conseguimos arrecadar 147 cestas básicas, essas que foram distribuídas para diversos pontos e diversas pessoas com cadastro previamente feito que nós lançamos edital. Nos organizamos, fizemos plantões para fazer a entrega dessas cestas básicas e, até hoje, nossos diretores- conseguimos atender a demanda de alguns, né? E, também, de boa parte da nossa comunidade, que naquele momento mais oportuno precisava do alimento na mesa. E, assim, foi um trabalho sensacional. Diferenciado e sensacional. Eu falo que a gente poder levar a mesa o pão daquele que necessita é muito gratificante (Cleiton, presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

A fala do presidente deixa claro que a entidade, apesar de não ter como objetivo principal de sua constituição a distribuição de alimentos e outros recursos para a comunidade LGBTQ+, propôs-se a participar de um edital junto a um ente privado para a captação e distribuição de cestas básicas para indivíduos da comunidade LGBTQ+ previamente cadastrados pela organização. No entanto, como verificamos com os trechos acima e a fala de Munish, em seguida, tanto o atendimento presencial quanto a distribuição das cestas básicas somente puderam ser viabilizados com o auxílio dos recursos financeiros adquiridos em editais que custeiam as horas que os estagiários se encontram na sede e que custearam a compra das cestas básicas.

Esse é o mundo ideal, né? Mas como a gente não tem grana para pagar uma pessoa lá para ficar sempre, o CELLOS não fica aberto. Mas as pessoas acabam conseguindo o telefone de alguém da diretoria e ligam, entram em contato, entendeu? E mesmo na comunidade, as pessoas conhecem o CELLOS. Então, às vezes, acionam alguém da comunidade de Belo Horizonte, ou até de outro município e acabam acionando a gente. E aí a gente fala, “procura tal coisa assim e assim”, “fala com tal pessoa”, ou “vai em tal lugar assim e assado”, de acordo com o que está acontecendo, entendeu? (Munish, membro ocupante do Conselho de Ética na atual gestão do CELLOS-MG).

Quando a gente assume o papel na diretoria do CELLOS, eu tenho que entender que eu não vou receber para estar ali e que muitas das vezes será necessário que eu pague para estar ali. Porque para a gente continuar a nossa luta a gente tem que manter o nosso espaço, a gente tem que manter as nossas obrigações de pagar o aluguel, água, luz, telefone, que muitas das vezes, hoje isso tudo é custeado pelo projeto. Mas nem sempre a gente tem um projeto escrito, nem sempre a gente tem uma verba empenhada para execução e sem contar que todo o processo é muito burocrático. Esse projeto que está sendo executado agora foi um projeto que foi escrito em 2019, não era nem a minha gestão... no início da escrita desse projeto. Então, assim, é todo um processo muito burocrático. Em 2019... a verba ficou empenhada esse tempo todo, veio a pandemia, veio essa situação toda- governo federal, como você sabe, extremamente contrário aos nossos ideais, aquilo que pensamos, aquilo que construímos com o desmantelamento, o desmonte de políticas públicas para a nossa comunidade (Cleiton, presidente da gestão atual do CELLOS-MG).

Adicionalmente, a entidade precisa arcar com outras despesas, além do pessoal responsável pelo atendimento, conforme a fala do presidente acima. Por isso, torna-se importante a compreensão da questão relativa aos recursos financeiros que mantêm o

funcionamento contínuo da entidade, uma vez evidenciado que, para que a organização possa se manter em operação, é necessária a disposição de recursos que serão empenhados no pagamento do aluguel da sala que é utilizada como a sede, assim como dos serviços de água, luz, telefonia, *internet* e outros insumos de limpeza, material de escritório e afins. Dessa forma, devemos nos voltar para o estatuto da organização, que versa sobre o *status* jurídico da entidade e propõe a obtenção e distribuição desses recursos conforme as normas estipuladas a seguir:

### **CAPÍTULO I**

#### **DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS**

Art. 1 – O CELLOS/MG – Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais, também designado pela sigla, CELLOS/MG, fundado em 9 de março de 2004 é uma associação, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado [...].

[...]

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ADMINISTRAÇÃO**

[...]

Art. 28 – As atividades dos diretores e conselheiros, bem como as dos associados, serão inteiramente voluntárias, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Art. 29 – O CELLOS/MG não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 30 – O CELLOS/MG se manterá através de contribuições dos associados, doações e outras atividades, sendo que essas rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional (Estatuto de Associação do CELLOS-MG, 3 de agosto de 2017, p. 1, 2, 4).

Nestes trechos do Estatuto de fundação do CELLOS, é possível perceber a caracterização da entidade como uma “associação sem fins lucrativos”, de acordo com a Lei n.º 9.790, de 23 de 1999, que “dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público” (OSC), instituindo as condições de estabelecimento das OSC e outras providências (BRASIL, 1999). Isso significa que, em linguagem jurídica, o CELLOS se estabelece como uma instituição não comercial, não lucrativa, ficando vedada à organização a realização de qualquer atividade que gere lucros, garantindo, conforme disposto nos artigos 28 e 29 do Estatuto, que as posições ocupadas pelos membros sejam exercidas de forma voluntária e sem a expectativa de distribuição de resultados ou dividendos. Conseqüentemente, o artigo 30 do Estatuto dispõe que a organização será mantida por meio de contribuições realizadas pelos associados, doações de terceiros e outras atividades de captação de fundos, que devem ser aplicados integralmente na própria organização, de forma a manter o seu funcionamento. Portanto, observamos como o Estatuto da organização dispõe a respeito do seu *status* jurídico, do serviço voluntário de seus membros associados e das formas que a captação de recursos pode tomar.

Não somente, a própria existência do Estatuto remete a um esforço de formalização do movimento social perante a perspectiva do Estado brasileiro, uma vez que a manutenção de uma sede, a constituição de um Estatuto de fundação, o registro da ata de eleição da atual diretoria em cartório e o registro de um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) são requisitos estipulados pela Lei n.º 9.790 para a formalização do *status* de uma “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público” (BRASIL, 1999).

[...] Porque é muito difícil, o CELLOS é uma das poucas entidades, hoje... não sei se do Brasil, mas de Minas com certeza, que é reconhecida, que é legalizada, que tem o seu estatuto, seu CNPJ. Porque o equívoco que muitos novos militantes e essa nova geração pensou- foi de achar que não precisava se institucionalizar. Por que que isso é grave? Por que que isso é problemático? Porque, por exemplo, você vai fazer uma ação em qualquer órgão da gestão pública, você precisa do CNPJ, você precisa estar institucionalizado. Não adianta. Por exemplo, para você concorrer a um projeto, você só pode concorrer se você tiver um CNPJ, se você estiver em dia com as obrigações fiscais, trabalhistas, contábeis, etc. etc. E na informalidade, gente, isso não existe, né? Você acaba ficando, como eu estou falando, na informalidade mesmo. E, infelizmente, aí assim- aí todo mundo fala “mas só o CELLOS que...” - aí, por exemplo, a gente está aí com um projeto que a gente fez via ministério da mulher e dos direitos humanos, com a Damares, mas, por conta disso, porque nós somos uma das poucas entidades que tem tudo regularizado, tudo certinho. Com a institucionalização, com tudo dentro dos conformes, porque é uma exigência legal, gente. A gente não tem como fugir muito disso. Então, outras entidades poderiam participar do processo de disputa de...? Poderiam, mas não atendem os critérios. E aí o que que acontece? A gente fica sempre com os mesmos, né? (Azilton, vice-presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

A fala do vice-presidente expõe os motivos que levaram a organização a se institucionalizar, a declarar formalidade na sua atuação perante o Estado. Para Azilton, o CELLOS, enquanto movimento social, somente consegue se posicionar frente ao poder público, em suas esferas nacional, estadual e municipal, pois se encontra devidamente formalizado, com “os documentos em ordem”, cumprindo os requisitos estipulados pela Lei 9.790 para o funcionamento das OSC. Isso significa, em termos foucaultianos, que o sujeito coletivo CELLOS somente pode se inserir, de forma legítima, na ordem do discurso uma vez cumpridos os critérios que tornam o sujeito coletivo apto a ocupar uma posição estratégica, uma posição de enunciação, nos jogos de poder-resistência travados entre a entidade e os representantes do poder público (FOUCAULT, 1970 [1999]; 1977 [2006a]).

E manter a casa em ordem, porque senão a gente fica inadimplente. A gente não pode, às vezes- arrecadar- a gente não pode, às vezes, ter um CNPJ inativo e tudo isso é importantíssimo nesse papel que o CELLOS tem de controle social, de participação em conselhos, de participação em fóruns e eventos. Ter uma entidade com o CNPJ ativo é muito importante e necessário para você participar dessas ações de direito e de fato. Senão, você fica participando de fato, mas de direito, com a entidade, você acaba não tendo essa possibilidade. Como nós temos muitos no movimento LGBT mais

recente. Não tem uma preocupação com uma entidade, com uma instituição, mas tem uma preocupação com o movimento, de fazer uma ação política, uma ação social, de convencimento, né? Mas não tem uma entidade, uma organização- não sei se estou me fazendo entender. De uma organização que a pessoa se envolve e que está ali por trás assinando, assumindo os riscos. Quando a gente organiza a Parada, ótimo, linda a Parada. Mas, se não tiver uma entidade, com CNPJ, que se responsabiliza junto ao poder público, junto às forças de segurança, os órgãos de fiscalização- uma entidade sem CNPJ, as coisas ficam mais difíceis. Porque a nossa sociedade exige isso. A burocracia exige uma entidade que esteja plena nos seus poderes para agir e representar e assinar os seus convênios com a prefeitura e com que órgão for- e aí não dá para ser um ativista. Normalmente é uma entidade que faz esse tipo de convênio com o poder público. [...] E eu não quero dizer que um é melhor ou pior do que o outro. O que eu estou dizendo é que são diferentes e na sociedade que a gente vive- a gente vai precisar em alguns momentos dessas entidades regulares, vamos dizer assim, perante os cartórios, com o seu CNPJ, para poder assinar convênios, assinar determinados tipos de parcerias. E para isso a entidade tem que estar ativa, tem que estar com o seu CNPJ em dia, tem que ter apresentado todos os documentos para a Receita Federal e tem que estar em dia para poder fazer esse tipo de trabalho. E aí é um trabalho importante, também, um trabalho necessário, mas, como eu disse, no meu ponto de vista, a militância social, a ação social ela é mais prazerosa, ela é mais instigante, ela mobiliza mais as pessoas (Álvaro, tesoureiro da atual gestão do CELLOS-MG).

Conforme a fala de Álvaro, a organização necessita preencher certos requisitos para manter o cadastro de pessoa jurídica (CNPJ) ativo junto à Receita Federal, órgão máximo de fiscalização tributária do poder público federal, a fim de manter, também, o seu *status* de OSC. A manutenção de uma entidade com cadastro ativo, segundo o tesoureiro, permite que o CELLOS se inscreva em editais de captação de recursos, organize e seja responsável juridicamente pela Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte, além de permitir a atuação de seus membros associados junto a instâncias governamentais, como ocupação de cadeiras consultivas em órgãos, conselhos e secretarias. Isso significa, em termos foucaultianos, que não basta somente ocupar legitimamente a posição de enunciação do sujeito reservada a uma OSC; é preciso, também, a todo momento, manter essa posição por meio de ações que garantam o cumprimento dos critérios exigidos pela Lei, elaborada pela instância legislativa do poder público (FOUCAULT, 1969 [2008]). Ou seja, para que a entidade possa se posicionar estrategicamente nas disputas políticas e na defesa das pautas, é necessário que ela se submeta constantemente aos dispositivos jurídicos de poder elaborados e postos em operação pelo próprio Estado, num intrincado jogo de poder-resistência no qual o sujeito coletivo CELLOS se encontra inserido (FOUCAULT, 1977 [2006a]).

A exemplo disso, temos o caso da reformulação do Estatuto de fundação da entidade, que, em 2017, foi atualizado de modo a realizar a troca de endereço da sede antiga para a atual, que necessita constar no Estatuto, conforme determinação da Lei nº 9.790 (BRASIL, 1999).

O estatuto do CELLOS já previa isso lá atrás. Mas claro que, durante 20 anos- a última reforma estatutária que a gente fez deve ter uns 3-4 anos agora, desde o estatuto original. Então essa institucionalização, essa estruturação dele já vem de lá. Porque a gente já entendia que isso era necessário, com as atribuições e cargos bem definidos, sabe? Então, nós, hoje, somos constituídos por 6 cargos de direção, um conselho fiscal e o conselho de ética, que, assim, não é previsto estatutariamente, mas do ponto de vista político, social, ele é necessário, então ele é constituído. Nos dois conselhos cada um tem 3 membros. Os 3 cargos, você tem a presidência e a vice-presidência, você tem o primeiro tesoureiro e o segundo tesoureiro, o primeiro secretário e o segundo secretário. Esses 3 são os cargos diretores da entidade. Os conselhos estão, mais ou menos em número de 3 também, e tem o conselho fiscal que é o mais importante, e aí o conselho de ética é mais- por exemplo, o [nome do membro] é do conselho de ética, porque ele é um membro fundador, ele não quer ter atribuições, ele quer mais ficar no ponto de vista da política. Porque o conselho de ética, ele é praticamente- ele só atua se houver uma- ferir muito radicalmente o estatuto, as normas, os princípios da entidade, porque na história do CELLOS eu não me lembro de ter acionado o conselho de ética, assim... (Azilton, vice-presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

Além do endereço da sede, o Estatuto também consta com a disposição e a descrição das instâncias administrativas da entidade, outro requisito imposto pela Lei 9.790, que regulamenta as OSC (BRASIL, 1999). Isso faz com que seja obrigatória a composição de um corpo diretivo para gestão da organização, além de ser necessária a realização de eleições periódicas que, por sua vez, devem ser referendadas em ata assinada pelos membros e registrada em cartório (BRASIL, 1999). Dessa forma, temos que o Estatuto do CELLOS prevê a administração da entidade por parte de três instâncias: a Assembleia Geral, a Diretoria e o Conselho Fiscal.

### **CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 11 – O CELLOS/MG será administrado por:

I – Assembleia Geral;

II – Diretoria; e

III – Conselho Fiscal

Art. 12 – A Assembleia Geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 13 – Compete à Assembleia Geral:

I – eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;

II – destituir os administradores;

III – apreciar os recursos contra decisões da diretoria;

IV – decidir sobre reformas do Estatuto;

V – conceder o título de associado benemérito e honorário por proposta da diretoria;

VI – decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;

VII – decidir sobre a extinção da entidade;

VIII – aprovar as contas;

IX – aprovar o regimento interno.

(Estatuto de Associação do CELLOS-MG, 3 de agosto de 2017, p. 2).

De acordo com o trecho do Estatuto revelado acima, a Assembleia Geral é composta por todos os membros associados da instituição, cabendo à Assembleia decidir sobre a



composição da Diretoria, além de outros direitos e deveres associados à gestão da entidade, incluindo a decisão a respeito de reformas no Estatuto, concessão de títulos/aprovação de filiação de novos membros, decisão sobre bens patrimoniais e aprovação de relatórios contábeis. Ainda, a participação nas eleições para os cargos de diretoria consta como uma das atribuições principais da Assembleia, sendo requerida por meio de convocação formal, a cada dois anos, conforme Art. 17 do Estatuto, que prevê o tempo de mandato da Diretoria e veda a tentativa de mais de uma reeleição para os ocupantes dos cargos. Dito isso, o Estatuto da entidade também dispõe e descreve os cargos que compõem a Diretoria, entre os Artigos 20 e 28, elencando as funções conforme a ordem hierárquica: 1) presidente; 2) vice-presidente; 3) primeiro secretário; 4) segundo secretário; 5) primeiro tesoureiro; 6) segundo tesoureiro; e 7) os três membros integrantes do Conselho Fiscal; somando nove (9) membros como parte do conselho diretivo. Assim, juntos, os membros constituintes da Assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal se encontram como responsáveis jurídicos pela administração da entidade, conforme documento registrado e seguindo as determinações da Lei nº 9.790 sobre as OSC.

No entanto, a fala de Azilton no trecho acima revela a existência de um segundo conselho, na forma do Conselho de Ética, que não se encontra registrado formalmente no Estatuto, porém atuante e presente nas chapas que compõem as eleições para a Diretoria de cada mandato.

Desde quando eu entrei já era nesse formato. O conselho- os conselhos de ética e o conselho fiscal- na verdade mais o de ética, que foram cargos que foram criados acerca de uma necessidade, assim, de um entendimento mesmo. Por exemplo, caso haja alguma situação relevante, né? O conselho de ética senta e discute e depois leva para o corpo diretivo para ser tomada a decisão- ou de solicitação de saída do membro, ou de uma situação assim. Mas, geralmente, a construção desse organograma é feita, assim, pelo presidente, do vice-presidente, acompanhado pelo tesoureiro e o vice-tesoureiro, dois secretários, o primeiro secretário e o segundo secretário e aí vem os conselhos de ética e conselho fiscal. Basicamente, a estrutura é essa, formado por 3 membros cada um. Aí daria um total de 12 pessoas à frente da diretoria (Cleiton, presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

A gente sempre valorizou- de que nesses movimentos sociais, em alguns momentos podem ter excessos, na nossa história, de um outro militante. E quando há esse excesso, que envolve 2, 3 militantes, nada mais adequado do que ter uma comissão, um grupo de pessoas mais isento para poder discutir, avaliar, mediar o conflito. Então, ele é uma instância recursal, uma instância para mediar esses conflitos. Se alguém do conselho de ética está envolvido em determinado conflito, ele já é suspeito, ele não participa da mediação. Mas, normalmente, quando tem algum caso, então a gente encaminha para esse conselho, que ele analisa, que ele discute, que ele referenda. Então, ele é muito mais um órgão mediador de conflitos, e aí a gente chama de conselho de ética, por quê? Porque a ação vai ser analisada a partir da ética que nós temos na nossa entidade, como militantes, como celistas, à luz do nosso estatuto que a gente tem. Então, tem o conselho de ética. Ele não está previsto no estatuto, mas a gente tem muito mais politicamente do que juridicamente. Mas a gente faz eleição do conselho de ética junto com a eleição do conselho fiscal e da diretoria, consta em ata,

enviamos para o cartório para registro, com todas as assinaturas, porém ele não é uma exigência estatutária, ele é muito mais uma afirmação política (Álvaro, tesoureiro da atual gestão do CELLOS-MG).

De acordo com os trechos acima, o conselho de ética é composto por três (3) membros associados, mesmo número de militantes que representam o conselho fiscal, totalizando a composição da Diretoria de cada mandato em doze (12) membros militantes, somados os cargos individuais e os de conselhos. Ainda assim, a sua disposição e descrição de atribuições não constam no Estatuto fundante da organização, conforme evidenciado, mesmo que seja um conjunto de cargos considerado parte da estrutura formal das eleições, atuante no dia a dia da organização. Por isso, vale ressaltar a forma como se deu o seu surgimento que, conforme os relatos acima, encontra-se relacionada a demandas de ordem ética no cotidiano de operações da organização, como disputas políticas, condutas inapropriadas, processos de desligamento, entre outros. No entanto, quando questionados, os membros militantes entrevistados não souberam relatar casos de exemplo em que o Conselho de Ética tenha sido acionado para intervenção em qualquer tipo de disputa ou de conduta inapropriada identificada entre os membros. Desse modo, a existência dos cargos no Conselho de Ética aparenta guardar uma função adicional, além da descrição informal de operação oferecida pelos membros militantes.

[...] Os conselhos estão, mais ou menos em número de 3 também, e tem o conselho fiscal que é o mais importante, e aí o conselho de ética é mais- por exemplo, o [nome do membro] é do conselho de ética, porque ele é um membro fundador, ele não quer ter atribuições, ele quer mais ficar no ponto de vista da política (Azilton, vice-presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

As pessoas se prontificam, sabe? Na época da eleição se formam as chapas e nas chapas as pessoas se prontificam. A diretoria anterior convoca os membros e fala “ó, vamos ter eleição”- o último presidente não queria ser mais presidente, então ele falou “olha, eu não quero sair mais [como candidato] e tal... e essa chapa, tem alguém que tem vontade? Como é que é?”. E, ali, é colocado para a militância, que está formando... se as pessoas querem formar chapa. E aí as chapas são apresentadas para a diretoria de acordo com o regime interno do CELLOS e, no dia da votação, os militantes que são associados votam na chapa e a chapa que tem a maioria dos votos ganha. Mas é cada pessoa que entra já diz assim- quer dizer, da última vez eu já disse assim “olha, eu não posso estar mais nessa questão de organização de festa, ou alguma coisa assim, porque eu estou com uma demanda alta, mas eu posso ficar no conselho de ética”. Porque aí é uma coisa tranquila para mim. Mas as chapas já saem com os nomes, porque aí é uma coisa eleita e não depois vai ver quem faz o quê. As chapas já saem com os nomes e o que eles vão fazer (Munish, membro do Conselho de Ética da atual gestão do CELLOS-MG).

Assim como relatado por Azilton anteriormente e, agora, pelo próprio membro do Conselho de Ética, podemos perceber que, entre os cargos disponíveis para serem ocupados no organograma da Diretoria, aqueles pertencentes ao Conselho de Ética são os que se encontram

menos formalmente definidos e os que exigem menos dos membros militantes, em termos de dedicação de horas de trabalho, de participação, de envolvimento no cotidiano da organização. Dessa forma, averiguamos como estes cargos se encontram ocupados por membros militantes mais “antigos”, mais experientes, que não desejam envolvimento contínuo com a organização, mas que estejam interessados e disponíveis para serem ouvidos, como no caso do membro fundador citado pelo vice-presidente; ou por aqueles membros militantes que, por sua experiência e dedicação ao movimento, não desejam deixar de vez a entidade, mas que não possuem disponibilidade para ocupar cargos mais exigentes na atualidade, como no caso de Munish. Isso faz com que, em termos foucaultianos, o sujeito coletivo do CELLOS se organize internamente de tal forma que preencha os requisitos para a ocupação da posição legítima de sujeito de enunciação enquanto uma OSC, ao mesmo tempo que, internamente, haja uma pressão, um tensionamento, na forma de não conformação com as regras, de não formalização de um conjunto de cargos que são importantes na organização e são exercidos por membros militantes experientes (FOUCAULT, 1969 [2008]). Este ponto se torna ainda mais relevante especialmente quando consideramos a forma como as decisões são tomadas pela Diretoria da entidade:

[...] Mas nenhuma decisão, nenhuma decisão dentro do CELLOS é tomada pela perspectiva, somente, do presidente. É tomada em conjunto, é um corpo diretivo no qual, ali, somos- todos nós temos voz para opinar e para discordar daquilo que acharmos conveniente e pertinente. Acho que cheguei a te falar que eu ia passar para o corpo diretivo [a sua proposta de pesquisa] - então sempre- a gente tem esse respeito e aí, pela democracia, conforme as demandas vão surgindo, é aberta a votação mesmo. E aí, independente, por exemplo, nós somos 12 pessoas. Se 7 pessoas concordam, automaticamente já é voto vencido os demais votos. Não que não seja considerada a opinião e levado em conta o que eles pensam acerca do assunto a ser tratado, mas que, pela democracia, é o conjunto, então é dessa forma que funciona. Tem situações e tem demandas que não dá para levar para o corpo diretivo e a gente já toma as iniciativas e as tratativas e já comunica o grupo da tratativa que foi realizada, (sobre) determinado tipo de assunto. Mas que, muitas das vezes, já foram discutidas previamente, entradas em acordo previamente (Cleiton, presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

[...] Essa diretoria formal tem um poder de decisão, mas esse poder de decisão, nos últimos anos, nos últimos mandatos, ele é compartilhado com o que a gente chama de Diretoria Ampliada. Nessa diretoria ampliada, nós temos diversos outros militantes que participam do CELLOS há mais tempo e que contribuem nas tomadas de decisões do CELLOS. Então, nós da diretoria, dificilmente vamos tomar uma decisão e vamos falar “essa decisão está tomada por nós, e pronto e acabou”. A gente, quando vai tomar uma decisão, a gente envolve as outras pessoas, os outros militantes em momentos de reunião, de discussão. E aí não é todo mundo- os militantes que têm uma participação mais histórica na entidade, conhece um pouco mais da história da entidade, dos objetivos- e aí o que a gente delibera, o que a gente define, a figura do presidente do CELLOS chancela. Sei que, em alguns momentos, o presidente até não concorda plenamente com aquela decisão, mas sendo essa decisão tomada pelo coletivo, dessa diretoria ampliada- isso para nós tem um valor muito grande como entidade e o presidente, mesmo às vezes discordando de alguma coisa- ele normalmente referenda, ele chancela, ele apoia essa definição. Então, nós temos os cargos, que são os cargos

formais, previstos no estatuto, mas as nossas tomadas de decisão têm uma sensibilidade, uma audição, desses militantes, vamos dizer assim, dessa militância que tem na entidade. Mas a hora que tem que encaminhar, por exemplo, um documento para a contabilidade, é a tesouraria que vai fazer. A hora que tem que registrar uma ata de um assunto mais polêmico, de um assunto mais denso, é o secretário que faz da entidade. Então tem essas funções, essas tarefas, mas as decisões, as decisões políticas, os encaminhamentos, sempre a gente envolve um número maior de pessoas do que a própria diretoria (Álvaro, tesoureiro da atual gestão do CELLOS-MG).

Os relatos acima, tanto do presidente da organização quanto do tesoureiro, revelam um conjunto de normas informais que regem as tomadas de decisão dentro da organização. Nesse conjunto de regras, fica evidente como as decisões são tomadas por um conjunto de membros militantes, chamado de “Diretoria Ampliada”, seguindo os critérios de uma votação democrática por maioria simples (50% de votos + 1), apesar de a entidade contar com a existência de um organograma formal de cargos que obedecem a uma hierarquia proposta. Isso significa que os cargos de Diretoria dispostos no organograma seguem uma ordem de funcionamento própria até certo ponto, uma vez que as decisões são discutidas entre os membros associados que fazem parte dessa “Diretoria Ampliada” e votadas, de modo a serem sancionadas pelo presidente e postas em execução. Dessa forma, temos como a existência de cargos não dispostos no Estatuto e a forma como são tomadas as decisões dentro da organização “infringem” e, de certa forma, tensionam as normas estabelecidas pela Lei 9.790 que regulamenta as Organizações da Sociedade Civil (BRASIL, 1999). Logo, em termos foucaultianos, podemos argumentar que o sujeito coletivo do CELLOS, ao mesmo tempo que se encontra submetido aos dispositivos de poder e de controle postos em operação pelo Estado, preenche os requisitos e ocupa a posição de enunciação como OSC na ordem do discurso, assim como tensiona, resiste e exerce poder nesse intrincado jogo de relações de poder-resistência no qual se encontra envolvido com outros agentes do Estado (FOUCAULT, 1969 [2008]; 1977 [2006a]). Portanto, temos como o sujeito coletivo do CELLOS se organiza e se encontra inserido nas relações de poder-saber-resistência com os agentes do Estado, num movimento pendular de dispositivos de poder, ou seja, produz sujeitos e é produzido em retorno; exerce poder e tem poder exercido de volta, em movimentos contingenciais e localizados.

## VII. A PARADA LGBT DE BELO HORIZONTE

*“O CELLOS não é só a Parada não, a gente vai muito além disso!”*

Essas palavras, ou alguma variação delas, foram incansavelmente repetidas ao longo das *lives* realizadas pelo CELLOS-MG nos seus perfis sociais no período analisado e em outras situações também, como nas entrevistas que foram conduzidas para esta pesquisa. Repetidas à exaustão com o objetivo de lembrar os espectadores de outras atividades realizadas pelo CELLOS para além da viabilização da “Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte”, tais palavras, ao mesmo tempo, marcam a entidade como responsável única pela realização de um evento com enorme capacidade de mobilização de pessoas e de pautas políticas. Neste fragmento de enunciado, não somente o CELLOS encontra parte do seu *ethos*, da sua razão de ser, na realização da Parada, mas a Parada, também, passa a ser possível somente a partir das articulações da entidade. Logo, não é possível falar do CELLOS sem mencionar o seu papel principal de organizador do evento, desde a criação da entidade, em 2002, ao mesmo tempo que não é possível falar do evento sem mencionar a entidade que vem organizando-o nos seus últimos 20 anos.

**A Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte** ocorre desde 1998 e é considerada a maior manifestação popular de massa de caráter social do Estado de Minas Gerais e uma das mais antigas do país. É um evento sócio-político-cultural, onde a comunidade LGBT procura dar visibilidade ao movimento pela luta por direitos humanos (CELLOS, 2022).

A Parada LGBT de Belo Horizonte alcançou, em 2018, sua 21ª edição, reunindo um público de 150 mil pessoas na região central da cidade. O evento é promovido pelo Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS-MG) e correalizado pela Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e pela Belotur (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2022).

Conforme evidenciado em ambos os trechos, a “Parada LGBT de Belo Horizonte” é reconhecida como um evento de destaque, em sua grandeza e importância, tanto pela organização do CELLOS, quanto pelo poder público municipal, no papel da Prefeitura de Belo Horizonte. Caracterizada como uma marcha, ao mesmo tempo celebratória e de cunho político em torno de temáticas caras ao movimento LGBT+, as Paradas, como as conhecemos hoje, ganharam forma e sentido a partir de um acontecimento particular que se tornou referência para

os movimentos sexuais ocidentais contemporâneos: as revoltas de Stonewall, nos Estados Unidos da década de 1960.

Na noite do dia 27 de junho, 1969, a polícia de Nova Iorque invadiu o Stonewall Inn, bar homossexual localizado na Greenwich Village. Este feito não era raro: as invasões policiais de bares homossexuais eram comuns na cidade de Nova Iorque e em outras cidades americanas na década de 1960. Dessa vez, no entanto, os frequentadores do bar revidaram a investida truculenta ao invés de passivamente suportar o tratamento humilhante. A sua resposta deu início a uma revolta que durou a noite toda. As revoltas de Stonewall são tipicamente vistas como a fagulha inicial do movimento de liberação homossexual e um ponto de inflexão na história da vida gay nos Estados Unidos [...], e elas são comemoradas nas paradas do orgulho gay ao redor do globo (ARMSTRONG; CRAGE, 2006, p. 724, tradução própria).

Devido à atuação política das(os) ativistas presentes nas revoltas de Stonewall, na qual se destaca a figura de Marsha P. Johnson, ativista trans e preta, esse momento se concretizou como marco histórico dos movimentos de liberação homossexual no ocidente, sendo comumente referenciado como marcador entre duas épocas históricas: “pré-Stonewall” e “pós-Stonewall” (AMSTRONG; CRAGE, 2006), apesar de historiadores apontarem outros levantes homossexuais e outros momentos históricos que inspiraram a organização de ativistas LGBT+ anteriores aos levantes ocorridos em Nova Iorque (AMSTRONG; CRAGE, 2006).

Tal alcance e magnitude do evento podem ser constatadas na recontagem da história das paradas do orgulho LGBT ocorridas no Brasil, uma vez que “foi somente em 13 de junho de 1980 que aconteceu o que talvez possamos chamar de nosso Stonewall”, segundo Camargos (2018, p. 422). O autor reconta que o protesto contra o delegado Richetti, que promovia e coordenava ações de “limpeza social” nas ruas que compunham o “gueto” gay da cidade de São Paulo, reuniu cerca de mil pessoas, entre ativistas dos movimentos negro, homossexual e feminista da cidade. No entanto, a dura repressão protagonizada pelo regime ditatorial brasileiro contribuiu para o enfraquecimento e a extinção de grupos atuantes pelas liberdades civis, entre eles o Grupo Somos, que participou do ato contra Richetti à época, e o jornal Lampião, enfraquecendo o movimento homossexual, porém não o extinguindo completamente (CAMARGOS, 2018). Somente com a abertura democrática que o movimento homossexual foi capaz de organizar um ato mais semelhante aos moldes do que conhecemos, hoje, como “Parada do Orgulho LGBT”, em 28 de junho 1996, promovido pelo Grupo Corsa na Praça Roosevelt, na cidade de São Paulo (CAMARGOS, 2018). Na esteira desse movimento, apenas dois anos depois, em 1998, a primeira Parada do Orgulho LGBT toma as ruas de Belo Horizonte, com a ajuda de militantes que, depois, tornar-se-iam membros do CELLOS.

Nesse contexto, podemos perceber a intrincada teia de relações de poder-saber na qual movimentos pelos direitos LGBT+ se encontram inseridos atualmente. Surgindo como enunciado num acontecimento histórico, as revoltas de Stonewall fazem parte de um campo de formação discursiva e de um regime de verdade dos quais o elemento “parada do orgulho gay”, ou somente “parada”, também faz parte, tornando-se enunciados que compartilham margens, que referenciam um ao outro e cujos efeitos de verdade são produzidos em sua utilização, seja para resgatar um cunho político, de tensionamento, de enfrentamento e de resistência, ou seja, para se afirmarem como corpos e existências que resistem na sociedade atual. Dessa forma, a “parada” funciona como um enunciado em si mesmo, do qual os indivíduos envolvidos ou participantes do evento se dispõem não somente para se constituir, mas também para participar da trama de poder-resistência na qual estão inseridos, ocupando diferentes posicionamentos de sujeitos (FOUCAULT, 1969 [2008]; 1977 [2006a]).

Uma das formas utilizadas pelos sujeitos para se enunciarem está diretamente relacionada ao grande número de participantes atraídos para a Parada todos os anos, à possibilidade desses sujeitos encontrarem ecos de suas demandas entre outros sujeitos pertencentes ao mesmo grupo marginalizado e à possibilidade de se engajarem em um movimento social para que elas sejam atendidas. Isso se deve porque o número de indivíduos que comparecem a esses atos e a capacidade de tais indivíduos atraírem a atenção do poder público são as características definidoras das Paradas enquanto atos políticos de reivindicação pública. Em censo realizado durante a última edição presencial do evento, na “22ª Parada do Orgulho LGBT” de 2019, a Prefeitura de Belo Horizonte (2022), por meio do “Observatório do Turismo” ligado à Belotur, informou o comparecimento de 250 mil pessoas ao ato que percorreu as principais ruas do centro da cidade. Em termos comparativos, esse número equivale a aproximadamente 10% da população total residente da capital, segundo dados do IBGE (2021), tornando a Parada um evento bastante expressivo para a cidade em termos de público. Contando que a maioria desse público era composta de jovens até 30 anos (80,3%) e moradores de Belo Horizonte (58,3%), esse número se torna ainda mais relevante quando utilizado para efeitos de poder, pois representa uma grande parcela da população em idade votante comparecendo a um ato que, além de cultural, também é político.

A Parada de Belo Horizonte é denominada a 3ª maior parada do país, seguidas aí de Rio e São Paulo. Então essa credibilidade e essa- veio crescendo muito nesses últimos anos, tanto que eu lembro que no começo nós tínhamos aí uma perspectiva de 30 mil pessoas, 40 mil pessoas e hoje a nossa perspectiva já não é menor do que 200 mil pessoas nas ruas de Belo Horizonte no dia da Parada (Cleiton, presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

Tal fator descritivo do enunciado Parada é evocado justamente pela posição de sujeito do presidente da organização, responsável pela viabilização do evento, de modo a enfatizar a importância e o alcance do ato como espaço de manifestação política e cultural. Na sua fala, o presidente enfatiza a ordem de importância da Parada e o seu lugar entre os movimentos nacionais, de forma a exaltar o movimento e o trabalho feito pela organização para atrair cada vez mais participantes e cada vez mais atenção para as pautas que são levantadas durante o evento. Nesse jogo de poder, não espanta que a Parada seja um ponto de referência, seja um tipo de evento que cumpre o papel de um “despertar” político para que os sujeitos participantes abracem as pautas levantadas pelo movimento LGBTQ+ e passem a se juntar a uma organização que tem por objetivo a luta por direitos e cidadania para a comunidade à qual pertencem.

[...] mas eu iniciei no CELLOS em 2009 quando eu tive o primeiro contato com o CELLOS-MG. Foi quando eu fui vítima de violência urbana, onde eu- retornando da Parada LGBTQ de Contagem- eu tomei um tiro em um assalto. Um suposto “assalto”, entre aspas, digamos assim. E a partir daí começou a minha inquietação acerca de fazer algo pela nossa comunidade, através de alguma instituição, através de algum espaço público, através de alguma forma que eu pudesse me inserir dentro de um movimento de ativismo, para que eu pudesse fazer algo pela nossa comunidade. E aí eu conheci o CELLOS-MG em seguida, através do [membro do CELLOS], que é meu amigo, e comecei como voluntário, participando de voluntariado na Parada LGBTQ (de Belo Horizonte), conhecendo um pouco mais, participando das reuniões, dos cursos de formação e- eu falo- o CELLOS é um aprendizado constante na nossa vida, porque a cada momento é um momento único para você lá dentro (Cleiton, presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

Minha história com o CELLOS começou com a Parada. Na época tinha-se uma certa vergonha, um certo pudor para poder participar das Paradas, mas aí participando- a gente- na Parada a gente ouvia que o CELLOS organizava, que o CELLOS era isso, que o CELLOS era aquilo e um dia eu resolvi conhecer o CELLOS. E aí fui lá para conhecer, encontrei outras pessoas... achei que iria encontrar algo, assim, muito extraordinário, mas o que encontrei foi uma entidade buscando a formação, a discussão de temas ligados à sexualidade e aí eu gostei, porque eu me identifiquei e comecei a aprender muito, tendo uma discussão que eu não tinha no meio que eu vivia. Tanto no meio cultural, com as pessoas... e foi aí que eu comecei a me encantar com o CELLOS, a participar mais como voluntário e aí chegou um certo momento da filiação e eu estou até aí, hoje, militando com o CELLOS (Álvaro, tesoureiro da atual gestão do CELLOS-MG).

Em ambos os trechos, os sujeitos relatam a experiência de alguma forma de violência vivida prévia às suas participações na Parada, que os motivaram a procurar a organização por trás da realização do evento. No caso do atual presidente do CELLOS, a forma de violência sofrida foi um atentado à sua própria vida, similar aos muitos casos de violência cometidos contra pessoas LGBTQ+ que contabilizaram, somente em 2020, 237 mortes no total, sendo 22% desses casos de homens gays, segundo Relatório de Mortes Violentas de LGBTQ+, publicado



pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) (GASTALDI; MOTT; OLIVEIRA; AYRES; SOUZA; SILVA, 2021). Assim, o relato de Cleiton, na posição de homem cisgênero homossexual, demonstra os efeitos materiais de um discurso hegemônico que, em última instância, legitima todas as formas possíveis de apagamento da existência LGBTQ+ em sociedade. Conforme argumentado por Foucault ([1988] 2019), o recurso ao assassinato e aos atos de violência física contra esses sujeitos representam o “grau zero” das relações de poder, onde todo o espaço de liberdade para o exercício do poder cessa, deixando, em seu lugar, somente as ações de dominação. Em contrapartida, o relato do presidente destaca vias possíveis de resistência, seja na forma de adesão ao corpo de voluntários responsáveis pela realização da Parada como principal meio de mobilização de um movimento, ou na via de filiação ao CELLOS, enquanto um espaço de luta, resistência e inversão dos discursos hegemônicos.

Por outro lado, no caso do relato de Álvaro — também ocupando a posição de sujeito homem cisgênero e homossexual —, observamos uma forma sutil, porém não menos pervasiva, dos efeitos materiais do discurso de violência contra a população LGBTQ+, demonstrado no apagamento e no constante silenciamento sobre as próprias existências e as questões que permeiam as vidas desses indivíduos. Álvaro relata encontrar, no ato da Parada, um espaço e uma organização não somente interessada em promover discussões acerca das sexualidades naquele momento do ato político e cultural, mas também em todos os outros momentos de atuação do movimento. Para o sujeito, encontrar aquela organização e aquele espaço que começou no evento da Parada possibilitou a expansão do seu modo de vida, maior conhecimento sobre si, de cuidado de si no ato de reconhecer a sua própria sexualidade e a oportunidade de atuar politicamente em prol da comunidade à qual se identifica (FOUCAULT, 1984 [2006b]). Dessa forma, a Parada constitui um espaço de introdução a discussões a respeito de suas existências, promovendo modos de vida mais amplos e mais realizados para esses sujeitos, ao mesmo tempo que oferece a oportunidade de tais sujeitos conhecerem e se juntarem à organização que a viabiliza.

Sempre quando chega a parada aparece muita gente. A parada é um dos pontos fortes da visibilidade do CELLOS, né? E tem naquele mês da parada a Jornada LGBTQ+ que o CELLOS faz, então é um mês onde tem muitos debates, mesas redondas, oficinas... então é um período de agregação de novos participantes. E, depois da Parada, normalmente tem muita gente que vem fazer o curso de formação para ficar no CELLOS, né? (Munish, conselheiro de ética da atual gestão do CELLOS-MG).

Falar do CELLOS, para mim, é uma nostalgia muito grande, porque eu conheci o CELLOS na minha adolescência, aos 15 anos. Hoje eu tenho um pouco mais de 30 e a relação com o CELLOS é uma relação direta de muito amor e que está presente há mais da metade da minha vida. A conversa com o CELLOS, convivendo com pessoas LGBTQs que eu pude entender um pouco mais da minha condição homoafetiva, me

assumi para minha família e me tornar uma *drag queen* militante, porque além de trazer arte, entretenimento, beleza, como Justiny aí- está lindíssima- a gente também tem uma responsabilidade de comunicar com as pessoas LGBTQs e para fora do nosso nicho, da nossa bolha, da noite, que é onde as pessoas às vezes nos colocam. (Penélope Fontana, *drag queen*, Evento de Lançamento do Projeto Conexão das Cores – 24 de março de 2022).

Tal oportunidade de ocupar as ruas à luz do dia, assim como relatado por Penélope, caracteriza-se como mais um ato de enunciação de sujeitos marginalizados da sociedade, de corpos relegados aos espaços periféricos da cidade, ou à calada da noite, por serem lidos como abjetos e anormais, como acontece com as *drag queens* (BUTLER, 2003; 2018). No caso, o termo “*drag queen*” faz menção a homens, que usualmente se identificam como cisgêneros e homossexuais, vestem-se “com roupas femininas de forma satírica e extravagante para o exercício da profissão em shows e outros eventos”, num tipo de atividade “transformista” em que elementos de vestuário, maquiagem e penteado são utilizados para criar uma personagem feminina (REIS, 2018, p. 28). Logo, a ocupação do território da cidade por um número expressivo de pessoas pode ser observada como mais um enunciado que coexiste em um mesmo campo enunciativo das Paradas, pois é preciso atentar, também, para as vias ocupadas durante a realização do evento.

Geralmente realizada na região central da cidade de Belo Horizonte nos domingos, durante a manhã até o início da noite, a Parada vem acumulando número de frequentadores expressivo com o passar dos anos e, por isso, ocupando cada vez mais vias públicas para a sua realização. Prova disso são os registros dos participantes presentes nos marcos territoriais da cidade durante a Parada de 2018, como a região do obelisco da Praça Sete de Setembro (FIGURA 4), marco zero do hipercentro de Belo Horizonte, situado no cruzamento de duas grandes avenidas: a Av. Amazonas e a Av. Afonso Pena.

**Figura 4:** Praça Sete de Setembro durante a Parada do Orgulho LGBTQ de 2018



**Fonte:** Henrique Coelho/Redação Bhaz, 2018.

Igualmente, podemos observar a ocupação de outro marco do centro de Belo Horizonte, demonstrado pela escolha do ponto de partida da marcha na Praça Rui Barbosa, mais conhecida como “Praça da Estação” (FIGURA 5). Este termo foi cunhado para o local por estar situada em frente à Estação Central de Belo Horizonte, lugar do primeiro relógio público e da primeira estação ferroviária da cidade, inaugurada em 1895 e que interligava a capital às cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, entre outras localidades (PORTAL CBTU, 2013).

**Figura 5:** Concentração da Parada do Orgulho LGBT 2018 na Praça da Estação



**Fonte:** Prefeitura de Belo Horizonte/PBH, 2018.

A composição e o enquadramento das fotos demonstram a intenção de capturar, em um ângulo de câmera amplo, a multidão presente nos locais mencionados, enfatizando o “mar de gente” que se estende para além do campo de visão da foto. Quando utilizados como enunciados, os efeitos de verdade produzidos por essas fotografias estão relacionados à demonstração de potência de um ato que reúne tantas pessoas que se torna impossível identificá-las individualmente nas imagens e, portanto, faz-se difícil ignorar os motivos que as levaram até ali. Motivos estes que não somente se expressam pela adesão do público ao ato e às pautas propostas pelo evento, mas, também, pela observação das bandeiras carregadas e dos cantos entoados durante a marcha, como podemos observar no relato de Munish:

Eu até arrepio aqui, foi super lindo. Eu não sei- acho que foi 2019? Deixa eu (sic) pensar... 2021 não teve, 2020 não teve... 2019 foi a última parada. Lula estava preso. E no dia da parada a gente estava- o Coletivo Alvorada- porque eu também sou do Coletivo Alvorada- a gente ia abrir um bandeirão com o rosto do Lula e com a bandeira LGBT escrito “Lula Livre” e ela ia percorrer por cima da plateia. Na hora que a gente abriu esse bandeirão nós recebemos a notícia que o desembargador tinha autorizado a liberação do Lula. Foi no dia da Parada. E aí nós anunciamos que isso estava acontecendo. O povo da Parada enlouqueceu. Todo mundo começou a gritar “Lula, Lula, Lula, Lula, Lula” e a bandeira correndo por cima, foi muito bonito, muito emocionante. E aí a gente ficou- além de estar trabalhando na organização a gente ficou acompanhando os acontecimentos de Curitiba, até que o Sérgio Moro saiu da viagem de férias dele, foi aquela confusão... e aí o Lula não foi liberado e no final da Parada a gente já sabia que não ia acontecer e aí nós- na Praça Raul Soares- foi dito o que tinha acontecido e o povo gritando de novo “Lula livre, Lula livre, olê, olê, olá”. Foi um momento marcante, porque a gente ali via que a comunidade entendia o que estava acontecendo. Aquele povo que estava ali, entendeu? Sabia o que estava acontecendo. O povão LGBT, porque a Parada é muito “povão”, entendia o que estava acontecendo, né? Então, foi muito bonito (Munish, conselheiro de ética da atual gestão do CELLOS-MG).

Dessa forma, podemos observar a força de adesão dos participantes do evento não somente às pautas propostas no ato, mas também a outras questões políticas relacionadas aos direitos LGBT+, como a questão em torno da prisão de um líder do campo político da esquerda alinhada à defesa dos valores democráticos e dos direitos civis, citado no relato. Ao mencionar o “povão” como público que faz parte da multidão que acompanha a marcha, o sujeito destaca a força do ato político em sua enunciação, justamente pelo fato de que as questões em voga são de entendimento do público do evento que são parte de diferentes camadas das classes sociais. E isso dá força ao movimento de ocupação, em massa, do espaço público como arena das disputas políticas, conforme enfatizado por Butler (2018). Assim, a participação de uma multidão engajada politicamente, ocupando as ruas da região central de Belo Horizonte durante o dia em grande e concentrado número, torna-se um elemento importante nos discursos dos membros militantes, especialmente quando contrastado à situação vivida durante a pandemia

do vírus COVID-19 e do subsequente isolamento social que impediu a realização de grandes eventos na cidade desde o início de 2020.

E só esclarecendo, também, em relação a Parada... Belo Horizonte não optou pela realização de Parada virtual conforme algumas outras localidades nacionais, simplesmente pelo mérito de que- entendemos que o nosso ato é político. O nosso corpo é político. E nós temos que expor isso nas ruas. Não simplesmente apagado por trás de um celular, ou por trás das câmeras, mas fazer acontecer, de fato, aquilo que aconteceu em Stonewall, porque a Parada só existe, de fato, por conta da revolução de Stonewall e como Marsha P. Johnson foi às ruas dar voz aos excluídos, dar voz aqueles que são menos favorecidos. Então esse é o nosso entendimento de Parada, esse é o nosso entendimento de realização de um ato político, de ir às ruas, de colocar a cara ao sol e de fazer acontecer, de fato, e mostrar “nós estamos aqui, nós existimos e nós vamos resistir até o fim”. Então- muita das vezes algumas pessoas criticam “ah, mas o CELLOS-BH não vai fazer Parada virtual? Por quê?” Não. Porque nós não acreditamos nessa legitimidade. E isso foi um acordo que nós fizemos com todo o corpo diretivo- entramos em comum acordo e tomamos essa decisão (Cleiton, presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

Nesse contexto, Cleiton relata que, mesmo sob risco de receber duras críticas vindas de outros militantes e membros da comunidade LGBTQ+ no geral, a diretoria do CELLOS-MG optou pela não realização de eventos virtuais (as chamadas “*lives*”) das edições de 2020 e 2021 da Parada do Orgulho LGBTQ de Belo Horizonte. Em seu lugar, na edição de 2021, a entidade promoveu encontros virtuais, bate-papos com convidados diversos e uma “*live*” de curta duração no dia que seria realizada a Parada presencialmente, na qual um pequeno número de artistas locais e *drag queens* engajadas no movimento alternaram entre apresentações artísticas e discussões sobre temas relativos à comunidade. Tal movimento foi justificado pelo presidente ao enfatizar o caráter político do evento e ao citar a necessidade e importância de se ocupar territórios durante atos de reivindicação pelos direitos civis da população LGBTQ+. Assim, ao resgatar o enunciado de Stonewall, citando a figura da ativista Marsha P. Johnson, o sujeito presidente da organização afirma a importância de ir às ruas no ato político, atentando não somente para o poder de mobilização das massas, mas para o fato de que os corpos LGBTQ+ necessitam, também, estar em evidência, serem vistos à luz do dia, serem reconhecidos como corpos que existem e tem direito ao gozo de uma vida plena, em contraponto à experiência de exposição virtual e inacessível para uma grande parcela da população, pois este seria somente mais um espaço ao qual o corpo LGBTQ+ estaria relegado, marginalizado (BUTLER, 2003; 2018).

Neste sentido, voltamos à questão do “corpo” como elemento fundamental na enunciação dos sujeitos:

A Parada é um fenômeno! Mas a gente tem que lembrar que por trás de toda cor, da alegria, dos shows, que é o que, muitas vezes, caracteriza a nossa luta- que é o momento, que é o marco que nós estamos reafirmando nossos direitos e queremos que, cada vez mais, isso aconteça. A gente está morrendo de saudades de ocupar as ruas, a gente espera que, em breve, com responsabilidade, nós possamos estar levando nossas cores, nossas vivências, nossas lutas, para ocupar a cidade e mostrar que LGBT não é só na luz da noite, que a gente também tem que sair à luz do dia. Que LGBT também vota, que LGBT paga imposto, LGBT é médico, LGBT é professor, nós estamos inseridos em todo lugar da sociedade. Então eu agradeço imensamente ao CELLOS sempre por essa relação- sou celista com orgulho! Quando eu tiver disponibilidade de estar presente com o meu corpo, podendo atuar com a minha luta, com a minha arte, podem contar comigo, porque eu acredito que nós temos responsabilidade de transformação social. E lutar para aqueles mais vulneráveis, que muitas vezes tem os seus direitos negados. [...] Justiny em breve a gente vai se encontrar! Para a gente poder encher esse evento, esse palco de *drag queen*, onde mais nos couber, porque nós que vamos escolher os espaços que vamos ocupar daqui para frente, tá? Um beijo! (Penélope Fontana, *drag queen*, Evento de Lançamento do Projeto Conexão das Cores – 24 de março de 2022).

Neste trecho, Penélope demonstra os pontos de contato entre as margens de enunciados que fazem parte do mesmo campo de coexistência da Parada, no caso, ocupação territorial e presença de corpos considerados abjetos nas ruas, presentes em uma mesma enunciação partindo do sujeito *drag queen*, cujos efeitos de verdade se manifestam no movimento de visibilização desses corpos, em sua maioria marginalizados pela sociedade (FOUCAULT, 1969 [2008]; BUTLER, 2003). Segundo Foucault (1969 [2008]), um enunciado pode ser composto por outros elementos além do texto e da escrita, tornando possível que corpos, acessórios, vestimentas e gestos possam ser considerados como elementos do enunciado. Por isso, a presença de indivíduos na Parada adornados com as cores características da bandeira LGBT+, com os acessórios de couro da comunidade *leather*, com as vestimentas extravagantes das *drag queens*, e engajados em atos de expressão afetiva ao se beijarem com seus(suas) parceiros(as) do mesmo gênero, pode ser considerado parte do enunciado “corpo”, tendo a Parada como momento de sua enunciação.

**Figura 6:** *Drag queens* no trio elétrico na Parada do Orgulho LGBT de BH de 2018



Fonte: Henrique Coelho/Bhaz, 2018.

Nesta imagem, as *drag queens* retratadas se tornam exemplo da visibilização dos corpos durante o momento da Parada, uma vez que as suas vestimentas, seus acessórios e sua maquiagem, extravagantes e claramente femininas, contrapõem-se à imagem e ao espectro inteligível de leitura do que é considerado “normal” para um homem cisgênero em sociedade. De acordo com Butler (2003), há uma expectativa de alinhamento coerente entre os signos que compõem os corpos na matriz heterossexual, sendo que aos “homens” é reservada a leitura normativa de um aparelho biofisiológico masculino acompanhado de vestimentas, também, indicadas como masculinas. Quando há uma quebra dessa norma, de acordo com a autora, os corpos resultantes são automaticamente excluídos da leitura normativa realizada em sociedade, tornando-se “abjetos”, “anormais”, “fora da regra” e, portanto, excluídos do convívio nos mesmos espaços destinados aos corpos “normais”, à luz do dia, em vias públicas. Desse modo, a presença de *drag queens*, de homens e mulheres trans e travestis, corpos que tão claramente se desviam das “normas” de gênero, nas vias públicas ocupadas pela marcha da Parada, é, em si, uma forma de enunciação poderosa para esses sujeitos, que afirmam as suas existências simplesmente existindo e ocupando aquele lugar. Por isso, também, que a enunciação de Penélope, enquanto sujeito *drag queen* — “para a gente poder encher esse evento, esse palco de *drag queen*, onde mais nos couber, porque nós que vamos escolher os espaços que vamos ocupar daqui para frente, tá?” —, encaixa-se nos jogos de poder-resistência nos quais os sujeitos frequentadores da Parada estão inseridos, ativamente engajados na inversão dos discursos hegemônicos e na repetição subversiva que busca questionar a própria prática reguladora das

identidades, em busca da aceitação dos seus corpos, da ocupação de outros lugares para além do momento da marcha (FOUCAULT, [1982] 1995; [1988] 2019; BUTLER, 2003).

Para além do recorte de gênero, outros corpos LGBTQ+ e suas expressões são reconhecidos, visibilizados e celebrados durante o evento da Parada. Exemplo disso se encontra na fala de Álvaro, ao reconhecer outras existências presentes e participantes no momento da Parada:

Então, a gente praticamente não aproveita, mas a gente tem um grande prazer- eu, Azilton e [membro do CELLOS-MG], posso dizer em nomes de nós três- um grande prazer de ter contribuído para esse evento de visibilidade cultural em Belo Horizonte e Minas Gerais. De ter trazido à tona as discussões da parada, do tema da parada, de ter mobilizado os esforços para aglutinar esses serviços, esses equipamentos, para poder possibilitar aquele mar de gente na rua. De possibilitar que cheguem pessoas do interior e falem “lá na cidade eu não posso nem dizer que sou gay, mas aqui eu posso beijar na boca”. Então, quando a gente vê essas manifestações- que vê aquelas senhoras, aquelas avós levando os seus netinhos, as famílias levando seus filhos, ou indo com suas filhas, ou indo mesmo para poder conhecer- isso nos agrada muito. Quando a Parada passa pelas ruas e as pessoas nos edifícios nos parabenizam, nos aplaudem, nos acenam... e de um público mais variado e você vê que não tem nenhuma conotação, nenhuma característica de LGBTQ+ mas, mesmo assim, estão lá nos apoiando e afirmando, isso nos dá forças para poder desgastar aquele tempo todo- que não é só no dia, mesmo antes- e no dia ficar naquela situação que a gente já levanta 4 horas da manhã pra poder ir ver o trio elétrico, que fica em Betim, entrar em Belo Horizonte, porque ele só pode entrar depois das 6 horas. Aquela confusão toda- para o bombeiro vistoriar- então, a gente nem dorme direito na noite anterior. Mas tudo isso vale a pena pelo brilho do olhar das pessoas que participam da Parada. Então, o brilho no olhar, a felicidade, o encantamento das pessoas, isso, para mim, é o que é a recompensa de um momento- de noites mal dormidas, de negociações, às vezes, estressantes, para que a gente possa oferecer esse momento agradável, esse momento de visibilidade, esse momento político e cultural para a população LGBTQ+ (Álvaro, tesoureiro da atual gestão do CELLOS-MG).

Neste trecho, o sujeito destaca as existências de indivíduos cujas sexualidades se encontram fora do padrão heteronormativo, podendo se tratar de indivíduos que se identificam como homossexuais, bissexuais, pansexuais, assexuais e, também, famílias compostas por casais LGBTQ+ ou em que um ou mais membros pertencem à comunidade LGBTQ+. Quando se trata do recorte acerca da sexualidade, temos que as inscrições corporais que marcam estes indivíduos podem ser de ordem mais sutil, como gestos, tom de voz e postura corporal, ou então se manifestar ocasionalmente, quando estes indivíduos se encontram acompanhados de seus(suas) parceiros(as) trocando gestos afetivos. Segundo Butler (2003), a sexualidade faz parte das categorias em alinhamento na “ficção fundante” da matriz heterossexual hegemônica, o que determina a leitura da forma aceitável, normativa de expressão do afeto/desejo de cada um. Sendo assim, são lidos como “coerentes” e “dentro” da norma aqueles indivíduos que expressam o alinhamento cisgênero e heterossexual, e fadado à exclusão todos os demais.



Portanto, ao mencionar, por exemplo, os sujeitos LGBTQ+ moradores do interior do estado — “lá na cidade eu não posso nem dizer que sou gay, mas aqui eu posso beijar na boca” —, Álvaro, na posição de sujeito de membro do CELLOS e responsável direto pela organização da Parada, não somente reconhece suas existências e suas opressões, como afirma a Parada como lugar de liberdade e resistência para visibilizar seus afetos e suas vivências.

No entanto, a aproximação entre movimentos LGBTQ+ e o mercado no âmbito nacional possibilitou, por um lado, a difusão das imagens e dos aspectos culturais LGBTQ+ na cultura popular *mainstream*, popularizando as Paradas enquanto eventos midiáticos com a presença de artistas *pop*, e, por outro, a criação de um segmento de mercado em torno de determinado modo de vida LGBTQ+, que incita tensionamentos entre militantes no próprio movimento.

A gente teve muito pouca- pelo menos a Parada nossa aqui em Belo Horizonte não tem esse apelo muito comercial. As pessoas não têm muita- preferem fazer isso em São Paulo, porque São Paulo “nossa, cartão postal do Brasil LGBTQ- 3 milhões de pessoas e a gente quer nossa marca nos trios da Parada”, mas que o formato nosso é bem diferente de São Paulo. Aqui a gente tem uma concentração, nós temos um ato, falas, apresentações culturais da cidade, e depois a gente sai ocupando brevemente as ruas no fim da tarde. Então, nós estamos agora- teve uma parceria com o Uber, uma vez, que foi muito ruim para nós, porque a Uber se apropriou da Parada. O trio da Uber- com a parceria Uber e CELLOS- foi o trio da Uber, não foi o trio da militância. Com restrição, com uma série de coisas, então a gente ficou muito bravo e vimos que- aí, no ano seguinte, a gente recusou o patrocínio da Uber, porque foi muito desrespeitoso. Então, a gente avaliou que a gente precisava ter respiro, ter tranquilidade, sabe? (Azilton, vice-presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

Desse modo, a Parada do Orgulho LGBTQ de São Paulo é frequentemente evocada como contraponto ao entendimento do caráter político de realização da Parada de Belo Horizonte pelo CELLOS, demonstrando claro ponto de tensionamento entre o movimento que “se vendeu” ao mercado, como no caso de São Paulo, e aquele que permanece fiel às origens da Parada enquanto um ato político, como estabelecem os militantes cellistas.

Ali é um espaço de diálogo com a comunidade e com a sociedade. Não só através da palavra, mas através dos corpos. Sua forma de vestir, sua forma de se colocar... tudo isso é um ato político. E outras paradas, por essa questão de patrocínio, acabam ficando desconfiguradas. Virou um mercado de venda de marca. E a pauta em si, a coisa em si de consciência de classe, de gênero e de luta, ela se perde. Então a gente tem muito cuidado com isso, porque a gente entende que a luta do movimento é uma luta de gênero e é uma luta de classe. A gente não desassocia as coisas. Não é só colocar uma marca de um produto, por exemplo, na Parada, que a gente sabe que o LGBTQ lá da ponta da favela não tem condições de ter, entendeu? Tem que ter cuidado com todas essas coisas. Porque tem uma luta de classes- aquele menino, aquela menina que é igual esse de 13 anos que está sendo abusado pelo padrasto desde os 8- a condição de vida dele, que ele era pobre, negro, é completamente diferente de um menino da idade dele que mora na Zona Sul na casa do pai e da mãe. Então, existem diferenças dentro dessa questão da classe social. E o preconceito mais agregado e mais

violento, quanto mais pobre. É regra, né? A gente não pode falar que é regra que o rico, quanto mais rico é bem acolhido, não é assim. Mas as condições humanas já são diferenciadas, então tudo é mais impactante e mais forte para os andares de baixo da sociedade. Então o CELLOS tem essa preocupação na Parada mesmo. Tem gente que fala assim “ah na Parada vai muita gente feia, muita gente periférica”. Mas que ótimo, a Parada é para esse povo. Quem quer ver gente bonita- só gente bonita, vai pra São Paulo. São Paulo é cheia de gente bonita, vai gente do Brasil inteiro, só que você vai gastar uma fortuna para ir na Parada de São Paulo e só vai ficar lá fazendo “carão”, e aí? Nós queremos é o que eles chamam de “feio”, que é porque é pobre e está na periferia, é esse que a gente quer- que a gente faz a nossa Parada. Para entender da nossa luta, por que que ele, por que que ela está ali. É isso que a gente quer, que venham todas, todos e todes, mas, principalmente, os mais desassistidos (Munish, conselheiro de ética da atual gestão do CELLOS-MG).

Ao colocar a Parada de São Paulo como sinônimo de esvaziamento político da causa LGBTQ+ justamente pelo seu apelo midiático, ambos os sujeitos procuram estabelecer esse contraponto com a Parada promovida pelo CELLOS, escancarando tensões e conflitos dentro do movimento sobre o que significa ocupar as ruas de forma legítima. Isso foi exposto porque, ao realizar a edição de 2019, a Parada de São Paulo contou com seis (6) trios elétricos patrocinados por grandes marcas entre dez (10) dos trios elétricos que foram às ruas, levando artistas nacional e internacionalmente conhecidos para um público de três (3) milhões de pessoas e movimentando em torno de 400 milhões de reais na economia da cidade no período de realização do evento (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2019; PINHONI, 2019). Esses números se mostram atrativos para a iniciativa privada que busca um público consumidor de suas marcas, levando as empresas a patrocinarem o evento que, em torno, beneficia-se da exposição midiática dos seus frequentadores e suas pautas. Tal movimentação é tomada pelos sujeitos militantes cellistas como uma forma de “venda”, ou “comercialização” da Parada enquanto ato político e das pautas LGBTQ+ que são levantadas durante o evento. Por isso, os sujeitos evocam a Parada de São Paulo como contraponto inferior ao modo de ocupação das ruas proposto pelo CELLOS durante a Parada de Belo Horizonte, em uma enunciação cujo efeito de poder e de verdade almejado se dá na legitimação da Parada de BH como movimento político comprometido com a causa LGBTQ+, com a visibilização dos corpos e a ocupação das ruas por demandas políticas que sejam do interesse da comunidade, ao invés de atender aos interesses das empresas que se dispõem a patrocinar o evento.

Por outro lado, um terceiro elemento que compõe as Paradas de BH enquanto enunciado pode ser visto na prestação de serviços à comunidade LGBTQ+, na forma de prevenção e conscientização a respeito de doenças sexualmente transmissíveis, em um ato de cuidado com o corpo do outro, “cuidado dos outros” ou um estímulo ao “cuidado de si”, nos moldes foucaultianos.

[...] no ano de 2010 eu participei da minha primeira Parada, onde teve a formação de voluntariado e comecei entregando preservativo mesmo, ali, que é parte de uma das ações que é feita ali dentro, né? Antigamente, o pessoal da equipe da saúde do governo não era tão ativo, né? Então quem fazia esse papel social erámos nós. Então, a entrega de preservativos, a conscientização sobre a importância- à época não era nem tão falado- da realização dos testes. O Centro de Acolhimento e Testagem ainda era algo que estava dentro dos projetos que aconteceram logo depois, então era basicamente esse trabalho ali de conscientização- de perguntar para as pessoas se elas conheciam o centro de testagem, se elas buscavam isso nos postos de saúde- o acolhimento e como que funcionava esse papel do município acerca- como que estava esse papel do município acerca da saúde sexual das pessoas (Cleiton, presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

De acordo com o relato de Cleiton, temos que as ações empenhadas pelo CELLOS durante a Parada seguem, também, um objetivo de prestação de serviço à comunidade na forma de distribuição de preservativos e na conscientização em torno das práticas sexuais seguras e da prevenção a doenças sexualmente transmissíveis. Este papel de informação e aconselhamento desenvolvido pela entidade, como representante civil do movimento LGBTQ+, não é novidade, sendo cumprido historicamente pelos movimentos sociais desde a deflagração da epidemia da AIDS/HIV na década de 1980. Conforme Caetano, Nascimento e Rodrigues (2018), os movimentos sociais desempenharam papel determinante no combate à desinformação e na promoção da saúde para a comunidade LGBTQ+ entre o final dos anos 1980 e 1990 em que muito do estigma sobre a AIDS/HIV se desenvolveu em torno da identidade “gay”, conforme explicitado nos termos “câncer gay”, ou “peste gay”, como ficou conhecida a doença no Brasil. Neste ponto, observamos a edificação de discursos que durante muito tempo buscaram regimentar certa verdade em torno da AIDS/HIV como uma doença exclusivamente homossexual, exemplificada nos termos supracitados. Dessa forma, podemos perceber como se dão os tensionamentos constantes na mudança ocorrida gradualmente dentro do próprio dispositivo da sexualidade que, num primeiro momento, utilizava da *scientia sexualis* para fortalecer regimes de verdade que colocaram a homossexualidade como distúrbio, desvio ou doença (FOUCAULT, [1976] 2011). Logo, tais ações de prevenção, como as citadas, se mostram não apenas importantes para a comunidade assistida, mas também representam contradiscursos e ações estratégicas no dispositivo, ao buscar remover o estigma da parafilia e endossar o direito ao sexo, ao prazer e à liberdade sexual (FOUCAULT, [1976] 2011; [1977] 2006a).

A re-emergência e o fortalecimento do então movimento social homossexual a partir da década de 1990 foi algo que ocorreu como uma das consequências das políticas adotadas ao enfrentamento à AIDS. Contudo, é importante destacar que a

aproximação entre a agenda de combate à AIDS e as organizações de direitos civis nas décadas de 1980 e 90, não foi algo automático. [...] Assumir as agendas de enfrentamento a AIDS representava, dentre outras coisas, se aproximar da cadeia de estigmas que o movimento social buscava se dissociar. Isso não significa que, no interior das organizações, não existiam tensões entre as estratégias de visibilidade, enfrentamento à epidemia de Aids e as conquistas de direitos civis (CAETANO; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018, p. 289–290).

Mesmo cercado de conflitos e tensões internas às organizações, o movimento social brasileiro foi levado a tomar uma posição conforme o avanço do quadro epidemiológico, “a exemplo de Triângulo Rosa (década de 1980) e Arco-íris (década de 1990), ambas do Rio de Janeiro”, que “foram tensionadas pelo desejo de dissociar a homossexualidade masculina dos históricos estigmas a que era atrelada e pela necessidade de incidir na epidemia, à medida que suas lideranças também eram atingidas pelo contágio ao HIV” (CAETANO; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018, p. 290). Tal movimentação alcançou seu ápice a partir do ano de 1986, dada a criação do Programa Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde, que cementou a parceria entre o poder público nas suas esferas federais, estaduais e municipais e as organizações homossexuais formadas, sobretudo, por homens, na articulação das medidas de enfrentamento à pandemia e da agenda de defesa dos direitos civis (CAETANO; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018). Dessa forma, a aliança entre poder público e movimentos homossexuais permitiu “a profissionalização e dedicação de inúmeros ativistas, sobretudo gays e trans, que associaram ao enfrentamento da epidemia de AIDS às bandeiras políticas de promoção da cidadania e direitos humanos”, ao mesmo tempo alcançando a população tida como “grupo de risco” de contágio do vírus e articulando a promoção de cidadania e direitos humanos para esse mesmo grupo (CAETANO; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018, p. 291).

Nesse contexto de capacitação dos ativistas e da atuação do movimento homossexual brasileiro na prevenção e informação sobre a AIDS/HIV é que se encontra o relato de Cleiton. Juntamente a outros membros, o atual presidente da organização destaca o papel desempenhado pelo CELLOS durante a Parada de Belo Horizonte, na qual voluntários da entidade são treinados para realizar a distribuição de preservativos e orientar os frequentadores sobre os centros de testagem disponibilizados pela rede de saúde municipal da cidade.

Conheci, principalmente, pela Parada, mas sabia dessa característica do CELLOS – que inclusive difere muito dos outros movimentos LGBT – que é a incidência mais política que a gente tem um pouco mais de dificuldade dentro do movimento LGBT e, de forma geral, dentro dos movimentos sociais- mas conheci principalmente através da Parada. E já tinha atuado junto, também, indiretamente, através das Paradas por meio da prevenção- distribuição de preservativos, né? E outras atividades na Parada,

então já havia tido esse contato individual com algumas pessoas também, nesses momentos (Polly, estagiária do Projeto Conexão das Cores, CELLOS-MG).

Eu tenho uma memória muito afetiva do CELLOS, porque eu estive presente na minha primeira Parada LGBT- foi a 9ª edição, se não me engano, esse ano nós estaríamos celebrando a 24ª edição da Parada, né? E desde então eu estive lá presente na minha primeira parada distribuindo preservativo, porque era a maneira que eu tinha naquele momento de contribuir com a luta que eu acredito e de, em alguns anos, me tornar uma *drag queen*, de estar performando no palco da Parada, e de hoje, junto com a Justiny e de outras *drag queens*, poder conduzir esse importante ato de mobilização da nossa população (Penélope Fontana, *drag queen*, Evento de Lançamento do Projeto Conexão das Cores – 24 de março de 2022).

Tanto a fala de Polly quanto a fala de Penélope, juntamente ao relato de Cleiton, pintam o quadro geral de atuação do CELLOS junto à comunidade e demonstram o exercício do cuidado de si e do outro, conforme discutido por Foucault (1984 [2006b]). Ao possibilitarem a capacitação prévia de voluntários atuantes na Parada como agentes de informação em relação à saúde e cuidado com o corpo LGBT+, o CELLOS propicia o espaço e o momento para que os membros voluntários se engajem no exercício metódico de trabalho sobre si, que os capacitará para exercer sobre os outros o poder de aconselhamento e orientação em relação aos cuidados de si, aos cuidados com o próprio sexo e o próprio corpo, envolvidos no regime de verdade sobre a sexualidade que acompanha a proliferação dos discursos sobre a epidemia da AIDS/HIV desde a sua deflagração (FOUCAULT, 1984 [2006b]; CAETANO; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018). Dessa forma, os membros voluntários e os frequentadores, municiados de conhecimento sobre a doença e as formas de prevenção e testagem, encontram-se inseridos em jogos de poder-saber sobre a sexualidade, sobre o sexo e o uso responsável dos prazeres, possibilitado pelo momento e espaço organizado pela Parada.

Por último, faz-se necessário abordar o evento da Parada do Orgulho LGBT por outra perspectiva, ao deslocarmos o foco do seu funcionamento enquanto enunciado, em direção a um olhar para o evento enquanto alvo de intervenção em uma complexa trama de relações de poder-resistência envolvendo a entidade organizadora, entes privados, o poder público e as forças de segurança do Estado antes, durante e depois da realização do evento. A fim de lograr este objetivo, partimos do relato a respeito do extenso período de negociações que precede a realização da Parada em um único dia durante, usualmente, o mês de junho na capital:

Quando você está organizando a Parada, a diretoria elege uma comissão organizadora da Parada. As últimas paradas tiveram uma atuação eu, o Azilton e o [membro do CELLOS]. E nisso a gente desenvolveu uma expertise. Eu entrei muito mais nessa questão, por ser tesoureiro, de fazer as negociações, de conversar, de ver como os recursos entram, de como a gente presta contas, como é que a gente informa, como é que a gente registra essa entrada, como é que a gente emite o recibo dessa entrada desses recursos que estão envolvidos. Então, a gente tem- o nosso principal parceiro

é a Prefeitura de Belo Horizonte. A prefeitura arca com mais de 80% dos recursos da Parada. Nessa organização dos recursos, nós não pedimos, por exemplo, nós não fazemos um convênio para a prefeitura passar, tipo, 10 reais para o CELLOS para o CELLOS fazer- comprar o que precisa. Normalmente o nosso convênio é de serviços. A gente quando faz o convênio com a prefeitura, a gente pede o quê? A gente pede o palco, a gente pede o banheiro químico, a gente pede a legalização junto ao poder público, tanto estadual, quanto municipal, a gente tem que fazer um plano junto ao Corpo de Bombeiros, tem que ter recursos... então, a prefeitura nos oferece o serviço. O serviço. A gente não pede dinheiro. E isso, também, são com os parceiros privados. Então quando eu tenho com o parceiro- fazer uma parceria com uma entidade de direito privado- então eu vou pedir lá um telão para essa parceria. Em troca a gente vai divulgar o nome deles, a logo deles, em troca, no nosso *site*. Com outro, eu vou pedir, por exemplo, as grades, porque quando você faz a Parada você tem que gradear a Praça Rui Barbosa, que é aquela ali que fica em frente à Praça da Estação, tem que gradear toda a Praça Raul Soares, que é onde a gente tem terminado as Paradas. Então todo o recurso, quando a gente faz, a gente não recebe- a gente não faz- não pede dinheiro. A gente não pede o recurso financeiro, a gente pede o serviço. [...] E aí o [membro do CELLOS] tem um papel muito grande nessa questão de organização dos artistas. E o Azilton tem essa habilidade, dessa ação com a imprensa, com os órgãos de comunicação, com os parceiros, com a prefeitura... e aí a gente formou um trio que a gente tem uma identidade muito grande de trabalho e que a gente logrou muito êxito nas últimas edições da nossa parada. Então, é assim que a gente faz essa parada, discutindo... e como nossa parada já tem uma certa visibilidade nacional- ela, hoje, ela tem mais facilidade de a gente conseguir parceiros que venham contribuir com um telão, um banheiro químico, com um palco, com um som, com um fundo de palco, com cartazes, com *banner*, com camisetas. O que, há uns anos atrás, a gente não tinha tanto isso (Álvaro, tesoureiro da atual gestão do CELLOS-MG).

Nesse trecho, podemos perceber que Álvaro, na posição de tesoureiro responsável pela entidade atualmente, revela fazer parte da comissão responsável pela organização da Parada, que conta somente com três membros da entidade, ao mesmo tempo que descreve o processo de negociação com entes privados, o poder público e as forças de segurança, evidenciando exatamente o que é requisitado de cada parte a fim de viabilizar a estrutura do evento. Primeiramente, ao destacar o método de captação de recursos no formato de serviços, Álvaro enfatiza o caráter não lucrativo da organização, ao mesmo tempo que firma a relação da entidade com os parceiros privados no campo de troca de serviços, em vez do estabelecimento de uma relação comercial. Este movimento vale destaque, pois desobriga a entidade a lidar com valores monetários e, conseqüentemente, de lidar com a prestação de contas desses valores. Ao mesmo tempo, permite um movimento de resistência em relação às condições que podem ser exigidas pelos parceiros privados, ao colocar no plano dos serviços toda a negociação acerca da estrutura, conforme enfatizado pelos próprios membros da entidade.

E as Paradas, que é um polo de muita visibilidade, né? Principalmente para as empresas. Mas a gente deixa muito claro que nós não recebemos nenhum tipo de verba para a realização da Parada. A gente faz a troca por serviços, por exemplo, nós tivemos um ano, salvo engano 2019, em que nós fizemos a recusa de um valor de aproximadamente de 200 mil reais da Uber, porque eles queriam fechar o evento e simplesmente nós não aceitamos. Por quê? A Parada de Belo Horizonte ainda é uma

das poucas paradas do país que tem cunho especificamente político. Nosso viés, ele é político, nossa luta é política. Não é um movimento qualquer simplesmente para poder dar “close”, para poder aparecer. [...] E, também, esse diálogo de estar à frente e de não entregar o feito para uma empresa qualquer que acha que porque ela tem dinheiro ela pode trazer quem ela quiser e fechar o evento. E não é assim. A gente teve um exemplo, no primeiro ano de pandemia- a Parada LGBT de São Paulo, que foi virtual, foi um fiasco. Tivemos- eles pegaram uma pessoa do campo digital para poder colocar- colocou uma pessoa que não tinha nenhum conhecimento acerca do movimento, das causas LGBT e fizeram um estrago, né? E, principalmente, ficou mais feio ainda por não convidar pessoas e nomes importantes da noite de São Paulo, né? E que fazem realmente acontecer as coisas. E o que nós prezamos é- o que nós colocamos para eles foi: “podemos sim fazer a parceria. O valor que vocês trariam uma artista renomada, vocês pagam para os nossos artistas locais”. Porque tem que ter valorização de quem é de casa. É importante isso. [...] Então não aceitamos nenhum tipo de “compra” da Parada, digamos assim. É um evento, é um ato político e a gente vai fazer com o que a gente tem. Mas que a gente vai aceitar uma proposta indecente de uma empresa que se acha tão capaz assim por ter dinheiro- simplesmente pegar e infiltrar, assim, e falar “não, a gente quer assim, assim, assado”. Não. Não vai acontecer dessa forma (Cleiton, presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

Nisso, voltamos ao exemplo da Parada de São Paulo e como este evento é utilizado discursivamente para estabelecer distinção com o trabalho realizado pelo CELLOS no evento da Parada de Belo Horizonte, evidenciando o caráter político da marcha de BH em oposição ao que é tido como “venda” do evento e do que ele representa para os interesses comerciais de entidades privadas, como realizado pela organização por trás da Parada de São Paulo. Em particular, a citação do caso envolvendo uma grande empresa de mobilidade urbana e o CELLOS, durante as negociações para a realização da Parada de 2019, merece atenção, uma vez que evidencia uma intensa relação de poder e resistência travada entre o movimento LGBTQ+, representado pelo CELLOS e pela Parada, que atrai um grande número de frequentadores, e o “mercado”, representado pelos interesses da empresa de mobilidade urbana que vê, nesse público, um grande potencial de consumo. Tal relação pode ser melhor visualizada quando nos voltamos para os termos do contrato negociado entre as partes, uma vez que o presidente da organização cita as exigências apresentadas pela empresa como motivo de recusa da parceria, uma vez que esta teria, entre as suas demandas, o poder de decisão sobre a escolha dos artistas levados ao palco do trio elétrico patrocinado. Considerando o patrocínio firmado entre a empresa e o CELLOS para a realização da Parada de 2018, podemos inferir que o contrato oferecido para o ano de 2019 contava com cláusulas similares a estas:

## **2. DAS OBRIGAÇÕES DA UBER**

**2.1.** Além de outras obrigações previstas neste Contrato, a Uber se obriga a:

**2.1.1.** Contratar um trio elétrico para 60 pessoas e toda a equipe operacional necessária: 1 DJ, 2 brigadistas, 10 seguranças, 30 cordeiros, 1 produtor artístico, 1 coordenador de produção e 1 assistente de produção.

**2.1.1.1.** A Uber ficará responsável pelas autorizações e licenças necessárias para viabilização do trio elétrico.

[...]

**2.1.1.4** A Uber é responsável pela definição e listagem e horários dos DJs em parceria com a direção artística da Parceira.  
(Contrato de Promoção e Outras Avenças; Belo Horizonte, 14 de junho de 2018, p. 1-2)

Podemos perceber que, no contrato acima citado, a empresa se coloca como responsável única pela contratação dos serviços do “produtor artístico”, do “coordenador” e do “assistente” de produção, além da listagem e dos horários de DJs (e outros artistas) a se apresentarem no trio elétrico patrocinado. Tal estrutura corresponde, basicamente, a todo pessoal artístico necessário para viabilizar o entretenimento no palco do trio elétrico reservado à empresa parceira, colocando a empresa como única responsável pela decisão de quem vai subir naquele trio e quais apresentações serão oferecidas ali. Conforme visto anteriormente, este ponto se torna crucial no entendimento da relação de forças entre a organização e a empresa, dado que as apresentações artísticas disponibilizadas durante a Parada não são somente responsáveis pelo entretenimento do público, mas, também, pela discussão de pautas políticas e animação dos cânticos proferidos durante os momentos de manifestação. Esse ponto é enfatizado na enunciação do presidente quando este menciona que não se trata de um evento “qualquer” para “dar *close*” (ou “se exibir”, na linguagem informal), mas sim um evento político e cultural, contrastando com o exemplo da Parada virtual realizada em São Paulo no ano de 2020, que contou com artistas que não fazem parte da militância do movimento LGBTQ+, assim, descaracterizando o evento em seu aspecto político. Dessa forma, temos que a decisão acerca de quem irá se apresentar durante o evento determina as pautas que serão discutidas e o nível do debate político proposto em cima do palco, evidenciando a relação de poder-resistência ali estabelecida, pois quem determina os artistas que estarão naquele palco determina, nas palavras de Foucault (1970 [1999]), a própria ordem do discurso, no sentido de quem estará apto para enunciar aquela verdade que será enunciada naquele momento, de forma legítima. Logo, não se trata de uma discussão sobre a “venda”, ou não, da Parada, mas sobre quem irá controlar, determinar, o que será dito durante o evento.

Em segundo lugar, temos, ao recuperar a fala de Álvaro sobre o processo de negociação que antecede a Parada, o papel do poder público no nível municipal representado pela Prefeitura de Belo Horizonte (na figura dos órgãos competentes) e toda a relação de forças estabelecida entre este ente público (na figura de seus representantes) e o CELLOS, durante o processo de viabilização da Parada. Conforme relatado por Álvaro, a Prefeitura se configura como parceiro principal do CELLOS na execução do evento, não somente por conceder a maior parte dos serviços requeridos pela organização, mas, também, por ser responsável pela emissão de



autorização e pela fiscalização durante a ocorrência do evento. Por esse motivo, não se trata de discutir aqui a “Prefeitura” enquanto um ator unitário e coeso nas relações de poder e resistência na qual se encontra envolvida, mas de pintar um quadro geral que possibilite compreender como certas ações desempenhadas por representantes do poder municipal se materializam enquanto efeitos de poder na execução do evento, impactando a sua viabilização de uma forma ou de outra.

[...] então, assim, é aí que a gente tem o *start* da prefeitura e um apoio maior no governo do Kalil. Não enaltecendo o governo dele- ele também tem as suas falhas- mas o Kalil foi, em quase 20 anos de história de Parada, ele foi o único prefeito que se dispôs a estar lá e colocar a sua cara à frente para poder representar o município no evento. E isso é um feito muito histórico, porque, assim, é como eu falei- muitas das vezes as pessoas querem *status*, elas querem fazer para aparecer, então, assim, o apoio- muitas vezes a gente tem algumas dificuldades, alguns atritos, também com a prefeitura, acerca de alguns equipamentos, de alguma solicitação, de demandas, etc., mas, querendo ou não, ele foi um dos nossos apoiadores, um dos nossos- eu falo que um dos nossos parceiros, né? Junto à Belotur, junto à ISMASAC e a outros órgãos, também, da prefeitura, que deram muito apoio- e sempre dão muito apoio à instituição (Cleiton, presidente da atual gestão do CELLOS).

Na posição de chefe do poder executivo de Belo Horizonte durante dois mandatos, entre janeiro de 2017 e março de 2022, o ex-prefeito Alexandre Kalil é apontado neste trecho como único líder municipal que, historicamente, dispôs-se a apoiar e comparecer à Parada de Belo Horizonte. Tal conduta se faz notória, uma vez que as posições políticas tomadas pelo prefeito durante a sua gestão tendem a influenciar em cadeia as decisões tomadas por parte dos representantes apontados pelo prefeito para a liderança de órgãos e comissões diversas na estrutura política da prefeitura, tornando-se parte do seu plano de governo para a cidade. Assim como argumentado por Foucault (1970 [1999]; 1969 [2008]), a ocupação da função de enunciação por uma posição de sujeito legítima na ordem do discurso, no caso, o prefeito da cidade, faz com que todo enunciado proferido adquira um valor de verdade distinto no regime de verdades ao qual essa posição de sujeito faz parte. Isso significa que, para o CELLOS, a Parada passa a fazer parte do regime de verdades que informa as decisões tomadas pelo prefeito e todos os representantes de sua gestão, colocando o CELLOS em uma posição favorável na trama geral de poder-resistência na qual se encontra inserido, conforme mencionado pelo presidente, ao possibilitar à organização a articulação de algumas demandas, desde o patrocínio, até a possibilidade de legitimação do evento no calendário oficial do município.

Igual ele colocou- denominou a Parada como parte do calendário oficial de Belo Horizonte, que era algo também que nós tínhamos que ficar brigando ali para acontecer. Nós nunca tínhamos uma data específica, nós nunca tínhamos feito- nunca

sabíamos como ia ser, como iam acontecer as coisas. Teve ano, inclusive, da gente ter tanta dificuldade que (chegaram) a falar que a Parada não ia sair e a gente foi pra rua assim mesmo, porque a gente é desses, a gente luta, a gente resiste e fizemos acontecer. “Ah, mas a gente não vai dar recursos”, beleza, a gente vai fazer com o que a gente tem, se tiver que fazer apresentação no chão, vai fazer apresentação no chão, não precisa de um palco. A gente vai fazer acontecer o movimento (Cleiton, presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

Nesse caso, a fixação da data oficial no calendário de eventos da cidade, por parte do ex-prefeito, para a ocorrência da Parada do Orgulho LGBT, é apresentada como um importante ganho para o movimento LGBT+, exemplificando a inclusão da Parada, como enunciado legítimo, no regime de verdades que informa os acontecimentos políticos da cidade a partir daquele momento. Tal movimento merece atenção, pois, conforme enunciado pelo presidente da entidade, toda a execução da Parada nos anos anteriores a este acontecimento foi cercada de conflitos e tensionamentos com o poder público municipal que, por vezes, utilizava-se de mecanismos de poder na forma da suspensão de alvarás ou de autorizações diversas, a fim de impedir a realização do evento conforme planejado. Dessa forma, a rede de tensionamentos pode ser melhor ilustrada a partir da análise de partes da transcrição da reunião entre representantes do CELLOS, da prefeitura e do governo estadual (em seus órgãos vários) e o comando da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), que se seguiu à realização da Parada de 2015, ocorrida durante a gestão do ex-prefeito Márcio Lacerda.

Azilton [...] também diz que gostaria que o evento constasse no calendário municipal de Belo Horizonte, garantindo mais legitimidade e prioridade ao mesmo (p. 1).

[...] [membro do CELLOS] afirma que houve, pela primeira vez, apoio administrativo e político do governo do Estado, ressaltando que a questão é importante para o Governo. Diz da coletiva de imprensa que houve e reforça que o evento é um evento familiar, lutando pela não discriminação. Entende que o evento já está, ainda que não oficializado, do calendário da cidade e que mesmo sem apoio, ele continuará ocorrendo. [...] Azilton reforça a importância de inserir a Parada no calendário municipal para facilitar o planejamento (p. 2).

[...] [membro do CELLOS] informa que para os próximos eventos, a SETOP pode auxiliar o diálogo com a CBTU, também informa que sobre a falta dos banheiros químicos, revela que cada ano que passa, a PBH vem diminuindo os valores empregados na Parada e o Governo do Estado também precisou colaborar. [representante do Centro de Referência LGBT de Belo Horizonte] afirma que a PBH colaborou com recursos que estavam previstos no orçamento (p. 3).

[...] [representante do Centro de Referência LGBT de Belo Horizonte] fecha a reunião dizendo que para que a parada entre no calendário municipal, é necessário atuação do legislativo, mas o atual legislativo resiste em colocar a proposta na pauta (p. 4) (ATA DE REUNIÃO - Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais – Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais – COMOVEEC – 28 de julho de 2015 – 15:10 às 17:25).

Podemos perceber, assim, como os tensionamentos entre o poder público municipal e a entidade organizadora da Parada se desenrolaram ao longo dos anos. Utilizando-se, nesse caso,

de enunciados relativos à permanência da Parada como evento anual que atrai cada vez mais frequentadores, assim como da necessidade de melhor organização e planejamento do evento para que o mesmo ocorra sem prejuízos à população e ao patrimônio da cidade, representantes do CELLOS procuraram pressionar o poder público com vistas a conseguir melhores condições de patrocínio e de estrutura. Além do mais, a utilização de linguagem sociojurídica, assim como postulado por Carrara (2015), faz-se presente na enunciação cujos efeitos de poder almejados sobre os representantes públicos são o enquadramento da Parada como direito à cidadania e ao desfrute da cidade por parte da comunidade LGBTQ+. Sendo assim, podemos perceber a intrincada teia de relações de poder-saber travada ao longo dos anos entre a entidade e o poder público municipal, que culminaram nos ganhos relativos ao patrocínio e à legitimação do evento frente ao calendário da cidade, sendo este apenas um dos exemplos que fazem parte dessa complexa trama.

Por último, ao recuperarmos a fala do tesoureiro Álvaro sobre o longo processo de negociações envolvendo a viabilização da Parada, temos a posição das forças de segurança, representadas pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), como um dos atores que fazem parte desta trama de relações de poder na qual a entidade e a Parada, enquanto objeto de intervenção, encontra-se inserida. Por ser considerada uma organização total, faz-se adequado tratar a Polícia Militar, nesse caso, como um ator unitário e coeso, mesmo que as figuras de seus representantes sejam citadas (RIBEIRO; CRUZ; BATITUCCI, 2005). Por organização total, Ribeiro, Cruz e Batitucci (2005) entendem aquelas instituições nas quais os sujeitos a ela submetidos se tornam alvo de um intenso processo de subjetivação cujo objetivo inclui a total adequação, em termos de valores, anseios e normas, aos propósitos da organização. Dessa forma, na figura de aparelho repressivo do Estado e detentora do uso legítimo da força, a Polícia “é a organização que cuida da implementação, pela sociedade, de normas públicas, explícitas e obrigatórias que objetivam modos específicos de existência”, e seus oficiais devem materializar, em suas condutas no trabalho, este pressuposto (RIBEIRO; CRUZ; BATITUCCI, 2005, p. 295). Sendo assim, em termos foucaultianos, as ações dos seus representantes podem ser tomadas como as ações da instituição, uma vez que seus oficiais são treinados para seguir os valores e as ordens determinadas pelos comandos superiores, ocupando posições de sujeito similarmente legítimas.

Azilton se dirige a PMMG e se lembra que havia acordo que os organizadores participariam da instrução dos policiais que fariam o policiamento no dia. Ele relata que ouviu um policial dizendo que os participantes não deveriam estar ali no centro, entendendo que eles deveriam estar na periferia, que o centro não é lugar para eles. Azilton entende que há preconceito mesmo e que a fala na instrução teria efeitos

positivos na relação e entendimento da PMMG. A PMMG informa que há diretrizes que dizem de protocolos de atendimento ao público LGBT e que passou orientações quando em seu turno, mas reflete que cada policial acaba tendo sua própria formação e reforça isso em caderno doutrinário e que a PMMG tem seu entendimento claro sobre a questão. Informa que todos sabiam que havia muitos artistas e fantasias e que orientou policiais para não fazerem brincadeiras com os participantes (ATA DE REUNIÃO – Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais – Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais – COMOVEEC 28 de julho de 2015 – 15:10 às 17:25, p. 1).

Neste trecho, a transcrição das pautas abordadas durante a reunião de avaliação da edição da Parada de 2015 demonstra os tensionamentos presentes entre a organização e o aparato das forças de segurança que atuaram no evento. A partir da exposição do comportamento de outros oficiais, Azilton, à época um dos membros organizadores da Parada, confronta o Comandante representante da PMMG, ao mesmo tempo que argumenta que a presença em um curso preparatório para esses oficiais ministrado pelo CELLOS-MG, anteriormente à realização da Parada, poderia ter evitado o acontecimento. Em disputa, nesse caso, encontra-se o regime de verdade que informa cada ação de ambas as partes, que se materializa nas ações praticadas pelos oficiais durante o evento, evidenciando as redes de poder-saber em que estão inseridos e os tensionamentos com os frequentadores da Parada e os membros do CELLOS.

Subordinada ao poder público estadual, a Polícia Militar desempenha, juntamente a outros agentes de segurança municipais, o papel de policiamento e garantia da segurança dos frequentadores da Parada, do patrimônio público do estado e da cidade (nos cercamentos realizados nas praças e outros prédios públicos), além da liberação das vias públicas que a marcha percorre. Para além dessas funções, a Polícia Militar, juntamente ao Corpo de Bombeiros e aos agentes públicos de fiscalização da Prefeitura, atuam na liberação dos trios elétricos que animam e percorrem o trajeto acordado da Parada. Mais especificamente, são os oficiais da Polícia Militar os últimos a concederem a autorização que determina o início do evento, após a inspeção dos demais agentes e a autorização dos mesmos.

Teve uma das paradas, me parece que é na 13ª parada, nós estamos na- nós realizamos a vigésima segunda- na 13ª parada nós tivemos um problema de alvará. Tivemos um problema de alvará, e aí com todas as negociações políticas, a Parada não foi autorizada a sair- nessa época ainda a concentração era na rua São Paulo com Afonso Pena- São Paulo, Tamoios com Afonso Pena- os trios para sair e as forças de segurança disseram “você não vão sair. Não vão sair”. Gente, é- é, assim, você está ali- você organizou tudo, contribuiu com muitas coisas- nessa época eu não era tão da comissão organizadora, mas é frustrante. Eles disseram “você não vão sair”. Aí foi uma parada muito marcante, porque as lésbicas, elas saíram em caminhada, sem trio, sem nada e balançaram os gradis do Palácio da Liberdade no sentido de que iam tirar, de que iam arrancar os gradis e queriam depredar o Palácio da Liberdade, até que as forças de segurança, preocupadas com a revolta que estava entre os participantes,

autorizaram a saída. Autorizaram a saída. “Ah, não pode, por causa de segurança, porque que não vai ter...”, então nós saímos em caminhada, em marcha, fomos para o Palácio da Liberdade, porque o problema estava no Corpo de Bombeiros, que está ligado ao nível estadual, e aí, quando a gente estava tentando arrancar as grades dos jardins do Palácio da Liberdade, a viatura da Guarda Municipal passa dizendo para que era para todos nós voltarmos para a concentração, porque a Parada estava autorizada a sair. E, naquela época ela saía pela (Av.) Afonso Pena e terminava na (rua) Professor Moraes, lá no alto da (Av.) Afonso Pena. Então, foi um momento muito marcante, porque a indignação que tomou ali nos presentes fez com que a gente tivesse uma ação, vamos dizer assim, mais violenta, uma ação mais enérgica, que essa ação enérgica levou à decisão política de que nós não íamos sair fosse revista e nós conseguimos sair e conseguimos fazer o nosso evento e terminar o evento com toda a emoção e todo nosso entusiasmo. Essa foi a que mais me marcou, porque, “se vocês saírem, vocês vão ser presos”. “Vocês vão ser presos”. E aí a coisa ficou mais nervosa. E as lésbicas, lideradas pela Soraya Menezes, tiveram um papel fundamental, porque, na hora do “vocês vão ser presos, se derem um passo vocês vão ser presos”, “se o motorista do caminhão der um passo- der marcha lá- der arrancada no carro- o motorista vai ser preso”, “se der um passo”, tudo isso foi falado, as lésbicas saíram em marcha e tentaram arrancar os gradis da Praça da Liberdade, e aí a gente conseguiu sair. Então essa- pela luta, e por, de uma certa forma, a gente- parafrasear Stonewall, que é a origem de todas as Paradas, o berço das Paradas, o berço do movimento LGBT moderno- isso marca, isso emociona, isso traz memórias afetivas e políticas muito profundas, que só quem viveu sabe (Álvaro, tesoureiro da atual gestão do CELLOS-MG).

Outro relato, similar, evidencia a trama de relações de poder estabelecida:

Nas primeiras paradas, quando eu nem era da direção... o que que aconteceu? As paradas começavam na Praça Sete, depois que elas foram para a Praça da Estação, porque chegou um tempo que o centro ali já não estava mais comportando as pessoas e nós tivemos que ir para a Praça da Estação. Mas uma Parada... o palquinho era bem pequeno, ali no quarteirão da Carijós, ali onde é o “Big Bang”, onde tinha aquele espaço lá, então faziam um palquinho ali e um ano que a PM estava muito radicalizada, não queria que a parada saísse. A gente estava em negociação- eu, inclusive, estava na mesa de negociação com a PM e a gente estava lá negociando e aí deu alguma confusão no palco, não sei o que lá, alguém falou alguma coisa sobre a PM e aí, pronto. O Comandante Geral falou “acabou. Encerra essa negociação. Não vai sair a Parada. Essa Parada não vai sair”. Aí o Osmar Prado, lá de Juiz de Fora, ele veio- ele deitou, ele simplesmente deitou de braços e pernas abertas em plena Av. Amazonas. Aí os carros todos pararam, porque ele estava deitado em uma das pistas. Aí eu fazendo o cordão de isolamento, né? Para que ninguém- para proteger ele que estava deitado no chão e para que o pessoal visse que tinha alguém ali- aí o pessoal foi invadindo e a Parada saiu no peito e na raça, sabe? Então, para mim, foi esse o grande momento, sabe? A força da resistência. Porque a gente, desde sempre- a gente acaba resolvendo isso a partir disso, da nossa vivência- e temos que usar nossos corpos, inclusive. Então, para mim, foi a Parada mais marcante, se eu não me engano foi a 10ª Parada, eu acho, se eu estou puxando bem pela memória. Nós estamos na edição 20ª agora- já tem dois anos que não fazemos a Parada, sabe? Mas foi esse processo que me marcou, que me fez entender o real papel do que é ser militante (Azilton, vice-presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

Ambos os relatos, destacando momentos distintos vividos pelos membros da organização, evidenciam a trama dinâmica de relações de poder-resistência travadas entre a Polícia Militar e o CELLOS, tendo em disputa a realização da Parada do Orgulho LGBT enquanto um evento cultural e político. Percebemos que, em mais de uma ocasião, a Polícia

Militar, ocupando a posição de sujeito responsável pela autorização final para o início do evento, atua de forma a tentar impedir a saída da marcha, utilizando-se do alvará que atesta a segurança dos trios elétricos como mecanismo de poder para exercer a sua vontade. Conforme relatado por Foucault (1977 [2006a]), o estabelecimento de jogos de poder e de enfrentamento entre atores pressupõe o posicionamento estratégico dos mesmos de modo a abrir um campo de possibilidades de resistência ao poder exercido, de forma dinâmica e circunscrita à mesma relação de poder que a origina. Dessa forma, temos como uma ação tomada pela Polícia Militar, na posição de sujeito que detém a autorização para o acontecimento do evento, é recebida por uma outra ação, mais enérgica, vinda de participantes do evento, seja na forma de uma marcha em direção ao edifício que simboliza o poder do governador, seja na forma de utilização do próprio corpo como mecanismo de resistência. Logo, o desfecho de cada situação evidencia as diversas formas que estes jogos de poder podem tomar e como o processo dinâmico permite reviravoltas na trama de relações.

\*\*\*

Conforme dito anteriormente, tentamos colocar, de forma inteligível, todo o emaranhado de relações nas quais a Parada, enquanto evento e enunciado, e o CELLOS, enquanto entidade organizadora, encontram-se envolvidos. O esforço empreendido para abordar os aspectos discursivos em relação à Parada, ao mesmo tempo que situamos as intervenções e os jogos de poder-saber-resistência na qual se encontra inserida, aconteceu de modo a apresentar, em duas dimensões, um fio condutor do pensamento que fosse minimamente compreensível desse grande emaranhado rizomático. Ainda assim, analisar a Parada é desembaraçar um novelo cujos fios se cruzam constantemente. Por isso, é necessário ter em mente que a Parada é “isso tudo, tudo junto”, é um enunciado, é um momento de ocupação das ruas, de legitimação dos corpos e das vivências, é alvo de intervenção, ao mesmo tempo que produz verdades sobre si, sobre a entidade que a organiza e sobre a comunidade que representa, é conflito, tensionamento, luta, antes, durante e depois de sua realização. A Parada, apesar de não ser a única atividade desenvolvida pelo CELLOS, é uma das mais importantes. Por conseguinte, abordá-la em sua complexidade se mostra um exercício desafiador, pois, a todo momento, as pontas se entrelaçam e o novelo torna a emaranhar.

Ainda, este é um exercício importante a se fazer, pois somente assim podemos compreender esse movimento dinâmico e pendular de enunciação, dispositivo e enunciação, movimentado pelos jogos estratégicos de poder nos quais se inserem a entidade organizadora,

a fim de viabilizar a Parada. Durante a sua execução, são produzidas verdades sobre os corpos, sobre as diversas vivências desses corpos, sobre as formas legítimas de ocupação das ruas e reivindicação de direitos, utilizando uma linguagem sociojurídica a fim de reafirmar o direito à cidadania e ao acesso à cidade. Atualizam-se, ali, os dispositivos de sexualidade vigentes, ao mesmo tempo que o dispositivo exerce efeitos de poder sobre os corpos e as vivências ali em disputa, tornando-os um pouco mais legíveis, um pouco mais legítimos, constituindo-se mutuamente, dinamicamente. Antes e após a sua realização, no entanto, outras forças passam a atuar sobre o movimento, sobre a entidade e sobre o evento, tornando importante o entendimento de que estes jogos estratégicos de poder-saber-resistência também fazem parte da atualização do dispositivo de sexualidade, potencializando os tensionamentos. Sobretudo, faz-se necessário entender que este é um movimento incessante, que as posições de sujeito podem mudar, que as enunciações podem se alterar, mas que a mesma dança continuará a ser repetida, de novo e de novo, enquanto operarem as exclusões da matriz sexual hegemônica e enquanto houver modos de existência a serem legitimados.

## VIII. A FORMAÇÃO DE UM MEMBRO CELLISTA

*“E isso é que é o bonito, né? A pessoa pode até sair do CELLOS, mas o CELLOS não sai da pessoa.”*

Nos capítulos anteriores, abordamos, primeiramente, a organização do CELLOS-MG em seu *éthos* constitutivo, ou seja, enquanto sujeito coletivo de moral e política, ressaltando o estado atual das coisas, num movimento de “diagnóstico do presente”, além das regras e normas de organização e o espaço/função que ocupa nos discursos. Em segundo lugar, abordamos a Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte, organizada pelo CELLOS-MG, enquanto um evento em suas múltiplas dimensões e funções desempenhadas nos discursos. Neste capítulo, por sua vez, temos a análise do eixo referente aos membros militantes do CELLOS-MG, ou “militantes cellistas”, procurando questionar como se dá esse processo de constituição enquanto sujeitos sexuais e sujeitos políticos, ao mesmo tempo, militantes pela organização do CELLOS e pela causa LGBT+, inseridos em uma sociedade e contexto sócio-histórico específico, mais especificamente, o tempo presente.

Conforme visto anteriormente, um dos aspectos do empreendimento analítico foucaultiano reside na interpelação do tempo presente, na investigação histórica dos eventos que levaram os sujeitos a serem constituídos e a se constituírem a si mesmos, a se tornarem sujeitos de ações e de palavras. Tal movimento ficou conhecido como a “ontologia do presente” de Foucault, ou diagnóstico crítico do presente, uma atitude filosófica que visa abrir questionamentos sobre o estado das coisas no tempo em que vivemos (ADVERSE, 2010). Isso significa dizer que, para que possamos entender a constituição dos sujeitos no tempo presente, tanto em termos dos exercícios empreendidos por esses sujeitos na elaboração de si mesmos por meio de “técnicas de si”, ou “cuidados de si”; quanto em termos da complexa trama de relações de poder-saber nas quais esses sujeitos são produzidos, é preciso questionar o tempo presente e os acontecimentos que os trouxeram até aqui (FOUCAULT, 1984 [2006b]).

Dito isso, devemos lembrar como Foucault (1976 [2011]) discutiu as mudanças nos mecanismos de poder ocorridas entre os séculos XVIII e XIX que culminaram na gradual transformação de um regime de verdade sobre o sexo e a sexualidade pautado nas alianças familiares, em um novo regime, baseado na linguagem biomédica e traduzido na implementação de dispositivos de poder atuantes sobre o tecido social, produzindo corpos e verdades. Para Foucault (1976 [2011]), este dispositivo de poder se desenvolveu sob a égide de



uma produção discursiva exacerbada sobre o sexo/sexualidade, por meio de uma linguagem científica centrada na medicina, que ao mesmo tempo atuava sobre os corpos de sujeitos de forma negativa, por meio de interdições, e positiva, por meio da produção de subjetividades. Assim, o surgimento das figuras da “mulher histérica”, da “criança masturbadora”, do “casal malthusiano” e do “adulto perverso”, como objetos do saber na produção de discursos sobre o sexo, demonstram o funcionamento dos mecanismos de poder atuantes na produção de verdades, sujeitos, interdições e exclusões.

Adicionalmente, Butler (2003) argumenta que, ao longo do século XX, o funcionamento do dispositivo de sexualidade na produção de identidades de gênero e de sexualidade se encontra pautado na ficção “fundacionista” de coerência heterossexual, na qual os marcadores culturais hegemônicos de “gênero”, “sexo” (em seu aparato fisiológico) e “desejo sexual” necessitam se encontrar alinhados de tal forma que permita a sua leitura inteligível para que determinado sujeito seja enquadrado normativamente em sociedade. Isso significa dizer que as expectativas de alinhamento entre gênero, sexo e desejo sexual devem obedecer à norma heterossexual na produção de sujeitos sexuais, formando, assim, uma matriz heterossexual de identidade que relega qualquer outra possibilidade de leitura e de existência, às margens, criando novas exclusões.

Na esteira desse movimento, Carrara (2015) afirma uma nova transformação em direção a um regime secular da sexualidade no qual a multiplicidade de sujeitos nas margens das normas sociais vem, cada vez mais, organizando-se na reivindicação por direitos civis e cidadania, com o respaldo dos direitos humanos. Utilizando-se de uma linguagem sociojurídica, movimentos sociais argumentam a favor do reconhecimento da dignidade humana daquelas existências de gênero e de sexualidade que não ferem os princípios de consensualidade e de responsabilidade no uso dos prazeres, em prol da “cidadania sexual” desses sujeitos, da efetivação de uma “democracia sexual” que os inclua (CARRARA, 2015). Dessa forma, a análise sobre a constituição de sujeitos sexuais e políticos no tempo atual deve considerar esses fatores de produção dos sujeitos, esses mecanismos de poder atuantes no tecido social que, paulatinamente, aproximam as formas de constituição dos sujeitos enquanto sujeitos morais, sexuais e políticos.

Por isso, retomamos os relatos dos membros militantes e atuantes do CELLOS-MG sobre os motivos que os levaram a se filiar à organização, a fim de destacar elementos do contexto sociopolítico no qual se encontravam inseridos naquele momento:

Me chamo Cleiton [sobrenome], sou homem gay cis, me descobri um homem gay cis, na verdade, aos- ao longo da vida, né? Porque eu costumo dizer que há um processo de descoberta, muito doloroso, por sinal. Para a grande maioria esse processo é um processo que dói muito. Mas é isso. [...] Conheci o CELLOS quando eu tinha 18 anos, então foi bem no momento do meu “start”, de chegar para a minha família e colocar a situação da sexualidade para a minha família e logo em seguida, nesse mesmo ano, eu fui alvejado com um tiro [voltando da Parada] e a partir daí eu fui buscando conhecer e entender um pouco melhor- no ano de 2010 eu participei da minha primeira Parada, onde teve a formação de voluntariado e comecei entregando preservativo mesmo, ali, que é parte de uma das ações que é feita ali dentro, né? (Cleiton, presidente do CELLOS-MG).

[...] Até porque eu tinha uma dificuldade em me assumir, em me apresentar para a sociedade. Vulgarmente eu vivia “dentro do armário” e foi o CELLOS quem me ajudou nas discussões, nas elaborações, nas compreensões para me afirmar, para me assumir como gay e ser uma pessoa, hoje, vamos dizer assim, “conhecida” na comunidade LGBT. Assumido em Belo Horizonte, assumido no meu trabalho, para a minha família, mas tudo isso foi um grande processo que o CELLOS teve uma significativa contribuição (Álvaro, tesoureiro da atual gestão do CELLOS-MG).

Podemos perceber que, para os sujeitos dos relatos acima, os processos de elaboração enquanto sujeitos políticos atuantes por uma organização, por um movimento, encontram-se intensamente atrelados aos seus processos de constituição enquanto sujeitos sexuais. Nas falas tanto de Cleiton quanto de Álvaro, ambos os sujeitos articulam o momento de seus respectivos envolvimento com a entidade com um processo de “descoberta” e de “afirmação” da própria identidade homossexual para o convívio familiar e para a sociedade. Tal processo é descrito por ambos como longo, deliberado e agonístico, conforme evidenciado por Cleiton, no momento em que afirma ser “um processo de descoberta”, “ao longo da vida”, “muito doloroso, por sinal”, acompanhado de uma situação extrema de violência (“fui alvejado com um tiro”); e, também, por Álvaro, quando diz que: “o CELLOS quem me ajudou nas discussões, nas elaborações, nas compreensões para me afirmar, para me assumir como gay”. Para ambos os sujeitos, este processo de compreensão e afirmação da própria sexualidade envolve um longo, deliberado e doloroso trabalho do sujeito sobre si, de modo a reconhecerem-se como sujeitos desviantes da norma heterossexual em uma sociedade que os exclui por esse motivo. Logo, a articulação desses processos de elaboração tanto como sujeitos sexuais quanto como sujeitos políticos encontra um ponto comum no envolvimento dos sujeitos com a entidade, pois a entrada para o movimento social coincide com o processo de afirmação da sexualidade desses sujeitos, sendo ambos os processos elaborados na base de uma linguagem sociojurídica, que permite a esses sujeitos ocuparem posicionamentos específicos nas relações de poder-saber-resistência.

Esse ponto pode ser melhor visualizado quando analisamos a fala de Penélope reproduzida, primeiramente, no capítulo anterior e retomada na íntegra:

Falar do CELLOS, para mim, é uma nostalgia muito grande, porque eu conheci o CELLOS na minha adolescência, aos 15 anos. Hoje eu tenho um pouco mais de 30, e a relação com o CELLOS é uma relação direta de muito amor e que está presente há mais da metade da minha vida. A conversa com o CELLOS- convivendo com pessoas LGBTs que eu pude entender um pouco mais da minha condição homoafetiva, me assumi para minha família e me tornar uma *drag queen* militante, porque além de trazer arte, entretenimento, beleza, como a [*drag queen*] aí está lindíssima, a gente também tem uma responsabilidade de comunicar com as pessoas LGBTs e para fora do nosso nicho, da nossa bolha, da noite, que é onde as pessoas às vezes nos colocam. Então, para mim, hoje, estar aqui podendo falar um pouquinho dessa relação é muito importante, é muito gratificante, porque a gente sabe que essas relações, desde o acolhimento, até as lutas e os embates que o CELLOS sempre foi pra frente, construiu aí sua importância (Penélope Fontana, *drag queen*, Evento de Lançamento do Projeto Conexão das Cores – 24 de março de 2022).

Ao recontar a sua trajetória de inserção na entidade, Penélope, como sujeito posicionada, simultaneamente, como *drag queen* e militante do CELLOS, evidencia a articulação de ambos os processos de constituição referidos. Esse duplo e simultâneo movimento pode ser melhor observado quando, primeiramente, Penélope fala sobre o papel desempenhado pela entidade no processo de entendimento da sua “condição homoafetiva” e, logo em seguida, enfatiza o lugar que atualmente ocupa, de modo a permitir que ela, ao tornar-se “*drag queen* militante”, comunique-se tanto com a comunidade LGBT+ quanto com o público fora da comunidade, sobre questões importantes ao movimento. Dessa forma, vemos que ambos os processos de constituição do sujeito militante da organização, enquanto sujeito sexual e sujeito político, são indissociáveis um do outro, ocorrendo de forma simultânea.

A minha busca pelo CELLOS passa muito pelo o que vocês falavam a pouco, né? Assim, eu acho que o processo político que a gente viveu no Brasil em 2017 e 2018 foi, para mim, um despertar. Um despertar no sentido que os direitos estão em cheque o tempo todo, estão sujeitos à disputa um tempo todo e que existe um movimento reacionário na sociedade do Brasil que está interessado em fazer voltarem para trás, pouco a pouco- não é, assim, necessariamente, uma coisa de grandes gestos, mas é um esvaziamento de política aqui, é um sistema de assistência social que para de funcionar, é a distribuição de medicamentos que não funciona corretamente, é a discussão de gênero e sexualidade nas escolas... e se a gente começa a ceder espaço para essas pequenas vitórias conservadoras, logo a gente perde muito espaço social. Logo a gente perde muito a oportunidade de existir, de ocupar rua, de poder expressar nosso afeto livremente. E aí, é como o Cleiton disse, “quando a gente dá pela coisa, os direitos já foram perdidos”. Assim, é necessário que a gente tenha essa consciência que os direitos da população LGBT estão sempre em cheque, sempre sujeitos a retrocesso. Então, o que me trouxe, o que me fez buscar o CELLOS, me fez querer participar da Parada de 2019, querer ver o que acontece em Belo Horizonte em termos de movimentos sociais foi, de fato, a eleição de um governo conservador em 2018, foi esse susto, né? Foi dizer, “olha, mais da metade dos votos válidos no Brasil está disposta a pelo menos- pelo menos- a negociar com representantes políticos que professam a homofobia, que aceitam a homofobia” (Loni, Live 8ª Jornada pela Cidadania Anyky Lima com a vereadora Duda Salabert, 21 de agosto de 2021).

Já o relato de Loni, membro da atual diretoria do CELLOS e participante da *live* em questão, demonstra como esses processos de elaboração se encontram baseados em uma linguagem sociojurídica que organiza a produção de sujeitos, tal qual argumentado por Carrara (2015), de forma a situar o contexto das relações de poder-saber no tempo presente. Ao se utilizar de enunciados historicamente situados, remontando ao debate político que pautou as eleições nacionais entre 2017 e 2018, especialmente no que se refere aos direitos conquistados pela comunidade LGBT+, o sujeito militante evidencia um trabalho de elaboração de si baseado em enunciados concernentes à reivindicação por direitos sexuais e cidadania, que direciona e impulsiona o movimento LGBT+ no contexto atual. Assim, esta passa a ser a forma como o sujeito elabora a sua constituição política enquanto membro militante da entidade, ao evidenciar as tensões subjacentes aos processos sociopolíticos ocorridos no momento de sua aproximação da entidade, na articulação de enunciados pautados nos direitos civis dos sujeitos marginalizados.

Na esteira desse movimento simultâneo de constituição de sujeitos políticos e sexuais, temos, ainda, o processo de filiação desses sujeitos na organização. Isso significa considerar a adição de mais uma camada na compreensão do processo de constituição desses sujeitos, uma vez que o processo de filiação envolve, também, um período de formação dos sujeitos nas temáticas que são caras ao movimento e nas questões que são relativas ao funcionamento da entidade, conforme exposto a seguir:

[...] Iniciei voluntariamente. Hoje, na verdade, todos nós somos voluntários ainda né? Só que eu iniciei como voluntário de Parada, para poder ajudar nas questões da Parada, né? Na realização... Antigamente não era nem feito as formações da forma como hoje realizamos. Então, o processo era diferente, que a gente foi aprimorando com o tempo. Nós tínhamos encontros e nesses encontros nós falávamos de diversos assuntos que sobre a história LGBTQIA+ de Belo Horizonte, sobre o início do movimento, como se deu o início do movimento, como que iniciaram as atividades... Assim- porque o CELLOS, no dia 9 de março, completou 20 anos de existência. Mas antes do CELLOS já existiam alguns movimentos, né? O SOMOS, o movimento feminino de lésbicas- da associação das lésbicas, então, tudo começou com esses movimentos e aí no ano de 2002 nasce- digamos- o CELLOS-MG, fundado através do [membro fundador] e de outras pessoas (Cleiton, presidente do CELLOS-MG).

Nós temos as Jornadas pela Cidadania LGBT- essa jornada é um processo de formação das pessoas que vão contribuir na Parada. A Parada é precedida por um processo de formação que dura de 2 a 3 meses antes da Parada e que culmina esse processo com a Parada. E nessa jornada, ela tem diversas temáticas. Temáticas das pessoas trans, dos direitos humanos, da legislação e de temas que os próprios- as pessoas que estão chegando na jornada querem discutir. E eu tenho contribuído um pouco na história dos movimentos sociais, em função de uma militância, em função de algum acúmulo na história dos movimentos sociais- então aí a gente já- na história, já tem uns slides, uns powerpoints que a gente vai discutindo, apresentando e que orienta a discussão com o grupo sobre a história dos movimentos sociais. Então, eu tenho participado mais dessa forma na jornada. E, internamente, na questão da

formação de novos militantes, quando a gente vai discutir a história do CELLOS, discutir um pouco da questão da tesouraria, de como é que a gente faz os nossos eventos... eu, até pela minha experiência, me sinto um formador de novas pessoas, porque, como eu te disse, a nossa formação se dá no processo, na ação. E aí a gente que já tem uma expertise, a gente contribui com essa expertise na formação de novas pessoas. Então eu vou dizer, assim, que teria uma contribuição mais formal, mais acadêmica, nesse processo da jornada e tenho uma outra contribuição na formação dos celistas nessa questão mais prática, mais do processo, de organizar para a gente participar da conferência, como que a gente vai fazer, como a gente vai organizar as nossas propostas, como a gente distribui os grupos para poder apresentar e defender as nossas propostas nas conferências- então, essa expertise, a gente vai contribuindo com os novos militantes e ativistas, no processo. Então é algo mais prático, do dia-a-dia. E a outra formação, vamos dizer, mais acadêmica, mais teórica, mais de discussão de ideias... aí eu me sinto, que contribuo dessa forma como- uma contribuição na formação dos novos militantes (Álvaro, tesoureiro da atual gestão do CELLOS-MG).

Em ambos os trechos, podemos observar que, desde a sua fundação, o CELLOS-MG realiza um trabalho formativo com os indivíduos interessados em se tornarem militantes membros da entidade. Conforme os relatos de Cleiton e de Álvaro, as formações preparadas pela entidade têm por objetivo capacitar os indivíduos voluntários que irão atuar na organização da Parada, abordando temáticas que vão muito além dos procedimentos de organização do evento, incluindo as pautas discutidas pelo movimento LGBTQ+ no geral, além de outras temáticas relativas ao funcionamento da organização. Isso significa dizer que há um interesse deliberado da organização em atrair indivíduos que estejam interessados em discutir as temáticas propostas, em se inteirar do funcionamento interno da organização e, no final desse processo, tornarem-se membros ativos da entidade. E todo esse processo se inicia com a organização do evento da Parada do Orgulho LGBTQ de Belo Horizonte, mais uma vez fazendo a ligação com as questões abordadas no capítulo anterior, no qual discutimos as várias funções desempenhadas pela Parada enquanto evento e enquanto enunciado.

Ainda assim, retomando os relatos dos sujeitos acima, devemos destacar os processos de constituição, agora triplo, enquanto sujeitos sexuais, políticos e militantes do CELLOS, em que estes sujeitos estão envolvidos. A fim de desvelar esse complexo processo, devemos analisar alguns elementos das falas dos sujeitos acima, de modo a evidenciar a trama de relações nas quais estes indivíduos se encontram envolvidos. Primeiramente, conforme o relato de Cleiton, ao citar a realização dos encontros temáticos por parte da entidade, notamos que estas reuniões vêm sendo organizadas desde a fundação do CELLOS, de modo a proporcionarem aos indivíduos espaços de formação e de socialização entre pares. Este ponto pode ser evidenciado quando notamos em sua fala a menção a um processo que vem sendo “aprimorado”, e que se distingue do que vinha sendo realizado “anteriormente” pela entidade, tornando-se mais elaborado em sua formação. Tal aspecto adquire relevância quando notamos que este é um

processo que vem sendo realizado desde a fundação, uma vez que a organização necessita da renovação de seu quadro de militantes para se perpetuar no tempo, para que o movimento LGBT+ permaneça atuante e as atividades executadas pela organização continuem sendo organizadas.

Em segundo lugar, juntamente à fala de Álvaro a respeito do seu papel de sujeito formador e instrutor dessas reuniões, podemos perceber como estes sujeitos se encontram envolvidos em relações de poder-saber nos moldes do que Foucault (1984 [2006b]) chamou de “cuidado de si” para o “governo do outro”, pois, ao se constituírem enquanto sujeitos sexuais, políticos e militantes, conhecendo a si mesmos e se conduzindo adequadamente, estes indivíduos realizam um trabalho deliberado e ético sobre si que os torna aptos a exercer sobre outros essa mesma função de mentoria, de guia, de conselheiro e enunciador de verdades (FOUCAULT, 1984 [2006b]). Ao enfatizar o seu envolvimento na formação de novos militantes, tanto em questões dos movimentos sociais quanto em questões relativas à tesouraria, Álvaro demonstra a sua posição enquanto sujeito enunciador de verdades para outros sujeitos que estão envolvidos naquele processo de constituição, no papel, agora, de mentor, depois de ter ocupado o papel de quem estava sendo orientado. Desse modo, averiguamos que as relações travadas entre esses sujeitos se dão nos moldes do “cuidado de si” de que Foucault (1984 [2006b]) fala, no qual ambas as posições de sujeito, de mentor e de “pupilo”, foram ocupadas pelos indivíduos dos relatos em momentos diferentes. Antes, na qualidade de sujeito interessado em se tornar membro militante, Álvaro ocupou a posição de sujeito de “pupilo” nas relações de poder-saber, ao passo que, atualmente, na condição de membro militante, este ocupa a posição de “mentor”, ao participar ativamente da formação de outros membros.

Não teve, assim, vamos dizer, uma formação acadêmica, mas teve um processo de formação, porque eram discussões temáticas aos finais de semana, aos sábados à tarde. E aí eu ficava doido para chegar no próximo sábado, para saber qual era a próxima discussão, encontrar as pessoas e aí foi-se criando um vínculo, foi-se criando um relacionamento- amizade com a turma e que me identifiquei com a entidade. Inicialmente, quando me aproximei da entidade, eu não tinha a noção do que era a entidade. Foi uma aproximação mesmo por se identificar, por identificar com os pares, por serem pessoas com a mesma orientação sexual. E aí foi essa aproximação. E aí depois que a gente está, que a gente começa a conhecer, começa a entender que o trabalho não é só a Parada e não são somente essas discussões temáticas aí a gente começa a se envolver mais e aí que vamos avançar para a militância. Um trabalho mais, assim, orgânico na instituição (Álvaro, tesoureiro da atual gestão do CELLOS-MG).

Nesse sentido, faz-se evidente como a organização articula um espaço de formação de militantes utilizando-se da Parada como atrativo para os potenciais indivíduos interessados. A

partir daí, espera-se que o envolvimento voluntário dos indivíduos nesses encontros organizados resulte em candidaturas à filiação na organização e participação ativa nas atividades exercidas por ela. Tal processo de constituição ao qual os sujeitos militantes do CELLOS se submetem destaca a existência de todo um regime de verdade criado em torno da prática da militância celista, incluindo formações discursivas e enunciados os quais são acionados durante os esforços de conhecimento e de elaboração de si realizados pelos sujeitos nos movimentos de constituição sexual, política e organizacional (de militância celista).

Invariavelmente, cada um dos processos de constituição aos quais estes sujeitos se encontram submetidos acionam enunciados específicos nos seus discursos, que podem ser visualizados nas falas a respeito dos conteúdos abordados nas “Jornadas pela Cidadania LGBT”, nome atualmente dado à série de encontros organizados pela entidade que precedem a realização da Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte, conforme visto anteriormente. Por isso, devemos analisar separadamente cada processo de constituição, de modo a compreender quais enunciados são ativados e como eles são articulados no regime de verdade ao qual esses sujeitos se encontram submetidos.

Iniciando pelo processo de constituição de sujeitos sexuais, temos os relatos dos atuais membros militantes sobre os encontros temáticos promovidos pelo CELLOS-MG no contexto de suas aproximações com a entidade:

Então a gente sempre teve a história do movimento- a gente discutia sexo, sabe? Coisas idiotas, né? A questão do seu prazer... a gente tinha oficinas de sexualidade, que isso não existia... e aí gente falava de sexo mesmo, sabe? Essa coisa bem do dia-a-dia, por quê? Porque, na verdade, o CELLOS era de uma certa forma um espaço seguro onde a gente podia falar dessas coisas, que a gente não falava com ninguém. Então, para nós, essa oficina de sexualidade era uma libertação, era um momento que a gente tinha pra falar de nós mesmos, das nossas coisas- ver que falar de tesão, de desejo, de beijar na boca, de chupar, de dar, de fazer e acontecer não era algo ruim, não era algo pernicioso. Então, isso nos ajudou muito. Nos libertou, digamos assim (Azilton, vice-presidente do CELLOS-MG).

Na verdade, eu comecei a me aproximar do CELLOS nas Paradas, então aí nas Paradas eu sabia quem era o CELLOS... e aí o CELLOS tinha reuniões, que eu sabia que às vezes eram semanais, às vezes quinzenais, aos sábados à tarde. Então tínhamos as reuniões aos sábados à tarde e depois saíamos para o que se chamava “Prevenção”, que eram as distribuições de camisinhas, conversas com as pessoas em alguns pontos LGBT. E foi aí que eu comecei a me aproximar do CELLOS (Álvaro, tesoureiro da atual gestão do CELLOS-MG).

Ambas as falas dos sujeitos pintam quadros complementares de como eram realizadas as reuniões no contexto das suas aproximações da entidade, por volta de 10 anos atrás. Percebemos, tanto pela estruturação dos encontros quanto pelo conteúdo abordado, que se trata de um contexto sociopolítico no qual os indivíduos LGBT+ se encontravam ainda mais

marginalizados em sociedade, encontrando no espaço oferecido pelo CELLOS para esses encontros regulares a oportunidade de discutirem suas existências e desejos que lhes eram negadas, silenciadas, em outros espaços. Esse ponto é evidenciado no relato do vice-presidente, quando se refere aos encontros como “um espaço seguro onde a gente podia falar dessas coisas, que a gente não falava com ninguém”, demonstrando os silenciamentos em torno das vivências e desejos LGBTQ+. Além disso, o conteúdo abordado durante as reuniões demonstra o acionamento de enunciados sobre práticas sexuais homossexuais e sobre o uso responsável dos prazeres como forma de constituição dos sujeitos, evidenciado nas falas dos militantes ao recontarem o conteúdo abordado na “oficina de sexualidade”, em conjunto com a prática de distribuição de preservativos em pontos LGBTQ+ que era realizada logo após o término das reuniões. Dessa forma, percebemos que o trabalho de conhecimento de si e de cuidado de si e do outro, deliberado e realizado nesses espaços, fez parte do processo de elaboração dos sujeitos como sujeitos sexuais de uma sexualidade marginalizada, nos moldes descritos por Foucault (1984 [2006b]) e discutido por Carrara (2015). Este último argumenta como a produção de sujeitos sexuais no “novo” regime secular de sexualidade se encontra pautado numa linguagem jurídica que inclui o uso responsável e consensual dos prazeres, impulsionada pela epidemia de HIV/AIDS nos anos 1980. Logo, a distribuição de preservativos e as conversas sobre práticas sexuais seguras constituem enunciados de uso responsável e consensual dos prazeres acionados pelos sujeitos para a constituição de si naquele momento e para a realização do cuidado do outro (FOUCAULT, 1984 [2006b]; CARRARA, 2015).

Trazendo a análise dos contornos que esse processo de constituição toma no tempo presente, temos o trecho de uma das *lives* para a “8ª Jornada pela Cidadania LGBTQ, Anyky Lima”, organizadas no ano de 2021, disponibilizadas pelo perfil oficial do CELLOS-MG na rede social *Instagram*® (@paradabh). Nesse encontro com representantes do Conselho Regional de Psicologia (CRP-MG), um dos membros militantes do CELLOS, responsável pela moderação do debate, faz uma breve fala sobre o assunto abordado durante a transmissão:

A gente estava conversando aí antes de começar a *live* a respeito dessas novas siglas que vem integrando aí a comunidade LGBTQIA+. A gente começou lá em 1994, com a sigla “GLS”, que eram “gays”, “lésbicas” e “simpatizantes”. Aí a gente veio para “GLBT”, que era “gays”, “lésbicas”, “trans e travestis” e “bissexuais”. E, hoje em dia, a gente já começou a ter uma variação muito grande. A gente teve a despatologização da homossexualidade lá na década de 1990 e, atualmente, da transexualidade. Então eu queria que você falasse um pouquinho sobre essa nova sopa de letrinhas, explicar para as pessoas por quê que isso acontece, por quê que isso é benéfico, porque muita gente acredita que isso é, assim, isso é só mais um detalhezinho, isso é só mais uma coisinha. Então eu queria que você explicasse para as pessoas o porquê é importante a gente ter essa afirmativa, a gente dar visibilidade para essas pessoas, também



(Thiago, Live da 8ª Jornada pela Cidadania Anyky Lima com representantes do Conselho Regional de Psicologia, 7 de agosto de 2021).

Podemos observar, no trecho apresentado, a fala do membro militante do CELLOS a respeito das identidades de gênero e de sexualidade organizadas pelos acrônimos utilizados pela comunidade LGBTQ+ ao longo do tempo, juntamente à breve consideração a respeito dos movimentos de reconhecimento da dignidade humana dos sujeitos LGBTQ+ promovidos pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), com as modificações que retiram do Manual de Diagnósticos e Estatísticas de Doenças Mentais (DSM) as definições patológicas para “homossexualidade” e transtorno de identidade de gênero. Essa fala deve ser analisada em conjunto com a ementa disponibilizada de um dos cursos de formação de novos líderes no movimento LGBTQ+ ministrados pelo CELLOS:

**Gênero, Sexualidade e Política**

Ementa: Relações de gênero e sexualidade. Norma, política e experiência. Cenas do preconceito e da discriminação: identidade de gênero, orientação sexual e regulação social. Práticas sociais e democracia: machismo, sexismo, homofobia e a lógica da igualdade (CHAVES; VIANA, 2019, p. 26).

Este trecho contempla a ementa do tema sobre “Gênero, Sexualidade e Política”, parte da formação ministrada pelo CELLOS em forma de seminários para os participantes do “Projeto Protagonismo LGBTQI-MG”, entre os dias 5 e 7 de abril de 2019 (CHAVES; VIANA, 2019). Na ementa, assim como na fala do membro militante durante a *live*, observamos elementos que remetem às disciplinas de estudos críticos sobre gênero e sexualidade nas ciências sociais e humanas. Em especial, quando analisamos a ementa disponibilizada, é plausível perceber que há um foco nas discussões a respeito de “relações de gênero e sexualidade”, “identidade de gênero”, e “orientação sexual”, temáticas que vêm sendo cada vez mais exploradas por acadêmicos de diversos campos do saber e acionadas pelos movimentos sociais que lutam por cidadania e direitos sexuais (CARRARA, 2015).

Sendo assim, fica nítido o acionamento de enunciados científicos, em particular das formações discursivas referentes ao campo da Psicologia, no processo atual de elaboração dos sujeitos sexuais. Ao se utilizarem dos enunciados de categorização das identidades de gênero e sexualidade, na forma das identidades que compõem a sigla LGBTQ+, os sujeitos buscam se engajar em um trabalho ativo de conhecimento de si para conhecer e reconhecer o outro, por meio da linguagem científica em sua interface com o movimento político pelo reconhecimento da existência de múltiplas vivências de gênero e sexualidade. Desse modo, o processo presente de elaboração de si, de cuidado de si toma, no geral, os contornos descritos por Foucault (1976

[2011]) quando este fala a respeito da produção de sujeitos em decorrência da erupção de discursos científicos sobre sexo e sexualidade.

Ao mesmo tempo, esse processo de constituição dos sujeitos sexuais encontra-se constantemente interpelado pela dimensão política do movimento, indissociáveis que são os mecanismos de poder-saber em atuação sobre os sujeitos. Por isso, em segundo lugar, voltamos o olhar em direção a esse processo paralelo e simultâneo, procurando compreender os enunciados que são acionados pelos sujeitos para se constituírem enquanto sujeitos políticos que passarão a atuar em nome de uma entidade que representa uma das facetas do movimento LGBT+ de Belo Horizonte.

[...] Mas, então, a formação era uma formação mais intuitiva, do que essa coisa formada, essa coisa pensada... agora não, agora a gente faz com tudo muito bonitinho, quem fala sobre a história do CELLOS, quem fala sobre o movimento, quem fala sobre *advocacy*- que a gente nem tinha essa coisa, mas que a gente aprendeu na prática, na experiência e que, depois- lá atrás que o movimento se apropriou disso, porque *advocacy* é um termo muito ruim, porque é um termo pejorativo norte-americano- de *lobby*. Na verdade, o *advocacy* é o *lobby* lá nos Estados Unidos, você tem o cara- você tem um profissional que ele é pago, ele ganha para fazer *lobby*, para convencer os parlamentares em favor de determinada pauta ou de determinada área de interesse econômico. Então, a gente se apropriou disso, só que no caminho inverso, ao invés de ser para os interesses das empresas, é para os interesses dos movimentos sociais, das entidades (Azilton, vice-presidente do CELLOS-MG).

Este trecho permite a visualização de dois elementos importantes a serem considerados no processo de constituição política dos sujeitos em trajetória de se tornarem militantes do CELLOS. O primeiro deles se refere à organização e sistematização, no formato de disciplina, da formação oferecida pela entidade para os futuros militantes, colocando os sujeitos já atuantes em posições de mentoria a respeito desses assuntos que serão abordados em cada encontro em formato de aula. Conforme visto anteriormente, este é um padrão seguido, também, para o tratamento das temáticas sobre gênero e sexualidade, sendo parte do regime de verdades articulado pela organização e seus membros. No entanto, torna-se importante evidenciar como as temáticas organizadas em disciplinas diferentes, como a “história do CELLOS”, história do “movimento” e “*advocacy*”, fazem parte do processo de formação política desses sujeitos.

#### **História do Movimento LGBTI**

Ementa: Analisar os principais momentos da constituição do movimento LGBTI no entorno do mundo com enfoque no Brasil. Partindo dos grupos pioneiros que foram organizados ainda no final da década de 1970 até os dias atuais. Dialogando com as principais teorias sobre os movimentos sociais e a atuação política de cada indivíduo participante do curso, os tornando assim protagonistas e ou personagens fundamentais para a consolidação do movimento (CHAVES; VIANA, 2019, p. 26).

#### ***Advocacy*, Controle Social e Fortalecimento Institucional**

Ementa: Apresentar conteúdos teóricos e práticos sobre todas as fases das ações de *advocacy*, que é um conjunto de ações dirigidas aos/às tomadores/as de decisão, em apoio a causas políticas, programas e/ou serviços específicos. Desenvolver habilidades e técnicas em diversas áreas, como planejamento estratégico, comunicação e negociação para solucionar e amenizar o problema que atinge a população LGBTI (CHAVES; VIANA, 2019, p. 27).

Mais uma vez observamos as ementas utilizadas pela entidade para o processo de formação de novos líderes do movimento LGBT+ com a execução do projeto “Protagonismo LGBTI-MG”. Em ambos os casos, tanto nos seminários referentes ao projeto quanto nos encontros promovidos durante a “Jornada pela Cidadania LGBT”, temos a inclusão do tópico a respeito da história do movimento LGBT+, com foco direcionado para os grupos atuantes no Brasil a partir do final da década de 1970 até os dias atuais. A inclusão desse tópico evidencia o acesso dos sujeitos aos enunciados referentes aos processos históricos que fazem parte da formação discursiva em torno dos movimentos sociais pelos direitos LGBT+, destacando os aspectos de historicidade e de raridade nos enunciados que fazem parte do processo de constituição política desses sujeitos (FOUCAULT, 1969 [2008]). Recuperando a fala do presidente da entidade, na qual ele afirma a existência de outros grupos precedentes ao CELLOS — “[...] mas antes do CELLOS já existiam alguns movimentos, né? O SOMOS, o movimento feminino de lésbicas- da associação das lésbicas, então, tudo começou com esses movimentos” —, notamos como o processo de formação dos sujeitos inclui o conhecimento a respeito de outros grupos militantes no mesmo movimento social. Logo, os enunciados acionados na constituição política dos membros militantes reforçam o trabalho de conhecimento de si e do outro, de modo a situar os sujeitos no contexto sociopolítico do qual os movimentos sociais fazem parte e que, agora, será parte do cotidiano desses sujeitos, também, enquanto militantes.

Além da temática sobre história dos movimentos sociais, temos o segundo elemento a ser analisado no relato, acima, do vice-presidente, na forma da temática sobre “*advocacy*”. Termo repetido à exaustão tanto nas entrevistas quanto nas *lives* de formação que compõem a “Jornada pela Cidadania LGBT”, o “*advocacy*” ocupa lugar de destaque nos relatos dos membros militantes sobre suas atividades e sobre as formações empreendidas, sendo o seu entendimento requisito fundamental para qualquer indivíduo que tenha interesse em atuar junto ao CELLOS.

Foi um treinamento mais introdutório, né? Falando sobre a história do CELLOS, como funciona, como é formato hoje, né? Essa retrospectiva. A gente tá precisando agora mais de- a gente tinha até o intuito agora de fazer uma formação até para capacitar um pouco melhor, para executar o projeto. Então uma capacitação de

*advocacy*, por exemplo. Para a gente ficar um pouco mais engajado no assunto. Até porque a gente vai ter que- por mais que a gente não vá ministrar as palestras, a gente tem que estar por dentro do assunto para a gente poder orientar as pessoas que a gente vai acompanhar durante os 6 meses enquanto acontecerem os seminários. [...] Quando eu entrei aqui, eu ficava muito perdido nas falas. Ficava ouvindo muito, ainda ouço muito, para absorver, mas eu ficava meio perdido, assim, com a linguagem. Não estava habituado, né? E agora? Mas depois a gente vai pegando o jeito, ainda estou pegando o jeito em muita coisa e é muito interessante. [...] Então algumas coisas eu entendia e outras, eu ficava, assim, na dúvida. Será que é isso mesmo que eu estou entendendo? Porque eles têm uma linguagem mais própria que eles mesmos usam no dia-a-dia e eu estou sendo inserido agora. Eu nunca tinha ouvido (a palavra “*advocacy*”), então eu comecei a ler um pouquinho do que se tratava e tudo o mais e nunca imaginei que seria alguma coisa tão- quando você olha, a palavra em si, eu não imaginaria que seria- que teria esse significado e essa importância (Derly, estagiário do Projeto Conexão das Cores).

Conforme relato do sujeito estagiário no CELLOS, atuante no “Projeto Conexão das Cores”, o entendimento do que significa o termo “*advocacy*” se torna fundamental para que ele possa desempenhar as tarefas relativas à execução do projeto, sendo frequentemente mencionado por membros militantes em seu entorno. Isso significa que o termo se apresenta como um dos enunciados mais acionados não somente no processo de constituição política dos sujeitos, mas, também, em suas vivências cotidianas, margeado por outros enunciados que compõem a formação discursiva pertencente ao campo do Direito e da Gestão Pública, na condição de saberes científicos, e que fazem parte do regime de verdade em torno da constituição do sujeito militante cellista. Esse ponto pode ser melhor visualizado quando analisamos a definição de “*advocacy*” proposta no relatório do projeto “Protagonismo LGBTI-MG”, elaborado e publicado por membros do CELLOS:

*O advocacy é uma metodologia utilizada para a promoção ou ampliação de direitos já conquistados e para a defesa de direitos ameaçados, com um conjunto de ações, visando incidência política em várias esferas. É uma prática baseada na negociação sem confronto e construída coletivamente. Pressupõe um grupo de pessoas que, ao identificarem um problema, buscam dados, estratégias, e possíveis soluções que são apresentadas aos tomadores de decisão, de forma lógica, com o objetivo de mudanças que solucionem ou amenizem a questão apresentada. É uma técnica baseada na argumentação entre proponentes, aliados, tomadores de decisão e demais envolvidos sobre um problema previamente identificado (CHAVES; VIANA, 2019, p. 16–17).*

De acordo com a definição dada pelos membros cellistas, o “*advocacy*” é considerado uma metodologia de ação, um modo de fazer política, de atuar ou incidir politicamente na esfera do poder público em favor de uma causa social identificada e tratada como um problema a ser resolvido. Neste trecho, não somente é apresentado o conceito do termo, como também são enumerados os passos a serem seguidos para a efetiva execução da metodologia proposta, caracterizando um modo de ação a ser tomado pelo indivíduo. Em conjunto com a proposta da

ementa do curso sobre “*advocacy*” apresentada acima, podemos ver como se trata de uma formação detalhada e voltada para a ação política, na qual são apresentadas para os indivíduos as formas que podem tomar as ações empreendidas e os passos a serem seguidos — “apresentar conteúdos teóricos e práticos sobre todas as fases das ações de *advocacy*” — assim como são ensinadas as habilidades necessárias para implementar essas ações de forma efetiva — “desenvolver habilidades e técnicas em diversas áreas, como planejamento estratégico, comunicação e negociação”. Por último, ao retomarmos a definição de “*advocacy*” oferecida pelo vice-presidente da organização — “lá atrás que o movimento se apropriou disso, porque *advocacy* é um termo muito ruim, porque é um termo pejorativo norte-americano de *lobby*” — , verificamos que se trata de um termo de língua inglesa, apropriado e ressignificado pelos movimentos sociais brasileiros, mas que, originalmente, era utilizado para se referir às ações de representantes financiados por entes privados que tinham como objetivo pressionar, ou negociar, decisões tomadas por representantes públicos em favor dos interesses de seus financiadores.

Nesse contexto, temos o “*advocacy*” não somente como um enunciado intensamente evocado pelos membros militantes cellistas, mas, também, como parte de um exercício de elaboração política e ética dos sujeitos na forma de práticas de si, de cuidado de si, tal qual argumentado por Foucault (1984 [2006b]). Utilizando-se de uma linguagem distinta baseada nos saberes científicos do campo do Direito e da Gestão Pública, os sujeitos são instruídos em um conjunto de técnicas de si que visam formar militantes aptos a engajar em relações de poder-saber com representantes do poder público em prol de pautas e ações que beneficiem o movimento LGBTQ+ que representam. Isso significa, primeiramente, que a formação em “*advocacy*” se encontra sistematizada em um conjunto distinto de teorias, ou enunciados com efeitos de verdade, que fazem parte do regime de verdades sobre a ação política na qual os sujeitos deverão engajar no momento que se tornarem membros militantes (FOUCAULT, 1969 [2008]). Em segundo lugar, esses enunciados constituem um conjunto de práticas e habilidades nos quais os sujeitos são instruídos, de modo a se tornarem aptos a performar a ação política que deles é requerida, em uma forma de deliberado exercício de práticas de si que fazem parte de sua constituição enquanto membros militantes (FOUCAULT, 1969 [2008]). Logo, temos que os sujeitos se submetem a um período de elaboração de si por meio de um conjunto de práticas que os tornarão aptos a representarem a entidade, e as pautas de interesse da mesma, frente a representantes do poder público e frente à sociedade, constituindo-se, assim, como sujeitos políticos atuantes pelo CELLOS.

Conversar com um parlamentar de direita que é lgbtfóbico, a gente conversa, mas na linha de *advocacy*. De ir lá, de discutir que tem uma lei importante a ser votada, que essa lei vai garantir direitos de cidadania a uma parcela da população... a gente conversa com todos. Precisamos de recurso para políticas públicas, vamos conversar com todos. Com todos. Passamos em todos os gabinetes. Agora, tem alguns que o contato é mais fácil, a agenda é mais fácil, o diálogo é mais fácil e os resultados são mais efetivos. E outros nem tanto. E a gente entende que isso faz parte da política, também. Não são todos que tem que pensar, agir e defender as nossas causas. A gente entende dessa forma. Então, a ação de *advocacy* é com todos. Mas a gente tem com o campo democrático popular uma aproximação maior deste, ou daquele vereador. Às vezes por uma questão ideológica, às vezes por uma questão política, às vezes por uma questão de simpatia, porque nem todos são filiados no CELLOS (Álvaro, tesoureiro da atual gestão do CELLOS-MG).

Neste trecho, é possível visualizar as formas de atuação dos sujeitos militantes do CELLOS frente ao poder público, uma vez filiados à organização. Ao evocar a ação de “*advocacy*” como enunciado, assim como outros enunciados pertencentes às formações discursivas do Direito e da cidadania, o sujeito evidencia a rede de relações de poder-saber nas quais os militantes se encontram inseridos no seu campo de atuação política como membros militantes do CELLOS.

Por fim, os processos de constituição sexual e política dos sujeitos militantes se encontram entrelaçados a um terceiro movimento de formação de um membro cellista, simultâneo e indissociável, dessa vez relacionado ao funcionamento da organização e às nuances ligadas ao cotidiano de sua operação e militância.

Aí a gente faz alguns processos de formação e vai maturando... essa última diretoria já veio um povo novo, sabe? Porque o pessoal mais antigo já está querendo passar o bastão e já vem preparando uma juventude para assumir o CELLOS. E a gente fica ali nos conselhos para ajuda-los na caminhada de formação da entidade. A gente não fica, assim, joga fogo e deixa pra lá, não. A gente vai preparando para conhecer, para poder saber como é que faz- porque, o Azilton, que agora é o vice-presidente, ele foi presidente por duas vezes consecutivas, que é o máximo que uma pessoa pode ser reeleito- e agora ele acabou o doutorado dele. Então, ele já está alçando voo para outros caminhos dessa luta. Mas ele está de vice, preparando o presidente. Orientando, mostrando, explicando as coisas que ele não sabe e isso é bacana no CELLOS. Porque, mesmo as pessoas que estão no conselho, se a gente está precisando de uma orientação, de alguma coisa, os antigos membros do CELLOS- se a gente liga, eles estão sempre postos a ajudar, a esclarecer alguma dúvida, a orientar em alguma situação que a gente não está sabendo fazer. Parece, assim, que a pessoa sai do CELLOS, mas o CELLOS não sai da pessoa. Fica uma marca, um carinho, um afeto pela entidade (Munish, conselheiro de ética na atual gestão do CELLOS-MG).

Observamos, no trecho exposto, a forma como é conduzida a renovação do quadro de militantes da entidade, por meio do constante movimento de capacitação de novos interessados, de modo a gradativamente preparar outros militantes para assumirem os postos vagos por membros que vão deixando a organização. Esse processo de renovação, de acordo com Munish, é conduzido pelos membros mais antigos da organização que, numa espécie de figura de

“mentoria”, passam a ocupar cargos que não exigem o envolvimento intenso com o cotidiano de operações, mas que lhes permitem contato suficiente com os novos militantes para que estes possam aprender os trâmites regulares, tirar dúvidas a respeito dos desafios que surgirem, ou recorrerem a estes mentores sempre que necessário. Dessa forma, estes membros antigos se encontram em uma posição de mentoria no cotidiano da entidade, auxiliando os novos militantes a conhecerem o funcionamento da mesma e darem prosseguimento às atividades e aos projetos realizados.

[...] E, internamente, na questão da formação de novos militantes, quando a gente vai discutir a história do CELLOS, discutir um pouco da questão da tesouraria, de como é que a gente faz os nossos eventos... eu, até pela minha experiência, me sinto um formador de novas pessoas, porque, como eu te disse, a nossa formação se dá no processo, na ação. E aí, a gente que já tem uma expertise, a gente contribui com essa expertise na formação de novas pessoas (Álvaro, tesoureiro da atual gestão do CELLOS-MG).

Não obstante, retomando a fala de Álvaro sobre as temáticas das formações disponibilizadas pela entidade, constatamos como um conjunto de habilidades e práticas específicas ao funcionamento da organização se encontram, também, no roteiro de formação. Tais habilidades, específicas de cada posição dentro da gestão, tornam-se fundamentais para o bom funcionamento da organização e o prosseguimento de suas atividades, sendo de responsabilidade do membro que as desempenha a formação de novos militantes para que estes venham ocupar o seu lugar. No caso, as habilidades relativas à tesouraria requerem, em parte, a ativação de enunciados pertencentes à formação discursiva da Contabilidade Financeira, organizada enquanto campo disciplinar do conhecimento e evocadas ao longo do processo de constituição do sujeito que ocupará essa posição de sujeito de “tesoureiro” na função enunciativa (FOUCAULT, 1969 [2008]). Logo, podemos perceber que o processo de constituição dos sujeitos cellistas envolve, igualmente, um conjunto de práticas sociais e de habilidades específicas que são organizadas, por vezes, em enunciados que fazem parte do regime de verdade sobre a instituição, por vezes em enunciados que são parte de outras formações discursivas de campos do conhecimento, mas que são resgatadas para esse processo em particular (FOUCAULT, 1969 [2008]). No mais, as práticas sociais apreendidas pelo contato e mentoria com os membros “antigos” se dão numa relação de cuidado de si e de cuidado do outro, tal como discutido por Foucault (1984 [2006b]).

Olha, eu não vou te falar de perfil não, sabe por quê? Porque eu demorei a entender os nossos processos, eu tinha muita crítica. Quando eu cheguei, eu era muito “kamikaze”, eu era bravo, brigava, xingava, tudo o tempo todo. Isso só foi afastando-

até que alguém chegou para mim, com muita generosidade, muito cuidado e falou “olha, não adianta. Você só vai afastar as pessoas de você e você não vai conseguir ser ouvido. Então muda, ao invés de você brigar demais, tenta trazer para o seu lado”. Então, a partir daí- e foi um processo longo viu? Demorou anos para- eu entendi a mensagem naquela época, mas para mudar isso em mim foi muito difícil, né? Foi um processo pessoal de aprendizado de anos. E aí, hoje eu vejo que nós não temos um perfil, eu quero que essas pessoas cheguem para elas fazerem essas experiências, sabe? Porque o que valeu para mim, o que foi bom, pode ser que agora não tenha mais sentido, pode ser que seja ridículo, pode ser que- “olha que bobagem, isso não funciona mais”. E isso é verdade, eles podem estar cobertos de razão. Então, eu quero que cheguem e que eles tenham a liberdade que nós tivemos, de poder errar, de poder acertar, mas de fazer. Ou até de voltar e falar “p\*ta m\*rda, nós fizemos m\*rda”. Mas aí não podem fazer m\*rdas muito grandes, também, né? Porque, também, 20 anos aí serve para alguma coisa, né? “Ai gente, não vai por aí não, porque já deu errado lá atrás, não vamos repetir essa bobagem”. Mas, fora isso, deixar que eles vivam, que eles experimentem. Então, eu não tenho um perfil, ou uma expectativa. Eu tenho uma expectativa que a entidade se renove, que ela tenha 20 e poucos aninhos, mas com a carinha de 15, sabe? Com essa oxigenação da juventude que é muito necessária. Então, é isso que eu espero da entidade, eu não tenho uma expectativa de perfil, só espero que eles façam, tenham seus erros, seus acertos, que vão ser inerentes a esse processo (Azilton, vice-presidente do CELLOS-MG).

Desse modo, percebemos como o triplo movimento de constituição dos sujeitos, em suas esferas sexual, política e “cellista”, ocorre de forma simultânea e indissociável, com cada processo ativando uma série de enunciados que são específicos a cada dimensão, mas que se encontram entrelaçados no regime de verdade ao qual os sujeitos se encontram submetidos. Tal processo, conforme visto, emerge ao longo do período de formação daqueles sujeitos que, interessados em se tornarem membros militantes, se submetem à série de encontros intitulada “Jornada pela Cidadania LGBT” e passam a se envolver mais ativamente com os membros militantes já filiados à entidade, estabelecendo uma relação de mentoria, ou cuidado de si e do outro, na qual os novos entrantes são conduzidos e orientados em suas funções. Assim, fica evidente que esses processos de constituição dos sujeitos não cessam no momento da filiação, estendendo-se por longo período após a cerimônia e o início de suas atuações.

[...] Existe a formação de militantes e existe o evento, a reunião, o que a gente chama de cerimônia formal de filiação à instituição. Ali é lida as situações que a gente se coloca, né? O nosso termo de consentimento, enfim, diversas coisas- informando, também, que é voluntário e- sobre as questões plausíveis que são discutidas dentro da militância e as ações que a gente realiza. A gente deixa isso tudo muito claro durante o processo de formação e aí se realiza o ato de filiação. Geralmente, ele é realizado a cada dois anos, ou quando tem uma situação extraordinária, se faz o chamamento e realiza-se a filiação. E a partir daí, a gente vê aquelas pessoas que estão mais engajadas, que tem mais interesse, que querem realmente conhecer, entender, buscar, participar- que está participando efetivamente- a gente vem trazendo para conhecer um pouco mais o processo de gestão mesmo: como aquilo funciona, como se dá... E aí é que a gente constrói as chamadas “chapas eleitorais” nos anos eleitorais, que é a cada dois anos (Cleiton, presidente da atual gestão do CELLOS-MG).



Nesse relato, podemos averiguar a existência de um rito cerimonial de oficialização de novos membros militantes na organização, que marca o fim de um processo formal de aprendizado para os novos entrantes e o início de uma caminhada junto à organização como membro atuante nas atividades desenvolvidas. Os aspectos de tal cerimônia, de acordo com o presidente da entidade, envolvem a convocação, entre os membros ativos, de uma reunião formal de filiação à instituição, onde são apresentados os(as) candidatos(as), asseguradas as intenções de participação dos(as) mesmos(as) no cotidiano de operações da entidade, lido os termos de filiação à instituição e assinadas as adesões voluntárias desses novos membros. Não somente, observamos como este evento ocorre com certa regularidade (“a cada dois anos, ou quando tem uma situação extraordinária”) e sempre coincide com a realização da formalização de “chapas” de candidatos para as eleições à diretoria e presidência da entidade.

[...] a gente faz, geralmente, fazer assim uma coisa bem formal, né? É uma reunião, uma plenária de acolhida dos novos membros. A gente faz uma assembleia, aí é votado, é apresentado, tem todo um rito. Por exemplo, para você fazer parte do CELLOS o estatuto exige que sejam, pelo menos, 3 meses de formação mesmo. A gente já faz essa formação o ano inteiro, na Parada, inclusive, a gente faz com os voluntários um pouco a partir dessa experiência. Então, a gente sempre faz uma assembleia de acolhida de novos membros, ou assembleia de filiação de novos membros e que, coincidentemente, ela acontece juntamente com a eleição para direção da entidade. Então, a gente faz as duas coisas, porque- é aquilo que eu falei, né? A gente tem que fazer um processo de renovação da nossa entidade, das nossas estruturas, certo? [...] Isso, primeiro ocorre o rito de apresentação, aí quem é que fez o processo formativo com eles acaba- fala um pouquinho sobre como foi a experiência, né? A gente ouve cada um deles, primeiro, também, a motivação para cada um fazer parte da entidade, o porquê que está ali, porquê se colocou nesse- ele quer fazer parte dessa entidade (Azilton, vice-presidente da gestão atual do CELLOS-MG).

Nesse ponto, o vice-presidente elabora a respeito do rito cerimonial que acompanha a assinatura de adesão dos voluntários, expondo como cada sujeito é ouvido nas suas motivações e interesses em se juntar à entidade, assim como são ouvidos os membros que os acompanharam nesse processo, em um rito simbólico de acolhimento dos indivíduos voluntários. Somam-se, também, aos aspectos destacados anteriormente, o fato de que a existência de um estatuto que governa a entidade exige que os(as) candidatos(as) façam parte de, pelo menos, três meses de formação e que a adesão de novos membros deve ser votada entre os membros votantes e presentes durante a assembleia, constituindo um processo, ao mesmo tempo, judicialmente válido e simbolicamente carregado.

## **Capítulo II DOS ASSOCIADOS**

Art. 6º - A associação é constituída por número ilimitado de associados com idoneidade moral comprovada, admitidos, à juízo da diretoria pré-constituída.

Art. 7º - Haverá as seguintes categorias de associados:

- 1) Fundadores, os que assinaram a ata de Fundação da Associação.
- 2) Beneméritos, aqueles aos quais a Assembleia Geral conferir esta distinção, espontaneamente, ou por proposta da diretoria, em virtude dos relevantes serviços prestados à Associação.
- 3) Honorários, aqueles que se fizerem credoras dessa homenagem por serviço de notoriedade prestados à Associação, por proposta da Diretoria e Assembleia Geral.
- 4) Contribuintes, os que pagarem mensalidade estabelecida pela Diretoria.

Art. 8º: São direitos dos associados:

- 1) Votar e ser votado;
- 2) Participar das Assembleias gerais.

Parágrafo único. Os associados beneméritos e honorários não terão direitos a voto e nem poderão ser votados.

Art. 9º: São deveres dos associados:

- 1) Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- 2) Acatar as determinações da Diretoria;
- 3) Estar quites com suas obrigações sociais e financeiras junto à Associação

Parágrafo único. Havendo justa causa, o associado poderá ser demitido ou excluído da Associação por decisão da Diretoria, após exercício do direito de defesa. Da decisão caberá recurso à Assembleia Geral. (Estatuto da Associação do CELLOS-MG, 9 de março de 2004, p. 1–2).

Não somente, a análise do capítulo referente aos membros “Associados” no estatuto da entidade evidencia a existência de, pelo menos, quatro tipos de associação possíveis, sendo estes os “fundadores”, “honorários”, “beneméritos” e os “contribuintes”. Por via de regra, todo candidato a membro militante durante a cerimônia de filiação se torna um membro voluntário “contribuinte”, destinado a contribuir financeiramente com um valor acordado mensalmente com a diretoria da entidade, sob pena de “demissão” ou “exclusão” do quadro de associados, caso fique inadimplente com a entidade ou não cumpra outras responsabilidades sociais ou regimentais. Este dispositivo de desligamento do membro infrator adiciona uma dimensão legal-judicial ao processo de filiação de sujeitos na organização, possibilitando o acionamento, em última instância, de mecanismos judiciais nas disputas entre membros da entidade. Dessa forma, observamos observar como todo o rito simbólico de filiação é acompanhado por um rito próprio da legalidade, adicionando a dimensão dos dispositivos judiciais que firmam o compromisso do sujeito com a organização, de modo a resguardar os envolvidos em uma eventual disputa. Logo, podemos perceber como o ato de filiação à entidade, assim como ocorre em outras instâncias de atividade dos membros, também aciona enunciados dos direitos, em uma linguagem sociojurídica, que pauta as relações de poder-saber entre os membros militantes da organização (CARRARA, 2015).

Não obstante, o rito de filiação de novos membros pode ser encarado como a materialização de enunciados que foram acionados durante os processos de constituição dos sujeitos previamente à cerimônia, evidenciando a teia de relações de poder-saber na qual os

sujeitos se inserem ao longo desse período de entrada (FOUCAULT, 1969 [2008]); 1977 [2006a]). Isso significa que, e devemos reiterar, os processos de constituição dos sujeitos militantes da organização se estendem além da cerimônia de filiação, constantemente se transformando na sua dinâmica de relações entre os sujeitos. Dessa forma, notamos como as dinâmicas de relações de poder entre os membros se modificam a partir do momento que ambos ocupam o posicionamento estratégico de sujeito “militante” perante a organização, dando novos contornos aos processos de constituição desses sujeitos que, nesse momento, passam a referenciar um Outro que se encontra “fora”, “aparte”, ou “distante” da organização, que não é um membro associado, em um movimento de diferenciação (FOUCAULT, 1969 [2008]); 1977 [2006a]).

[...] Exatamente, nós compreendemos a necessidade de ter militantes, na verdade. Porque nós temos- digamos que temos dois tipos de militância: temos militantes e temos ativistas. O que que são os ativistas? Ativistas são aquelas pessoas que participam de atividades pontuais. “Ah, eu quero participar da Parada”, então a pessoa vai lá, faz o processo formativo para participar da Parada e depois some. Não quer saber mais de nada. “Ah, eu quero ser ativista para participar do Prêmio”, então vai lá, faz um processo de formação voluntária para poder participar da premiação. Não como premiado, mas para organizar mesmo. Porque, como tudo é voluntário- “ah, eu quero participar como voluntário da feijoada”, que é uma das atividades que nós realizávamos. Então, a pessoa ia lá e se inteirava e participava da Feijoada. E tem o ativista (militante), que é aquela pessoa que está à frente de diversas causas, manifestações- que está ali buscando o conhecimento, que quer entender como o movimento começou, como que surgiu, como que nasceu o CELLOS, como que vem essa necessidade do movimento do CELLOS (Cleiton, presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

No referido trecho, temos como o presidente do CELLOS estabelece a diferenciação entre os membros militantes e aqueles indivíduos por ele denominados “ativistas”. Enquanto os membros “militantes” são considerados aqueles que se encontram envolvidos nas atividades e representam ativamente as pautas políticas da organização, os “ativistas”, por sua vez, são aqueles indivíduos que se envolvem de forma pontual com as atividades da entidade, mas não são formalmente filiados, contribuintes ou constantemente presentes nas atividades. Tal distinção entre os tipos de ativismo, feita pelo sujeito na posição estratégica de presidente e membro militante, revela um jogo complexo de poder na constituição da “identidade” dos sujeitos “cellistas”, enquanto uma prática discursiva de antagonismo, de tensionamento, de um jogo de diferenças baseado em valores morais (FOUCAULT, 1969 [2008]).

Nós não temos um recurso, por exemplo, para pagar passagem para as pessoas irem às reuniões, ou uma ajuda de custo para a pessoa poder participar de um evento ou outro... Então, todo o trabalho é feito na base da “militância”. Então esse conceito de “militância”, ou de “ativismo social”- a “militância” para aquele que é afiliado, e o

“ativismo social” para aquele que está chegando, para aquele que está se aproximando- é nessa perspectiva da doação do seu trabalho, do envolvimento em uma causa, mas sem o retorno financeiro, sem o retorno, vamos dizer assim, material. O que a gente tem de retorno é aprendizagem, é vivências, é acúmulo de experiências, e é algo que, talvez, nenhum recurso financeiro pagaria. A gente não consegue comprar o que a gente acumula nessa militância- nenhuma universidade tem. A gente aprende errando, a gente aprende chorando, a gente aprende rindo, aprende com os colegas, né? Então, aprende lendo, aprende discutindo, e não tem uma universidade que daria conta de nos preparar, de nos capacitar para ser um militante orgânico, como a gente é hoje. É no processo que a gente se forma, é no processo que a gente se constitui como militante do CELLOS e constrói uma identidade celista (Álvaro, tesoureiro da atual gestão do CELLOS-MG).

Já neste trecho, o jogo de diferenciação entre “militantes” e “ativistas” é reforçado por Álvaro, enquanto membro cellista, ao evidenciar mais uma dimensão de diferença entre as “identidades” citadas, dessa vez baseado no recurso ao enunciado de “voluntarismo”. Álvaro procura destacar a diferença de atuação entre as duas posições de sujeito baseado no argumento de que os sujeitos “militantes” representam as causas com mais afinco do que os sujeitos “ativistas”, mesmo que ambas as atividades não ofereçam recompensa financeira aos indivíduos. Para o sujeito, o retorno maior, em forma de recompensa moral pelo empenho na defesa das pautas políticas, acontece na forma de aprendizado acumulado, na vivência das lutas, na prática constante do ativismo engajado que é realizada, em suas palavras, pelo membro “militante” associado ao CELLOS. Sem esse retorno provindo do seu próprio esforço, o sujeito “ativista”, então, estaria perdendo a oportunidade moral de acumular aprendizado, de se empenhar na representação de causas políticas relevantes, de se constituir moralmente como sujeito político e sujeito “cellista”, honroso, lutador, altruísta (FOUCAULT, 1984 [2006b]). Dessa forma, os membros associados aos CELLOS são postos como “militantes”, enquanto os não associados são denominados “ativistas”, em um jogo de diferenciação no qual a carga de valor moral positivo se encontra posto na posição de “militante”, pois estes incorporam em si, na prática do cuidado de si, das técnicas de si, os valores positivos associados à luta por direitos sexuais e por direitos à cidadania LGBTQ+ (FOUCAULT, 1984 [2006b]).

Ao mesmo tempo, outra frente de tensionamentos se abre para ser analisada quando voltamos o olhar para o aspecto da representação exercida pelo CELLOS-MG, enquanto sujeito coletivo, frente ao movimento LGBTQ+.

[...] Inclusive, nós estávamos aprendendo sobre isso, porque estava chegando o pessoal trans e ninguém entendia muito o que que era isso e tinha uma certa briga, uma rivalidade, na época. Tanto que foi lá que surgiu aquele negócio do “movimento de GG”, que só os “gays” que falavam, que só os “gays” eram “empoderados”, então... queriam suprimir as outras identidades. Então, foi uma briga grande sobre isso (Azilton, vice-presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

Então, assim, por exemplo, eu vejo muita resistência ainda com um ou outro processo de mudança, principalmente de membros mais velhos do corpo diretivo. Mas, por que isso existe? Porque nós que estamos na caminhada há tanto tempo, a gente já tomou tanta paulada, assim, da sociedade, de outros movimentos- porque o CELLOS, infelizmente- hoje a gente vem desmistificando isso a cada- mas o CELLOS já tomou muito o nome de “movimento GGG”, né? Porque era um movimento que, em sua grande maioria, da formação do corpo diretivo e à frente das coisas- éramos gays, né? Somos gays. Então, essa é a verdade até hoje, a grande maioria do corpo diretivo ainda permanece “gay”, mas porque, muita das vezes, nós colocamos algumas responsabilidades nas mãos de outras pessoas- ou nós damos a oportunidade que elas façam, que elas venham- porque o CELLOS está sempre de portas abertas para receber a todos e todas, sabe? E todes, né? De um modo geral. Pessoas trans, pessoas não binárias, assexuados, pansexuais- e nós gostaríamos muito de ter essa diversidade de letras dentro do movimento. Nós gostaríamos muito de poder abranger todas essas perspectivas de gênero e de pessoas porque é muito difícil, nós gays, respondermos em nome de uma pessoa trans. Primeiro, porque nós não temos legitimidade de fala e, segundo, porque nós não estamos naquela vivência. Então, é muito difícil- assim como de uma pessoa bissexual, assim como de uma pessoa lésbica, assim como de uma pessoa pansexual e com suas vivências diversas (Cleiton, presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

Afinal, quem são os sujeitos membros do CELLOS? E por que isso importa? Nesses relatos, podemos verificar como o processo de constituição dos sujeitos sexuais (e de gênero), enquanto identidades cristalizadas na sigla “LGBT+” (“lésbica”, “gay”, “bissexual”, “transsexual”, etc.), adquire relevância na intrincada rede de jogos de poder-resistência travados entre os membros militantes e outros ativistas, entre o sujeito coletivo CELLOS e outros movimentos, e entre o sujeito coletivo CELLOS e a sociedade em geral, no contexto localizado, no momento sociopolítico, histórico e cultural da atualidade (FOUCAULT, 1977 [2006a]). A todo momento, os sujeitos são indagados na questão da representatividade, de quem eles, enquanto militantes, representam politicamente, de quais identidades cristalizadas na sigla “LGBT+” o CELLOS representa no seu ativismo, em um movimento de equalização entre a posição de sujeito sexual militante (“homossexual, cisgênero, cellista” nos casos dos sujeitos citados) e o grupo sobre o qual este sujeito pode falar, pode representar. Trata-se, sobretudo, da legitimidade da posição de sujeito ao enunciar discursos sobre pautas das vivências de outras “identidades” e outros modos de vida de sujeitos sexuais (e de gênero); trata-se da posição que estes sujeitos ocupam legitimamente na ordem do discurso (FOUCAULT, 1969 [2008]; 1970 [1999]). Por isso, há todo um tensionamento nesta rede complexa de relações de poder-resistência nos quais os sujeitos cellistas se encontram envolvidos, uma vez que os membros militantes atuais, ainda hoje, ocupam majoritariamente posições de sujeito “cisgênero” e “homossexual” nas enunciações, na representação política das pautas, à frente da organização que diz representar o movimento LGBT+ em Belo Horizonte, mas conta com pouca “diversidade” de sujeitos sexuais em seu quadro de membros (FOUCAULT, 1969 [2008]; 1970 [1999]; 1977 [2006a]).

[...] E é importante a gente falar LGBT, porque, na verdade, a gente sofre de uns estrangeirismos, a gente vem importando algumas coisas de fora e na verdade, no Brasil, a gente usa LGBT, né? Inclusive, acho bom a gente fazer esse registro, até para pesquisas futuras que na última conferência- a 3ª conferência nacional, isso foi pactuado, inclusive. Era “LGBT”. Não tem “LGBTQIA+”, não tem “P”, não tem “N”, não tem nada. Não é, porque- essas importações que a gente fica trazendo de fora- sem que isso se traduza na nossa realidade, fica muito difícil. Então, eu sou um dos defensores- como eu diria, eu sou um brasileiro “brasilianista”, eu defendo muito nosso país, então aquilo que a gente pactuou- porque o órgão máximo, para nós, é a Conferência Nacional, que reuniu gestores, que reuniu judiciário, reuniu movimentos sociais, ou seja, né? Toda a sociedade para debater sobre o tema. Então, eu não vejo sentido, tanto que na minha- só uma parte aqui- na minha dissertação de mestrado, que eu falei do tema, eu usei “LGBT”. E hoje a gente faz o debate para incluir o “I” do intersexo, na medida que as pessoas se organizam também, porque é muito fácil você colocar essa sigla “APQINXYZ” só que isso não tem uma repercussão- uma organização, uma organicidade dentro do movimento, dentro da sociedade. Então, compor- “Ah, porque os Estados Unidos usam”, “ah, porque o Canadá usa”, “a ONU usa” ... tá, mas nós estamos no Brasil, nós temos que falar da nossa realidade. Então, eu queria começar dizendo desse lugar, porque eu acho que é muito necessário e a gente precisa fazer o caminho inverso, né? Vamos dizer assim, se desintoxicar desses estrangeirismos que a gente está vivendo, sabe? [...] É, porque, na verdade, só existe esse movimento, porque as pessoas se organizaram lá atrás. Eu sou dessa época- eu sou da época da organização inicial- porque o pessoal, né? Falando historicamente, começou com o “GLS”, as pessoas usavam o “Simpatizante” antes. Eu sou da época que a gente fez a substituição de “Simpatizante” por entender que não era nem uma orientação sexual, nem uma identidade de gênero, mas que era, assim, “aliados”, “apoiadores”, tanto que a gente gosta- o termo “Aliados” é muito importante para nós hoje no movimento por conta disso. Mas aí a gente mudou, a gente pôs- era “GLBT”, inclusive, mas aí foi com a reivindicação das lésbicas, né? Que nós estávamos reproduzindo o machismo... E aí que nós invertemos, fizemos o “LGBT” para que elas viessem primeiro. Então, eu acho importante essas questões todas históricas, porque eu sou testemunha ocular de alguns fatos da história, né? E de alguma forma eu falo com certa propriedade sobre isso (Azilton, vice-presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

O tensionamento a respeito das posições de sujeito legitimamente ocupadas fica mais evidente com o relato do vice-presidente, que traz para o campo das lutas cotidianas, dos jogos de força cotidianos e da ocupação de espaços o direito à reivindicação de representação, de um lugar na ordem do discurso. Tal movimento, segundo o sujeito, visa criticar os “estrangeirismos”, ou o que ele argumenta ser a “importação” de identidades na sigla LGBT+ que não encontram representação nas lutas dos movimentos nacionais por direitos e cidadania LGBT+. No entanto, o campo de disputa aberto nesta discussão está ligado à ordem do discurso, a quais sujeitos podem legitimamente se enunciar e aos critérios necessários a serem preenchidos para garantir a legitimidade de enunciação (FOUCAULT, 1969 [2008]). Ao evocar o enunciado de ocupação das ruas, o ativismo junto ao movimento social LGBT+ como critério de legitimação de enunciação, o membro cellista sugere critérios de exclusão para as posições de sujeito, ou “identidades” da sigla, que não preenchem esses requisitos para se enunciarem (FOUCAULT, 1969 [2008]). Logo, suas vivências fora do movimento social, fora da arena de

disputa por direitos e cidadania, fora dos critérios de legitimação da enunciação seriam silenciadas, demonstrando, mais uma vez, os tensionamentos entre as próprias “identidades” da sigla representada pelo movimento LGBTQ+ encabeçado pelo CELLOS.

Então, assim, nós temos esse cuidado de acolher e muita das vezes de participar mesmo, de deixar- porque nós achamos importante. Nós tivemos aí a Anyky Lima, um nome extremamente marcado dentro da nossa geração- de formação e que esteve à frente da presidência do CELLOS, esteve à frente de muitas atividades, de muitas lutas- inclusive temos aí o ambulatório trans hoje com o nome dela, em homenagem a ela. E essa homenagem não foi (dada) a ela já depois de falecida, mas ainda em vida. Então, assim, essas lutas, esses ganhos, essas conquistas de equipamentos públicos para a comunidade LGBTQ- ele se permeia em torno da luta dessas pessoas.

[...]

por exemplo, hoje a nossa formação é mais especificada. Por exemplo, nós conseguimos trazer pessoas de diversos polos para falar de diversos assuntos. Pessoas trans- que a gente busca informações de pessoas trans para trazer um pouco dessa vivência. Lésbicas- a gente busca gente do movimento lésbico para trazer um pouco dessa vivência, dessas experiências, né? Porque, como eu falei com você, é o lugar de fala e não compete a nós- a gente sempre foi muito massacrado. Por quê? Porque a gente ia por essas causas, assim, de trans, de lésbicas... e a gente era sempre barrado na seguinte questão: “qual a legitimidade que vocês têm de fala sobre a comunidade lésbica? Vocês nem tem nenhuma lésbica. Qual a legitimidade que vocês têm para falar por nós trans?”. Venha, então. Venha fazer parte, venha ocupar o seu lugar de fala. Então, essa sempre foi a nossa busca, sabe? Que essas pessoas viessem para ocupar o lugar delas. E, assim, as nossas formações, as nossas parcerias, elas têm se dado muito- por exemplo, tem o pessoal da... ô meu Deus, fugiu o nome... de um grupo de *drags* da Francis GlamGlam... da Eleganza. A Eleganza, ela tem um *start*, assim, de formação de *drags* e eles- a gente deu essa abertura para eles virem- e a gente teve apresentações de homens trans na Parada. A gente teve apresentação de grupos de homens trans e de mulheres trans, já tivemos apresentadoras trans na Parada. Então, assim, trans, travesti, negra, periférica, como a [*drag queen*] se denomina. E eu acho importante se firmar, estabelecer essas parcerias. Então, sendo que nós podemos fazer isso pela nossa comunidade, nós fazemos. Mas o mais importante é o *start* que se dá, assim, ao longo das coisas (Cleiton, presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

Por outro lado, as dinâmicas de relações de poder-resistência entre os sujeitos cellistas e os sujeitos sexuais que atuam em ativismos no movimento LGBTQ+ mais amplo fizeram com que, gradativamente, os espaços de enunciação nos discursos e de representação política nas ações se alargassem dentro da organização. Isso pode ser observado nas falas do presidente do CELLOS, ao mencionar figuras importantes que ocuparam cargos na entidade, como Anyky Lima, mulher trans e ativista pelos direitos humanos e de cidadania de mulheres trans, travestis e da comunidade LGBTQ+, que chegou a ocupar o posto de presidente do CELLOS, mas faleceu, em decorrência da luta contra o câncer, em 2020. Não somente a figura de Anyky Lima é evocada, como também outras colaborações com grupos ativistas dos direitos lésbicos, com grupos performáticos de *drag queens* e travestis, assim como uma convocação geral para que sujeitos sexuais que se identificam com mais “identidades” pertencentes à sigla LGBTQ+ se

tornem associados da organização. Logo, podemos observar como os tensionamentos e as relações de força são travadas no dia a dia entre os sujeitos cellistas e o movimento LGBT+ mais amplo, materializadas nos posicionamentos estratégicos ocupados pelos sujeitos na ordem do discurso do regime de verdade da organização (FOUCAULT, 1969 [2008]).

Ainda no contexto da complexa rede de relações de poder-resistência na qual membros militantes se encontram inseridos, devemos nos debruçar, por último, sobre as dinâmicas de poder entre a organização do CELLOS, enquanto sujeito coletivo representada pelos membros militantes cellistas, e o poder público, na figura dos representantes dos poderes executivo e legislativo de Belo Horizonte.

As parcerias em prédios públicos, o que acontece? Como a gente já tem esse diálogo pré-estabelecido com os órgãos responsáveis e, também, temos um de nós dentro da Prefeitura, que é o [nome do membro]. O [membro] foi da diretoria LGBT durante algum tempo, inclusive, a tramitação foi a pedido do CELLOS para tentar verificar se havia a possibilidade- caso ele tivesse- de pertencer à vaga. Era uma pessoa que já estava à frente dessas lutas, dessas causas e queria contribuir muito e somar. Tanto que hoje ele faz parte da coordenadoria- da subsecretaria de direitos e cidadania. Então, ele está assim- com isso, com essa construção, de diálogo, por anos- tanto que eu falo que é da história do CELLOS, de resistência e que foi se construindo essas parcerias. Tanto com a Câmara municipal quanto com outros espaços, também, a gente tenta fazer essas articulações por meio de *advocacy*, a gente informa a importância dessa formação para ver como a gente poderia fazer (Cleiton, presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

Conforme relato do presidente do CELLOS, constatamos como a entidade logrou, por meio da sua atuação frente ao poder executivo municipal, criar vínculos favoráveis com secretarias e coordenadorias que são consideradas espaços estratégicos para a manutenção e conquista de direitos e serviços públicos para a comunidade LGBT+. Segundo Cleiton, um dos membros militantes, que já esteve envolvido com a gestão da organização enquanto membro da diretoria, foi oferecido como candidato para atuar na “Subsecretaria de Direito e Cidadania”, que se encontra sob a alçada da “Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania” (SMASAC), na Prefeitura de Belo Horizonte, e foi acolhido, permitindo que o CELLOS tenha um de seus representantes atuando “dentro” da estrutura do poder público, ao contrário da movimentação usual dos movimentos sociais que são convidados a participarem de processos de decisão pontuais. Esse movimento se torna relevante pois, no complexo jogo de poder-resistência travado pelo sujeito coletivo da organização CELLOS, a conquista de uma posição de sujeito de enunciação de dentro da própria estrutura governamental pode se converter em benefícios para o movimento e resultar em conquistas importantes em relação ao acesso a direitos, políticas públicas e cidadania para a comunidade



LGBT+ (FOUCAULT, 1969 [2008]). Dessa forma, o sujeito coletivo do CELLOS, representado na figura do membro militante, posiciona-se estrategicamente “dentro” da estrutura governamental no intrincado tabuleiro dos jogos de relações de poder-resistência envolvendo o poder público e os movimentos sociais, conhecendo os trâmites internos e as articulações necessárias que dão maior acesso às lideranças dentro da Prefeitura (poder executivo), utilizando-se de enunciados dos direitos humanos e cidadania para lutar por maior reconhecimento da comunidade LGBT+ e em mais serviços públicos direcionados a esse setor da população da cidade, tal qual argumentado por Foucault (1969 [2008]; 1977 [2006a]) e Carrara (2015).

A gente tem uma abertura muito ampla para diálogo, como te falei a princípio, e o gabinete do Pedro (Patrus) é um gabinete que vem sempre abraçando a nossa causa. Mesmo ele não sendo LGBT, é um vereador que sempre abraçou a causa, sempre brigou pela nossa causa dentro da Câmara e sempre levou as nossas pautas. Junto a ele, também, a Bella Gonçalves e a Duda Salabert, que hoje são vereadoras, queridas, e que a gente também- existe essa relação institucional. Não tão próxima quanto a do Pedro, porque o viés político dos outros partidos acaba sendo um pouco diferente, então, acaba que pela estrutura política, pela forma como que as coisas se dão, acaba sendo um pouco mais distante, mas existe a parceria. Tanto é que nos nossos eventos essa bancada esquerdista, que está sempre nos apoiando, está sempre conosco. A gente faz os convites, e eles nos convidam para eventos e atos que acontecem na Câmara ou em outros lugares que eles vão realizar, para poder representar o movimento, para falar em nome do movimento, para estar presente. E até mesmo para fazer parcerias em torno de- questão às vezes, de representatividade e de fala mesmo. O gabinete do Pedro, em 2019- para o projeto do “Protagonismo LGBT”- foi através de uma emenda popular, como já falei com você, e através do gabinete do André Quintão, deputado federal, e o projeto atual, que está sendo executado, “Conexão das Cores”, por intermédio do gabinete do vereador Pedro Patrus- chegou-se à solicitação dessa emenda parlamentar para o projeto que nós escrevemos- na verdade, saiu o edital, escrevemos o projeto e a gente levou, fizemos as articulações, as ações de *advocacy* através do gabinete do Pedro para o gabinete do Patrus Ananias, porque esse projeto é um projeto de ementa parlamentar, diferente do outro projeto que foi de ementa popular. São tramitações diferentes. Então, essa verba do projeto que está sendo executado vem de âmbito federal e é uma verba específica para execução de projeto para a comunidade LGBT. Então, somos muito gratos ao gabinete do Pedro Patrus e, também, do Patrus Ananias. Dentro do gabinete do Pedro Patrus há, também- na verdade eles construíram um centro de diálogo LGBTQIA+. A Penelope é assessora dele e ela quem fica a parte das causas LGBTs. E a Penelope é uma militante do CELLOS há muitos anos, então, querendo ou não, acaba vinculando e facilitando esse diálogo ainda mais (Cleiton, presidente da atual gestão do CELLOS-MG).

Além das articulações estabelecidas com o poder executivo, como podemos observar nesse relato do presidente, o sujeito coletivo do CELLOS logrou, também, que um de seus membros, na figura da *drag queen* Penélope, conquistasse um espaço importante como assessora parlamentar de um vereador da cidade de Belo Horizonte. Tal movimento resultou na facilitação ao acesso a recursos para execução de projetos elaborados pelo CELLOS voltados para a formação de líderes militantes da comunidade LGBT+, além de outras atividades

propostas pela entidade e o acesso a outros representantes legislativos que também se posicionam de forma favorável às pautas da militância LGBTQ+. Logo, atestamos os movimentos estratégicos do sujeito coletivo do CELLOS nas relações de poder-resistência travadas pela entidade, ao posicionarem seus membros militantes “dentro” das estruturas dos poderes executivo e legislativo, conquistando acesso às posições de sujeito de enunciação relevantes no tabuleiro dos jogos de poder-resistência e sempre tensionando outros sujeitos envolvidos, como aqueles representantes legislativos que são mais resistentes à causa LGBTQ+, na luta pelas pautas levantadas pelo movimento social (FOUCAULT, 1969 [2008]; 1977 [2006a]; CARRARA, 2015).

Não somente, tal movimento articulado pela organização representa o ápice dos processos de constituição dos sujeitos militantes, que se submetem às dinâmicas de formação da entidade, como pode ser visualizado nestes trechos:

[...] Foi a partir da relação feita pelo CELLOS no mandato do Pedro Patrus que a gente conseguiu chegar onde a gente está agora, né? Falando do CELLOS, é, assim- a gente vai ficar até falando muito, né? Porque a gente sabe da importância da instituição, né? Nós todos aqui, de alguma forma, nos formamos direta ou indiretamente graças à atuação e existência do CELLOS em Belo Horizonte, em Minas Gerais. A minha formação política na militância LGBTQIAP+ vem do CELLOS. Então, assim, indispensável esses dois atores e atrizes que estão aí- que articularam para que esse momento acontecesse: o vereador Pedro Patrus e o CELLOS. (Maicon Chaves, assistente parlamentar do vereador Pedro Patrus [PT] na câmara de Belo Horizonte – Evento de Lançamento do Projeto Conexão das Cores, 24 de março de 2022).

Oi, colegas, eu me chamo Duda Salabert, sou uma mulher travesti, transsexual e estou vereadora por Belo Horizonte. Eu quero aproveitar esse momento para deixar público uma coisa que já é sabida pela nossa comunidade: que é impossível discutir a história do movimento LGBTQIA+ em Minas e no Brasil sem destacar a relevância, a importância que o CELLOS teve e tem na formação política dos ativistas e militantes que lutam por nossa causa. A importância que o CELLOS teve e tem no acolhimento da comunidade, mas, também, na construção de ações e políticas públicas que buscam a melhoria da condição das pessoas LGBTQIA+ nesse país extremamente violento, LGBTfóbico e desigual. Então- e dizer, também, que o CELLOS foi muito relevante na minha formação política, mas, também, na minha formação humana. Por isso eu pego esse espaço para agradecer pela história do CELLOS e como essa história respingou, também, para me tornar uma pessoa melhor (Duda Salabert, vereadora por Belo Horizonte pelo PDT – Evento de Lançamento do Projeto Conexão das Cores, 24 de março de 2022).

Tanto o assessor parlamentar Maicon quanto a própria vereadora Duda Salabert, nestes trechos, exaltam o CELLOS e a importância da entidade nas trajetórias pessoais de formação política em militância. Isso significa que estes sujeitos se submeteram, em algum momento, aos processos de formação cellista, inserindo-se, simultaneamente, nos processos de constituição sexual e política por que passam os militantes, conforme evidenciado pela fala da vereadora: “foi muito relevante na minha formação política, mas, também, na minha formação humana”.

Sendo assim, conforme visto anteriormente, os processos de constituição de sujeitos sexuais, políticos e “cellistas” dos militantes vão muito além do rito de filiação de membros associados, alcançando sujeitos que, ao final do ciclo de formação, não necessariamente se filiaram à organização, mas que, ainda assim, mantêm o vínculo com a mesma. No momento, estes sujeitos ocupam posições relevantes no lado do tabuleiro do poder público legislativo, evidenciando como o projeto de formação disponibilizado pela entidade pode ser uma das vias, um dos mecanismos de poder-resistência e constituidor de um regime de verdades que possibilita ganhos políticos à entidade e, por consequência, ao movimento social LGBTQ+ que esta representa. Desse modo, podemos perceber como todos os processos de constituição dos sujeitos militantes cellistas culminam nesses movimentos de “inserção” de sujeitos nas posições estratégicas junto aos poderes executivo e legislativo, uma vez que os tensionamentos proporcionados por esses movimentos cumprem o objetivo da organização, posto na representação e luta pelos direitos e cidadania da comunidade LGBTQ+ de Belo Horizonte.

## IX. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso investigativo aqui empreendido teve como um de seus pilares exercer a atitude filosófica de “diagnóstico do presente” proposta por Foucault (1982 [1995]; ADVERSE, 2010) na descrição do que chamou de sua “ontologia do presente”. Ao reconhecer a singularidade do contexto presente que vivemos, procuramos empreender uma atitude filosófica perante a pesquisa que busca, com a investigação histórica, compreender os eventos que levaram o sujeito coletivo do CELLOS e os sujeitos militantes cellistas a se constituírem a si mesmos, nas dimensões moral, sexual e política. Desse modo, assim como quem busca registrar um momento especial e específico numa fotografia, procuramos exercer a postura filosófica de crítica histórica do presente, visando, primeiramente, registrar e, depois, compreender, em sua complexidade, o momento histórico em que os sujeitos pesquisados se encontram inseridos, destrinchando o emaranhado de práticas discursivas que os levaram até ali.

Para tanto, necessitamos nos guiar por uma série de parâmetros desenvolvidos na forma de objetivos a serem alcançados que, assim como outros aspectos da pesquisa, foram também influenciados pelas circunstâncias nas quais vivemos nos últimos anos. Retomando o objetivo geral aqui estipulado, temos o seguinte propósito almejado com a pesquisa empreendida: analisar os enunciados que constituem o *éthos* do CELLOS, evidenciando os processos de constituição dos militantes enquanto sujeitos sexuais atuantes politicamente e os elementos discursivos que perpassam a construção e afirmação da organização. Conforme vimos anteriormente, este propósito se dividiu em outros objetivos mais específicos, com o intuito de auxiliar o planejamento e a execução da investigação: a) analisar os processos de constituição dos sujeitos e os seus modos de existência, evidenciando o imbricamento entre sexualidade e ação política; b) analisar os enunciados que são articulados na construção do grupo enquanto uma organização de luta e resistência; c) levantar e problematizar a rede de relacionamentos dos CELLOS com outras organizações e instituições, de modo a evidenciar as relações de poder travadas pela organização e os tensionamentos resultantes de seu espaço de atuação.

A fim de alcançar esses objetivos, buscamos, primeiramente, endereçar o estado atual das produções nacionais e internacionais sobre a temática de “sexualidades” no campo dos Estudos Organizacionais, assim como destacar o entrelaçamento desta categoria analítica com as discussões relativas ao “gênero”. Na seção dedicada a esta discussão, levantamos os estudos das últimas décadas produzidos pela academia que contemplam a intersecção de ambas as categorias analíticas, separando-os em eixos temáticos nos quais as reflexões acerca de suas

contribuições foram conduzidas, intencionando elaborar um quadro mais completo do estado das publicações dessa temática, ainda marginalizada, nos EORs. Em segundo lugar, recorreremos aos autores que nos auxiliaram na elaboração e alinhamento dos fundamentos teórico, epistemológico e metodológico, de modo a guiarem o trabalho empreendido. Entre eles, podemos citar Michel Foucault, Judith Butler e Sérgio Carrara como os principais teóricos citados, em particular na elaboração da analítica de base foucaultiana empregada para a análise dos dados. Foucault foi intensamente acionado em suas elaborações a respeito da produção de sujeitos e subjetividades via relações de poder-saber-resistência (1977; 1978 [2006a]; 1982 [1995]; 1988 [2019]), dos dispositivos de sexualidade (1976 [2011]; 1978 (2006b)) e dos jogos de verdade, regimes de verdade, cuidado de si ou práticas de si (1984 [2006b]; 1984 [2012]). Por sua vez, Butler (2003; 2004) foi acionada de forma a complementar e expandir as formulações foucaultianas, de forma a possibilitar o entendimento das transformações sofridas pelo dispositivo de sexualidade, suas nuances, intricamentos e a formação da matriz hegemônica de sexualidade assim como a conhecemos. Por fim, Carrara (2015) complementa o trio de autores com as suas contribuições a respeito do dispositivo de sexualidade em operação na atualidade e como as suas transformações ao longo do tempo modificaram, na opinião do autor, as formas como o dispositivo de sexualidade age na produção de sujeitos da moral sexual.

Reiteramos que os esforços empreendidos na análise e reflexão dos trabalhos publicados nos EORs contemplando as temáticas das “sexualidades” e dos “gêneros” almejavam o propósito de situar esta pesquisa em um contexto de investigação próprio, assim como justificar a sua execução, ao evidenciar as lacunas teóricas e empíricas a serem endereçadas. Acreditamos que a reflexão posta sobre os trabalhos levantados e categorizados possa servir de contribuição para futuros pesquisadores dessas temáticas nos Estudos Organizacionais, ao prover um mapeamento dos estudos realizados até o momento, juntamente às abordagens epistêmico-teóricas mais utilizadas e aos problemas de pesquisa investigados por outros pesquisadores. Sobretudo, esperamos que as reflexões propostas possam ser vistas como um esforço sintetizador da produção da área em torno dessas temáticas ainda marginalizadas e como um estimulante para que mais pesquisas sejam desenvolvidas, visando atrair pesquisadores interessados em seu potencial exploratório.

Igualmente, buscamos, com o trio de autores intensamente acionados, um alinhamento teórico que possibilitasse a compreensão da “sexualidade” e do “gênero”, enquanto categorias analíticas, dentro de uma perspectiva mais ampla a ser adotada nos Estudos Organizacionais. Ao empreendermos a discussão a respeito dos desenvolvimentos teóricos que possibilitaram os entendimentos das categorias de “sexo”/“sexualidade”, intencionamos evidenciar as formas

como essas categorias se encontram entrelaçadas, especialmente sob a perspectiva pós-estruturalista de vertente foucaultiana, à qual Butler (2003; 2004) se subscreve. A sua crítica à metafísica e à noção essencialista sobre “gênero”, conforme demonstrado, se inscreve no campo teórico da filosofia da diferença e possibilita o entendimento dos efeitos discursivos de poder sobre a constituição de corpos inteligíveis ou não sob a matriz hegemônica heterossexual em vigência na sociedade contemporânea ocidental. Sobretudo, acreditamos que o entendimento da forma como a perspectiva bluteriana complementa e aprofunda os escritos de Michel Foucault acerca da “sexualidade” permite-nos visualizar os entrelaçamentos entre os dispositivos de poder que regulam e produzem corpos generificados e sexualizados na sociedade contemporânea, evidenciando o caráter atual dessa via de teorização.

Por sua vez, a articulação promovida entre os escritos foucaultianos a respeito dos efeitos produtivos de subjetividade das relações de poder-saber e a atualização do dispositivo de sexualidade foucaultiano proposta por Carrara (2015) teve por objetivo o aprofundamento e atualização das formulações a respeito da tradição foucaultiana utilizada nos Estudos Organizacionais. Ao analisar as formas como os movimentos LGBTQ+ se organizaram a fim de reivindicar o acesso à cidadania e às políticas públicas para as minorias sexuais/de gênero, Carrara (2015) se dispõe a esmiuçar os novos contornos das relações de poder-saber-resistência que são travadas na sociedade ocidental atual, principalmente nos lugares em que a consolidação da democracia liberal baseada nos princípios do Direito permitiu que os movimentos LGBTQ+ se utilizassem dos aparatos jurídicos para a promoção das suas pautas. Dessa forma, foi possível compreender como um movimento como CELLOS-MG, organizado e institucionalizado seguindo os critérios jurídicos estabelecidos pelo Estado brasileiro, propõe-se a atuar e a disputar politicamente os espaços públicos para a promoção da cidadania LGBTQ+. Igualmente, essa discussão teórica pode representar uma significativa contribuição aos Estudos Organizacionais, uma vez que permite o entendimento dos movimentos LGBTQ+ em sua organização e funcionamento por meio de uma perspectiva centrada nas relações de poder-saber e nas práticas discursivas em torno do par temático “sexualidade/gênero”.

Em segundo lugar, recorreremos aos autores expoentes da corrente pós-estruturalista, de modo a situar a pesquisa na tradição (não) ontológica e epistemológica da qual Foucault e os demais teóricos aqui citados fazem parte, alinhando todo o trabalho em uma única perspectiva teórico-metodológica. Nesse sentido, buscamos elucidar os aspectos da analítica de base foucaultiana aqui utilizada, expandindo sobre cada conceito utilizado pelo autor e explicitando as especificidades da análise enunciativa, com a formação de enunciados, formações discursivas e discursos, além dos posicionamentos de sujeitos na função enunciativa e como

esses elementos se encontram dispostos nos mecanismos de poder que se encontram em operação no dispositivo de sexualidade em vigência (FOUCAULT, 1970 [1999]; 1969 [2008]). Dessa forma, a analítica aqui desenvolvida foi utilizada para a análise dos dados a respeito dos sujeitos individuais e coletivos, na figura do CELLOS-MG e seus membros diretores, coletados por meio de entrevistas individuais com membros selecionados da diretoria, por meio do acesso ao arquivo de documentos do CELLOS disponível na sede da instituição, e por meio do acesso e *download* das *lives* realizadas pelo grupo entre julho de 2021 e março de 2022, armazenadas nos perfis oficiais do CELLOS-MG no *Youtube*© (“Cellos MG”) e no *Instagram*© (@paradabh).

Postulamos, durante a seção designada para a discussão da analítica arqueogenealógica aplicada nesta pesquisa, o objetivo de chegar a um tipo de análise que possibilite o entendimento da constituição do sujeito situado na trama histórica, ao mesmo tempo que possa desvelar os mecanismos pelos quais os discursos se encontram articulados nas dinâmicas de poder-saber, com o propósito de evidenciar os tensionamentos e as regras de produção de sujeitos e organização no contexto histórico presente. Para tanto, apoiamo-nos nos elementos, identificados por Foucault (1969 [2008]; 1979 [1998]), que governam e regulam as práticas discursivas, sendo estes tanto arqueológicos, como as “formações discursivas”, os “enunciados” e as “posições de sujeito”, quanto genealógicos, como os “regimes de verdade”, “jogos de verdade” e relações de poder que organizam os dispositivos de poder, de forma a configurar uma análise enunciativa arqueogenealógica. Estes elementos, utilizados pelo próprio autor em suas análises, foram propostos para serem utilizados como numa caixa de ferramentas à qual é possível recorrer de acordo com as necessidades da investigação, evitando, assim, promover uma sistematização metodológica que enrijecesse e enquadrasse todas as formas de análise a partir da sua teorização (FOUCAULT, 1969 [2008]). Ainda assim, Raffnsøe, Gudmand-Høyer e Thaning (2016) apontaram a tendência de utilização do pensamento foucaultiano de forma cristalizada por parte dos teóricos dos EORs, propondo, em seu trabalho, uma alternativa que considerasse toda a profundidade e capacidade de inovação da teoria foucaultiana, baseada na análise de dispositivos. Dessa forma, acreditamos que a análise enunciativa arqueogenealógica aqui desenvolvida possa representar uma contribuição para o campo dos Estudos Organizacionais ao se utilizar de outros elementos analíticos pouco explorados pelos pesquisadores da área e oferecer uma via de análise que possibilite a abordagem da realidade estudada em sua complexidade.

A análise subsequente foi dividida em três capítulos temáticos, de modo a abordar os objetivos específicos previamente estipulados na forma de eixos de análise identificados ao

longo da avaliação preliminar dos dados coletados. Por isso, o primeiro eixo de análise identificado diz respeito à organização do CELLOS-MG no seu *éthos* constitutivo, na abordagem da organização enquanto sujeito coletivo de moral e política, ressaltando as regras e normas da organização, seu funcionamento interno e os seus posicionamentos estratégicos nas relações de poder-resistência em que se insere. Nessa seção, procuramos destacar os enunciados envolvidos na localização e organização interna da entidade, descrevendo alguns processos e analisando outros sob a perspectiva das relações de poder-saber e poder-resistência foucaultianas, objetivando sublinhar esses tensionamentos entre a entidade, a sociedade e outros atores políticos. Sobretudo, procuramos demonstrar como o próprio surgimento da entidade como pessoa jurídica na classificação de Organização da Sociedade Civil se dá em dinâmicas de jogos de poder entre o movimento homossexual organizado e o Estado, de forma que o movimento se insere na ordem do discurso estrategicamente, ao mesmo tempo que se submete ao dispositivo de poder colocado em operação pelo Estado brasileiro.

Em seguida, abordamos o eixo referente à “Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte”, principal evento de manifestação e de celebração do movimento LGBTQ+, cuja organização é de responsabilidade do CELLOS e cuja menção nas falas dos entrevistados e nas *lives* da “Jornada pela Cidadania LGBTQ+” foi recorrente. Conforme destacado no capítulo, buscamos realizar uma análise que fosse capaz de evidenciar as diferentes dimensões do evento, apontando os enunciados compostos, as enunciações possíveis, as intervenções e os jogos de poder-saber-resistência travados entre o CELLOS e os atores que fazem parte do processo de negociação e realização do evento, todos os anos.

Primeiramente, mostramos como a Parada se constitui como enunciado propriamente dito, uma vez que promove um espaço único para que corpos e vivências possam ser enunciados à luz do dia, ocupando as ruas centrais da capital belo-horizontina e atraindo um público massivo, que se identifica com o movimento e as pautas LGBTQ+ e que, quando evocados como enunciado, exercem efeitos de poder nos discursos. Em segundo lugar, vimos como a Parada também é um espaço em que, geralmente, ocorre o primeiro contato dos futuros membros militantes com a organização e, por meio do treinamento dos voluntários, são travadas as primeiras relações de poder-saber entre os membros, através de ações de mentoria e de produção de sujeitos mais próximas do cuidado de si para o governo do outro discutido por Foucault (1984 [2006b]). Por fim, vimos de que forma são travadas as relações de poder-resistência entre o sujeito coletivo CELLOS-MG e os demais atores — patrocinadores, poder público municipal e estadual, e as forças de segurança municipal e estadual — que fazem parte do processo de realização do evento. Tais relações de poder-saber, conforme discutido por



Carrara (2015), encontram-se articuladas em uma linguagem sociojurídica, ao evocarem enunciados relacionados à formação discursiva do Direito para a reivindicação de direitos à cidadania e acesso à cidade por parte do movimento social LGBT+. Sobretudo, vimos como a Parada, enquanto evento, é alvo de interdições e de disputas desses sujeitos, que determinam os seus contornos e, em última instância, a sua realização ou não.

Já no eixo de análise relativo aos sujeitos militantes do CELLOS, ou membros “cellistas” como são chamados ao final do processo de formação e subsequente filiação à instituição, temos a discussão a respeito dos processos de constituição desses sujeitos em suas três dimensões principais: enquanto sujeitos sexuais, políticos e da moral “cellista”. Em comum, esses processos são articulados em meio às relações de poder-saber de “práticas de si”, de ações de “conhecimento de si” ou “cuidado de si” para o “governo dos outros”, travadas entre os membros militantes e os “voluntários” interessados em se tornarem membros da organização, nos moldes do que propõe Foucault (1984 [2006b]) acerca da constituição de sujeitos da moral sexual. Em um movimento que se inicia com as reuniões que antecipam a realização da Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte e culminam na cerimônia de filiação de novos membros da entidade, estes sujeitos passam por um processo triplo de constituição como sujeitos da moral sexual, política e cellista.

Primeiramente, abordamos o processo de constituição sexual desses sujeitos, evidenciando os enunciados e as formações discursivas ativadas nesse movimento, que vai desde o conhecimento e cuidados sobre a saúde e responsabilidade no uso dos prazeres até os estudos críticos sobre gênero e sexualidade pertencentes às Ciências Sociais e à Psicologia. Em segundo lugar, mostramos como se dá o processo de constituição política desses sujeitos, pautado, principalmente, nos conhecimentos acerca da história do movimento LGBT+ e das causas atuais defendidas pelo movimento brasileiro, assim como na centralidade da prática do “*advocacy*” como ferramenta de pressão dos militantes junto ao poder público e reivindicação de direitos e cidadania para a comunidade LGBT+. Por último, vimos como se dá o processo de constituição da moral “cellista”, durante a qual os aspirantes a membros militantes são conduzidos nas operações e no funcionamento do cotidiano da organização, assim como são instruídos na ocupação de posições específicas, como a de tesoureiro da organização.

Ademais, mostramos nesse capítulo a forma como se dá a cerimônia de oficialização dos membros que, indo além da esfera dos ritos simbólicos, adiciona uma dimensão legal da filiação, uma vez que os membros se encontram legalmente vinculados à instituição, devendo contribuir financeiramente para a sua manutenção e operação. A partir desse momento, os militantes cellistas, na posição de membros associados à organização, passam a referenciar um

Outro que se encontra “fora” da organização, em um claro movimento de diferenciação no qual o sujeito Outro é considerado um “ativista” e posto em uma posição moralmente inferior no binômio militante/ativista. Não somente, outros tensionamentos a respeito da comunidade LGBT+ e seu espectro de representação no CELLOS foram abordados, demonstrando o nível das disputas dentro do movimento LGBT+ pela ocupação de posições de sujeito legítimas para representar as pautas e vivências da comunidade.

Nesse sentido, evidenciamos o equilíbrio precário no qual se mantém a organização, que negocia, ao mesmo tempo, o fato de que a maioria dos seus membros ocupantes da diretoria se declaram “homens cisgêneros” e “homossexuais” bem como a cobrança da comunidade LGBT+ no geral por uma maior “diversidade” de sujeitos ocupantes desses cargos. Por fim, demonstramos como o processo formativo de membros cellistas desempenha uma função crucial nos jogos de poder-resistência nos quais o sujeito coletivo CELLOS se encontra inserido, juntamente ao poder público em seus níveis municipal, estadual e nacional. Isso ocorre, pois a ocupação de cargos relevantes no poder público, em suas determinadas esferas de atuação (municipal, estadual ou nacional), por sujeitos que algum dia se submeteram ao processo de formação cellista, pode representar um ganho político para a organização, dados os intrincados jogos de poder travados entre a organização e o poder público na disputa por direitos e cidadania para a comunidade LGBT+. Portanto, o posicionamento estratégico desses sujeitos junto ao poder público pode se traduzir em ganhos relativos tanto para a comunidade quanto para a organização, na concretização de parcerias em projetos ou apoio de demandas.

Conforme dito na introdução desta pesquisa, buscamos, com o empreendimento investigativo realizado e os achados empíricos aqui listados, endereçar as lacunas teóricas e empíricas estipuladas e contribuir para o avanço dos estudos acerca da temática das “sexualidades” no campo dos Estudos Organizacionais. Procuramos demonstrar, primeiramente, a importância de endereçarmos as lacunas teóricas nos EORs com a ampliação da discussão e o aprofundamento nas intersecções entre as categorias analíticas de “gêneros” e “sexualidades”, ao abordarmos a constituição de sujeitos de uma moral sexual que necessariamente articula essas duas categorias, assim como a discussão sobre o evento da Parada como um espaço de liberdade para que os sujeitos possam se enunciar e evidenciar os corpos marginalizados.

Em segundo lugar, acreditamos ser uma contribuição importante para os EORs a discussão a respeito de vivências marginalizadas de sujeitos desviantes da matriz heterossexual hegemônica por via de uma perspectiva emancipatória que privilegie a perspectiva dos sujeitos, e não das organizações, além da análise dos seus espaços de luta e daqueles momentos em que

os próprios sujeitos buscam reverter a condição marginalizada em que se encontram e resistir aos dispositivos de poder que os oprimem. Por isso, a discussão a respeito do *éthos* constitutivo tanto do sujeito coletivo do CELLOS-MG quanto de seus membros militantes pode representar uma contribuição significativa a respeito das formas como esses sujeitos se organizam em seus espaços de liberdade para que possam ocupar posições estratégicas e legítimas de poder na ordem do discurso e, assim, lutar para que outros sujeitos sejam reconhecidos em suas vivências e para que as suas necessidades humanas sejam atendidas. Um exemplo disso se dá na forma das práticas de *advocacy* e como os membros militantes cellistas se utilizam dessa ferramenta como um movimento de luta que ativamente procura inverter as relações de poder, ao pressionar os atores sociais representantes das forças hegemônicas em prol das pautas levantadas pela entidade.

Dessa forma, acreditamos ser uma valiosa contribuição para os Estudos Organizacionais a realização de uma pesquisa que privilegie uma perspectiva emancipatória para os sujeitos e que contemple as possibilidades de inversão das relações de poder nas quais estes se encontram inseridos, de resistências aos mecanismos de poder em atuação no corpo social que, diariamente, busca silenciar e apagar suas vidas. Sobretudo, acreditamos no valor desse tipo de pesquisa ao risco de soar como uma abordagem romantizada da entidade e o movimento que ela representa, pois, como vimos no capítulo destinado ao estado da arte das produções a respeito da temática das “sexualidades” na área, os EORs se encontram saturados de estudos cuja finalidade proposta se dá na denúncia das situações de violência e opressão vividas por esses sujeitos, focadas apenas no sofrimento desses indivíduos. Portanto, acreditamos na necessidade de nos utilizarmos mais de uma perspectiva que valorize as vivências desses sujeitos em suas múltiplas formas e cujo foco esteja voltado para as possibilidades de modos de vida e existências mais plenas.

Entre os aspectos limitantes possíveis, temos que o recorte teórico e empírico de “raça” somente tangencia a análise que foi desenvolvida nesta pesquisa, tornando-se, assim, um ponto de sugestão para pesquisas futuras que permitam o aprofundamento neste elemento que faz parte da matriz heterossexual hegemônica em operação na sociedade, consequentemente tornando-se parte do dispositivo de sexualidade que produz e reproduz corpos e exclusões. Ademais, ainda que o assunto tenha sido tratado tangencialmente durante a pesquisa, temos que o processo investigativo foi, indubitavelmente, marcado por grandes acontecimentos externos que determinaram os rumos da pesquisa, consequências diretas e indiretas da deflagração do alerta pandêmico do vírus Sars-Covid-19. Tanto o sujeito coletivo pesquisado, na forma do CELLOS-MG e seus membros militantes, quanto a própria execução da pesquisa e,

invariavelmente, a subjetividade da pesquisadora, foram dramaticamente afetados pelos acontecimentos decorrentes do período pandêmico, em seus cotidianos, em suas atividades, com a impossibilidade do encontro presencial, do contato humano com nossos pares. Por isso, é necessário reiterar que este trabalho é fruto de um contexto histórico, social e político muito específico, cujas marcas se fazem visíveis ao longo da leitura. Não obstante, este trabalho se propõe a ser somente uma via investigativa de uma realidade complexa na qual as dinâmicas dos atores se modificam a todo momento, representando mais fotografia do que filmografia, com todas as suas limitações e contribuições.

## REFERÊNCIAS

- ADVERSE, H. *O que é a “Ontologia do Presente”?*. Nuntius Antiquus, Belo Horizonte, n. 6, p. 129-152, 2010.
- ALCANTARA, A. P. B.; ITUASSU, C. T.; MOURA, L. R. C. *A beleza compensa: Um estudo do capital erótico como fonte de poder simbólico*. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, v. 6, n. 15, p. 219-254, 2019.
- ANDRADE, A. L. S.; CAPPELLE, M. C. A.; BRITO, M. J.; NETO, A. P.; VILAS BOAS, L. H. B. *Gênero nas organizações: Um estudo no setor bancário*. RAE-Eletrônica, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2002.
- AMSTRONG, E. A.; CRAGE, S. M. *Movements and memory: the making of the Stonewall myth*. American Sociological Review, vol. 71, p. 724-751, 2006.
- BELL, E.; SINCLAIR, A. *Reclaiming eroticism in the academy*. Organization, v. 21, n. 2, 268-280. 2014.
- BERTERO, C. O. *Uma nova dimensão da diversidade nas organizações*. RAE Revista de Administração de Empresas, v. 51, n. 5, p. 512-513, 2011.
- BRASIL. *Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999*. Estabelece as disposições para qualificação de pessoas jurídicas do direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Brasília, 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm)>. Acesso em: 07 jul. 2022.
- BREWIS, J. *Foucault, Politics and Organizations: (Re)-Constructing Sexual Harassment*. Gender, Work and Organization, v. 8, n. 1, p. 37-60, 2001.
- BREWIS, J.; TYLER, M.; MILLS, A.. *Sexuality and Organizational Analysis – 30 years on: Editorial introduction*. Organization, v. 21, n. 3, p. 305-311, 2014.
- BRUNHARA, J. *Como a pandemia de Covid-19 tem impactado as relações sexuais*. Revista Veja, Caderno Saúde, 6 de maio de 2021. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/blog/com-a-palavra/como-a-pandemia-de-covid-19-tem-impactado-as-relacoes-sexuais/>>. Acesso em: 18 de junho de 2021.
- BRUNI, A. *“Have you got a boyfriend or are you single?”: On the importance of being “straight” in Organizational Research*. Gender, Work and Organization, v. 13, n. 3, p. 299-316, 2006.
- BRUNNER, L. K.; DEVER, M. *Work, bodies and boundaries: Talking sexual harassment in the new economy*. Gender, Work and Organization, v. 21, n. 5, p. 459-471, 2014.
- BURRELL, G. *A book at bedtime*. Organization, v. 21, n. 3, pp. 312-313, 2014.
- BURRELL, G. *Sex and Organizational Analysis*. Organization, v. 5, n. 2, p. 97-118, 1984.

BUSBY, N.; MIDDLEMISS, S. *The Equality Deficit: Protection against discrimination on the grounds of sexual orientation in employment*. Gender, Work and Organization, v. 8, n. 4, p. 387-410, 2001.

BUTLER, J. “*Corpos em Aliança e a Política das Ruas*” in *Corpos em Aliança e a Política das Ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. (Trad.: Renato Aguiar).

BUTLER, J. *Undoing Gender*. New York and London: Routledge, 2004.

CAETANO, M.; NASCIMENTO, C.; RODRIGUES, A. *Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT*. In GREEN, J. N.; QUINALLHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (Orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

CAMARGOS, M. L. de. *O surgimento das Paradas LGBT no Brasil*. In GREEN, J. N.; QUINALLHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (Orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

CARRARA, S. *Moralidades, Racionalidades e Políticas Sexuais no Brasil Contemporâneo*. Mana: Estudos de Antropologia Social, vol. 21, n. 2, p.323-345, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v21n2/0104-9313-mana-21-02-00323.pdf>>

CARRIERI, A. P.; SOUZA, E. M.; AGUIAR, A. R. C. *Trabalho, violência e sexualidade: Estudo de lésbicas, travestis e transexuais*. RAC, v. 18, n. 1, 78-95, 2014.

CASSINO, D.; BESEN-CASSINO, Y. *Race, threat and workplace sexual harassment: The dynamics of harassment in the United States, 1997-2016*. Gender, Work and Organization, v. 26, n. 9, p. 1221-1240, 2019.

CELLOS-MG. *Quem Somos*. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <<http://cellosmg.org.br/sobre/#historia>>. Acesso em: 18 de junho de 2021.

CELLOS-MG. *Parada do Orgulho LGBT de BH*. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <<https://cellosmg.org.br/parada-do-orgulho-lgbt-de-bh/#:~:text=A%20Parada%20do%20Orgulho%20LGBT,pela%20luta%20por%20direitos%20humanos>>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

CHAVES, B. A.; VIANA, A. F. (Orgs.). *Relatório CELLOS-MG: Projeto Protagonismo LGBTI-MG, Edição 2018/2019*. Belo Horizonte: Crivo Editorial, 2019.

CHEN, Bo-Wei. *Touching intimacy: Bodywork, affect and the caring in erotic gay massage in Taiwan*. Gender, Work and Organization, v. 25, n. 6, p. 1-16, 2017.

COLGAN, F.; WRIGHT, T.; CREEGAN, C.; MCKEARNEY, A. *Equality and diversity in the public services: moving forward on lesbian, gay and bisexual equality?*. Human Resource Management Journal, v. 19, n. 3, p. 280-301, 2009.

COLGAN, F.; WRIGHT, T. *Lesbian, Gay and Bisexual equality in a modernizing public sector 1997-2010: Opportunities and threats*. *Gender, Work and Organization*, v. 18, n. 5, p. 277-281, 2011.

CORRÊA, A. M. H.; CARRIERI, A. P. *Percurso semântico do assédio moral na trajetória profissional de mulheres gerentes*. *RAE Revista de Administração de Empresas*, v. 47, n. 2, p. 22-32, 2007.

COTTINGHAM, M. D.; JOHNSON, A. H.; TAYLOR, T. *Heteronormative labour: Conflicting accountability structures among men in nursing*. *Gender, Work and Organization*, v. 23, n. 6, pp. 535-550, 2016.

CULLEN, D.; GOTELL, L. *From Orgasms to Organizations: Maslow, women's sexuality and the gendered foundations of the Needs Hierarchy*. *Gender, Work and Organization*, v. 9, n. 5, p. 537-555, 2002.

DANTAS, M. Masculino, Feminino, Plural. In: FREITAS, M. E. de; DANTAS, M. (Org.). *Diversidade Sexual e Trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, p. 1-20, 2012.

DEVREUX, A. M. *A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina*. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, 2005.

DRENTEN, J.; GURRIERI, L.; TYLER, M. *Sexualized labor in digital culture: Instagram influencers, porn chic and the monetization of attention*. *Gender, Work and Organization*, v. 27, n. 1, p. 41-66. 2020. DOI: 10.1111/gwao.12354.

EDWARDS, R.; HOLLAND, J. *Reviewing challenges and the future for qualitative interviewing*. *International Journal of Social Research Methodology*, v. 23, n. 5, p. 581-592, 2020. DOI: 10.1080/13645579.2020.1766767

EVELINE, J.; BOOTH, M. *Gender and sexuality in discourses of managerial control: The case of women miners*. *Gender, Work and Organization*, v. 9, n. 5, pp. 556-578, 2002.

FIELDEN, S.; JEPSON, H. *An exploration into the career experiences of lesbians in the U.K.* *Gender in Management: An International Journal*, v. 31, n. 4, 2016.

FIRESTONE, J. M.; HARRIS, R. J. *Perceptions of effectiveness of responses to sexual harassment in the US Military, 1988 and 1995*. *Gender, Work and Organization*, v. 10, n. 1, p. 42-64, 2003.

FISCHER, B. D. *Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais*. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, vol. 1, n. 5, p. 5-20, 1997.

FISCHER, G. *Tanzanian women's move into wage labour: Conceptualizing deference, sexuality and respectability as criteria for workplace suitability*. *Gender, Work and Organization*, v. 21, n. 2, pp. 135-148, 2014.

FLORES-PEREIRA, M. T. *Corpo pessoa, sexo e gênero*. In: FREITAS, M. E. de; DANTAS, M. (Org.). *Diversidade Sexual e Trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, p. 79-98, 2012.

FONTAINHAS, I. M. *Os (inter)ditos entre corpos: Representações de casais heterossexuais acerca da sexualidade e seus efeitos no mundo organizacional*. Revista Eletrônica Gestão & Sociedade, v. 13, n. 34, p. 2793-2818, 2019.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. *A Ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. *Ditos & Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

FOUCAULT, M. *Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. São Paulo: Edições Graal, 2012.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. São Paulo: Edições Graal, 2011.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, M. *O Poder, os Valores Morais e o Intelectual*. Belo Horizonte, FAFICH, 2019, p. 01-06. Mimeo. Tradução para uso didático por Leandro de Oliveira [FOUCAULT, Michel. *Power, Moral Values, and the Intellectual*. *History of the Present*, 4 (Spring 1988), 01-02, 11-13.]

FOUCAULT, M. *O Sujeito e o Poder*. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREITAS, M. E. *Assédio sexual: a proposta perversa*. RAE Light, v. 3, n. 3, p. 4-9, 1996.

FREITAS, M. E. *Assédio moral e sexual: faces do poder perverso nas organizações*. RAE Revista de Administração de Empresas, v. 41, n. 2, p. 8-19, 2001.

FREITAS, M. E. de; DANTAS, M. (Org.). *Diversidade Sexual e Trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

GASTALDI, A. B. F.; MOTT, L.; OLIVEIRA, J. M. D. de; AYRES, C. S. L. da S.; SOUZA, W. V. F.; SILVA, K. V. C. da. (Orgs.) *Relatório: Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil em 2020*. 1ª ed. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.

GHERARDI, S. *Theorizing affective ethnography for organization studies*. *Organization*, v. 26, n. 6, p. 741-760, 2019.

GIAZITZOGLU, A. *Book Review: Gender and Sexuality in male-dominated occupations: Women working in construction and transport, by T. Wright*. *Gender, Work and Organization*, v. 25, n. 6, p. 738-740, 2018.



GOOD, J.; COOPER, R. *“But it’s your job to be friendly”*: Employees coping with and contesting sexual harassment from customers in the service sector. *Gender, Work and Organization*, v. 23, n. 5, p. 447-469, 2016.

GREEN, J. N.; QUINALLHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. *Apresentação: 40 anos do movimento LGBT brasileiro*. In: GREEN, J. N.; QUINALLHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (Orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

GRIMALDI, S. S. L.; ROSA, M. N. B.; LOUREIRO, J. M. M.; OLIVEIRA, B. F. de. *O patrimônio digital e as memórias líquidas no espetáculo do instagram*. *Perspectivas em Ciência da Informação* [online], v. 24, n. 04, p. 51-77. 2019. DOI: <<https://doi.org/10.1590/1981-5344/3340>>.

HANDY, J. *Sexual harassment in small-town New Zealand: A qualitative study of three contrasting organizations*. *Gender, Work and Organization*, v. 13, n. 1, p. 1-24, 2006.

HEALY, G.; TATLI, A.; IPEK, G.; ÖZTURK, M.; SEIERSTAD, C.; WRIGHT, T. In the steps of Joan Acker: *A journey in researching inequality regimes and intersectional inequalities*. *Gender, Work and Organization*, v. 26, n. 12, p. 1-14, 2018.

HEARN, J. *Gender, Work and Organization: A gender-work-organization analysis*. *Gender, Work and Organization*, v. 26, n. 1, p. 31-39, 2019.

HEARN, J. *Sexualities, organizations and organization sexualities: future scenarios and the impact of socio-technologies (a transnational perspective from the global ‘north’)*. *Organization*, v. 21, n. 3, p. 400-420, 2014.

HARAWAY, D. *“Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra*. *Cadernos Pagu*, n. 22, p. 201-246, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>>.

HARDY, C.; CLEGG, S. *Relativity without relativism: reflexivity in post-paradigm in organization studies*. *British Journal of Management*, London, v. 8, Special Issue, p. S5-S17, 1997.

HELOANI, R. *Assédio moral – um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho*. *RAE Revista de Administração de Empresas*, v. 3, n. 1, p. 1-8, 2004.

HELOANI, J. R.; CAPITÃO, C. G. *Sexualidade e trabalho na visão da psicanálise*. In: FREITAS, M. E. de; DANTAS, M. (Org.). *Diversidade Sexual e Trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, p. 23-49, 2012.

HENNEKAM, S.; BENNETT, D. *Sexual harassment in the creative industries: Tolerance, culture and the need for change*. *Gender, Work and Organization*, v. 24, n. 4, p. 417-434, 2017.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Cidades e Estados: Belo Horizonte – Minas Gerais*. Brasília, 2022. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/belo-horizonte.html>> Acesso em: 12 de junho de 2022.

IRIGARAY, H. A. R. *Orientação Sexual e Trabalho*. GV Executivo, v. 10, n. 2, p. 44-47, 2011.

IRIGARAY, H. A. R. *Travestis e Transexuais no mundo do trabalho*. FREITAS, M. E. de; DANTAS, M. (Org.). *Diversidade Sexual e Trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, p. 121-147, 2012.

IRIGARAY, H. A. R.; FREITAS, M. E. *Sexualidade e Organizações: Estudo sobre lésbicas no ambiente de trabalho*. *Revista Organizações & Sociedade O&S*, v. 18, n. 59, p. 625-641, 2011.

KENSBOCK, S.; BAILEY, J.; JENNINGS, G.; PATIAR, A. *Sexual harassment of women working as room attendants within 5-star hotels*. *Gender, Work and Organization*, v. 22, n. 1, p. 36-50, 2015.

KLEIN, J. *Como a pandemia de covid mudou nossas vidas sexuais*. BBC News, Brasil, 21 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/vert-cap-56970857>>. Acesso em: 18 de junho de 2021.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. *Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização*. *Revista de Investigaciones UNAD*, v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015. DOI: 10.22490/25391887.1455

LEITE, V. *“Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade*. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 32, p. 119-142, 2019.

LOPES, D. L.; LIMA, H. S.; COSTA, S. A.; RIBEIRO, V. *O diário de campo e a memória do pesquisador*. In: WHITAKER, D. C. A. *A Sociologia Rural; Questões metodológicas emergentes*. Editora Letras, Presidente Venceslau, SP, 2002.

LU-MING, T. *Customer first and customer sexual harassment: Some evidence from the Taiwan life insurance industry*. *Gender, Work and Organization*, v. 20, n. 6, p. 692-708, 2013.

LUKES, S. *Power: A Radical View*. New York: New York Press, 1986.

MARCONI, D. *Problemas de gênero no sertão pop de Boi Neon*. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, v. 5, n. 14, p. 1314-1327, 2018.

MATHEUS, T. C.; BRESLER, R. *Organização, este obscuro objeto do desejo? Caminhos da sexualidade nas organizações*. *Organizações & Sociedade (O&S)*, v. 9, n. 25, p. 163-174, 2002.

MEDEIROS, I. B. O.; PRESTES, V. A.; FRAGA, A. M. *Cinema, trabalho e subjetividade: micronarrativas sobre subjetivações em Boi Neon*. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, v. 5, n. 14, p. 989-1043, 2018.

MONRO, S. *New Institutionalism and sexuality at work in local government*. *Gender, Work and Organization*, v. 14, n. 1, p. 1-19, 2007.

MOORE, H. “*Understanding sex and gender*”, in Tim Ingold (ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres, Routledge, p. 813-830, 1997. Tradução de Júlio Assis Simões. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=173297>>

NASCIMENTO, A. *Apropriações e percepções dos espaços: práticas culturais na Praça Sete no hipercentro de Belo Horizonte*. XII Encontro Regional Sudeste de História Oral: Alteridades em tempos de (in)certeza – escutas sensíveis, 26 a 28 de setembro, Belo Horizonte, 2017. p. 1-17.

NETO, J. L. F. *Pesquisa e Metodologia em Michel Foucault*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 31, n. 3, p. 411-420, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-377220150321914100420>

NOGUEIRA, R. M.; NETO, A. M. de C.; NUNES, T. S. *A Negociação coletiva e assédio moral no brasil: alguma luz no fim do túnel?*. REAd Revista Eletrônica de Administração, v. 24, n. 3, p. 21-45, 2018.

NUNES, A. C. N. *BDSM em perspectiva: um olhar foucaultiano sobre a comunidade BDSM de Belo Horizonte*. 2018. 274 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

OLETO, A. F.; PALHARES, J. V.; PAIVA, K. C. M.; GUIMARÃES, L. R. *Percepções de tutores sobre o assédio sexual sofrido por jovens trabalhadores nas organizações*. Revista Gestão.Org, v. 16, n. 1, p. 43-56, 2018.

OLIVEIRA, K. H. de. *Intensos encontros: Michel Foucault, Judith Butler, Paul B. Preciado e a teoria queer*. Revista Estudos Feministas, v. 29, n. 1, p. 1-16, 2021.

OLIVEIRA, M. A. C.; LEÃO, A. L. M. S. *Sendo aos olhos do outro: O papel da alteridade na construção da identidade metrosssexual*. RAUSP Management Journal, v. 47, n. 2, p. 264-274, 2012.

PANIZA, M. D. R. *Entre a emergência, a submersão e o silêncio: LGBT como categoria de pesquisa em Administração*. Cadernos EBAPE.BR, v. 18, n. 1, p. 13-27, 2020.

PAULA, A. P. P. de. *Eros e Narcisismo nas organizações*. RAE Revista de Administração de Empresas, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2003.

PAULO, P. P. *Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa*. São Paulo G1, 7 jun. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

PEREIRA, R. D. *Sobre heróis, coronéis e operários – Notas acerca da disciplina do corpo e da ortopedia da alma em uma companhia têxtil de Minas Gerais*. 2014. 325 f. Tese (Doutorado) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PETERS, M. *Pós-estruturalismo e a filosofia da diferença [uma introdução]*. Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2000.

PINHONI, M. *Parada LGBT de 2019 movimentou R\$403 milhões em SP, diz prefeitura*. G1: São Paulo, 29 de junho, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/29/23a-parada-lgbt-movimentou-r-403-milhoes-em-sao-paulo-diz-prefeitura.ghtml>>. Acesso em: 1 de junho, 2022.

POMPEU, S. L. E.; SOUZA, E. M. *A produção científica sobre sexualidade nos Estudos Organizacionais: Uma análise das publicações realizadas entre 2005 e 2014*. Revista Organizações & Sociedade, v. 25, n. 84, p. 50-67, 2018.

PORTAL CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos. *Estação Central*. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sobre-o-metro/estacao-central-bh>>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. *Muito além do arco-íris. A constituição de identidade coletivas entre a sociedade civil e o estado*. Annual Review of Critical Psychology, v. 11, n. 1, p. 151-17, 2014.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Belotur. *Parada do Orgulho LGBT*. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/belotur/parada-do-orgulho-lgbt>>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Belotur – Observatório do Turismo. *Parada do Orgulho LGBT*. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/belotur/observatorio-do-turismo/parada-do-orgulho-lgbt>>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Foto: Parada do Orgulho LGBT. PBH, 2018*. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/belotur/parada-do-orgulho-lgbt>>. Acesso em: 22 de maio, 2022.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria de Turismo. *23ª Parada do Orgulho LGBT 2019*. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/turismo/eventos/index.php?p=278600>>. Acesso em: 1 de junho, 2022

PRIOLA, V.; LASIO, D.; SERRI, F.; SIMONE, S. *The organization of sexuality and the sexuality of organization: a genealogical analysis of sexual “inclusive exclusion” at work*. Organization, v. 25, n. 6, p. 732-754, 2018.

PROKOS, A.; PADAVIC, I. *‘There oughtta be a law against bitches’: Masculinity lessons in police academy training*. Gender, Work and Organization, v. 9, n. 4, pp. 439-458, 2002.

PULLEN, A.; THANEM, T.; TYLER, M.; WALLENBERG, L. *Sexual politics, Organizational Practices: Interrogating Queer Theory, Work and Organization*. Gender, Work and Organization, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2016.

RAFFNSØE, S.; GUDMAND-HØYER, M.; THANING, M. S. *Foucault's dispositive: The perspicacity of dispositive analytics in organizational research*. *Organization*, v. 23, n. 2, p. 272-298, 2016. DOI: 10.1177/1350508414549885.

REDAÇÃO BHAZ. *Fotos: Parada do Orgulho LGBT reúne 100 mil pessoas em BH*. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://bhaz.com.br/noticias/bh/parada-lgbt-bh-2/>>. Acesso em: 22 de maio de 2022.

REIS, T. (Org.). *Manual de Comunicação LGBTI+*. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018.

RIBEIRO, L. M. L.; CRUZ, V. G. da; BERTITUCCI, E. C. *Relação indivíduo e instituição total: socialização, controles e coesão internos em uma organização policial*. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 56, n. 3, p. 295-308, 2005.

RIBEIRO, L. P.; ZANIN, H. da S.; SILVA, I. P. da. *Políticas organizacionais de inclusão: práticas de respeito às minorias sexuais e de gênero*. *Research, Society and Development*, v. 9, n.1, p. 1-18, 2020.

ROBICHAUD, A.; DAVEL, E. *Influência, sexualidade e representações familiares nas organizações*. *Organizações & Sociedade*, v. 9, n. 24, p. 53-74, 2002.

ROUSSEAU, C. *Wages Due Lesbians: Visibility and feminist organizing in 1970s Canada*. *Gender, Work and Organization*, v. 22, n. 4, p. 364-374, 2015.

RUBIN, G. *Thinking Sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality*. In: VANCE, Carole. *Pleasure and Danger: Exploring female sexuality*. Routledge and Kegan Paul, 1984.

RUMENS, N. *Working at intimacy: Gay men's workplace friendships*. *Gender, Work and Organization*, v. 15, n. 1, p. 9-30, 2008.

RUMENS, N. *Towards queering the business school: A research agenda for advancing lesbian, gay, bisexual and trans perspectives and issues*. *Gender, Work and Organization*, v. 23, n. 1, p. 36-51, 2016.

SARAIVA, L. A. S. *Além dos estigmas profissionais*. In: FREITAS, M. E. de; DANTAS, M. (Org.). *Diversidade Sexual e Trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, p. 149-168, 2012.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, ano 1, n. 1, p. 1-14, 2009.

SCHUCH, P. *A Moral em Questão: a conformação de um debate em antropologia*. In: WERNECK, A.; CARDOSO, L.R.C. (org). *Pensando Bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

SHARP, R.; FRANZWAY, S.; MILLS, J.; GILL, J. *Flawed policy, failed politics: Challenging the sexual politics of managing diversity in engineering organizations*. *Gender, Work and Organization*, v. 19, n. 6, p. 555-572, 2011.

SILVA, H. R. K. da. *Considerações e confusões em torno de história oral, história de vida e biografia*. Métis: história & cultura, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2002.

SOUTO, L. *Sem beijo, de máscara: prostitutas criam regras para trabalhar na pandemia*. Universa UOL, 25 mar. 2021. Caderno Direitos da Mulher. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/03/25/so-de-costas-trabalhadoras-sexuais-adotam-protocolo-para-poder-trabalhar.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

SOUZA, E. M.; BIANCO, M. F.; SILVA, P. O. M. *Análise arqueológica das estratégias utilizadas por homossexuais no trabalho bancário*. FAROL Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, v. 3, n. 6, p. 13-65, 2016.

SOUZA, E. M.; CARRIERI, A. P. *A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero*. RAM Revista de Administração Mackenzie, v. 11, n. 3, edição especial, p. 46-70, 2010.

SOUZA, E. M. de; LEITE DA SILVA, A. R.; CARRIERI, A. P. *Uma análise sobre as políticas de diversidade promovidas por bancos*. Psicologia & Sociedade, vol. 24, n. 2, p. 315-326, 2012.

SOUZA, E. M.; PEREIRA, S. J. N. *(Re)Produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: A discriminação de homossexuais por homossexuais*. Revista de Administração Mackenzie RAM, v. 14, n. 4, p. 76-105, 2013.

SULLIVAN, K. R. *With(out) pleasure: desexualization, gender and sexuality at work*. Organization, v. 21, n. 3, p. 346-364, 2014.

TAVARES, M. L.; ISAYAMA, H. F. *Na parada do lazer: delineando as ações de lazer em ONGs LGBT de Belo Horizonte*. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 28, n. 4, p. 579-597, 2014.

TEIXEIRA, J. C.; RAMPAZO, A. S. V. *Assédio sexual no contexto acadêmico da Administração: O que os lábios não dizem, o coração não sente?*. Farol Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, v. 4, n. 11, p. 1151-1235, 2017.

THANEM, T. *Free at last? Assembling, producing and organizing sexual spaces in Swedish sex education*. Gender, Work and Organization, v. 17, n. 1, pp. 91-112, 2010.

THUNBERG, S.; ARNELL, L. *Pioneering the use of technologies in qualitative research – A research review of the use of digital interviews*. International Journal of Social Research Methodology, p. 1-12, 2021. DOI: 10.1080/13645579.2021.1935565

VELDMAN, J. *The “nature of man” and the science of organization*. In: ARMSTRONG, P.; LIGHTFOOT, G. (Ed.). ‘The leading journal in the field’: destabilizing authority in the social sciences of management. London: MayFlyBooks, p. 103-117, 2010.

WARD, J.; WINSTANLEY, D. *Watching the Watch: The UK Fire Service and its impact on sexual minorities in the workplace*. Gender, Work and Organization, v. 13, n. 2, p. 193-219, 2006.

WEEKS, J. *Sex, politics and society: the regulation of sexuality since 1800*. Londres/Nova York: Longman, 1989.

WILLIAMS, C. *Sky service: The demands of emotional labour in the airline industry*. *Gender, Work and Organization*, v. 10, n. 5, p. 513-550, 2003.

WILSON, F.; THOMPSON, P. *Sexual harassment as an exercise of power*. *Gender, Work and Organization*, v. 8, n. 1, p. 61-83, 2001.

WRIGHT, T. *Women's experience of workplace interactions in male-dominated work: The intersections of gender, sexuality and occupational group*. *Gender, Work and Organization*, v. 23, n. 3, p. 348-362, 2016.

YANAGISAKO, S.; COLLIER, J. *Toward an unified analysis of gender and kinship*. In: COLLIER, J.; YANAGISAKO, S., eds. *Gender and kinship: essays toward an unified analysis*. Stanford, Stanford University Press, 1987.

## ANEXO A – Parecer de Aprovação do COEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** MILITÂNCIA, ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA: UMA PROPOSTA DE ESTUDO SOBRE O CELLOS-MG

**Pesquisador:** RAFAEL DIOGO PEREIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 56875522.0.0000.5149

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Minas Gerais

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.464.149

#### Apresentação do Projeto:

A pesquisa de doutorado qualitativa de caráter exploratório busca “problematizar os modos de existência dos sujeitos militantes do CELLOSMG” – Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais – “de forma a desvelar suas relações de poder, as práticas que constituem os espaços organizacionais e os elementos da matriz sexual hegemônica atual que constituem estes sujeitos e que estão imbricados nas dinâmicas de organização do espaço do movimento”.

O CELLOSMG é uma organização de referência localizada na região central de Belo Horizonte e que se autodenominando como uma “entidade da sociedade civil que luta pelos direitos e promoção da cidadania da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT”.

Para tanto, serão utilizadas 1. entrevistas qualitativas semiestruturadas com cerca de 10 integrantes do CELLOSMG maiores de 18 anos “acerca da vivência e trajetória dos militantes no CELLOS-MG, virtuais ou presenciais, de acordo com a disponibilidade de método e de horário dos participantes voluntários”. 2. Será realizado também um Levantamento documental sobre o CELLOS-MG, na forma de monografias, dissertações, teses, artigos, memorandos, reportagens, livros ou outras fontes públicas sobre o CELLOS-MG. Caso seja autorizado, levantamento das atas de reuniões mais recentes do CELLOS-MG, mediante compromisso de manuseio responsável das informações por parte da pesquisadora. 3. Será feita visita à sede do CELLOS-MG e observação das

**Endereço:** Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º Andar 205 Sala 2005 2 Campus Pampulha  
**Bairro:** Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901  
**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE  
**Telefone:** (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 5.464.149

atividades que, porventura, estiverem ocorrendo e que sejam abertas ao público, durante o período de coleta de dados, mediante a autorização do CELLOS-MG.

O material será analisado segundo uma analítica do discurso baseada nos escritos desenvolvidos por Michel Foucault acerca da análise de enunciados.

**Objetivo da Pesquisa:**

O objetivo principal da pesquisa é “analisar os enunciados que constituem o ethos do CELLOS, evidenciando os processos de constituição dos militantes enquanto sujeitos sexuais atuantes politicamente e os elementos discursivos que perpassam a construção e afirmação da organização”. São objetivos secundários: a) analisar os processos de constituição dos sujeitos e os seus modos de existência, evidenciando o imbricamento entre sexualidade e ação política, a partir dos discursos por eles utilizados para recontar a própria trajetória na organização; b) analisar os enunciados que são articulados na construção do grupo enquanto uma organização de luta e resistência; c) levantar e problematizar a rede de relacionamentos dos CELLOS com outras organizações e instituições, de modo a evidenciar as relações de poder travadas pela organização e os tensionamentos resultantes de seu espaço de atuação.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os benefícios são descritos da seguinte maneira: Nenhuma remuneração ou gratificação será oferecida para os participantes desta pesquisa. Os benefícios previstos para a participação neste projeto são de ordem indireta, como figuram: (1) na contribuição para o avanço da pesquisa e da ciência nacionais; (2) na visibilização das vivências e desafios de um grupo minoritariamente político, como o movimento LGBTQIA+; e (3) na visibilização do movimento LGBTQIA+ mineiro, encabeçado pela organização do CELLOS-MG.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Foram anexados ao protocolo os seguintes documentos, além da folha de rosto e o documento de informações básicas: a) projeto de pesquisa; b) parecer substanciado, aprovado pelo Departamento de Ciências Administrativas; c) carta de autorização, assinada pela instituição a ser pesquisada; d) Termo de Compromisso de utilização de dados (TCUD) assinado pela instituição a ser pesquisada, revisado conforme diligência; e) TCLE destinado aos ativistas integrantes do CELLOS-MG, revisado conforme diligência e f) carta-resposta à diligência do Comitê de Ética, com atendimento a todos os questionamentos.

**Endereço:** Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º Andar 2ª Sala 2005 2º Campus Pampulha  
**Bairro:** Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901  
**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE  
**Telefone:** (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 5.464.149

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Dentre os documentos obrigatórios é apresentado um TCUD (Termo de Compromisso de utilização de dados), com dados da pesquisadora, lista de documentos a serem consultados e período da coleta.

Os pesquisadores apresentaram também modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido redigido como carta-convite, no qual são apresentados adequadamente objetivos, riscos, benefícios, metodologia, garantia de sigilo, caráter voluntário da participação, liberdade de desistência ou recusa, informações sobre remuneração, despesas e indenização, contatos do pesquisador e do Coep, termo de consentimento pós-informado, além de não apresentar nenhum logotipo conforme orientações do Coep.

**Recomendações:**

Sugerimos a exclusão da expressão "disponibilidade de método" no TCLE, ao se referir à disponibilidade de participar presencial ou virtualmente. A expressão pode gerar equívocos sobre a disponibilidade da metodologia de coleta de dados.

Como o projeto indica sigilo em relação ao participante, indica-se que seja retirada a seguinte frase do TCLE: "Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão".

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

**Endereço:** Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar 2 Sala 2005 2 Campus Pampulha

**Bairro:** Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE

**Telefone:** (31)3409-4592

**E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 5.464.149

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1873482.pdf	31/05/2022 18:50:24		Aceito
Outros	TCUDv2.pdf	31/05/2022 18:48:16	RAFAEL DIOGO PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEV2.pdf	31/05/2022 18:47:38	RAFAEL DIOGO PEREIRA	Aceito
Outros	cartaresposta.pdf	31/05/2022 18:47:09	RAFAEL DIOGO PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto2.pdf	31/05/2022 18:46:03	RAFAEL DIOGO PEREIRA	Aceito
Declaração de concordância	Autorizacao_CELLOS_assinada.pdf	17/03/2022 10:21:53	RAFAEL DIOGO PEREIRA	Aceito
Outros	Oficio_073_2022_Parecer_COEP_assinado.pdf	17/03/2022 10:19:52	RAFAEL DIOGO PEREIRA	Aceito
Outros	SEI_UFMG_1286114_Parecer.pdf	15/03/2022 16:26:45	RAFAEL DIOGO PEREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Andressa_COEP.pdf	15/03/2022 16:23:16	RAFAEL DIOGO PEREIRA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BELO HORIZONTE, 11 de Junho de 2022

Assinado por:  
Críssia Carem Paiva Fontainha  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º Andar Sala 2005 Campus Pampulha  
**Bairro:** Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901  
**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE  
**Telefone:** (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

## **APÊNDICE A – Roteiro de entrevista elaborado para os estagiários**

- 1) Com suas palavras fale sobre o projeto "Conexão das Cores".
- 2) Qual a sua função no projeto?
- 3) Você já conhecia o CELLOS antes de entrar no projeto? Caso positivo, fale um pouco sobre.
- 4) Já passaram por algum treinamento do CELLOS? Caso positivo, descreva.
- 5) Como tem sido a experiência de trabalhar na sede do CELLOS?

## **APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas para os membros do corpo diretivo**

### **TRAJETÓRIA PESSOAL**

- Elementos de identificação: Nome, gênero, sexualidade.
- Atualmente, qual o seu papel na diretoria do CELLOS?
- Você se encontra envolvido ativamente com a organização no momento?
- Com que frequência você tem contato com outros membros?
- Há quantos anos você tem feito parte do CELLOS?
- Como você descobriu o CELLOS?
- Você já fazia parte de algum outro grupo ativista antes do CELLOS?
- Como foi o processo de envolvimento com a militância do CELLOS? O que te levou até a organização?
- Você passou por algum treinamento? Caso positivo, se lembra do conteúdo desse treinamento?
- Houve alguma cerimônia oficial de inclusão?
- Ao longo dos anos, você já ocupou outros cargos dentro do CELLOS?
- Tem algum momento durante a sua trajetória na militância que você considera mais marcante?
- Já vivenciou algum conflito no dia a dia da militância ao longo dos anos?

### **ORGANIZAÇÃO**

- Como funcionam os cargos dentro da organização? Você saberia me dizer se esse modelo adotado teve algum motivo em particular?
- Na eleição para diretoria em 2004 não haviam os cargos para o conselho de ética e o último estatuto também não prevê esses cargos. O que tornou necessária a sua inclusão?
- O CELLOS conta com representantes em secretarias, conselhos e comissões da prefeitura/estado? Como estes representantes são escolhidos?
- O CELLOS busca parcerias com entes privados e públicos para realização da Parada todos os anos. Como tem sido as negociações com esses atores? Houveram casos de divergências?
- Vocês acompanham a realização da Parada? Em que medida podem aproveitá-la?
- Algum momento marcante aconteceu durante a sua participação nas Paradas?
- Nota-se a parceria do CELLOS com o vereador Pedro Patrus. Poderia falar mais sobre a ligação entre CELLOS e o vereador? E outros políticos?
- Atualmente, como você enxerga o cenário de atuação do CELLOS?

## APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está participando voluntariamente da pesquisa MILITÂNCIA, ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA: UMA PROPOSTA DE ESTUDO SOBRE O CELLOS-MG. O objetivo deste estudo é analisar o processo de construção e afirmação da organização CELLOS-MG e de constituição dos seus militantes enquanto sujeitos sexuais atuantes politicamente, no intuito de compreender como a organização se estabeleceu, como ela se encontra organizada atualmente, os laços formados com outras organizações e como os seus militantes consideram a sua trajetória na entidade. O método de análise utilizado será baseado na análise de enunciados/discurso desenvolvida pelo filósofo francês Michel Foucault.

- 1.1 **Da coleta dos dados:** Realização de uma (1) entrevista, com duração aproximada de 60min, acerca da vivência e trajetória no CELLOS-MG, de acordo com a disponibilidade dos participantes voluntários. A entrevista poderá ser realizada de forma não-presencial (meios virtuais, com a utilização de *software* a combinar com o/a participante) ou presencial, a depender da disponibilidade da(o) participante e das considerações a respeito da segurança epidemiológica de todos envolvidos.
- 1.2 **Do armazenamento dos dados:** A entrevista será gravada por meio de um gravador de áudio (método presencial) ou gravador de chamada em vídeo e áudio (método não-presencial) e armazenada por um período máximo de 5 anos em um dispositivo de armazenamento portátil (*pen drive*) de acesso único e exclusivo da pesquisadora.
- 1.3 **Da utilização dos dados:** Todo material coletado será manuseado somente pela pesquisadora e transcrito em sua totalidade com o auxílio de um *software* adequado, de modo a ser aproveitado somente o conteúdo da fala dos participantes, garantindo sua anonimidade. As transcrições também serão armazenadas no mesmo dispositivo de armazenamento portátil, juntamente com as gravações. Os dados coletados serão utilizados para compor a tese resultante desta pesquisa e outras publicações científicas derivadas da mesma.
- 1.4 **Dos custos:** Os custos previstos de participação presencial nesta pesquisa (deslocamento e alimentação) são inteiramente de responsabilidade do participante. Nenhum custo ou deslocamento se encontram previstos no método não-presencial de participação.
- 1.5 **Dos benefícios:** Nenhuma remuneração ou gratificação será oferecida para os participantes desta pesquisa. Os benefícios previstos para a participação neste projeto são de ordem indireta, como figuram: (1) na contribuição para o avanço da pesquisa e da ciência nacionais; (2) na visibilização das vivências e desafios de um grupo minoritariamente político, como o movimento LGBTQIA+; e (3) na visibilização do movimento LGBTQIA+ mineiro, encabeçado pela organização do CELLOS-MG.
- 1.6 **Dos riscos:** Riscos físicos ou psíquicos são mínimos, embora possam existir. A temática das perguntas pode implicar desconfortos físicos ou emocionais (constrangimento, cansaço, reações negativas, etc.) durante a condução da entrevista, que podem ser mitigados ou sanados com a retirada parcial ou total do consentimento da entrevista, encerrando a participação do(a) voluntário(a). Há também o risco de quebra de sigilo dos dados de participantes, que será minimizado com os procedimentos de armazenamento dispostos nos itens 1.2 e 1.3. Ainda assim, caso o(a) participante sinta que sofreu algum dano decorrente de sua

participação na pesquisa, poderá pleitear na justiça o reconhecimento do direito à indenização, consoante preconização da resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

**Rubrica:** \_\_\_\_\_



Com as questões acima esclarecidas, os aspectos éticos envolvidos na pesquisa seguem os preceitos da resolução nº 510/16. Você terá esclarecimento sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária, e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Você poderá escolher como será identificado na pesquisa. A pesquisadora irá tratar informações sensíveis de sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Somente o nome de sua escolha será usado na pesquisa e em possíveis publicações derivadas. Os resultados da pesquisa serão publicados em uma tese de doutorado e, possivelmente, também em revistas científicas.

Se você tiver perguntas relacionadas a esta pesquisa ou quiser receber a tese resultante deste trabalho, entre em contato com Andressa Carolina do Nascimento Nunes via *e-mail*: [andressa.nunes@ymail.com](mailto:andressa.nunes@ymail.com)

O COEP poderá ser consultado em caso de dúvidas de ordem ética.

Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/UFMG: Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II, 2º andar, Sala 2005. CEP: 31270-901, Belo Horizonte, Minas Gerais. Telefone: (31) 3409-4592. *E-mail*: [coep@prpq.ufmg.br](mailto:coep@prpq.ufmg.br).

Tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em dele participar e para isso eu **dou o meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.**

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de 2022.

X



Andressa Carolina do Nascimento Nunes  
[andressa.nunes@ymail.com](mailto:andressa.nunes@ymail.com)

acnnunes@ufmg.br  
Mestre e Doutoranda em Administração  
Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD-FACE)  
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9593820320590047>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7861-0314>

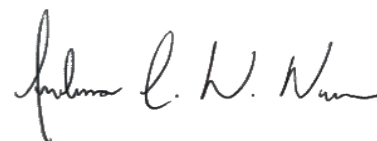
## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE CAPTAÇÃO DE VOZ E IMAGEM

Reitera-se que a captação de voz e de imagem **não** serão publicizados, sendo captados somente para fins de acesso ao conteúdo das falas do/a participante. Tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em dele participar e para isso eu **dou o meu consentimento de livre e espontânea vontade para a captação e armazenamento de imagem e voz durante a entrevista realizada por meio de ambiente virtual.**

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de 2022.

X

---



Andressa Carolina do Nascimento Nunes  
andressa.nunes@ymail.com  
acnnunes@ufmg.br  
Mestre e Doutoranda em Administração  
Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD-FACE)  
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9593820320590047>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7861-0314>